



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**JORNALISMO E GÊNERO:**  
**produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores**

Pâmela Caroline Stocker

Porto Alegre

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**JORNALISMO E GÊNERO:  
produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores**

**Pâmela Caroline Stocker**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Marcia Benetti

Porto Alegre

2018

### CIP - Catalogação na Publicação

Stocker, Pâmela Caroline  
Jornalismo e gênero: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores / Pâmela Caroline Stocker. -- 2018.  
191 f.  
Orientador: Marcia Benetti.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. jornalismo. 2. gênero. 3. produção de sentidos. 4. leitores. 5. transexualidade. I. Benetti, Marcia, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Pâmela Caroline Stocker**

**JORNALISMO E GÊNERO:  
produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Aprovada em 23 de março de 2018.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profa Dra Marcia Benetti – UFRGS (orientadora)**

---

**Profa Dra Christa Berger Ramos Kuschick – Unisinos**

---

**Profa Dra Marcia Veiga da Silva – Unisinos**

---

**Profa Dra Nísia Martins do Rosário – PPGCOM/ UFRGS**

---

**Profa Dra Rosa Maria Bueno Fischer – PPGEDU/UFRGS**

*A todas aquelas e aqueles que vieram e lutaram  
antes de mim, acreditando em um novo mundo  
possível.*

## AGRADECIMENTOS

*RECORDAR: Del latín re-cordis, volver a pasar por el corazón...*

Eduardo Galeano, 1991

Escrever os agradecimentos desta tese foi recordar o tanto que aconteceu nos últimos quatro anos. Fazer passar pelo coração novamente pessoas, histórias, aprendizados, memórias e afetos. Talvez por isso tenha sido tão difícil. As palavras são incapazes de abarcar a totalidade das lembranças, emoções e sentimentos que permearam a escrita deste trabalho. Se fecha um ciclo, e é uma bênção e um privilégio poder encerrá-lo sabendo que tenho tanto a agradecer. Mais do que resultado de um esforço intelectual, a escrita da tese e o período dedicado ao doutorado foram de intenso aprendizado pessoal. Alguns dizem que a psicanálise explica as nossas escolhas de pesquisa. No meu caso, compreender o mundo por novas lentes ajudou também a me compreender como indivíduo e, mais do que isso, perceber o quanto estou – e estamos! – todas e todos implicados nas redes de poder e saber até mesmo na construção do nosso ego. Em busca de compreender “o outro” cheguei mais perto de mim mesma. Em meio às leituras e descobertas da tese, também me descobri. E foi esse “fazer sentido” que tornou o aprendizado tão intenso e transformador. Impregnada por esse sentir permiti que meu feminino ocupasse o espaço que sempre foi seu. Sou também sensibilidade, intuição e fragilidade. E pretendo cada vez mais abrir brechas para a coletividade, a horizontalidade e o acolhimento em minhas relações e espaços de atuação. Dizia Galeano que somos aquilo que fazemos para mudar o que somos. Sinto que encerro essa etapa completamente outra, muito mais próxima de minha essência e mais consciente do meu propósito e meu compromisso com o todo. Espero seguir contando com o apoio e o afeto de todas as mentes e corações que me ampararam nesse trajeto.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Angela e Jorge, por me darem a vida e a base para ser quem sou. Especialmente a minha mãe, meu maior exemplo de garra, força de vontade, integridade e honestidade, por todo o incentivo para seguir estudando. Sem esta mulher incrível, eu nada seria. Ao meu irmão, Jorge Junior, meu maior orgulho, companheiro de infância, homem sensível e inteligente com o qual compartilho recordações e vivências, agradeço por todo afeto e pela revisão deste trabalho. À Elis, agradeço pela troca, pela proximidade que se instalou no último ano e por nos acolher como parte de sua família. Amo vocês infinitamente.

Se escolhi o caminho acadêmico e hoje encerro este ciclo feliz e realizada, isso se deve também a uma pessoa muito especial que esteve presente no início dessa trajetória. À professora Saraí Schmidt, que me introduziu no mundo da pesquisa e me deu as bases para enveredar por esses caminhos quando estava na graduação. Agradeço a sua generosidade, incentivo e incurável otimismo. E por ter acreditado em mim quando nem eu mesma acreditava. Eu jamais chegaria até aqui sem a tua ajuda e serei eternamente grata.

Ao professor Rudimar Baldissera, que me acompanhou durante o mestrado, agradeço por ter me abrido as portas da universidade pública. À minha orientadora, professora Marcia Benetti, agradeço imensamente por toda confiança e liberdade no

desenvolvimento deste trabalho e também nos processos de estágio docente e orientações ao longo do doutorado. Por sua coragem e abertura para orientar algo outro e por toda a autonomia de pensamento que me permitiu ter.

Às professoras Marcia Veiga da Silva e Rosa Maria Bueno Fischer agradeço pela leitura atenta e todas as contribuições na banca de qualificação. O olhar generoso de vocês foi essencial para dar sequência ao trabalho com segurança e curiosidade. Às professoras Christa Berger e Nísia Martins do Rosário por aceitarem o convite para fazer parte desta banca.

Ao Álvaro Justen, pelas valiosas lições de compartilhamento e horizontalidade e pelo desenvolvimento do software de coleta de comentários que tanto me ajudou no desenvolvimento dessa pesquisa. Ao querido Daniel Samorro, que ressuscitou meu notebook e me salvou do desespero na reta final da tese com toda a serenidade e calma do mundo.

Agradeço também à Capes e às políticas públicas de investimento na educação superior que me tornaram possível desfrutar do ensino público de qualidade e me dedicar exclusivamente à pesquisa. A todas e todos os professores da Fabico e do PPGCOM com os quais aprendi ao longo desses anos, em especial Cida Golin, Virgínia Fonseca, Karla Muller, Maria Berenice Machado, Valdir Morigi, Elisa Piedras e Nísia Martins do Rosário. À equipe da secretaria, Lúcia, Mara e Diego, agradeço por todo amparo, apoio e amizade.

Aos colegas do PPGCOM, agradeço por toda a parceria e pelas trocas ao longo de todas as etapas. Anna Cavalcanti e Silvana Dalmaso por mostrarem que a academia é um lugar também feito de afetos e companheirismo. Com certeza a experiência do doutorado não seria a mesma sem vocês por perto. Obrigada por tudo! Basílio Sartor, Carlise Schneider, Cristine Kaufman, Cássia Lopes, Jean Felipe Rossato e MagnoVieira da Silva, ex-colegas de GCCOP, por manterem os laços mesmo depois de eu ter desertado para estudar outras coisas no doutorado. Vocês são a prova de que existe amor na pós-graduação. Fabiane Sgorla, por me acolher desde a chegada a Porto Alegre; Robson Braga, naja que apesar de geograficamente distante sempre se manteve perto; Lisiane Aguiar e Ludimila Matos, porque as bruxas se reconhecem quando se encontram; Marcelo Parker, Madalena Zambi, Monica Pieniz, Tabita Strassburguer, Ana Acker e Gisele Noll pela amizade e gentileza.

Não posso deixar de agradecer aos meus queridos orientandos, que compartilharam comigo suas dúvidas e inquietações e tanto me ensinaram nessa troca: Matheus Bertoldo da Rocha, Melissa Peres, Luana Casagrande e Marta Karrer. As meninas que confiaram no meu olhar para avaliar os seus trabalhos de conclusão de curso: Bruna Antunes, Jessica Kilpp, Jéssica Ocaña, Carolina Kieckhoefel, Ketelyn Scrittore, Paula Moizes, Graziela de Brum, Claudia Bueno, Caroline Borba dos Santos e Bianca Pizzatto, aprendi imensamente com vocês.

Minhas vizinhas-irmãs, sem as quais a vida não teria a mesma alegria e com quem aprendi o significado de compartilhar: Liliane Gerhardt e Marivone Iaronka, amo vocês.

À Carol Tatsch, Laerte Dorneles e Cândida Hansen por seres os ouvidos mais compreensivos do mundo. Por acompanharem de perto todas as etapas do meu processo.

Às queridas e queridos que deram e continuam dando vida ao Coletivo Gemis: Fernanda Nascimento, Débora Fogliato, Samir Oliveira, Jessica Gustafson, Carol Hickmann, Nádia Campos Alábio, Nicolas Sales, Eric Seger, Mayara Bacelar Rita, Sheisa Bitencourt, Lisiane Perfeito, Marcia Veiga, Matheus Rocha; Ao grupo de estudos do Geempa e à professora Esther Grossi pela acolhida; Aos colegas do curso de extensão gêneros, sexualidades e comunicação por toda a inspiração: Tainan Tomazetti, Alisson Machado, Dieison Marconi, Marcia Veiga e Fernanda Nascimento. A todas as alunas e alunos que compartilharam conosco e que seguem lutando por um mundo mais justo e igualitário.

As más da Feevale, por toda a parceria e pelos laços que perduram apesar da distância: Priscila Ferreira, Gisele Franke, Karina Pires Reis, Nithiane Capella Farias e Rosana Machado de Jezus. Às gurias da dança aérea, pelas lições de sororidade e superação: meu trio Karine Szuchman e Karoline Leandro e as profes Lara Rocho e Tainá Borges. Às gurias do Ciranda: Natália Ledur Alles e Alice Resadori; Às queridas profes de yoga Jéssica e Renata e ao Coletivo Namaskar por ocupar os espaços públicos disseminando amor e cura; Aos amigos e amigas do Vale do Sinos: meus amores Cler Oliveira, Wagner Allgayer, Glaucia Zanatta, Camila Saldanha, Vanessa Scheibler, Jéssica Moraes e dinda Sinele Dexheimer; e às amigas de infância Deisi Maus e Tatiana Carpes de Oliveira. Vocês estarão sempre no meu coração; Amigos de Porto Alegre: Argelimar Romero, Leonardo Berpo, Marlon Malvadeza, Graça Lucchese, Jonatas Moura. Aos mestres que me auxiliaram na jornada de auto-conhecimento: Nira Farias, Jovana Serra, Maneco Freire, Carlos Alberto de Assis e Carina Ceratti. É uma honra dividir desta vida com todas e todos vocês ♥. Gracias a la vida que me ha dado tanto!

*Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executa, é a senha pela qual eu acesso o mundo.*

Conceição Evaristo

## RESUMO

Esta tese investiga a produção e disputa de sentidos na relação texto-leitor quando a mídia de referência apresenta novos mapas culturais de significado a respeito de gênero em suas pautas. Por meio dos pressupostos da Análise de Discurso (AD) e uma atitude teórico-metodológica inspirada na análise enunciativa de Foucault (1969), 2.460 comentários de leitores foram analisados. Os comentários foram coletados de sete diferentes reportagens que abordaram o tema da transexualidade publicadas no Facebook da revista Galileu, do Globo Repórter, do Jornal Folha de S. Paulo e do programa Fantástico entre 2015 e 2017. Sabendo que as possibilidades do discurso são reguladas e regulamentadas por uma “ordem do discurso”, em que cada enunciado é entendido como um bem que tem regras de aparecimento, condições de apropriação e de utilização (FOUCAULT, 1971), o objetivo da tese é compreender e problematizar os sentidos manifestados pelos leitores em relação aos novos mapas de significado a respeito de gênero colocados em circulação pela mídia de referência em diferentes meios. Foram encontrados sete núcleos de sentido que atuam em duas frentes: 1. a fim de validar ou invalidar a os novos mapas de significado sobre a transexualidade, os leitores mobilizaram sentidos ligados à religiosidade, razões biológicas e menções ao preconceito; 2. para legitimar ou deslegitimar o jornalismo, os leitores expressaram sentidos ligados ao seu papel social, à abordagem classificada como “ideológica” ou ainda, em razão do caráter científico do enquadramento ou das publicações. O núcleo de sentido relacionado à empatia foi identificado tanto para validar os novos mapas quanto para legitimar o jornalismo. Na análise da amostra total de comentários, observou-se que a produção de sentidos sobre identidade e diferença realizada pelos leitores está diretamente relacionada aos modos de construção da reportagem pelo jornalismo. A escolha de enquadramentos mais sensíveis, fontes diferenciadas, estratégias narrativas mais plurais, a abertura para a voz e experiência do outro e a complexificação da pauta – que numa perspectiva epistemológica de gênero denotam valores do feminino – resultam em sentidos mais afeitos à empatia e abertura dos leitores para a equidade, respeito e compaixão. Por sua vez, os enquadramentos mais duros, o distanciamento das personagens e suas vivências, a tentativa de simplificação da temática, o uso de apenas fontes primárias técnicas e o uso de estratégias narrativas verticalizadas e autoritárias – numa abordagem classificada como masculinista – resultam em sentidos voltados à manutenção e transformação das diferenças em desigualdades e na interdição dos novos mapas pelos leitores. Por fim, observou-se que o jornalismo não interage diretamente com os seus leitores no espaço em rede, preferindo não se manifestar a respeito da conversação gerada no espaço dos comentários, mantendo-se em seu espaço institucionalizado.

**Palavras-chave:** Jornalismo; gênero; análise de discurso; produção de sentidos; transexualidade.

## ABSTRACT

This thesis investigates the meanings production and disputation in text-reader relationship when Brazilian reference journalism proposes new cultural maps of meaning about gender in its agenda. Through Discourse Analysis premises and a theoretical-methodological attitude inspired by Foucault's (1969) enunciative analysis, this research analyzed 2,460 reader's comments. The comments were collected from seven different reports that addressed the transsexuality topic published on the Facebook of pages *Galileu* magazine, *Folha de S. Paulo* newspaper, *Globo Repórter* and *Fantástico* TV programs between 2015 and 2017. Since discourse's possibilities are regulated by an "orders of discourse", which means that each enunciation is understood as a good that has rules of appearance and appropriation and application conditions (FOUCAULT, 1971), this thesis aims to understand and problematize the meanings manifested by readers concerning new gender maps of meaning that were put in circulation by reference Brazilian journalism in different media. The analysis found seven meaning nucleuses that act on two directions: 1. In order to validate or invalidate the maps of meaning proposed by journalism, readers have mobilized meanings related to religiosity, biological explanations and references to prejudice. 2. In order to legitimize or delegitimize journalism, readers expressed meanings related to their social role, the approach classified as "ideological" or because of the scientific quality of news framings or publications. The meaning nucleus related to empathy was identified both to validate the new maps of meaning and to legitimize journalism. Considering the analysis of the entire sample of comments, it was observed that meanings production about identity and difference performed by the readers is directly related to the ways of journalism report making. The selection of more sensitive framings, distinct sources, more plural narrative strategies, the opening up to the other's voice and experience and the complexity of the agenda – one that shows feminine values in an epistemological gender perspective - results in meanings which are more connected to empathy and readers' openness to fairness, respect and compassion. By contrast, the harsher framings, the separations experiences of the characters, the attempt to simplify the subject, the usage of technical primary sources only, besides vertical and authoritarian narrative strategies – an approach identified as masculinist – give rise to meanings of maintenance and transformation of differences in inequalities and interdiction of new maps by readers. Finally, this research observed that journalism does not interact directly with its readers in the networking space, it prefers not to pronounce about the conversation produced in the comments space and remaining in its institutionalized place.

**Keywords:** Journalism; gender; discourse analysis; meaning production; transsexuality

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – exemplo de gráfico-síntese da amostra de cada case .....	105
Gráfico 2: exemplo de gráfico-síntese por núcleo de sentidos .....	106
Gráfico 3: amostra total de núcleos de sentido .....	107
Gráfico 4: Validação e invalidação dos mapas – núcleos de sentido quanti .....	110
Gráfico 5: Panorama quantitativo do núcleo Motivos Religiosos .....	113
Gráfico 6: Panorama quantitativo do núcleo Razões biológicas .....	121
Gráfico 7: Panorama quantitativo do núcleo Menções ao preconceito .....	127
Gráfico 8: Legitimação e deslegitimação do jornalismo – núcleos de sentido quanti .	137
Gráfico 9: panorama quantitativo do núcleo Papel social .....	139
Gráfico 10: panorama quantitativo do núcleo Abordagem ideológica .....	145
Gráfico 11: panorama quantitativo do núcleo Caráter científico .....	152
Gráfico 12: panorama quantitativo do núcleo Empatia .....	160

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Print da publicação na fanpage da revista Galileu .....	91
Figura 2: Print da publicação na fanpage do Globo Repórter .....	93
Figura 3: Print da publicação na fanpage da Folha de S. Paulo .....	95
Figura 4: Print da publicação referente ao 1º episódio na fanpage do Fantástico .....	97
Figura 5: Print da publicação referente ao 2º episódio na fanpage do Fantástico .....	99
Figura 6: Print da publicação referente ao 3º episódio na fanpage do Fantástico .....	101
Figura 7: Print da publicação referente ao 4º episódio na fanpage do Fantástico .....	103

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b> .....	17
<b>2. Jornalismo e gênero: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores</b> .....	28
2.1 Foucault e o discurso: interrogar a linguagem no que ela produz.....	28
2.1.1 <i>Análise enunciativa de Foucault</i> .....	30
2.1.2 <i>Discurso e poder, uma íntima relação</i> .....	33
2.1.3 <i>Modos de controle do discurso</i> .....	35
2.2 Gênero, cultura e poder .....	38
2.2.1 <i>Genealogia do conceito</i> .....	40
2.2.2 <i>A nova política de gênero e a teoria Queer</i> .....	43
2.2.3 <i>Linguagem e gênero como produto discursivo: performatividade e discursos que habitam os corpos</i> .....	46
2.2.4 <i>Gênero para além dos corpos: as lentes da crítica feminista à ciência e uma mirada epistemológica de gênero para o jornalismo</i> .....	49
2.3 Jornalismo, discurso e leitores .....	55
2.3.1 <i>As notícias e a construção social da realidade</i> .....	57
2.3.2 <i>O contrato de comunicação</i> .....	59
2.3.3 <i>Jornalismo em rede e a relação texto-leitor</i> .....	61
2.3.4 <i>Jornalismo como forma de conhecimento</i> .....	65
2.4 Linguagem, identidade e diferença .....	68
2.4.1 <i>Disputa de sentidos e a percepção social da diferença</i> .....	70
2.4.2 <i>As brechas do discurso e as possibilidades de encontro com o Outro</i> .....	76
<b>3. Percurso metodológico</b> .....	82
3.1 Escolhas metodológicas e apresentação dos cases .....	84
3.2 Delimitação do corpus.....	103
<b>4. Análise dos núcleos de sentido</b> .....	108
4.1 Validação e invalidação dos mapas de significado .....	108
4.1.1 <i>Motivos religiosos</i> .....	111
4.1.2 <i>Razões biológicas</i> .....	120
4.1.3 <i>Menções ao preconceito</i> .....	127
4.2 Legitimação e deslegitimação do jornalismo .....	135
4.2.1 <i>Em função do seu papel social ou da quebra do contrato de comunicação</i> .....	138
4.2.2 <i>Em função da abordagem “ideológica”</i> .....	144
4.2.3 <i>Em razão do caráter científico</i> .....	151
4.3 Empatia e o surgimento de novas vozes.....	159

<b>5. Discussão dos resultados: sentidos produzidos e sentidos em disputa.....</b>	<b>169</b>
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>179</b>
<b>7. Referências bibliográficas.....</b>	<b>183</b>
Apêndice .....	183

## 1. Introdução

Setembro de 2016. Viraliza na web e causa grande comoção a notícia publicada no jornal Zero Hora<sup>1</sup> sobre o caso do julgamento de uma menina menor de idade estuprada pelo próprio pai que, após realizar o aborto autorizado pela Justiça, foi agredida e humilhada verbalmente pelo promotor de Justiça em uma audiência. O caso, ocorrido em 2014, ganhou visibilidade dois anos depois porque, ao analisar o pedido de recurso da defesa do pai da menina em relação à condenação do Tribunal de Justiça, os desembargadores da 7ª Câmara Criminal ficaram chocados com o teor da fala do promotor, agente que integra a rede de proteção à Infância e à Juventude:

*Pra abrir as pernas e dá o rabo pra um cara tu tem maturidade, tu é autossuficiente, e pra assumir uma criança tu não tem? Tu é uma pessoa de sorte, porque tu é menor de 18, se tu fosse maior de 18 eu ia pedir a tua preventiva agora, pra tu ir lá na Fase, pra te estuprarem lá e fazer tudo o que fazem com um menor de idade lá.*

Proferida em uma audiência judicial registrada em vídeo e áudio, a fala do promotor Theodoro Alexandre da Silva Silveira foi dirigida a uma vítima de abusos sexuais praticados pelo próprio pai durante mais de um ano (a vítima, à época dos abusos, era menor de 14 anos). O pai da adolescente estava sendo acusado de abusar da menina e de engravidá-la (posteriormente um exame de DNA no feto comprovou que o bebê era dele). Ela obteve autorização judicial para fazer o aborto, previsto por lei em caso de estupro. Depois disso, quando ouvida novamente na Justiça, negou o abuso por parte do pai, o que causou a irritação do promotor na audiência.

Esta matéria jornalística e sua repercussão são fundamentais para que possamos pensar sobre a emergência que os enunciados que tratam sobre a temática de gênero assumem em nosso tempo. Podemos nos questionar, por exemplo, se nesse espaço de dois anos – que separam a audiência onde o promotor proferiu as palavras sem causar estranhamento e o dia em que foi ouvido pelos desembargadores que analisavam o recurso causando espanto – modificou-se a forma como aquilo que foi dito por ele é percebido pela sociedade. Suas palavras, na ocasião da audiência, não “chocaram” a juíza ou os advogados que acompanhavam o caso da mesma forma que impactaram os desembargadores que as ouviram posteriormente. Arrisco dizer que, ainda que sua fala

---

<sup>1</sup> “Declarações de promotor contra vítima de abuso sexual chocam desembargadores no Rio Grande do Sul”. Notícia publicada no dia 08 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2016/09/declaracoes-de-promotor-contra-vitima-de-abuso-sexual-chocam-desembargadores-no-rio-grande-do-sul-7405953.html>>. Acesso em 14/09/16.

tivesse sido interditada naquele momento, dificilmente esse episódio se transformaria em notícia num veículo de grande circulação como Zero Hora.

Numa perspectiva foucaultiana, aquilo que se diz numa sociedade é aquilo que pode e deve ser dito, porque estão dadas as condições para o seu aparecimento e irrupção. Quando o enunciado parte do Judiciário, uma das instâncias de poder da nossa organização social, algumas "verdades" repetidas e reiteradas sobre o ser mulher, sobre o estupro e sobre aborto foram sedimentadas e naturalizadas na fala do promotor. Suas palavras trouxeram à tona uma série de já ditos em outros tempos, por outras vozes, em outros enunciados do campo jurídico e também de outros campos de conhecimento. Porém, uma nova positividade não permite que esse enunciado siga sem causar desconforto. Parece não haver mais o mesmo espaço para a sua livre circulação e sedimentação na nova ordem do discurso (FOUCAULT, 1971).

Nesse prisma, a abordagem da temática da identidade de gênero e de questões ligadas ao feminismo (violência contra a mulher, aborto, identidade de gênero, maternidade compulsória) em veículos de grande audiência e circulação acontece nesse momento histórico porque estavam dadas as possibilidades de aparição e circulação. Há um cenário e um contexto histórico social que possibilitam que esse e outros enunciados relacionados encontrem condições para irromper.

Analisando as redes de relações entre o discurso e outros domínios (acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos, instituições), Foucault assume as brechas e as descontinuidades históricas, buscando o emaranhado de fatos discursivos anteriores a um acontecimento, acreditando que estes o explicam. Assim, “uma época” pode ser entendida como “um emaranhado de continuidades e descontinuidades, de formações discursivas que aparecem e desaparecem” (GREGOLIN, 2004, p. 77). Nessa perspectiva, considero esse momento histórico que estamos vivenciando no país e o aparecimento destes enunciados na grande mídia desde 2015 como fundamentais para a compreensão dessa nova positividade que está se construindo em relação à identidade de gênero e aos papéis históricos ocupados por homens e mulheres na sociedade.

O ano de 2015 foi emblemático no que tange às discussões acerca da temática de gênero e para as causas feministas. No Brasil, a eclosão do movimento de mulheres organizadas contra a violência, a discriminação e o preconceito de gênero perpetuado pelo machismo teve a internet como instrumento de mobilização e visibilidade. Páginas e grupos do Facebook transformaram-se em espaços de compartilhamento de experiências,

discussões e ativismo social. A campanha #primeiroassedio, lançada pelo coletivo feminista Think Olga<sup>2</sup>, destacou-se nas redes sociais e deu visibilidade aos relatos de milhares de mulheres que passaram por situações de abuso. O movimento Chega de Fiu-Fiu, organizado pelo mesmo coletivo, também chamou a atenção para a cultura machista e as situações de assédio na rua. Em Porto Alegre, surge o movimento *Vamos Juntas?*<sup>3</sup>, que também mobilizou o debate sobre a violência, estimulando a sororidade<sup>4</sup> feminina em todo o país.

Para além da internet, o termo “gênero” despontou durante a votação do Plano Nacional e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação em todo o Brasil. Envoltas por desinformação e polêmica, as discussões acaloradas no Congresso acabaram suprimindo toda e qualquer menção à palavra “gênero” do texto dos documentos oficiais de grande parte dos Estados e municípios. Devido à pressão de grupos religiosos, a inserção de discussões sobre sexualidade e diversidade de orientação sexual e identidade de gênero ficou fora do planejamento oficial do currículo das escolas por, pelo menos, os próximos 10 anos<sup>5</sup>. Ainda em 2015, projetos de lei de iniciativa de parlamentares da bancada conservadora do Congresso, com o intuito de dificultar o acesso ao aborto em caso de estupro, também levaram milhares de mulheres a protestar nas ruas de São Paulo<sup>6</sup>. Além disso, a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do mesmo ano trouxe o pensamento da filósofa Simone de Beauvoir em uma das questões e teve como tema da redação "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira". A discussão sobre as construções e consensos relacionados aos papéis de homens e mulheres na sociedade colocou em evidência pautas relacionadas à descriminalização do aborto, à pedofilia, ao estupro e à desigualdade de gênero, assuntos que ocuparam o centro das discussões na esfera pública durante todo o ano.

---

<sup>2</sup> Iniciativas do coletivo OLGA, projeto feminista criado em abril de 2013 pela jornalista Juliana de Faria. Mais informações em: <<http://thinkolga.com/>>. Acesso em setembro de 2016.

<sup>3</sup> Movimento criado pela jornalista Babi Souza, consiste na união e sororidade entre mulheres para se sentirem mais seguras na rua. Mais informações em: <<http://www.movimentovamosjuntas.com.br/>>. Acesso em setembro de 2016.

<sup>4</sup> Sororidade é a união e aliança entre mulheres, baseado na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum. O termo tem origem em soror, cujo significado é “irmã”, em latim. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/mundo/sororidade-substantivo-feminino-18959230#ixzz4OVzJ1vV4>>. Acesso em outubro de 2016.

<sup>5</sup> Notícia disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em setembro de 2016.

<sup>6</sup> Como exemplo pode-se citar o Projeto de Lei 5069/13, de autoria de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que estabelece penas específicas para quem induzir ou orientar gestantes ao aborto: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/10/comissao-da-camara-aprova-projeto-que-dificulta-aborto-legalizado-4883276.html>. Acesso em fevereiro de 2016.

Esse momento histórico de mobilizações sociais e ativismo feminista na internet e nas ruas, nomeado por alguns veículos de comunicação como a “Primavera das Mulheres” ou “Primavera Feminista”<sup>7</sup>, é perpassado pela resistência e enfrentamento coletivos à cultura machista, pela manutenção de direitos adquiridos e por mais avanços nas legislações relacionadas às questões de gênero. Para a historiadora Margareth Rago (2004), o feminismo, que é reconhecido hoje como um dos maiores e mais bem-sucedidos movimentos do século 20, se reconfigura e se amplia neste século, atingindo setores muito jovens da população, no Brasil e em outros países. Esse novo cenário afeta as instituições, entre elas o jornalismo, que começa a introduzir em suas pautas novos mapas de significado ligados à discussão a respeito de gênero e da luta de mulheres e LGBTs<sup>8</sup> pela igualdade de direitos.

Como instituição social e produtor de relatos do tempo presente, o jornalismo procura acompanhar as transformações da sociedade e os debates públicos que se estabelecem sobre temas controversos (FRANCISCATO, 2005). As questões ligadas aos papéis de gênero ainda se inserem no campo dos dissensos sociais, pois envolvem valores, crenças e hábitos naturalizados e construídos culturalmente. Assim, os movimentos, discussões e iniciativas contemporâneas de caráter feminista ou de quebra de padrões de gênero chamam a atenção da sociedade e, conseqüentemente, da agenda do jornalismo.

Em 2015 as revistas Nova Escola (editora Abril), Galileu (editora Globo) e Superinteressante (Abril) e os programas televisivos Fantástico e Profissão Repórter (rede Globo) dão destaque à identidade de gênero, à cultura do estupro e ao feminismo em suas reportagens. Em 2016, essas temáticas seguiram pautando os veículos da grande mídia e quebrando a hegemonia das pautas tradicionalmente abordadas. Em fevereiro, o caso das alunas da escola Anchieta, de Porto Alegre, que protestaram pelo uso de shorts no ambiente escolar, ganhou visibilidade e espaço na mídia de todo o Brasil, trazendo à tona discussões sobre assédio, machismo, objetificação e sexualização do corpo feminino. No final de maio, as discussões sobre “cultura do estupro”<sup>9</sup> entraram em pauta após o caso

---

<sup>7</sup> Termo cunhado pela imprensa brasileira em 2015 para se referir a “onda” de protestos e manifestações feministas no país. O termo apareceu pela primeira vez em novembro de 2015 em reportagem da Revista Época, da editora Globo: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html> e no [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html), e em colunas de opinião de diversos outros veículos. Acesso em setembro de 2016.

<sup>8</sup> Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis.

<sup>9</sup> A expressão “cultura do estupro” surgiu nos anos 1970 e foi cunhada pelo movimento feminista para indicar um ambiente cultural que naturaliza esse tipo de crime por meio de normas, valores e práticas em que algumas violências em relação à mulher são aceitas e autorizadas pela sociedade. Segundo a ONU

da adolescente de 16 anos que sofreu estupro coletivo<sup>10</sup> no Rio de Janeiro. Logo em seguida, em junho, o jornal popular Diário Gaúcho faz uma reportagem sobre assédio às mulheres nas ruas. Em julho, a revista Marie Claire lança o vídeo da campanha #seeudissemãoeestupro, dando continuidade ao debate no ambiente da web.

Em 2017, o programa Amor e Sexo, da rede Globo, mobiliza grande audiência em duas edições que abordam o feminismo e o machismo. O Fantástico faz uma série especial de quatro capítulos chamada Quem sou eu?, abordando a transexualidade no horário nobre da TV brasileira. O tema da transexualidade chega até a novela A Força do Querer e, por consequência, outros programas da emissora passam sistematicamente a falar sobre o assunto. Até mesmo o programa Encontro com Fátima Bernardes, talk-show matutino da Rede Globo, pautou três vezes ao longo do ano a temática, falando sobre as crianças trans em março, apresentando um casal trans em junho e a transmasculinidade em julho.

Mais do que abrir espaço para essas pautas, a mídia hegemônica passa a abordar essas temáticas com um viés mais sintonizado com as discussões realizadas nas mídias digitais. Como relatei<sup>11</sup>, além de matérias sobre o feminismo, igualdade de gênero, sobre o estupro e outros temas tabus, os veículos da mídia tradicional abrem espaço para discutir identidade de gênero e a transexualidade. Essas temáticas sociais controversas foram, ao longo dos anos, pouco problematizadas e quase sempre tangenciadas pelo jornalismo apesar de sua importância. Essa efervescência me chama a atenção, e percebo que essas reportagens e notícias publicadas na mídia de referência<sup>12</sup> para falar sobre estes assuntos gera grande engajamento e reações dos leitores, que comentam, compartilham e marcam seus amigos, convocando-os para o debate público.

---

Mulheres, é "o termo usado para abordar as formas como a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens". Informações retiradas da reportagem "Por que falamos de estupro", publicada no site da ONU Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>>. Acesso em setembro de 2016.

<sup>10</sup>Notícia disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1775312-garota-presta-depoimento-a-policia-apos-queixa-de-estupro-coletivo-no-rio.shtml>>. Acesso em setembro de 2016.

<sup>11</sup> Escrevo a tese em primeira pessoa, em consonância com os preceitos da objetividade feminista (HARAWAY, 1995). Com isso, busco questionar os pressupostos da imparcialidade e neutralidade do conhecimento, assumindo meu compromisso com a mudança social de forma localizada. Tal como nos ensina Sandra Harding (1986), concebo o conhecimento como sendo *sempre* situado e, como mostrará esta tese, reitero assim a necessidade de resgatar o papel da emoção e da experiência tanto na ciência quanto no jornalismo.

<sup>12</sup> Chamo de mídia de referência aquela em que o indivíduo é estimulado a buscar informações referenciais para avaliação e validação de atitudes, comportamentos, hábitos, tomadas de decisão e posicionamentos a serem projetados para a sociedade. Na perspectiva de Philip Kotler (1998), além de contribuir para afirmar e imprimir determinados valores no cotidiano dos indivíduos, a mídia de referência corrobora com sua produção de sentido. A principal característica é o sentimento de pertencimento, apoio, segurança e validação que o indivíduo simbolicamente tem ao expressar seus comportamentos, atitudes e opiniões para outros agrupamentos.

A presença destas discussões na esfera pública colocou em circulação diversas enunciações, dando condições para que novos mapas de significado surgissem no espaço jornalístico. O conjunto destas irrupções, a regularidade desses acontecimentos discursivos e destes enunciados que “falam a mesma coisa”, revelam uma positividade, que desempenha o papel do que Foucault (2007, p. 146) chamaria de *a priori* histórico, uma combinação de regras que caracterizam uma prática discursiva em determinado espaço-tempo.

O aparecimento dessas enunciações rompe a ordem do discurso (FOUCAULT, 1971), abre brechas para novos mapas culturais e abre também espaço para o desvio, para o “outro” de nossa cultura. Isso gera, algumas vezes, reações negativas e até mesmo agressivas por parte dos leitores<sup>13</sup>, que percebem que a fronteira de regulação foi transposta. Minha atenção se volta ao espaço dos comentários e para as manifestações dos leitores a respeito destas novas verdades colocadas em circulação pelo jornalismo. Me interessa saber como se dá essa interação e alguns **problemas de pesquisa** são delineados a partir dessa curiosidade: Quais são os sentidos mobilizados pelos leitores em relação aos novos mapas culturais de significado sobre gênero colocados em circulação pelo jornalismo? De que modo os mecanismos de controle (vontade de verdade) são acionados pelos leitores para legitimar ou deslegitimar o jornalismo e validar ou invalidar os novos mapas em circulação? Como são classificadas e demarcadas as imagens do Outro e como se dá a produção da identidade e da diferença no discurso dos leitores? Como o jornalismo se posiciona em relação à manifestação dos leitores e interage nesse novo espaço em rede?

A temática da identidade de gênero e da transexualidade me pareceu especialmente fértil para observar os sentidos em disputa, por se tratar de um conjunto de novas verdades ainda muito distantes do senso comum. Ao narrar sujeitos que rompem com certezas sedimentadas a respeito da suposta coerência sexo-gênero-sexualidade, o jornalismo precisa trazer à tona novos mapas de significado desconhecidos por grande parte da audiência.

Assim, o **objetivo geral** desta tese é compreender e problematizar os sentidos manifestados pelos leitores em relação à temática da identidade de gênero e

---

<sup>13</sup> Os termos “leitor” e “texto” não se referem apenas ao jornalismo impresso, sendo pertinentes em AD para tratar de qualquer tipo de discurso. Pode-se dizer, nesse prisma, que o telespectador de um programa televisivo, por exemplo, realiza um processo de leitura quando assiste uma reportagem.

transexualidade colocados em circulação pela mídia de referência em diferentes meios. Os **objetivos específicos** são: a) identificar os principais núcleos de sentido presentes nos comentários de leitores a respeito dos enunciados jornalísticos que abordam a temática de gênero, buscando analisar de que forma o jornalismo é legitimado ou deslegitimado nestes enunciados; b) analisar os núcleos de sentido buscando identificar os mecanismos de controle (interdição, segregação e vontade de verdade) empregados para validar ou invalidar a temática; c) investigar de que modo opera a produção da identidade e da diferença no discurso dos leitores, procurando identificar as suas marcas; e d) verificar como se posiciona e interage o jornalismo frente à manifestação dos leitores nesse novo cenário de possibilidades de inter-ação e diálogo com a audiência em rede.

Para cumprir esses objetivos, serão analisados qualitativamente **2.460 comentários** de leitores, coletados entre 2015 e 2017, em publicações realizadas pela revista Galileu, o programa televisivo Globo Repórter, o jornal Folha de S. Paulo e o programa Fantástico em suas fanpages no Facebook. Escolho não limitar apenas um lócus de investigação, mas sim coletar diferentes fatos de discurso para formar um corpo de enunciados com valor de amostra (FOUCAULT, 2007). Opto também pela diversidade de meios e materiais diversos – revistas, jornais, programas televisivos – já que essa plena e permanente circularidade dos textos em nossa época produz o entrelaçamento das mídias (FISCHER, 1997), configurando uma “população de acontecimentos discursivos”. Considero, numa perspectiva foucaultiana, esses “mínimos documentos” - os comentários de leitores na internet - como monumentos que trazem à luz discursos e verdades possíveis em nossa sociedade e em nosso tempo.

É neste espaço de interação desprestigiado e temido (somos alertados constantemente a não ler os comentários das notícias) que nos defrontamos com as complexas relações que as coisas ditas estabelecem entre os sujeitos, a verdade e o poder. Me inquieta saber que em grande medida preferimos ignorar o que está sendo dito neste ambiente discursivo como se as pessoas e ideias ali presentes fossem algo muito distante ou que não merecessem a nossa atenção. Me parece que é nesse espaço que muitos discursos ganham materialidade e podemos observar de perto algumas verdades sedimentadas, emoções e preconceitos que encontram um espaço confortável e seguro para irromper. Ainda que bastante desgastante, a tarefa de observar esse ambiente discursivo mais de perto pode fornecer pistas importantes para que o jornalismo se instrumentalize no sentido de cumprir seu compromisso na construção da cidadania.

Esta tese dialoga com outras pesquisas que enfocam os comentários de leitores e vêm sendo desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa em Jornalismo (Nupejor), grupo de pesquisa da UFRGS vinculado ao CNPq. Por meio do estudo dos comentários foi possível levantar os sentidos de credibilidade (LISBOA, 2012) ou de relevância (DALMASO, 2017) percebidos pelos leitores, identificar emoções, como raiva, desprezo, medo ou satisfação (BENETTI; REGINATO, 2014), detectar o movimento do imaginário e dos sentidos do real e da ficção (BENETTI; DALMASO, 2014), ou ainda, mapear sentidos ligados ao ódio e ao preconceito de gênero (STOCKER; DALMASO, 2016) presentes no discurso dos leitores. Encontrei também pesquisas que contribuíram diretamente para a produção deste trabalho e que serão mencionadas ao longo deste estudo. Destaco as produções de Correa (2010), Veiga da Silva (2014; 2015) e Grotz (2014) no que se refere à relação jornalismo e gênero; e Amaral (2004) e Azevedo (2006) a respeito do vínculo entre jornalismo e leitores.

Tendo em vista que o jornalismo como discurso só existe entre sujeitos e que a interpretação daquilo que é noticiado só ocorre na relação com os leitores, essa tese se justifica pela centralidade que a relação texto-leitor adquire nos novos espaços de interação proporcionados pelo jornalismo em rede (HEINRICH, 2011) e na massiva apropriação que os leitores vêm fazendo destes espaços. Essa nova interatividade abre possibilidades até então impensáveis no jornalismo impresso, por exemplo, onde o único espaço possível para o *feedback* até poucos anos era a seção “cartas do leitor”. Incorporando a velocidade e a instantaneidade dos processos em rede, a participação dos leitores interpela diretamente o discurso jornalístico, questionando, discordando, reiterando, elogiando ou criticando a abordagem, a temática, o jornalista e o próprio jornalismo. A audiência ativa (GONZÁLEZ, 2010) consome a informação ao mesmo tempo em que participa do processo comunicativo: marca os amigos nos comentários, compartilha textos e convoca a sua rede para que participe da discussão. Essa nova complexidade dos espaços de fluxo, com usuários cada vez mais engajados, traz a necessidade de reconfiguração das relações entre o jornalismo e a audiência: “a capacidade interativa da mídia de massa baseada na internet dá para a audiência um papel muito mais significativo na avaliação dos itens de notícias apresentados a ela do que o papel que tinha anteriormente” (SHOEMAKER et al, 2010, p. 65).

Para justificar a importância desta tese, parto também da constatação de uma lacuna nas pesquisas brasileiras no campo da Comunicação, no que se refere à abordagem das relações entre jornalismo e as intersecções com os estudos de gênero. De acordo com

o levantamento de Tomazetti (2016), nos últimos cinco anos (2010-2015) somente 93 teses e dissertações na área da Comunicação abordaram a temática de gênero, o que representa 2% da produção total deste período. Apenas 29 dos 44 programas de pós-graduação brasileiros em Comunicação registraram produções que discutiram a temática. Embora esta produção tenha dobrado desde 2015 em relação aos últimos dois anos, é preciso discutir não apenas em termos quantitativos aquilo que vem sendo produzido no campo: o estudo de Tomazetti aponta que 13,9% destas pesquisas sequer apresentam referencial teórico ligado aos estudos de gênero, mesmo utilizando recorrentemente ao longo do trabalho a expressão ou apontando esse recorte no decorrer da pesquisa. Nessa direção, entendo a produção deste estudo como relevante socialmente porque ainda estamos, na comunicação e no jornalismo, apenas engatinhando no que se refere aos estudos de gênero. Isso não significa que não existam pesquisadores abordando estas temáticas. Significa que, no campo da comunicação, estes estudos foram - e continuam sendo, em alguma medida – subalternizados. Os maiores programas de pós-graduação do país não possuem grupos de estudo interessados na temática e os principais congressos de comunicação<sup>14</sup> não oferecem a possibilidade de trocas e discussões em grupos de trabalho específicos sobre as intersecções com gênero.

Como sujeito político, emaranhada nas teias da cultura e imersa nesse cenário, é preciso ainda demarcar o meu envolvimento pessoal com a temática de gênero e feminismo. Como mulher, jornalista e integrante do coletivo Gemis<sup>15</sup> – gênero, mídia e sexualidade, a relevância e a centralidade que as discussões a esse respeito têm assumido no cenário contemporâneo afetam minha trajetória pessoal também como cidadã, feminista e militante. Essas identidades, somadas a minha posição de doutoranda, me colocam em um lugar de fala e vivências privilegiado. Em 2016, tive a oportunidade de visitar quatro universidades (Feevale, UPF, Unijuí e UFSM) como representante do coletivo para falar sobre gênero e violência contra a mulher, dentro do projeto Caravana Gemis. Participei também de inúmeras semanas acadêmicas, aulas abertas, rodas de

---

<sup>14</sup> Apenas traçando um breve comparativo com o campo da Educação, sublinho que a Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) possui o grupo de discussão GE 23 - Gênero, sexualidade e educação desde 2003 (há 14 anos). A COMPÓS (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação) até hoje não possui um GT destinado as discussões sobre a temática.

<sup>15</sup> Criado em abril de 2014, o grupo de ação e debate propõe uma reflexão sobre a abordagem da mídia em relação à temática de gênero e suas interseccionalidades. Em 2016 o grupo foi contemplado em um edital do Fundo Elas de Investimento Social para realizar um projeto voltado ao combate da violência contra a mulher. A proposta consistiu em realizar oficinas e palestras sobre a temática nas 22 universidades do Rio Grande do Sul que oferecem o curso de Jornalismo. Mais informações em: <<http://ggemis.blogspot.com.br/>>.

conversa e fui convidada a falar sobre a temática em diferentes espaços. Pude, nestas oportunidades, conversar com estudantes e profissionais de diferentes partes do Estado sobre suas percepções a respeito da mídia e da eclosão da temática de gênero, além de discutir a responsabilidade dos futuros comunicadores no que tange a produções mais sensíveis e interessadas neste “outro” tantas vezes negligenciado pelo jornalismo. Além desta experiência, a emergência destes novos mapas de significado e o espaço aberto pelos meios me envolveram e posicionaram também como parte ativa deste processo como fonte<sup>16</sup> em jornais, programas de rádio e TV. Penso que participar destas duas experiências pode auxiliar a entender como esses mapas são construídos e como repercutem junto ao público. Mais do que isso, possibilita pensar estratégias de atuação em busca de uma sociedade mais justa e mais igualitária, tanto por meio de iniciativas da sociedade civil, como do jornalismo e da própria academia.

A partir desse contexto e dessas vivências, este estudo trata da produção e disputa de sentidos entre jornalismo e leitores a respeito da temática de gênero. A tese está organizada em seis capítulos, incluindo esta introdução. No segundo capítulo, intitulado *Jornalismo e gênero: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores*, estabeleço os quatro eixos teóricos que darão sustentação à pesquisa: Foucault e o discurso, Gênero, cultura e poder, *Jornalismo discurso e leitores* e *Linguagem, identidade e diferença*. Procuro desdobrar esses quatro eixos abordando conceitos fundamentais para o desenvolvimento posterior das análises. No capítulo 3, apresento o percurso metodológico, conto sobre as escolhas e caminhos da pesquisa, apresento a metodologia adotada, o *corpus* e como será organizada a análise. No quarto capítulo, a análise dos comentários dos leitores é desenvolvida. Na primeira parte, apresento os núcleos de sentido voltados à validação e invalidação da temática – razões biológicas, motivos religiosos e menções ao preconceito – para em seguida apresentar os núcleos de sentido que se referem à legitimação e deslegitimação do jornalismo – em função do seu papel social, da abordagem classificada como ideológica e em razão do caráter científico do enquadramento ou da publicação. Por fim, apresento o último núcleo da amostra, identificado tanto para validar a temática quanto para legitimar o jornalismo: o sentido de empatia e o surgimento de novas vozes e sentidos a partir da relação texto/leitor. No

---

<sup>16</sup> A grande repercussão que o caso de estupro coletivo causou e as posteriores discussões sobre cultura do estupro acabaram me inserindo em um novo lugar de fala. Participei de inúmeras entrevistas e debates como fonte sobre o tema, dentre eles, entrevistas para a Rádio Gaúcha e Guaíba, participação em debate na TV Ulbra, entrevista para a TV Assembleia e para o jornal Sul21, além de participações em programas de rádio e jornais universitários.

quinto capítulo faço a discussão dos resultados, procurando observar com uma lente epistemológica de gênero a relação dos sentidos produzidos e dos sentidos em disputa com a construção das reportagens do *corpus*, demarcando como se dá a produção da identidade e da diferença nessa relação. Por fim, no último capítulo, serão feitas as considerações e amarrações finais para o fechamento da tese.

## **2. Jornalismo e gênero: produção e disputa de sentidos no discurso dos leitores**

Neste capítulo, estabeleço as bases de um quadro teórico que foi dividido em quatro eixos fundamentais para pensar a relação do texto jornalístico com os leitores e a produção de sentidos a partir das pautas que abordam a temática de gênero: Foucault e o discurso; Gênero, cultura e poder; Jornalismo, discurso e leitores; e Linguagem, identidade e diferença.

O primeiro eixo trata de apresentar a perspectiva teórico-metodológica que inspira a construção desta tese, apresentando a análise enunciativa de Foucault (1969), sublinhando as relações entre discurso e poder e dissertando sobre os principais modos de controle do discurso na perspectiva foucaultiana. No segundo eixo, faço uma breve genealogia do conceito de gênero, abordo a ampliação e refinamento do termo a partir da teoria Queer, que associa gênero às normas e convenções culturais que variam histórica e socialmente; sublinho a importância da linguagem na produção e instituição de verdades, normas e convenções e a produção performativa de gênero; referencio a crítica feminista à ciência (HEILBORN, 1991; SARDENBERG, 2002) e o gênero como categoria de pensamento e construção de conhecimento (FLAX, 1990), estando além dos corpos e vivências dos indivíduos. No terceiro eixo, abordo o jornalismo como construção social da realidade, trago o conceito de contrato de comunicação (CHARADEAU, 2006), as características do jornalismo em rede (HEINRICH, 2011) e o jornalismo como forma de conhecimento (MEDITSCH, 1997). O quarto e último eixo teórico procuro trazer a perspectiva de Hall (1997b) e Silva (2012) sobre identidade e diferença e abordar as possibilidades de encontro com a alteridade propiciadas pelo jornalismo a partir da lente da filosofia da diferença (SILVA, 2012).

### **2.1 Foucault e o discurso: interrogar a linguagem no que ela produz**

A verdade é deste mundo. A célebre afirmação de Foucault somada à atitude intelectual que procurou transmitir por meio dos seus escritos, a de pensarmos as coisas como problema, pode ser considerada o mote que me fez voltar a atenção às novas

configurações do jornalismo e suas relações com os leitores neste espaço-tempo que estamos vivenciando, especialmente quando trata da temática de gênero. Não tenho dúvidas que a circulação de saberes “verdadeiros” de nossa época passa pelo terreno jornalístico e que esse, cada vez mais, se molda e se constrói na relação com seus leitores. Para além da utilização de letras, palavras e frases, tanto os enunciados colocados em circulação no espaço jornalístico quanto os enunciados produzidos pelos leitores no espaço dos comentários, ultrapassam a simples referência a “coisas”. Apresentam regularidades discursivas, conferem sentidos para acontecimentos, objetos, grupos sociais, atos políticos, pessoas, emoções, enfim, produzem verdades. São ambos, coisas deste mundo.

Esses enunciados fazem-se práticas cotidianas, interpelam sujeitos e, como diz Fischer (2012, p. 16), “produzem felicidades e dores, rejeições e acolhimentos, solidariedades e injustiças”. De acordo com o pensamento foucaultiano, investigar os comentários de leitores produzidos a partir da irrupção de novos enunciados jornalísticos, verdades que até bem pouco tempo não encontravam condições de aparição, faz com que esses “mínimos documentos” se transformem em “monumentos” que permitem defrontar com coisas ditas e coisas feitas, discursos e verdades possíveis em nossa sociedade e em nosso tempo. A partir das marcas presentes na superfície dos discursos, pode-se questionar aquilo que, até então, se apresentava como óbvio, surpreendente ou inócuo e vislumbrar as complexas relações entre o sujeito, a verdade e o poder.

Trabalhar numa perspectiva foucaultiana seria, de acordo com Fischer (2012), entre outras coisas, entrever a multiplicidade dos acontecimentos, atentar aos jogos de verdade que se fazem em meio a inumeráveis obstáculos, quase sempre fora de qualquer controle; perceber a existência imersa em relações de poder, pelas quais se criam variadas estratégias de conduzir a si mesmo e aos outros; notar a história das discontinuidades, as ausências da linguagem, a separação entre as palavras e as coisas; e perceber o visível na superfície mesma dos discursos e não em suas profundezas, problematizando o que vivemos no presente.

O espaço dedicado pela mídia para discutir identidade de gênero, transexualidade, cultura do estupro e feminismo demonstra que estes enunciados encontram condições para irromper em diferentes meios e espaços. Os primeiros indícios de uma nova positividade, capturados nessa discontinuidade histórica daquilo que entra em pauta nos veículos de comunicação, estão ligados a inúmeras práticas institucionais e relações de poder, a diversas condições de produção e de emergência de determinados discursos. De

acordo com Foucault, nos caberia perguntar: que verdades estão sendo construídas sobre os sujeitos a respeito de gênero e transexualidade? De que modo eles se tornam (ou não) sujeitos dessas verdades? Para encontrar algumas respostas, me proponho a observar e analisar a interação texto-leitor presente nos comentários registrados sobre as notícias contra-hegemônicas em circulação na atualidade e descrever o discurso presente e vivo de uma época, materializado num documento/monumento histórico.

### *2.1.1 Análise enunciativa de Foucault*

Para analisar discursos na perspectiva de Foucault, é preciso inicialmente a tentativa de manter-se no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Segundo Fischer (2012, p. 74), isso significa “trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar”. A autora lembra que não há nada oculto ou insinuado sob este enfoque teórico. Há enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento. Assim, analisar o discurso seria considerar as relações e práticas concretas que estão “vivas” no próprio discurso e explorar ao máximo os materiais tendo em mente a ideia de que todo o discurso é prática social e que sempre é produzido em função de relações de poder (FOUCAULT, 1969; 1971). O esforço se dá na direção de “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação” (FOUCAULT, 2007, p. 34), determinando as condições de sua existência, estabelecendo correlações com outros enunciados, mostrando aquilo que ele inclui e exclui para chegar a ocupar o exato lugar que ocupa na ordem do discurso.

De acordo com Fischer (2013, p. 125), Foucault nos coloca diante da tarefa de considerar quatro grandes forças na análise dos discursos: a inscrição histórica das “coisas ditas”; a condição inapelável do discurso como prática; a materialidade dos enunciados; e a luta travada na e pela constituição de sujeitos (de determinadas verdades ou discursos). A autora observa ainda que, em toda a obra de Foucault, está presente a problematização sobre os discursos e os saberes, assim como as relações de poder e o debate sobre os diferentes modos de constituição do sujeito. Não há como separar forma de conteúdo, teoria de método, nem temáticas específicas das possíveis formas de investigá-las. Não há como isolar aquilo que Foucault pensa sobre os sujeitos e o que afirma sobre as relações de poder.

A concepção de discurso bastante particular de Foucault implica flexibilidade e rigor para operar com as “coisas ditas”. Isso significa perceber que os discursos utilizam

os signos para além de designar coisas e operam no limite com o social. As regras de formação de conceitos não estariam nos indivíduos, mas no próprio discurso, sendo estipuladas dentro de cada campo àqueles que se manifestam. Desta forma, o sujeito não seria nem causa e nem origem do discurso, mas sim efeito discursivo. O conceito de prática discursiva, nessa linha teórica, diz respeito às regras e relações que se dão dentro de um discurso e fixam determinados enunciados, amarrando as “coisas ditas” às dinâmicas de poder e saber de seu tempo:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2007, p. 138).

Nessa direção, a análise enunciativa não busca aquilo que estaria por trás, manipulado ou escondido, e nem o analista está em busca de uma suposta verdade dos textos e das enunciações. A ideia é chegar à complexidade do mútuo condicionamento entre as práticas discursivas e não discursivas na constituição da realidade e na produção dos saberes. É preciso, portanto, o cuidado de “ficar no nível do próprio discurso”, não indo atrás daquilo que lhe seria anterior e nem apanhar as formas que o discurso arranjou mais adiante.

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma Língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva (FOUCAULT, 2007, p. 54-55).

Dentre as ênfases postas por Foucault, o discurso é sempre uma prática, os discursos são constitutivos das “coisas” e os signos existem para além de nomear ou representar a “realidade”. Entre as inúmeras definições de discurso presentes na obra *A arqueologia do saber*, Foucault (2007, p. 135) escreve: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva”. Como bem aponta Fischer (2012), essa definição não pode ser compreendida isoladamente, sendo necessário explicitar conexões. Para isso, o conceito de enunciado pode sintetizar a elaboração do autor sobre uma possível “teoria do discurso” (FISCHER, 2012, p. 76). Para Foucault, o enunciado é um acontecimento que não constitui uma unidade, mas aparece na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem: “uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faz com que apareçam, com

conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2007, p. 99). Nas formulações sobre discurso, Foucault vai referir-se repetidas vezes ao enunciado para conceituar discurso, como enumera Fischer (2012, p. 76): discurso como “domínio geral de todos os enunciados”, grupo individualizável de enunciados”, “prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados” e ainda, “número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. Assim, embora seja único, como qualquer acontecimento, o enunciado é aberto à repetição, à transformação e à reativação, sendo uma prática que constitui e vai sendo constituída pelo discurso: “o enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2007, p. 34).

Quatro elementos básicos caracterizam a função do enunciado: um referente, um sujeito, um campo associado e uma materialidade específica. Não há enunciado que não seja feito de signos e palavras e o que permite situá-los numa certa organização é o fato de pertencerem a uma mesma formação discursiva. É preciso apreender o enunciado como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo e num certo lugar e analisá-lo em correlação com a formação discursiva.

Na perspectiva foucaultiana, a formação discursiva funciona como uma “matriz de sentido”, por carregar significações que parecem óbvias e naturais para os sujeitos e pode ser vista como o princípio de dispersão e de repartição de enunciados. Sendo assim, os discursos não preexistem à cena enunciativa: eles a constituem e na mesma medida são constituídos por ela. Se usarmos como exemplo as enunciações sobre ser mulher “bela, recatada e do lar”<sup>17</sup>, percebemos que, além de evidenciar o discurso machista, essa enunciação também o reforça e o modifica continuamente. “Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição” (FOUCAULT, 2007, p. 31), o enunciado é sempre um acontecimento que se inscreve no interior de uma formação discursiva e de acordo com um regime de verdade. Desta forma, pode-se afirmar que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras dadas historicamente e afirmando a verdade de um tempo. Ao mesmo tempo, o grande número de enunciados que surgiram em resistência a essa enunciação, como o trocadilho “bela, recatada e do bar”, por exemplo, trazem à superfície novas verdades e apontam uma nova positividade sobre esses saberes. É nesse

---

<sup>17</sup> Essa enunciação e seus desdobramentos surgem a partir da reportagem “Marcela Temer: bela, recatada e do lar”, publicada pela revista Veja em abril de 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acesso em janeiro de 2018.

sentido que Foucault afirma que o enunciado não existir isoladamente, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados. Isso demonstra que não há um espaço homogêneo, mas sim transversalidades. Há um incessante movimento das coisas ditas, dos saberes, dos discursos.

No caso dos enunciados que trataremos nesta pesquisa – tanto os enunciados contra-hegemônicos a respeito da temática de gênero que irrompem no campo jornalístico como os enunciados gerados pelos leitores a partir desta aparição –, ainda que habitem um mesmo campo, podem chocar-se e contradizer-se, por estarem em correlação com outros discursos e outras configurações de saber, como veremos mais adiante. Para Foucault, o debate em torno do discurso é inseparável de uma discussão genuinamente política.

### *2.1.2 Discurso e poder, uma íntima relação*

Ao invés de referir-se ao poder como algo uno, Foucault prefere enfatizar o seu caráter estritamente relacional, preferindo falar sobre “relações de poder”, múltiplas, horizontais, microscópicas, cotidianas. Nas palavras de Fischer (2011, p. 238), “aprendemos com Foucault a olhar o poder não mais como algo negativo, como repressão ou interdição, mas como algo que produz, incita, se exerce”. A rede complexa na qual funciona o poder coloca também em funcionamento outras redes de discursos, de saberes, de práticas institucionais e cotidianas, relacionadas à produção e veiculação de verdades. Não haveria poder de um lado e discurso de outro e o poder não seria sua fonte e nem sua origem. Em outras palavras, o próprio discurso seria um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder, e o poder, por sua vez, alguma coisa que opera através do discurso.

Ao enfatizar o discurso como prática, Foucault posiciona a análise enunciativa na diagonal, tratando das práticas discursivas e não discursivas simultaneamente, atravessadas umas pelas outras. Os enunciados estão em constante movimento e o discursivo e não discursivo coexistem, se atravessam e não operam um sem o outro, numa convocação constante para que os sujeitos sejam sujeitos de determinadas verdades e discursos. Isso significa que a Análise enunciativa se ocupa diagonalmente de diferentes cenas enunciativas, procurando recolher a multiplicidade de enunciações linguísticas e imagéticas sobre um determinado tema. É preciso, nesse sentido, ocupar-se com a multiplicidade de coisas ditas, enunciações, posições de sujeito e relações de poder

implicadas em cada campo de saber, dando-se conta de relações históricas e práticas muito concretas que estão vivas no discurso.

Nessa perspectiva, não há algo externo aos discursos, como se eles possuíssem uma espécie de interioridade. Há uma concepção de discurso como luta: luta pela imposição de sentidos, pela interpelação de sujeitos, pela conquista de voz ou da vantagem econômica, e não como reflexo ou expressão de algo. É importante demarcar que os enunciados se movem sem jamais se cristalizarem numa fixidez rígida, tornando assim o discurso um objeto de luta e um bem:

[...] um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2007, p. 136-137).

Assim, é preciso fazer com que o poder apareça nos espaços micro, onde se faz mais insidioso: nos espaços mínimos, nas menores práticas, onde efetivamente se disseminam verdades. A partir da ideia de poder pulverizado, presente em todas as relações e em todos os lugares, Fischer (2011) afirma que é necessário investigar os movimentos, as transformações e as rupturas nos discursos examinando justamente as “mínimas práticas” do exercício do poder. Além de considerar a resistência implicada quando se fala de poder em Foucault – onde há poder, há resistência, seja no interior das práticas, relações ou nos próprios indivíduos –, a autora atenta sobre a importância de dar conta das diferentes práticas em jogo no complexo processo de comunicação, que abrange produtores (jornalismo) e espectadores cotidianos (leitores e comentaristas).

Paul Veyne (1982) vai olhar com atenção para a “multiplicidade histórica das práticas”, que nos faz receber as coisas, as pessoas e as palavras como se fossem óbvias, dadas, naturais e plenas de racionalidade. A tendência da sociedade ocidental tem sido aperfeiçoar as estratégias de poder criando dispositivos cada vez mais complexos, nos quais os indivíduos terminam por enredar-se. Seria preciso expor essas práticas e dispositivos tentando livrar-se de concepções verticais de poder e resistência, observando a complexidade e movimento dos processos. Por meio deste entendimento, nos parece bastante produtivo trazer para o foco da análise os comentários de leitores a respeito de enunciados que provocam rupturas em determinados discursos de verdade. Trata-se de analisar discursos que circulam em nossa época e que se constituem como verdadeiros, procurando expor suas práticas e dispositivos.

Por isso, a relação entre continuidade e descontinuidade histórica é orientação fundamental para a análise dos discursos nessa perspectiva, o que implica acompanhar as coisas ditas naquilo que se refere às linearidades, reforços, reafirmações de um certo campo de saber e, simultaneamente, no que irrompe, as rupturas nesse mesmo discurso. Ao mesmo tempo, segundo a autora, é preciso aceitar a fragilidade e o vigor dos enunciados, entendendo que as coisas não têm o mesmo modo de existência e as mesmas possibilidades de transformação depois de terem sido ditas. O analista de discurso precisa observar e descrever as relações microscópicas que estão em jogo no discurso, sabendo que seu trabalho irá se desenvolver sobre a instabilidade das coisas ditas.

Longe de se contentar com oposições simplistas, analisar discursos numa perspectiva foucaultiana significa basicamente dar conta de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” nos discursos. Para isso, é preciso efetivamente considerar o discurso como prática e acontecimento, detendo-se em observar como circulam, como lhe são atribuídos determinados valores de verdade, de que modo são apropriados pelos diferentes grupos e como se dão as rupturas nas “coisas ditas”. Como bem traduz Fischer (2012), trata-se de um esforço de interrogar a linguagem e o que efetivamente foi dito, observando seus modos de produção e aquilo que determina a existência de enunciados singulares e limitados:

Em vez de buscar explicações lineares de causa e efeito ou mesmo interpretações ideológicas simplistas, ambas reducionistas e harmonizadoras de uma realidade bem mais complexa, aceitar que a realidade se caracteriza antes de tudo por ser belicosa, atravessada por lutas em torno da imposição de sentidos (FISCHER, 2012, p. 80).

Trata-se de operar sobre os documentos ordenando e identificando elementos, investigando as posições de sujeito, levantando a memória dos enunciados, acompanhando-os como irrupção, descontinuidade e transformação. Trata-se de responder à pergunta: “por que isso é dito aqui, desse modo, nessa situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente?” (FISCHER, 2012, p. 80).

### 2.1.3 *Modos de controle do discurso*

Em *A ordem do discurso* (1971), Foucault teorizou as relações entre discurso e poder, o que o fez imergir nas discussões sobre os sistemas gerais de controle desenvolvidos pela sociedade ocidental (GREGOLIN, 2004). Para Foucault, devido ao temor que a civilização tem em relação ao discurso, criaram-se sistemas de controle, instituídos de forma a dominar a sua proliferação e “apagar até as marcas de sua irrupção

nos jogos do pensamento e da língua” (FOUCAULT, 2011, p. 50). Por ser uma prática exercida por pessoas imersas em relações de poder, o discurso vai sendo regulado e se moldando por meio de mecanismos discursivos, que têm por função controlar, selecionar e organizar a sua produção.

Mais do que trazer à tona a repressão ao que foi dito ou àquilo que se gostaria de dizer, descrever os mecanismos de controle em atuação no discurso pretende expor as práticas discursivas e não discursivas responsáveis por ajustar aquilo que pode e deve ser dito num determinado espaço-tempo. Ao detectar o “inconsciente positivo do saber” (VEYNE, 1982), pode-se identificar aquilo que permanece implícito, tornando o enunciado ao mesmo tempo não visível e não oculto. Nessa conformação, as coisas ditas não se afastam das dinâmicas de poder e saber de seu tempo, visto que exercer uma prática discursiva implica obedecer determinadas regras criadas historicamente e de acordo com um certo regime de verdade.

Foucault elenca três modos de controle do discurso: a exclusão, a sujeição e a rarefação, e divide estes princípios de controle em procedimentos internos e externos. Como o interesse deste estudo é observar os comentários de leitores a respeito dos enunciados contra-hegemônicos colocados em circulação pelo jornalismo, o interesse recai nos procedimentos externos de controle do discurso, que são a interdição, a segregação e a vontade de verdade.

A *interdição* é o modo mais comum e familiar de exclusão do discurso, que revela a sua ligação com o poder: “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2011, p. 9). Decorre das interdições que em uma sociedade algumas pessoas e instituições estejam autorizadas e possuam legitimidade para falar em determinados campos discursivos e outras não. Foucault cita a sexualidade e a política como áreas onde é possível enxergar com clareza os efeitos das interdições e suas ligações com o desejo e o poder.

O segundo modo de controle do discurso elencado por Foucault é a *segregação* (ou rejeição) que determina o silêncio pela separação entre o normal e o patológico, entre a razão e a desrazão, o certo e o errado. Esse mecanismo se constrói no terreno da legitimidade, e o autor exemplifica seus efeitos pela oposição entre razão e loucura e todo o aparato de saber e redes de instituições imbricadas nesse processo. No caso do jornalismo e sua relação com a alteridade, a segregação opera, por exemplo, até mesmo quando este abre espaço para o “outro”, como sublinha Resende (2009a, p. 5): “o outro,

quando fala, fala sempre de um deslugar, porque invariavelmente fala através daqueles que lhes concedem este direito, uma condição antes de autoridade, muito distante do que se espera de um exercício de alteridade”. Mais do que o poder de conceder ou não o direito à palavra, o controle se exerce ainda por meio do enquadramento do tema, a edição daquilo que é dito, o formato do programa/quadro/entrevista. Há o controle do discurso e do lugar de onde se fala.

Desses dois procedimentos, deriva o terceiro sistema de exclusão, implicado no próprio gesto de proferir um discurso, a que Foucault chama de *vontade de verdade*. Esse procedimento é centralizador, porque reformula e legitima os outros dois. Resende (2007) vai apontar a mídia como instância fundamental que opera na regulação e manutenção do *status quo* da sociedade, operacionalizando os seus lugares de fala como legitimadores da nossa vontade de verdade. O direito de fala conferido aos jornalistas por outras instituições produtoras de saber concedem ao campo do jornalismo a tarefa de produzir conhecimento acerca dos acontecimentos do mundo:

A partir desses lugares, pelo desejo e pelo poder, revestidos da vontade de verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante. (RESENDE, 2007, p. 83).

O jornalismo e outras instâncias de poder que atuam na sociedade operam ratificando um sistema de exclusão histórico e institucionalmente constrangedor, em que a oposição entre o verdadeiro e o falso não é arbitrária e nem modificável: “não há uma verdade, mas vontades de verdade que se transformam de acordo com as contingências históricas” (GREGOLIN, 2004, p. 98). Esse modo de controle tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão ou poder de coerção, principalmente por estar apoiada em um suporte e distribuição institucional. O modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo, atribuído, reforça e reconduz o sistema de produção de verdades.

Benetti (2010, p. 152) relembra que a oposição entre o verdadeiro e o falso acaba por estabelecer as regras de interdição e segregação de certos discursos: “se digo uma ‘verdade’ fora das regras que definem o ‘verdadeiro’ minha enunciação é deslegitimada e invalidada, pois a exterioridade de meu discurso (o que o conforma) não o reconhece”. Assim, para descrever e analisar os modos como a “verdade” vem sendo historicamente produzida e compreender a função de controle exercida sobre os discursos, é preciso atentar a função de “polícia discursiva” (GREGOLIN, 2004). É preciso olhar para os

comentários dos leitores sabendo que estão sujeitos à vontade de verdade e à vontade de saber de determinado momento sócio-histórico. Mais do que isso, importa considerar o paradigma positivo do campo jornalístico hegemônico, tomado como sinônimo de “normalidade social” e habitualmente condutor das ideias de verdade e de saber.

## 2.2 Gênero, cultura e poder

Abril de 2015. A imagem da travesti Verônica Bolina, sob tutela policial, com o rosto desfigurado, careca, as mãos para trás e seios à mostra, sentada no pátio da delegacia, toma conta das redes sociais. Segundo a reportagem, veiculada no portal G1 São Paulo<sup>18</sup>, Verônica era suspeita de agredir uma vizinha idosa. Após ter sido presa, teria arrancado a dentadas a orelha de um carcereiro. Apesar dos indícios de tortura, maus-tratos, excessos e abusos, a exposição indevida da imagem envolvendo a prisão e contenção de Verônica foi divulgada no Facebook pelos próprios policiais envolvidos no caso. Após grande repercussão gerada por grupos LGBTs na internet, que lançaram a Campanha #SomostodasVerônica, pedindo respeito às travestis, foi realizada a denúncia de agressão ao Centro de Cidadania Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

De acordo com reportagem realizada posteriormente pela agência Pública<sup>19</sup>,

em audiência fechada no Ministério Público Estadual, Verônica sustentou a palavra de mulher, de que sofreu agressões no percurso até a delegacia e, depois, dentro do 2º Distrito Policial. Disse que foi agredida por “policiais de preto” e carcereiros. Teve um cabo de vassoura introduzido no ânus. E defendeu-se mordendo e arrancando um pedaço da orelha de um deles. Os policiais mantiveram também suas palavras de homens da lei. Segundo eles, a trans causou o embate e eles tiveram de usar força para contê-la. Verônica teria sido agredida por outros presos.

O caso de Verônica e sua repercussão são fundamentais para que possamos pensar sobre o conceito de gênero e o sentido de falar sobre a temática na atualidade. O efeito e o impacto das experiências de sujeitos como Verônica são fortemente políticos, pois repercutem não apenas na sua própria vida, mas na vida de todos aqueles e aquelas que não se enquadram na coerência dicotômica do padrão de sexo/gênero. Ao transgredir o gênero e desmontar sua ordem compulsória, a visibilidade e materialidade de Verônica

---

<sup>18</sup> A matéria “Travesti fica desfigurada após prisão; Defensoria diz haver indício de tortura” está disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/travesti-fica-desfigurada-apos-prisao-defensoria-diz-haver-indicio-de-tortura.html>. Acesso em setembro de 2016.

<sup>19</sup> Reportagem intitulada “Um tapa na cara”, publicada em novembro de 2015. Disponível em <http://apublica.org/2015/11/um-tapa-na-cara/>. Acesso em setembro de 2016.

parecem evidenciar o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades. Sugere ainda, concreta e simbolicamente, a proliferação e multiplicação das formas de se vivenciar o gênero e a sexualidade, dimensões tidas como seguras, essenciais e universais e que, supostamente, “não podem/ não devem ser afetadas ou alteradas” (LOURO, 2015, p. 24). A situação de violência à qual foi submetida, a exposição e espetacularização dessa violência por parte da própria polícia que a cometeu, parecem demarcar a posição de Verônica como sujeito abjeto, um corpo que não se ajusta às normas, a diferença que transgredir e perturba. A foto de Verônica desfigurada, com os cabelos raspados, mãos algemadas e os seios de fora, a afasta do humano. Mais do que isso, estabelece o limite e a fronteira que não deve ser ultrapassada, daquilo que foge à norma da inteligibilidade e perturba o domínio de nossos conhecimentos. Verônica é o “outro” indispensável, que fornece o limite para os corpos que verdadeiramente importam, a demarcação da diferença que não deve ser assimilada ou normalizada.

Para além das dicotomias entre os atributos culturais e as designações biológicas, vem-se ampliando o conceito de gênero para abarcar a complexidade dos múltiplos objetos e sujeitos. O horizonte da definição do gênero enquanto uma categoria de análise situada sobre um complexo contexto de relações de poder e dominação está diretamente ligado ao feminismo e suas contendas políticas ao longo da história. Tendo em vista que o principal problema político enfrentado pelo feminismo foi o de que o termo “mulheres” denotasse uma identidade em comum, considerar as múltiplas dimensões das unidades femininas e das manifestações de gênero, além das intersecções de raça, classe, sexualidade, geração, nacionalidade etc., significa desconstruir aquilo que se pressupunha como a ordem natural das coisas e pensar exaustivamente o gênero como uma categoria social e subjetiva.

Se até então o gênero e o sexo eram estritamente compreendidos enquanto biológicos, os estudos feministas da década de 1970 negam esse determinismo e pensam o gênero como uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade (RUBIN, 1993 [1975]). Nos anos 80, questiona-se o esquema linear que exige coerência entre sexo, gênero e o desejo/prática sexual, regidos pela ordem obrigatória da heterossexualidade (RICH, 1980). O pensamento da historiadora Joan Scott, em 1986, vai produzir uma ruptura ao entender o corpo, o sexo e a biologia como generificados, trazidos para a prática social e para a história. Inspirada nos escritos de Foucault, para Scott o gênero passa a ser compreendido como um poder/saber sobre as diferenças, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, o que leva à construção

do conceito de gênero como categoria útil de análise histórica (SCOTT, 1995). Mais adiante, nos anos 90, dissolve-se a dicotomia sexo/gênero, desconstruindo o corpo e o sexo, percebendo ambos como culturais e formas de saber e poder (BUTLER, 2003).

As teorizações de Butler nos anos 90 sobre “identidade performativa” têm sido descritas como responsáveis por levar a teoria feminista a um novo patamar (SALIH, 2015). Após a disseminação do conceito de gênero e as incorporações das ideias de Foucault sobre o poder, na década de 80, aparece uma nova política de gênero, que passa a apontar a cultura e suas normas como criadoras dos sujeitos. O movimento *queer* surge, assim, da recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, “essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo” (MISKOLCI, 2015, p. 25). Seu intuito era visibilizar as injustiças e violências contra aqueles sujeitos que não cumprem as normas e convenções culturais. Essa nova política de gênero muda o eixo da luta política e a dinâmica das relações de poder, retirando o foco dos sujeitos para a cultura. Para compreender a nova corrente teórica que se origina a partir disso, é preciso recapitular historicamente as transformações políticas e culturais ligadas ao feminismo e a produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade, como apresento a seguir.

### 2.2.1 Genealogia do conceito

A elaboração do conceito de gênero foi construída considerando-se aspectos presentes ao longo da história de reivindicações feministas em relação à dominação masculina e se articularam com noções teóricas que procuravam mostrar o caráter social das diferenças entre feminino e masculino. A *primeira onda* do feminismo, que ocorreu entre o final do século 19 e início do 20, se caracterizou pela ideia de “direitos iguais e cidadania”, pois as leis eram diferentes para homens e mulheres. As reivindicações eram centradas nos direitos políticos, como votar e ser eleita, e nos direitos sociais e econômicos, como ter acesso à educação, trabalho remunerado, propriedade e herança (PEDRO, 2005, p. 79). Segundo Piscitelli (2009, p. 127), a teoria social, que utilizava a ideia de diferença entre masculino e feminino como princípio universal de diferenciação e classificação, contribuiu para que novos autores e autoras mostrassem “o caráter cultural, flexível e variável dessa distinção”. A partir da década de 30, a teoria dos papéis sociais busca compreender as normas e regras que determinam quais são os lugares possíveis para homens e mulheres na sociedade e como devem ser desempenhados. Nessa

perspectiva, os papéis sexuais são culturalmente construídos e aprendidos desde a infância. Os comportamentos não são naturais e a incorporação das normas sociais relativas aos papéis femininos e masculinos ocorre de forma imperceptível na família, na escola e em outros locais por meio da socialização.

A partir da década de 60, surge a chamada *segunda onda* do feminismo, com reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, estratégias para acabar com a subordinação e ferramentas teóricas para explicar as duas causas. Surgem conceitos e categorias fundamentais para o pensamento feminista, como os de mulher, opressão e patriarcado. Há o reconhecimento político das mulheres como coletividade, ancorado na ideia de que “aquilo que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas” (PISCITELLI, 2009, p. 134). Isso criava uma identidade baseada em traços biológicos e aspectos sociais decorrentes da dominação masculina. A palavra gênero não estava presente e a categoria “mulher” reafirmava uma identidade separada da de “homem”. O questionamento era sobre o universal na sociedade ser masculino e não incluir questões específicas da mulher (PEDRO, 2005, p. 80).

O conceito de gênero foi elaborado ainda na segunda onda do feminismo, por pesquisadoras que procuraram associar a realidade das mulheres em relação à totalidade da cultura e da sociedade e não mais como algo separado. Essas aproximações se valeram de uma distinção entre sexo e gênero a partir das formulações de Gayle Rubin em 1975. Para a autora, o sistema sexo/gênero é o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana. Dessa forma, o biológico é assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos. Conforme Piscitelli (2009), Rubin pensa em gênero articulado a sexualidade como uma dimensão política. Mais do que a identificação com um sexo, o gênero obriga que o desejo sexual seja orientado para o sexo oposto: “longe de ser expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero é a supressão de similaridades naturais” (RUBIN, 1993, p. 211). Ou seja, o mesmo sistema de regras que oprime as mulheres oprime também os homossexuais.

Durante a década de 80, na *terceira onda*, mulheres negras, índias, pobres, trabalhadoras e de terceiro mundo passam a contestar a ideia de “identidade” da categoria mulher e a pouca atenção dada às diferenças entre elas. Esse debate estabelece que não havia “a mulher”, mas sim as mais diversas mulheres, com pautas de reivindicação diferenciadas e expostas às mais diversas formas de opressão (PEDRO, 2005). Essas mulheres consideravam que os seus interesses haviam sido apagados em favorcimento

aos das feministas brancas de classe média e reivindicavam visibilidade. O sistema sexo/gênero de Rubin foi questionado e elas exigiram que o gênero passasse a ser pensado como parte de sistemas de diferença, nos quais as intersecções raciais, de nacionalidade, sexualidade, classe social e idade se entrelaçam com as distinções de feminilidade e masculinidade. Esse movimento considera que “o poder opera através de estruturas de dominação múltiplas e fluidas, que se intersectam, posicionando as mulheres em lugares diferentes e em momentos históricos particulares” (PISCITELLI, 2005, p. 141).

Nessa direção, Mouffe (1999) sugere pontos nodais e fixações parciais para o estabelecimento de formas de identificação em torno da categoria “mulher”. Na esteira de Lauretis (1989), enxerga a categoria muito mais como um projeto do que como a descrição de uma realidade. Em frente a esses impasses teóricos, uma das saídas seria definir “mulher como posicionalidade” (ALCOFF, 1988), tomando o gênero como ponto de partida. Assim, mesmo compreendido como não natural, não biológico, não universal, a-histórico ou essencial, o gênero é relevante e assumido como uma posição a partir da qual podemos agir politicamente: “as diferentes posições, intersectadas por outras categorias sociais e ocupadas pelas mulheres, podem ser usadas como um lugar a partir do qual essas mulheres se engajam com a construção, e não com a simples descoberta dos significados” (COSTA, 2002, p. 77). O conceito de posicionalidade permitiria, desta forma, que outras identidades sociais e relações além do gênero pudessem assumir prioridade na formação da consciência multivocal das mulheres. Entretanto, a crítica a esse conceito ressalta que nem sempre os grupos historicamente oprimidos têm acesso à identidade ou a individualidade ou meios para tornar suas experiências visíveis. Por estarem fora da política e desautorizados, estariam impossibilitados não apenas de assumir uma identidade, mas também de reivindicá-la. Nessa perspectiva, a identidade passa a ser algo pelo qual se deve lutar constantemente, e não algo que nos é concedido.

Na esteira destas discussões, o projeto de interseccionalidade visa abordar a diferença dentro da diferença (a partir de marcadores de classe, raça, geração, deficiência etc.), sugerindo que, quando nos referimos à discriminação, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas, mas sim com grupos sobrepostos. Segundo Crenshaw (2004, p. 12): “O peso combinado das estruturas de raça e das estruturas de gênero marginaliza as mulheres que estão na base”, limitando suas chances de sucesso. Segundo a autora, as leis e as políticas nem sempre preveem a interseccionalidade das opressões. Assim, pode-se dizer que a noção de interseccionalidade expande significativamente o conceito de gênero, por considerar que as camadas de subordinação ou eixos da diferença estão

mutuamente imbricados e têm efeitos articulatórios. Gênero passa a ser considerado como parte de um conjunto heterogêneo de relações móveis, variáveis e transformadoras do campo social (COSTA, 2002). Como bem sintetiza Butler (2003, p. 3), “se alguém ‘é’ mulher, isso não é tudo que tal sujeito é. [...] o gênero é intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais, regionais e de classe das identidades discursivamente construídas”. Segundo a autora, torna-se impossível separar o gênero das intersecções políticas e culturais através das quais é produzido e mantido.

A partir destas discussões, a proposta feminista da utilização do conceito de gênero vai considerar justamente como as noções de feminilidade e masculinidade estão articuladas a outros aspectos, como classe social, raça, sexualidade ou geração, por exemplo, e de que forma contribuem para a produção de desigualdades. De acordo com Piscitelli (2009) essas formulações advêm do pensamento feminista da década de 70, que uniu a ideia de gênero como produzida na cultura com a preocupação em relação às situações de desigualdades vividas pelas diferentes mulheres. Foi, portanto, o movimento que buscava a igualdade de direitos entre homens e mulheres que, por meio de sua luta social, contribuiu teoricamente para o pensamento social, atuando de forma decisiva na formulação do conceito neste período.

### 2.2.2 A nova política de gênero e a teoria *Queer*

O uso da palavra gênero, como lembra Joana Maria Pedro (2005), tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, igualdade e respeito. Nessa direção, uma “nova política de gênero” surge nas décadas de 90 e 2000, buscando eliminar qualquer naturalização na noção de diferença sexual. O movimento, que também pode ser chamado de *queer*, chama a atenção para o poder disciplinar e as normas e convenções culturais que constituem os sujeitos (MISKOLCI, 2015) e se caracteriza principalmente pela reivindicação e defesa de direitos de intersexos, transexuais e travestis (PISCITELLI, 2005). Segundo Louro (2015), a expressão *queer* pode ser traduzida como estranho, raro, excêntrico, extraordinário e se constitui primeiramente de forma pejorativa, um insulto. Com toda sua carga de estranheza e deboche, o termo é assumido justamente para caracterizar a perspectiva de oposição e contestação, já que *queer* significa colocar-se contra a normalização: “*Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2015, p. 39).

A distinção entre sexo e gênero passa a ser questionada novamente, mas desta vez por outros motivos. Passa-se a discutir o processo histórico ao longo do qual se passou a pensar que o “sexo” e a “natureza” seriam elementos anteriores à cultura e, portanto, fixos. As reflexões sobre esse processo resistem às classificações lineares como “homens” ou como “mulheres” e considera que a distinção entre masculino e feminino não esgota os sentidos do gênero. Aparecem categorias de pessoas “dissonantes” em termos de gênero, que embaralham as distinções entre feminino e masculino e confundem as normas de heterossexualidade. De acordo com Butler (2003), essas pessoas questionam a suposta “coerência social” entre sexo (genitália designada como feminina ou masculina), gênero (aparência e vivência da pessoa a partir de marcadores de feminilidade e masculinidade) e desejo (atração heterossexual), desordenando o pensamento hegemônico sobre gênero. Em outras palavras, espera-se que uma pessoa que tenha nascido com a genitália designada como feminina, por exemplo, seja do sexo feminino (seja e considere-se uma mulher), tenha um gênero coerente (seja uma mulher feminina, com marcadores de feminilidade) e tenha um desejo heterossexual (tenha interesse afetivo e sexual exclusivamente por homens). Nesse sentido, a discriminação de gênero não se aplica apenas às mulheres, mas também aos homossexuais, lésbicas, transexuais, travestis e todas e todos aqueles e aquelas que fogem à norma desta suposta coerência social.

Como já dito na abertura desta seção, essa nova política de gênero originou uma nova corrente teórica. O termo “teoria *Queer*” foi cunhado por Teresa de Lauretis, em 1991, e é uma vertente do feminismo que vem questionar se o sujeito do feminismo é a mulher. A teoria *Queer* lida com o gênero como algo cultural, relacionando-o a normas e convenções que variam histórica e socialmente, e pode ser vinculada a vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que problematizaram as noções de sujeito, identidade e identificação (LOURO, 2015).

Há uma mudança de foco dos sujeitos para a cultura e também uma mudança de eixo nas reflexões sobre o poder. Se antes a dinâmica das relações de poder era compreendida na perspectiva do poder opressor, em que os sujeitos lutam contra o poder por liberdade, a nova dinâmica concebe o poder como mecanismo social disciplinador, em que a luta é por desconstruir as normas e convenções culturais que constituem os sujeitos. Segundo Miskolci (2015), o responsável por essa mudança de eixo nas reflexões sobre o poder é Foucault, a partir de *Vigiar e Punir*, em 1975. Por meio da incorporação das ideias de Foucault sobre uma analítica do poder, a nova política de gênero passa a

modificar a forma de conceber a luta política e a apontar o peso da cultura e suas normas na criação dos sujeitos.

Apesar de estas produções parecerem distanciar-se do pensamento feminista que realizou as primeiras formulações do conceito de gênero, as reelaborações mostram que as normas não estabelecem um consenso absoluto na vida social. Novas problemáticas trazidas por trabalhadoras do sexo, travestis e transexuais ganharam espaço, ampliando a ideia de humano e dilatando a compreensão, inteligibilidade e dignidade a todas e todos que não se enquadram nas normas de gênero e sexualidade (PISCITELLI, 2005; MISKOLCI, 2015).

Sintetizando a história do conceito de gênero, Piscitelli (2005) vai mostrar que o termo que se difundiu inicialmente aludindo às diferenças e desigualdades que afetavam as mulheres adquire outros sentidos a partir dessa nova política de gênero. A Teoria *Queer* continua tratando das diferenças e desigualdades e continua tendo um caráter fortemente político. Porém, as novas reformulações do conceito permitem pensar mais longe do que permitem as distinções entre homens e mulheres, masculino e feminino. Na perspectiva de Miskolci (2015), a Teoria *Queer* sofisticou o feminismo, ampliando o seu alcance para além das mulheres. Permite pensar em como as feminilidades e masculinidades são criadas na articulação com outras diferenças, como classe, raça, nacionalidade, idade etc.; e como essas noções podem se embaralhar e misturar nos corpos e vivências das pessoas, independentemente de suas identificações e classificações binárias em relação ao gênero e sexualidades.

Nesse prisma, este estudo apoia-se na perspectiva teórica dos Estudos Feministas pós-estruturalistas, sendo gênero compreendido como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e “a forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21). Nessa perspectiva, considera-se que a sociedade como um todo – suas leis, normas, instituições, políticas etc. – é atravessada e implicada com a produção, manutenção e ressignificação dos pressupostos de masculino e feminino. Assim, as hierarquias e desigualdades são produzidas pelas relações de gênero e os modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino se estabelecem numa dada sociedade em um determinado momento histórico.

A construção do conceito ampara-se, assim, no pós-estruturalismo, na medida em que essa teoria permite questionar categorias ditas unitárias e universais e historiciza conceitos que são normalmente tratados como naturais, como, por exemplo, homem e

mulher (SCOTT, 1994). Embora gere debates entre as feministas, há o reconhecimento das contribuições dessa teoria, principalmente em relação à crítica ao universalismo, ao essencialismo, ao binarismo e ao racionalismo iluminista (MOUFFE, 1999; SCOTT, 1994; e BUTLER, 2003 e 2013). Nessa perspectiva, se compreende ainda que o sujeito é construído e se constitui “dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (COSTA, 2000, p. 57).

Assim, o conceito adotado neste trabalho concebe gênero como categoria analítica e teórico-epistemológica, capaz de auxiliar na reflexão a respeito dos modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas e operam na sociedade. Conforme Bonetti (2007, p. 217), como categoria analítica o gênero pode ser pensado por remeter “à produção simbólica no plano de valores, das convenções de feminilidades e masculinidades, em determinadas configurações sócio-históricas”; e também, como categoria teórico-epistemológica, visto que pode ser tomado como “um princípio fundante e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder”.

### *2.2.3 Linguagem e gênero como produto discursivo: performatividade e discursos que habitam os corpos*

Dentre os diversos espaços onde seria possível observar a instituição e distinção das desigualdades a partir das relações de gênero, Louro (2003) aponta a linguagem como o campo mais eficaz e persistente, principalmente devido ao seu caráter de suposta naturalidade: “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças” (LOURO, 2003, p. 65). Para a autora, perceber aquilo que é considerado “normal” ou “anormal” em uma sociedade é um bom caminho para compreender como essas relações se estabelecem: “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (LOURO, 2003, p.21). Nessa mesma direção, Veiga da Silva (2014, p. 94) relembra ainda que é pela linguagem que podemos perceber “a normatização do masculino como a forma genérica para se referir a homens e mulheres”, além de ser o primeiro modo de instituir significados aos gêneros e demarcar os lugares de homens e mulheres na sociedade, valorando e posicionando os sujeitos nas hierarquias sociais.

Dito de outro modo, pode-se afirmar que a linguagem usada no cotidiano não serve apenas para transmitir e expressar relações de poder, mas também auxilia e colabora

em sua produção e instituição. Como já dito, importa compreender o poder não como uma entidade estável garantida por um polo, mas sim como uma rede de relações em atividade constante. Ele é exercido pelos sujeitos e tem efeitos sobre suas ações.

A atribuição de determinados papéis sociais e de gênero a homens e mulheres é instituída socialmente por meio de disposições e práticas acionadas historicamente. Essas identidades são voláteis e construídas com o auxílio da linguagem, fazendo com que os sujeitos se construam como masculinos e femininos.

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. (LOURO, 2003, p.41).

A codificação de gênero se expressa na organização social por meio de diferentes instâncias de poder, mesmo que nem sempre de forma explícita. “As estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das, assim chamadas, relações naturais entre homem e mulher” (SCOTT, 1995, p. 91). A linguagem é um dos caminhos que permite compreender como os gêneros são dotados de sentido e os desdobramentos disso nas relações de poder e saber. As naturalizações acerca de sexo, gênero e sexualidade e os modos como esses marcadores sociais se estabeleceram nas convenções sociais podem ser desconstruídas ao resgatarmos os modos como estas construções foram operadas na cultura, por meio de discursos que orientam padrões e normas sociais vigentes (VEIGA DA SILVA, 2014).

Os discursos de autoridade, como da ciência, da igreja, da moral e da lei identificam, classificam, dividem, regram e disciplinam as formas de ser e estar no mundo. Como já dito, cabe lembrar que outros marcadores como classe e raça também estão articulados a regimes políticos de poder e saber formulados no âmbito do pensamento dominante, subordinados às normas sociais hegemônicas até hoje tomadas como “naturais”. Nessa direção, o estudo do gênero como produto discursivo propicia uma reflexão “sobre os modos como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 80). Até mesmo as convenções de gênero e sexualidade, como a premissa que institui uma coerência e uma continuidade entre sexo-gênero-sexualidade, foram produzidas discursivamente pela cultura e são regidas por normas comportamentais

ocidentais, ainda que sejam vistas como “verdades universais” incontestáveis para o senso comum.

Para se qualificar como sujeito legítimo ou um “corpo que importa”, usando as palavras de Judith Butler (1999), é preciso obedecer às normas que regulam a cultura. Um trabalho contínuo, repetitivo e interminável é posto em ação para inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade “legítimos”. Ainda assim, com a inconstância de tudo que é histórico e cultural, o gênero escapa e desliza para além da sequência consagrada de sexo-gênero-sexualidade (LOURO, 2015). O ato de nomear um corpo como feminino ou masculino, inaugurado muitas vezes antes mesmo do nascimento, com a declaração “É um menino!” ou “É uma menina!”, é compreendido por Butler (1993) como uma definição ou decisão sobre um corpo. Ao supor o sexo como um “dado” anterior à cultura, atribui-se a ele um caráter imutável, a-histórico e binário. Nessa lógica, o sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo, não havendo outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. Àqueles e àquelas que subvertem, deslocam e desestabilizam as normas, que deixam de se conformar ao sistema e às regulações, a sociedade reserva penalidades, sanções, reformas e exclusões.

Butler questiona a categoria gênero como sendo calcada no sexo biológico. Na mesma perspectiva que Beauvoir, em “O Segundo sexo”, publicado em 1949, de que não se nasce mulher, mas torna-se, Butler vai sustentar que o gênero é um processo que não tem origem nem fim, que é algo que “fazemos” e não algo que “somos” (SALIH, 2015, p. 67). Após evidenciar o caráter construído do gênero, ela desfaz a conexão vista como natural entre sexo e gênero, classificando-o como radicalmente independente do sexo. Seguindo a perspectiva de Foucault sobre o caráter discursivo da sexualidade, a autora vai afirmar que a “performatividade” de gênero é um efeito discursivo e o sexo é um efeito de gênero:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2003, p. 25).

Dessa forma, pode-se afirmar que Butler coloca em xeque a própria categoria gênero como “interpretação cultural do sexo”, questionando a constituição do sexo como pré-discursiva e anterior à cultura. Conforme lembra Louro (2015), uma divisão usualmente compreendida como primeira, originária e essencial, relacionada ao corpo, é a divisão entre masculino e feminino. Ainda assim, seria um engano considerar que essa

forma de pensar o corpo seja generalizável para qualquer cultura, tempo e lugar. Em consonância com essa ideia, Linda Nicholson (2000, p. 15) vai dizer que a identidade sexual precisa ser pensada como “enraizada historicamente”.

Portanto, antes de pretender, simplesmente “ler” os gêneros e as sexualidades com base nos “dados” dos corpos, parece prudente pensar tais dimensões como sendo discursivamente inscritas nos corpos e se expressando através deles; pensar as formas de gênero e sexualidade fazendo-se e transformando-se histórica e culturalmente (LOURO, 2015, p. 82).

Nessa mesma perspectiva, para Butler os discursos “habitam os corpos”, “se acomodam em corpos”, ou ainda, que “os corpos na verdade carregam discursos como parte do seu próprio sangue” (BUTLER em entrevista a PRINS e MEIJER, 2002, p. 163). Com isso, se enfatiza que os processos e práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e sexualidade, definam também os sujeitos. São as características dos corpos, significadas como marcas pela cultura, que distinguem os sujeitos e se constituem em marcas de poder. Os corpos são marcados social, simbólica e materialmente tanto pelo sujeito quanto pelos outros: “é no corpo e através do corpo que os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam” (LOURO, 2015, p. 85). A marcação pode ser simbólica (uma aliança de ouro, por exemplo) ou física (implantação de uma prótese, tatuagem) e terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material. São essas marcas que determinam deveres ou privilégios e permitem que o sujeito seja aprovado, tolerado ou rejeitado.

#### *2.2.4 Gênero para além dos corpos: as lentes da crítica feminista à ciência e uma mirada epistemológica de gênero para o jornalismo*

Observar as relações que o jornalismo estabelece com os seus leitores e a produção de sentidos que daí decorre sob o prisma de gênero através da crítica feminista à ciência, significa perceber que, nessa conformação, “gênero” estrutura-se como categoria de pensamento e, por isso, também de construção de conhecimento (FLAX, 1990). As categorias de gênero estão implícitas na construção das noções de sujeito, racionalidade, objetividade (SARDENBERG, 2002), são elemento central na constituição do *self* e podem ser compreendidas como princípio classificatório de organização do universo, sendo cruciais para analisar o impacto das ideologias na estruturação do mundo social e intelectual (HEILBORN, 1991). Dessa forma, os “efeitos de gênero” podem ser

percebidos *no* e *sobre* o conhecimento, não estando restritos à relação com o corpo biológico ou com o sexo.

Guacira Lopes Louro (2003) já alertava para a instituição e demarcação dos “lugares de gênero” nas coisas do mundo, e não apenas nos corpos dos indivíduos, afirmando que as diferentes instituições e práticas sociais têm gênero, classe e raça. Para ela, essas instituições e práticas fabricam os sujeitos ao mesmo tempo que são elas próprias produzidas e marcadas por representações de gênero, sexuais, de classe e etnia. Na mesma direção, Alinne Bonetti (2011) sublinha que o gênero vai perpassar e marcar as mais diversas ações sociais, além de abarcar e dotar de sentido toda a organização da vida em sociedade. Conforme a antropóloga, o gênero atravessa o contexto, a agência e as práticas de poder. Sua centralidade decorre porque gênero “é, ele próprio, um sistema de prestígio – um sistema de discursos e práticas que constroem masculinidades e feminilidades não somente em termos de papéis diferenciais e significados, mas também em termos de valor diferencial, prestígio diferencial” (ORTNER, 1996, p.143).

Um dos pontos da crítica feminista à ciência reside em apontar, justamente, para a hierarquia – ou seja, o prestígio diferencial - na valoração das práticas ditas masculinas em relação às femininas. Margareth Rago (1998) ressalta a importância que é conotada à esfera pública em relação ao mundo privado no imaginário ocidental como um exemplo dessa hierarquização. Sardenberg (2002), por sua vez, citando a filósofa feminista Genevieve Lloyd (1996), vai lembrar que o conhecimento dito racional foi construído com base na dominação e controle sobre as forças da natureza, do masculino sobre o feminino:

Para as feministas, o ponto chave é que essas dicotomias se constroem, por analogia, com base nas diferenças percebidas entre os sexos e nas desigualdades de gênero. Assim, os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, dentre outros, que estruturam os princípios da Ciência Moderna, foram identificados com o “masculino”, ao passo que os demais termos das dicotomias – objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza etc., sobre os quais os primeiros se impõe hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se construiu como o “feminino” (LLLOYD, 1996). Em outras palavras, tal qual sugeriu Joan Scott (1988), também nas construções científicas as categorias de gênero aparecem como instrumentos de representação do poder. (SARDENBERG, 2002, p.96).

Nessa direção, para Rago, os padrões de normatividade científica estão impregnados por valores masculinos, o que evidencia o quanto essa relação de poder hierárquica entre masculino e feminino são constitutivas da produção dos saberes: “Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-

heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência” (RAGO, 1998, p. 4). Operando dentro de uma lógica identitária, nesta perspectiva a ciência assume um caráter particularista, ideológico, racista e sexista na construção dos saberes, sendo, portanto, excludente e jamais neutra.

Questiona-se, assim, as noções de universalidade e neutralidade da ciência, apoiando-se no entendimento de que o conhecimento científico é moldado por seu contexto histórico e social. De acordo com Louro, a ciência é masculina não apenas porque foi construída sob a ótica dos homens, “mas porque a seleção, a produção, e a transmissão dos conhecimentos (programas, livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação ‘científicos’ e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos” (LOURO, 2003, p. 89). Se o sujeito da ciência tem se desenhado como o homem branco ocidental, então as construções científicas que advém daí são “essencialmente ‘masculinas’, não são universais, e sim particularizantes” (SARDENBERG, 2002, p. 15).

Ainda em relação à neutralidade na produção de conhecimento no meio científico, Ângela Lima e Souza (2011) relembra que as descobertas dos cientistas não são inerentes ao fenômeno observado, pois envolvem diversas escolhas que não são individuais e idiossincráticas, mas refletem o contexto e a sociedade em que o cientista está inserido. A crítica de Diana Maffía vai na mesma direção, destacando a distância entre o projeto idealizado e reificado do pensamento científico e a construção real e cotidiana do conhecimento: “a identidade do sujeito da ciência, como o do conhecimento, é irrelevante para a prática da investigação. Por certo não possui sexo, mas tampouco gênio, inspiração, excentricidades, preferências, cegueiras, privilégios de classe, raça ou etnia. (MAFFÍA, 2001, p. 332).

Além de refletir o contexto social, é impossível negar que a subjetividade do cientista atue em diversos momentos da pesquisa: ainda que haja rigor no método, a elaboração das perguntas e possibilidades de interpretação dos resultados estarão frequentemente permeadas pelas crenças e visões de mundo do sujeito que produz a ciência. Nessa direção, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel salienta que o mito de um conhecimento universal “Verdadeiro” é constantemente reforçado na ciência ocidental por meio do apagamento daquele que fala e do ocultamento do lugar a partir do qual se pronuncia:

A ‘egopolítica do conhecimento’ da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um ‘Ego’ não situado. O lugar epistêmico étnicorracial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se,

sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnicorracial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (GROSFUGUEL, 2008, p. 46).

Em síntese, pode-se dizer que a crítica feminista à ciência coloca em xeque a epistemologia dominante, que idealiza o conhecimento como passível de neutralidade, negando sua função política, e questiona “os parâmetros científicos definidores de quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, do que pode consistir como conhecimento ou mesmo o que pode ser conhecido” (SARDENBERG, 2002, p. 93). Mais do que um sujeito universal da ciência (masculino, branco, heterossexual, ocidental), ainda há um conjunto de atributos (de gênero, sexualidade, raça, classe) que segue detendo prestígio diferencial, tanto na construção como na circulação de valores e saberes. Desta forma, pode-se questionar se o poder e autoridade da epistemologia vigente advém de sua neutralidade científica ou do seu comprometimento com o poder (MISKOLCI, 2012). Importa lembrar que os termos “gênero” e “Ciência” aparecem associados pela primeira vez em 1978 em artigo publicado por Evelyn Fox Keller (LIMA E SOUZA, 2011). Em seu estudo, a autora já expressava preocupação com o fato de que a associação entre objetividade e masculino e, conseqüentemente, entre masculino e científico, nunca fora questionada e sequer levada a sério no meio acadêmico.

As discussões propostas a partir desta mirada de gênero propiciaram a abertura para discussões de viés feminista sobre a ciência e uma teoria crítica do conhecimento, que vem possibilitando a construção de algumas epistemologias críticas feministas<sup>20</sup>. Estas, atuam tanto fundamentando as bases para um saber feminista como questionando os próprios fundamentos desse saber. Mais especificamente no campo jornalístico, Veiga da Silva (2014; 2015) salienta que uma mirada de gênero pode ampliar as compreensões tanto em relação às práticas jornalísticas quanto aos discursos e saberes que ele produz, levando em conta as relações de poder envolvidas nestes processos. Ao refletir criticamente a partir da perspectiva epistemológica em sua dissertação e em sua tese, a autora percebe que o jornalismo está enredado em valores sociais hegemônicos em suas diferentes formas de produzir conhecimento, sendo marcadamente generificado. Fazendo

---

<sup>20</sup> De acordo com Sardenberg (2002), o pensamento feminista é uma arena de tensões onde se embatem posicionamentos plurais e polêmicos, quando não conflitantes. As divergências entre feministas tornam impossível falar de “epistemologia feminista” no singular.

uma analogia entre o jornalismo e a ciência, ela compreende, a partir das leituras de Meditsch (1992), que o conhecimento do, sobre e para o jornalismo é masculinista, tanto em suas possibilidades de pensar o mundo como a si mesmo:

[...] o jornalismo, em suas diferentes formas de produzir conhecimento, está enredado epistemologicamente e politicamente em valores sociais hegemônicos, como o masculinismo, o que, em alguma medida pode ser percebido desde os atributos dos sujeitos que privilegia (forma e seleciona) até os saberes da profissão (teóricos, práticos e metodológicos) que reproduz em diferentes âmbitos. Assim, entendi também por que, no jornalismo, a hierarquia, a verticalidade, a autoridade perpassada por uma noção de autoritarismo como sinônimo, as “hardnews”, o “furo”, o ensino tradicional, a produtividade acadêmica, enfim, uma série de elementos que o constituem podem ser identificados como masculinos, quando observados numa analogia de gênero, não por acaso são privilegiados e em melhor condição de poder e de prestígio. (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 61)

A fim de demonstrar que o jornalismo pode construir-se com base nos preceitos do feminino, Veiga da Silva e Marocco (2017) procuram investigar, em uma perspectiva de gênero, as rupturas paradigmáticas e epistemológicas presente no trabalho de três jornalistas. As autoras compreendem que, através da reflexividade permanente sobre a prática e o exercício de empatia e alteridade, as repórteres Eliane Brum, Fabiana Moraes e Alexandra Lucas Coelho fazem emergir os valores de feminino interditados e inferiorizados nas hierarquias de valores do jornalismo em seus trabalhos. Por meio de entrevistas com as três profissionais e a análise dos seus respectivos livros, Veiga e Marocco percebem que o conjunto de práticas bem-sucedidas em atuação no jornalismo e o reconhecimento do público e dos pares em relação a estas profissionais atesta que o modelo de objetividade jornalística forjado no século XIX talvez seja insuficiente para realizar uma leitura do mundo no século XXI:

Estas jornalistas, através de suas práticas (e da crítica das práticas jornalísticas) indicam uma ruptura paradigmática e epistemológica nas concepções sobre o real, a verdade e a objetividade no jornalismo. Responsabilizam-se por aquilo que veem e sabem que o que são capazes de enxergar nunca é a totalidade ou a “Verdade”, mas fragmentos de realidade possíveis de terem sido lidos dentro das condições limitadas e situadas de seus conjuntos de conhecimentos. (VEIGA DA SILVA; MAROCCO; 2017, p. 16).

Ao perceber os acontecimentos de forma complexa e não binária, a “Verdade” totalitária cede lugar ao maior número de nuances e verdades múltiplas. Ao invés de explicar o mundo, essas jornalistas abrem espaço para uma lógica não simplista e autoritária, que se afasta do masculinismo recorrente no jornalismo hegemônico:

[...] de um jornalismo moderno-positivista-masculinista para um jornalismo pós-moderno-complexo-feminino; de uma objetividade positivista a-corpórea para uma objetividade situada e corporificada; de uma visão que se promete totalitária para uma visão declaradamente localizada; de um pensamento binário para um pensamento complexo sobre a realidade; de uma ética construída sobre um ideário deontológico, prescrito por uma racionalidade fixa e tecnicista, que interdita a subjetividade e a reflexividade sobre a prática (e acaba por reproduzir relações desiguais de poder), para uma ética que prevê a subjetividade como caminho para a permanente reflexividade sobre a prática e em constante dialogia entre o eu e o outro (o que permite a alteridade e diminui o potencial de transformação de diferenças em desigualdades). (VEIGA DA SILVA; MAROCCO; 2017, p. 8-9).

O trabalho destas jornalistas-autoras alinha-se à “objetividade feminista” proposta por Donna Haraway (1995), que sugere a adoção de uma visão parcial e corporificada no lugar de uma visão transcendental ou “de lugar nenhum”, modelo que fundamentou as noções de neutralidade e objetividade da Ciência Moderna. Para a filósofa, é preciso situar o sujeito cognoscente dentro do campo de visão: “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21).

Sublinho que, embora as três jornalistas contempladas no estudo sejam mulheres, o jornalismo alinhado aos valores do feminino independe dos sujeitos que o produzem. Uma prática corporificada, reflexiva e responsável pode ser desenvolvida tanto por homens como por mulheres ou pessoas de gênero neutro, pois o que se está observando aqui é como o gênero atravessa a produção de conhecimento e não os corpos das/dos jornalistas. O conhecimento situado vai refletir a “posicionalidade” dos sujeitos, sendo o gênero e suas interseccionalidades (de raça, classe, geração etc) fatores determinantes na sua constituição. De forma mais ampla, a objetividade feminista vai compreender tanto a ciência quanto o jornalismo não apenas como processos cognitivos, mas como produtos moldados pelo cenário social e político, entendendo que o conhecimento que produzem não são “verdades absolutas”, mas sim interpretações localizadas e situadas dentro de suas possibilidades também limitadas e situadas de conhecer e enxergar a realidade.

Assim, as formulações político-epistemológicas de um “saber localizado” tensionam o sujeito centrado do conhecimento iluminista, branco, heterossexual e masculinista, reivindicando lugares de fala para o marginal e fronteiro. Segundo a professora Larissa Pelúcio, as marcas históricas e culturais dos discursos que constituem os sujeitos vão também marcar suas produções científicas e reflexões: “A ciência não é

produzida na neutralidade fria dos/das cientistas, mas em espaço nos quais múltiplas teias de desigualdades e enfrentamentos são tecidas e negociadas” (PELÚCIO, 2012, p. 404). Por isso, nossas peculiaridades locais, relacionadas à raça, classe e sexualidades devem ser consideradas como marcas determinantes na produção do conhecimento. Em seu livro intitulado “O desejo da nação”, de 2012, Richard Miskolci nos auxilia a compreender a formação de importantes aspectos de nossa sociedade ao analisar a transição do país da Monarquia à República, atentando aos processos de formação do cidadão na escola, na família e no trabalho. O ideal de nação que guiou estas práticas foi moldado por “valores racistas e sexistas das elites”, racialização do sexo, vinculação entre classe e cor e sexualização desprestigiada dos não brancos (MISKOLCI, 2012), visão de mundo que segue produzindo efeitos até hoje.

Esse contexto sugere que não se trata apenas de dar voz àqueles que não a têm, mas de empreender esforços para “prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas” (PELÚCIO, 2012, p. 399). É necessário construir e pensar ferramentas conceituais e teóricas capazes de apreender essa realidade particular, marcada por este contexto histórico e social tão específico. Nessa conformação, uma mirada de gênero atenta às contribuições de uma epistemologia da alteridade (PELÚCIO, 2012) e de uma política da diferença (MISKOLCI, 2012) pode proporcionar uma reflexão frutífera sobre a produção discursiva do jornalismo e de seus leitores, complexificando o olhar em relação aos marcadores sociais da diferença e suas interseccionalidades.

### 2.3 Jornalismo, discurso e leitores

Maio de 2016. O caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro<sup>21</sup> é pauta nos maiores jornais do país. As imagens do crime cometido contra uma menina menor de idade e de periferia foram publicadas nas redes sociais de alguns dos agressores e chegaram até a imprensa. Na gravação, um grupo de homens, em meio a risadas, toca nas partes íntimas da garota e diz que ela foi violentada por “mais de 30”. Chocante pela brutalidade e também pela certeza de impunidade demonstrada pelos criminosos, o caso

---

<sup>21</sup> Notícia disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1775312-garota-presta-depoimento-a-policia-apos-queixa-de-estupro-coletivo-no-rio.shtml>. Acesso em setembro de 2016.

ganhou repercussão internacional e as notícias sobre o assunto e os desdobramentos sobre a “cultura do estupro<sup>22</sup>” se multiplicaram.

No decorrer das investigações sobre o ocorrido, passa-se a questionar a inocência da vítima e a culpabilizá-la pelo crime. Levantam-se suspeitas sobre o seu envolvimento com o tráfico de drogas e informações sobre a sua vida pessoal (descobre-se que teve um filho aos 13 anos, por exemplo). O próprio delegado responsável pelo caso (e depois afastado), Alessandro Thiers, pergunta à menina se ela costumava “fazer orgias”. O assunto provoca forte interação dos leitores nos espaços jornalísticos destinados aos comentários, sendo grande parte deles voltados a relativizar o crime e responsabilizar a vítima pelo ocorrido.

Muito comum em casos polêmicos como este, a participação dos leitores na maioria dos espaços de interação disponibilizados pelo jornalismo não foi considerada ou tensionada por grande parte dos veículos. Como afirmam Stocker e Dalmaso (2016), apesar de amplamente utilizado, o espaço de comentários destinado aos leitores, tanto nas páginas dos jornais como no Facebook, em geral, não recebe nenhuma atenção ou monitoramento por parte dos veículos. Porém, em uma atitude pioneira, o jornal popular Extra, do Rio de Janeiro, publica no dia 01 de junho de 2016, logo após a repercussão do caso de estupro coletivo, uma “carta<sup>23</sup> aos leitores que não viram estupro no estupro”. O jornal reúne em tópicos a essência das críticas recebidas no espaço dos comentários e responde aos argumentos dos leitores, justificando assim a sua ação (os grifos são meus):

O EXTRA foi o primeiro jornal a denunciar as violências sexuais sofridas por uma menor de 16 anos no Morro do Barão, em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio. Desde a primeira notícia, publicada às 17h16 do dia 25 de maio, tratamos o caso como estupro. Na edição impressa, no dia seguinte, a manchete usou a expressão “estupro coletivo”. **A notícia e abordagem do EXTRA geraram polêmica, e milhares de leitores criticaram o jornal nas redes sociais porque não acreditam que a jovem tenha sido vítima de violência.** Ao contrário. Muitos garantem que a notícia está distorcida porque a menina, sim, teria sido a única responsável pelo que aconteceu. Reunimos em tópicos a essência das

---

<sup>22</sup> A expressão "cultura do estupro" surgiu nos anos 1970 e foi cunhada pelo movimento feminista para indicar um ambiente cultural que naturaliza esse tipo de crime por meio de normas, valores e práticas em que algumas violências em relação à mulher são aceitas e autorizadas pela sociedade. Segundo a ONU Mulheres, é "o termo usado para abordar as formas como a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens".

<sup>23</sup> Disponível em Carta do EXTRA aos leitores que não viram um estupro no estupro: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/carta-do-extra-aos-leitores-que-nao-viram-um-estupro-no-estupro-19410619.html#ixzz4LZhJXz11>. Acesso em setembro de 2016.

críticas recebidas e compartilhamos nossos argumentos. Senta, que lá vem textão.

A partir de afirmações e relativizações sobre o caso retiradas dos comentários de leitores, como “não houve estupro”, “Ela também não é santa. Teve o que procurou”, “Foi orgia, suruba e não estupro”, “Ela não presta, teve filho aos 13 anos”, “Os áudios mostram que ela é bandida”, entre outros, o jornal respondeu às críticas dos seus leitores e aos argumentos mais recorrentes em relação às notícias publicadas sobre o crime. A carta continuou gerando repercussão e a discussão prosseguiu no espaço dos comentários do jornal. Foram registrados, a partir dessa tréplica do jornal Extra, 171 comentários de leitores, tanto elogiando a iniciativa como criticando o posicionamento do veículo em relação ao assunto.

Essa nova configuração interativa entre jornalismo e leitores no ambiente de conversação em rede (RECUERO, 2014) da web redimensiona o contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2004) e amplia as possibilidades de fazer sentido do jornalismo. Quando nos referimos a uma temática como essa, que traz à tona novos “mapas de significado” (HALL et al, 1999) sobre o estupro, por exemplo, o jornalismo atua como importante elemento na construção social da realidade, conferindo legitimidade a essa “nova verdade” que está sendo relatada. Quando estabelece interação com os seus leitores, como fez o jornal Extra ao responder aos comentários por meio de uma carta, torna o terreno fértil para a disputa de sentidos, ampliando as possibilidades de interpretação e compreensão dos novos mapas em circulação.

### *2.3.1 As notícias e a construção social da realidade*

Na perspectiva discursiva, o ponto de vista teórico sobre jornalismo adotado neste trabalho filia-se à Teoria Construcionista, segundo a qual toda representação é uma construção subjetiva da realidade. O paradigma construcionista diz que é impossível estabelecer uma distinção clara entre a realidade e os meios porque a mídia ajuda a construir a própria realidade que relata. A “reconstrução discursiva do mundo” (FRANCISCATO, 2005, p. 167) operada pelo jornalismo como instituição social considera as notícias responsáveis por ajudar a construir essa realidade (TRAQUINA, 2005). Por meio dos mapas culturais de significado (HALL et al, 1999) parâmetros sociais e supostos consensos são estabelecidos, e o jornalismo atua produzindo e reproduzindo conhecimentos sobre os fatos: “ao lidar essencialmente com o que é inesperado, incomum

ou perigoso, o jornalismo acaba indicando o que seria socialmente desejável, normal ou adequado” (BENETTI, 2007, p. 110).

Nessa perspectiva, considerando-se a dimensão cultural das notícias, o jornalismo configura-se como instância social construtora da realidade. Os veículos jornalísticos, por meio da atividade discursiva, tornam conhecidos os acontecimentos (ALSINA, 1989), produzindo, assim, realidades criadas a partir do olhar particular e das técnicas constituintes do fazer profissional do jornalista. Nessa conformação, o sujeito jornalista é compreendido como participante ativo na construção da realidade e as notícias, por sua vez, estariam marcadas tanto pela cultura dos membros da tribo jornalística quanto pela cultura da sociedade onde o jornalista está inserido (TRAQUINA, 2005).

De acordo com Traquina “o processo de produção das notícias não só pressupõe a natureza consensual da sociedade como sublinha o papel das notícias no reforço da construção da sociedade como consensual” (2005, p. 177). Compreendidas como produto social, as notícias são resultantes de três fatores: a sistematização midiática, os valores-notícia e a ideologia dos profissionais de jornalismo e o próprio momento de construção da notícia – guiado pelos mapas culturais. Pode-se afirmar que as notícias são geralmente percebidas pelas pessoas como discursos verdadeiros sobre fatos da realidade (GUERRA, 2003), o que confere legitimidade e confiabilidade ao que o jornalismo relata. Entendidas como uma forma de cultura, as notícias “incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração” (SCHUDSON, 1995, p. 14).

Ao mesmo tempo em que influencia e modifica seu entorno, o jornalismo também é influenciado e modificado por transformações e tendências sociais da contemporaneidade: “por seu imperativo de produzir um relato sobre o tempo presente, é afetado por novos fluxos de informação, hábitos de leitura e interação social, tendo que redefinir seus modos de atuar socialmente” (FRANCISCATO, 2005, p.165). A atualidade e a novidade impõem-se, assim, como pilares do fazer jornalístico que o conectam com o seu tempo e sua época.

Na construção diária que faz da realidade, o jornalismo recorre a estereótipos e ideias do senso comum que condicionam a interpretação dos leitores. Desse modo, a percepção dessa realidade construída é influenciada pelos conceitos antecipados que o público possui sobre as coisas do mundo (GOMIS, 2004). Os acontecimentos, que em si ocorrem de forma desordenada e caótica, são enquadrados, identificados e

contextualizados pelo jornalismo para adquirirem significado; ou seja, eles “farão sentido” quando inseridos em um âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais, em enquadramentos “que derivam, em parte, desta noção de *consenso* enquanto característica básica da vida quotidiana” (HALL et al, 1999, p. 227).

Contudo, os pontos de vista que são “consensuais” na sociedade, coerentes com “mapas de significado” já traçados no mundo social e que são reproduzidos pelo jornalismo, coexistem com suas formas opostas ou díspares. Os discursos que envolvem as noções de consensos estarão sempre embutidos na narrativa jornalística conectando-se, de forma conflitiva ou não, com as expectativas e visões de mundo dos leitores. É preciso considerar que “As notícias se prestam, principalmente, a criar para os leitores experiências de satisfação estética que os ajudem a interpretar suas próprias vidas e relacioná-las à nação, cidade ou classe a que pertencem” (SCHUDSON, 2010, p. 108). Essas experiências criadas e relatadas pelo jornalismo podem, por vezes, provocar fissuras nos valores consensuais e nas expectativas dos leitores, afetando o *contrato de comunicação*, como veremos a seguir.

### 2.3.2 O contrato de comunicação

A partir da construção do referencial epistêmico de jornalismo como gênero de discurso, de Benetti (2008), este estudo pretende problematizar o jornalismo como gênero particular emoldurado pelos dispositivos do contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2006), conceito que será abordado a seguir e que estabelece, entre outras coisas, diferentes posições de sujeitos.

De acordo com Charaudeau (2004), nos campos da Análise do Discurso, da Semiótica e da Análise Textual, há pelo menos quatro pontos de vista de onde se podem compreender os gêneros: funcional, enunciativo, textual e comunicacional. Benetti (2007) destaca o ponto de vista comunicacional como mais adequado para tratar dos gêneros do discurso, por tornar possível a relação com as condições de produção, circulação e interpretação específicas: “há diversos modos de abordagem dos gêneros, mas todos se articulam sobre relações históricas e sociais que não ignoram as condições de fala, interpretação e constituição da memória” (BENETTI, 2007, p. 3). Assim, os gêneros de discurso podem ser compreendidos como gêneros situacionais, que se definem na articulação de três níveis de preocupação: as características das formas textuais, a

organização do discurso e as coerções situacionais determinadas pelo contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2004).

Nessa mesma direção, Maingueneau (2001) acredita ser possível analisar uma sociedade por meio dos discursos produzidos por ela, já que estes se modificam ao longo do tempo e refletem características da própria sociedade. Conforme o autor, são os sujeitos posicionados em um tempo e um lugar, condicionados social e historicamente, que originam aquilo que emerge na materialidade do texto.

No caso deste estudo, os textos jornalísticos e os respectivos comentários realizados por leitores devem ser considerados em situação de comunicação, em um tempo e lugar históricos determinados, dentro daquilo que Charaudeau (2006) define como contrato de comunicação: “O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que eles estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência” (CHARAUDEAU, 2006, p. 68).

Esse acordo entre interlocutores envolve cinco condições, que asseguram a compreensão do discurso jornalístico e mantêm a crença de que ele seja um testemunho fidedigno da realidade: a condição de finalidade (para quem se diz), propósito (o que se diz), identidade (quem diz e para quem), dispositivo (em que condições se diz) e textual (como se diz). De um lado, “o jornalista imagina um leitor que seja capaz de reconhecer as regras do gênero, compreender seu texto e considerar válido o que é narrado” (BENETTI, 2007, p. 10) e do outro lado, o leitor também deve compreender o que é dito, acionando os seus conhecimentos sobre o que deva ser o jornalismo e sobre o que supõe ser a competência de um jornalista. Cabe destacar que no momento da leitura entram em cena a experiência prévia do leitor, suas crenças, gostos e preferências. A interpretação estará condicionada ao contrato de comunicação, mas também à bagagem de crenças, imaginário, posicionamento político e visões religiosas. A informação recebida será confrontada, podendo ser assimilada ou subvertida.

De acordo com Storch e Lisboa (2012), a discussão sobre o leitor deve iniciar bem antes da observação de suas manifestações em comentários online. O processo de produção do discurso jornalístico implica a presença do leitor já na escrita, como parte das condições de produção do discurso. Segundo as autoras, mesmo que de forma implícita, o jornalista sempre imagina o outro com quem busca se comunicar.

Não devemos esquecer também que o “leitor virtual” imaginado pelo jornalista não é o único que atravessa as escolhas do profissional na hora de elaborar o discurso.

Também fazem parte do jogo elementos como a voz institucional que o emprega, o editor, as fontes e os colegas. Benetti (2008) explica que a condição de identidade é baseada nas formações imaginárias de Pêcheux:

[...] o sujeito que fala tem dois horizontes imaginários ao longo dos quais se desloca no processo enunciativo, refletindo sobre si e sobre seu interlocutor. Pergunta-se “quem sou eu para lhe falar assim?” e pergunta-se “quem é ele para que eu lhe fale assim?”. Em contrapartida, o interlocutor lida com outros dois horizontes sobre si mesmo e sobre quem lhe fala, perguntando-se “quem sou eu para que ele me fale assim?” e “quem é ele para que me fale assim?” (BENETTI, 2008, p. 42).

Nessa conformação, é preciso lembrar que a atividade jornalística é uma atividade econômica que compreende a produção, a circulação e o consumo da notícia. É na condição de propósito do contrato de comunicação que se localizam as escolhas temáticas, os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade. A condição de finalidade no jornalismo aponta para o princípio da atualidade e para os valores de ineditismo, interesse (público ou segmentado) e notoriedade dos sujeitos. E é sobre as condições de finalidade e de propósito que são construídas, finalmente, as identidades do jornalista e do leitor.

Considerando o jogo de expectativas organizado a partir do contrato de comunicação, pressupõe-se que o leitor reconhecerá o discurso jornalístico e compreenderá os elementos que constituem seu quadro de referência, ou a moldura onde o discurso acontecerá. Na negociação de sentidos entre autor e leitor está o processo de significação, permeado ora pela memória e pelo interdiscurso (interiores), ora pela história, a cultura e o social (exteriores). O lugar social ocupado pelos interlocutores é constitutivo do processo de significação, visto que texto e leitura estão inseridos em uma dinâmica simultaneamente individual e coletiva.

Assim, pode-se dizer que os sentidos atribuídos pelo leitor ao jornalismo, a si mesmo, à temática abordada ou ao contrato de comunicação fazem parte de um imaginário social mais amplo, de onde nascem as representações de si (eu, o leitor) e do outro (ele, o jornalismo).

### *2.3.3 Jornalismo em rede e a relação texto-leitor*

A noção de dialogismo constitutivo do discurso (BAKHTIN, 1996) pode ser estabelecida em dois processos distintos: entre os sujeitos ou entre discursos (ou textos).

O sujeito fala para se colocar em relação com o outro e por isso o discurso não acontece no texto em si, mas entre os sujeitos, no intervalo discursivo. A interpretação ocorrerá segundo os parâmetros do receptor: “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor” (BAKHTIN, 1996, p. 113). Desta forma, o jornalismo como discurso só existe entre sujeitos.

Compreende-se assim que os sentidos de um discurso não são literais, presos ao texto, mas sim construídos entre os sujeitos da interlocução, produzidos na relação entre esses interlocutores, constituindo-se em um processo intersubjetivo e dialógico. As notícias constituem-se de traços históricos e sociais que fazem parte de seu processo de significação; é no processo de interação entre o texto da notícia e o leitor que serão produzidos os sentidos passíveis de serem interpretados.

Assim como o sujeito que enuncia no discurso noticioso, o sujeito-leitor também é condicionado por sua historicidade e subjetividade. Ao ler uma notícia, “ao significar, um leitor mobiliza suas histórias de leituras, relacionando o texto lido a outros textos já conhecidos” (MARIANI, 1999, p. 106); ou seja, o sujeito do discurso não se manifesta com plena liberdade, pois ele é assujeitado pelas condições históricas, pela cultura e pela ideologia de uma realidade específica; daí a importância de compreender como se articulam os sentidos construídos no texto e a exterioridade desses condicionamentos (BENETTI, 2016).

Nessa perspectiva, nasce uma relação paradoxal: ainda que o sujeito seja fundamental, a AD o retira do centro do poder, considerando as formações ideológicas: “Isso quer dizer que o sujeito tem um poder de enunciação relativo, pois está submetido a regras que lhe são exteriores e anteriores – e sobre as quais geralmente não tem domínio” (BENETTI, 2007, p. 5). Em outras palavras, ainda que o dizer se dê por meio do sujeito, sua origem não está nele.

Essa ilusão discursiva, noção de Pêcheux (1988), abrange dois tipos de esquecimento: o esquecimento nº 1, que é um ocultamento ideológico, faz com que o sujeito pense que é a origem do seu dizer, que o sentido do seu discurso “nasce” nele, ignorando a existência de uma memória discursiva. O esquecimento nº 2 faz o sujeito acreditar que aquilo que ele diz corresponde ao que ele pensa (transparência do pensamento), como se existisse relação literal entre a palavra e o mundo. Está relacionado à escolha de uma maneira entre as várias possíveis de se dizer a mesma coisa e também

à escolha de um dito em relação a um não-dito – o sujeito apaga que está fazendo uma escolha e, portanto, poderia fazer outra.

Além dos esquecimentos, o discurso é construído pelo que se imagina sobre o outro. Para que haja discurso é necessária a possibilidade da troca de papéis entre quem enuncia e quem interpreta. É, portanto, na leitura que se concretiza a possibilidade discursiva do jornalismo.

No cenário atual de intensa interatividade nas redes, onde o público interatua com as notícias de forma direta e instantânea – curtindo, compartilhando e comentando as publicações tanto nas redes sociais como no site dos próprios veículos -, o jornalismo amplia este espaço de interação com o leitor. Nessa perspectiva, o conceito de jornalismo em rede (HEINRICH, 2011) traduz as novas configurações e posicionamento do jornalismo no espaço digital frente a um público cada vez mais conectado, interativo e ativo. O próprio termo “rede” remete a interligação, inter cruzamentos e enredamento entre veículos, jornalistas e público, além de referenciar o espaço fluido, dinâmico e descentralizado por onde circulam as notícias. O termo surge apoiado na concepção de sociedade em rede de Castells (1999), que se refere a uma organização social moldada pela tecnologia e caracterizada por um sistema de comunicação integrado em rede. Esse ambiente plural facilita o acesso às fontes e às informações e favorece a participação ativa dos usuários.

Para Salaverría (2015, p. 81), a interlocução entre veículos e audiências é hoje mais horizontal e simultânea. Porém, em contrapartida ao aumento das possibilidades interativas, surgem os tensionamentos que adquirem mais visibilidade e projeção nas redes: “as redes sociais colocaram os meios e os seus jornalistas em uma situação de permanente estado de escrutínio ou votação, em que o mínimo deslize ou falha encontra eco e reprovação”. As opções de feedback instantâneo e participação ativa dos usuários demanda um reposicionamento das organizações jornalísticas, como vimos no exemplo do jornal Extra, citado na abertura desta seção.

A lógica interativa das redes e novos modos de conexão impactam não somente as plataformas digitais, mas também os formatos tradicionais (TV, rádio, impresso), que tiveram que incorporar as lógicas interativas da rede. Por esse motivo, Heinrich (2011) entende o jornalismo em rede como conceito estrutural, que faz com que o jornalismo e os jornalistas tenham que reorganizar suas relações com a audiência. O usuário configura-se como um importante agente, interativo e engajado, com autonomia e capacidade para gerar e transmitir mensagens. Articulada com a horizontalidade das redes, a mensagem é

apropriada pelos indivíduos que vão discutir seus conteúdos com sua rede de contatos, extrair significados compartilhados e abrir espaço para várias formas de compreensão (MARTINO, 2014).

A relação do leitor com o jornalismo se torna mais complexa ao considerarmos que, mais do que elementos formais, laços subjetivos se destacam como norteadores da relação entre veículo e leitor e também da relação do leitor com a notícia ou a temática publicada. Hagen (2009) e Lisboa (2012) consideram a manifestação dos leitores na internet sem o estímulo do pesquisador como uma vantagem metodológica, visto que o uso de pseudônimos permite uma maior sinceridade do interlocutor e o protege de possíveis constrangimentos.

A forma emocional com que os leitores comentam em matérias polêmicas constrói sentidos sobre a credibilidade do veículo e do jornalista e sobre o vínculo identitário do leitor com as temáticas. Como a participação e os comentários são espontâneos, não há nada que se interponha entre o desejo de expressar e a expressão. Como destaca Hagen, pelo contrário, a intencionalidade de se conectar à internet, ler a notícia e dispor-se a comentá-la, além de garantir a espontaneidade dos comentários “é um movimento intencional em busca de interação e participação, um diálogo que se estabelece entre pessoas com objetivos comuns” (HAGEN, 2009, p. 69).

O jornalismo na web e a atual configuração que abre espaço para a manifestação e interação dos leitores via comentários, denominada “conversação em rede” (RECUERO, 2014), mostra-se profícua para a observação e análise dessa interação entre texto e leitor. Ao comentar as postagens, criticar ou chamar a atenção para algum aspecto da notícia, o leitor estabelece uma conversa com o jornalismo, mesmo que o veículo não responda diretamente a essas manifestações. Esses diálogos coletivos, que se dão entre usuário e veículo e entre usuários, devem ser compreendidos como históricos e subordinados aos enquadramentos sociais e culturais, sendo impossível analisá-los sem considerar a intersubjetividade e o contexto de produção de sentidos. Tanto o dizer como o interpretar são afetados por sistemas de significação e por isso o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade em um processo de contínua e mútua interferência (BENETTI, 2007). O próprio dialogismo inerente à linguagem permite pensar também na relação entre sujeitos e sua intersubjetividade. Dessa forma, pode-se afirmar que tanto o enunciador (jornalismo) quanto o sujeito que lê produzem o discurso jornalístico, sendo este pleno de possibilidades de interpretação.

### *2.3.4 Jornalismo como forma de conhecimento*

Refletir sobre o caráter dialógico do discurso jornalístico pressupõe acolher as suas narrativas como lugar de produção de conhecimento (PARK, 2008; GENRO, 1987; MEDITSCH, 1992, 1997; RESENDE, 2009a, 2009b). Como vimos, as notícias e reportagens nascem de complexas operações subjetivas, inseparáveis das relações históricas e sociais que irão gerar sentidos na relação com o leitor. Para Meditsch (1997), mais do que uma simples transmissão de conhecimento, o que ocorre no discurso jornalístico é uma reprodução do conhecimento, tanto daquele produzido pelo próprio jornalismo, como também daquele produzido por outras instituições sociais. Conseqüentemente, os modos empregados pelo jornalismo para narrar os fatos podem servir tanto para cristalizar saberes quanto para desconstruí-los ou degradá-los.

Meditsch classifica a questão do jornalismo como conhecimento em três abordagens principais: a primeira delas, baseada em uma ideia de conhecimento como um dado concreto e um ideal a alcançar, costuma considerar “a Ciência” como única fonte confiável. De acordo com essa visão, “o Jornalismo não produz conhecimento válido, e contribui apenas para a degradação do saber” (MEDITSCH, 1997, p. 2); a segunda abordagem não considera o conhecimento produzido pelo jornalismo de todo inútil, mas segue o considerando como uma ciência menor. A notícia estaria situada num espaço intermediário entre o conhecimento utilizado no cotidiano e o conhecimento científico, sistemático e analítico. Por fim, a terceira abordagem considera justamente esse entremeio e sustenta que o jornalismo “não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente” (MEDITSCH, 1997, p. 3), dando conta de aspectos da realidade que outros meios não são capazes de dar a conhecer.

Em decorrência de sua característica definidora fundamental - operar a partir do campo lógico do senso comum - o rigor do jornalismo como forma de conhecimento foi durante muito tempo colocado em xeque. Porém, ao passo que a observação do cotidiano ganha centralidade nas Ciências Humanas como forma de compreender as relações sociais, as lentes usadas para perceber aquilo que se conhece como senso comum são ampliadas. Percebido em correspondência com uma atitude cognitiva “natural”, o senso comum que serve de matéria-prima ao jornalismo se refere àquilo que é percebido como consenso e como normalidade em uma sociedade. Conforme Berger e Luckmann (2009), essa atitude cognitiva estabelece uma certa percepção de determinada realidade como dominante, sendo esta marcada por significados e modos de experiência delimitados.

Diante disso, a própria linguagem é salientada pelos autores como um ponto em comum limitado de que dispomos para objetivar nossas experiências.

Pesa ainda o fato de que esse conhecimento de senso comum não seja tão democrático quanto possa parecer. A distribuição social do conhecimento se difere quantitativa e qualitativamente de acordo com os diferentes e variados públicos, que compartilham saberes muito específicos: algumas pessoas podem conhecer mais que outras e pessoas de diferentes contextos podem conhecer coisas diferentes. Neste caso, o jornalismo toma rumo oposto ao da Ciência e busca atingir o ideal de universalidade. Ainda que delimitado ao universo do público-alvo, sabe-se que uma das características da narrativa jornalística é ser capaz de comunicar-se e fazer-se entender pelos mais variados públicos, do operário ao filósofo (MEDITSCH, 1997). Como já sinalizado neste capítulo, ainda que a intenção seja revelar algo novo, o jornalismo vale-se dos mapas culturais de significado (HALL et all, 1999) como base para estruturar e tornar a informação coerente para o público. É por meio do já dito e do já conhecido que o jornalismo estrutura as ampliações mínimas e torna coerente a mudança nos modelos de mundo já conhecidos.

Mais do que produzir ou transmitir conhecimento, o jornalismo também é responsável por sua reprodução, dada a sua dimensão comunicativa. Isso implica que, para que a comunicação efetivamente aconteça, a informação não seja meramente transferida, mas sim, reconhecida pelo destinatário. Como um processo indissolúvelmente ligado à cognição, “o jornalismo serve ao mesmo tempo para conhecer e para reconhecer” (MEDITSCH, 1997, p. 8). Importa sublinhar que a cognição social não se dá por meio do registro ou arquivamento de informações tal qual foram recebidas. O sujeito precisa processar, classificar e contextualizar a informação para reconstruir aquilo que leu a partir de esquemas de interpretação. As informações prévias sobre o tema, o emissor e a própria situação comunicativa também podem impactar nos sentidos que serão construídos nesta troca.

Citando Paulo Freire, Meditsch relembra que o pedagogo já advertia que

O cérebro humano não é um recipiente onde se possa depositar conhecimentos: a aprendizagem implica numa operação cognitiva, onde quem aprende tem um papel tão ativo quanto quem ensina. Assim, tanto quem ensina quanto quem aprende não se limitam a reproduzir um saber que existia anteriormente a seus atos, mas *re-criam* este conhecimento nos próprios atos de aprender e de ensinar. Desta forma, pode-se afirmar que o conhecimento não se transmite, antes se *reproduz*. (MEDITSCH, 1997, p.5).

Considerar o jornalismo como forma de conhecimento, nesse ínterim, significa compreender que a informação não pode simplesmente ser transmitida, primeiro porque o próprio jornalismo irá recriá-la a partir de seus códigos e processos e, depois, porque os leitores, ao recebê-la e interpretá-la irão, novamente, ressignificá-la.

Ao recuperar as ideias de Paulo Freire a respeito da Mídia e do Jornalismo dispersas em sua produção bibliográfica, Eduardo Meditsch e Mariana Bittencourt Faraco (2003) procuraram estabelecer um conceito geral e mais objetivo de Comunicação a partir da obra do pedagogo. Ainda que não tenha formulado conceitos específicos sobre o assunto, os autores acreditam que suas ideias a respeito do campo merecem ser trazidas à tona, considerando produtivas as possibilidades de aplicações nas práticas jornalísticas e midiáticas. Para Freire

Comunicação [é] a co-participação dos Sujeitos no ato de pensar (...) [ela] implica uma reciprocidade que não pode ser rompida (...) comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1988, p. 69 apud MEDITSCH e FARACO, 2003, p. 3)<sup>24</sup>.

Ao longo de sua obra, Freire examinou ainda a importância dos processos de comunicação na constituição do conhecimento. Em um de seus textos, ele chega a afirmar que a negação da intuição, da emoção e da paixão podem levar a uma falsa sensação de neutralidade. Desta forma, a eficácia da comunicação como produtora de conhecimento não está ligada apenas à objetividade, mas sim à capacidade “de abrir-se à ‘alma’ da cultura onde se deu ou se está dando a experiência” e de “apreender a racionalidade da experiência por meio de caminhos múltiplos” (FREIRE<sup>25</sup>, 1991, p. 110 apud MEDITSCH e FARACO, 2003, p.11). Para o autor, é preciso que, no processo dialógico, jornalistas e leitores se deixem “molhar” e “ensopar” nas águas culturais e históricas dos indivíduos envolvidos na experiência para que o “encontro” que vai resultar em significação aconteça. Para que isso aconteça, parece crucial que o jornalismo seja capaz de superar as fórmulas simplistas de apreender a sociedade, e busque construir narrativas atentas e responsáveis no que se refere a produção e reprodução das diferenças, como veremos na sequência.

---

<sup>24</sup> FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 10ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1988.

<sup>25</sup> FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo, Cortez, 1991.

## 2.4 Linguagem, identidade e diferença

Novembro de 2017. A ministra dos Direitos Humanos do governo de Michel Temer (PMDB) Luislinda Valois, apresenta um pedido para acumular seu salário atual à pensão de desembargadora aposentada. Devido ao teto constitucional de remuneração do serviço público, o vencimento bruto, que em caso de acúmulo somaria R\$ 61,4 mil, passa para R\$ 33,7 mil. A ministra diz em documento oficial que essa situação, “sem sombra de dúvidas, se assemelha ao trabalho escravo, o que também é rejeitado, peremptoriamente, pela legislação brasileira desde os idos de 1888 com a Lei da Abolição da Escravatura”<sup>26</sup>. Mesmo com a repercussão negativa do pedido, ela afirmou em entrevista ao Estadão não se arrepender da comparação com trabalho escravo: “Todo mundo sabe que quem trabalha sem receber é escravo”, reafirmou.

Filiada ao PSDB e única mulher negra ocupando o comando de uma pasta no primeiro escalão do governo, a declaração de Luislinda repercutiu negativamente entre as entidades que atuam no combate a formas contemporâneas de escravidão, justamente porque, sob a pasta da ministra, fica a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), criada em 2003 e responsável por monitorar o cumprimento da política nacional de combate a esse crime. Um grupo de 15 entidades do movimento negro e de combate ao racismo também assinou um manifesto de repúdio com duras críticas à ministra baiana.

A maior contradição desse episódio reside no fato de a trajetória de Luislinda estar marcada pela luta contra o racismo. Filha de uma lavadeira e de um motorneiro de bonde e neta de um escravizado, teve uma infância pobre e se formou advogada somente aos 39 anos de idade. Primeira juíza negra brasileira (1984), foi também a primeira juíza a proferir uma condenação por racismo, em 1993, e a primeira desembargadora negra do Brasil. Sua luta para se tornar desembargadora foi acompanhada de perto pelo movimento negro, que gritou e lutou junto com ela. Ainda assim, só se tornou desembargadora por Decreto, após julgamento. É difícil separar a sua história da luta por direitos da população negra.

Esse acontecimento é profícuo para ilustrar as diferentes posições de sujeito produzidas por divisões e antagonismos sociais que definem as sociedades da

---

<sup>26</sup> “Ministra cita escravidão e pede ao governo salário de R\$ 61 mil”. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/ministra-cita-escravidao-e-pede-ao-governo-salario-de-r-61-mil/> > . Acesso em novembro de 2017.

modernidade tardia. Caracterizadas pela diferença, de acordo com Stuart Hall (1997b), tais sociedades se definem pela descontinuidade, fragmentação e deslocamento. Identidades estáveis são desarticuladas e abre-se a possibilidade de criação de novas identidades e novos sujeitos. Essa pluralização ou fragmentação de identidades tem consequências políticas. O caso de Luislinda permite vislumbrar algo do “jogo de identidades” a que Hall se refere. Nenhuma das identidades da ministra – mulher, negra, membro de um partido conservador de direita – pode alinhar todas as outras identidades com uma identidade mestra ou única, a partir da qual fosse possível basear uma política. Sendo a identidade mutável de acordo com as formas de interpelação ou representação dos sujeitos, a identificação não é mais automática e pode ser ganhada ou perdida. Essa politização das identificações é descrita por Hall como “uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política da diferença” (HALL, 1997b, p. 22).

O autor examina como o conceito, que era ligado ao sujeito do Iluminismo, passou pela concepção sociológica para depois chegar ao conceito de sujeito pós-moderno, cuja identidade é definida historicamente e não biologicamente. Esse deslocamento se deu devido a uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. Hall cita cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas que resultaram no descentramento do sujeito cartesiano e na ideia de que as identidades não são mais fixas, essenciais ou permanentes e podem ser inclusive contraditórias. A primeira delas refere-se às tradições do pensamento marxista, que colocou as relações sociais no centro do sistema teórico; a segunda, à descoberta do inconsciente por Freud; o descentramento causado pelo trabalho do linguista Ferdinand de Saussure seria o terceiro; o trabalho de Foucault e a descoberta do poder disciplinar, o quarto; e, por fim, o quinto descentramento refere-se ao impacto do feminismo, tanto como crítica teórica quanto como movimento social. Os efeitos dessas mudanças conceituais foram cruciais para as ideias da modernidade sobre a questão da identidade.

Na perspectiva de Tomaz Tadeu da Silva (2012), a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças. Os elementos (signos) que constituem uma língua não têm qualquer valor absoluto, não fazem sentido se considerados isoladamente. Só adquirem valor (ou sentido) numa cadeia infinita de outras marcas gráficas ou fonéticas que são diferentes dele. Assim, identidade e diferença são atos de criação linguística. Além de serem interdependentes, são também mutuamente determinadas.

Isso significa que identidade e diferença são fabricadas nas relações culturais e sociais, que “não são ‘elementos’ da natureza, que não são essências, que não são coisas

que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas” (SILVA, 2012, p. 76). Criadas por meio de atos de linguagem, identidade e diferença operam fundamentalmente num sistema binário e hierárquico. Os signos que constituem uma língua não possuem valor isoladamente, pois estão localizados no interior de uma cadeia de diferenciação. O signo só adquire sentido em relação a uma cadeia de outros signos diferentes dele. Como explica Silva, “ser isto” significa “não ser isto” e “não ser aquilo” e assim por diante. Baseado na obra de Saussure, ele explica que a linguagem é um sistema de significação que tem a diferença como operação ou processo básico de funcionamento. Para o linguista, o sujeito se utiliza da língua para produzir significado, mas para isso precisa submeter-se às regras e aos sistemas de significado da cultura. Assim, o sujeito não é autor das afirmações e significados que expressa, pois a língua é um sistema social e não individual, que pré-existe ao sujeito: “Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (HALL, 1997a, p. 44).

Assim, quando evocamos significações sobre racismo, por exemplo, estamos observando epistemologicamente como estes significados foram construídos na cultura, dentro de um sistema de regras, e de que forma seguem produzindo efeitos de verdade na sociedade. É preciso compreender que determinadas palavras carregam significados históricos e culturais que não dependem da intenção da narrativa para se manifestar e produzir sentidos. Ao pronunciar que “todo mundo sabe que quem trabalha sem receber é escravo” e justificar que estava fazendo apenas uma analogia, a ministra Luislinda ignora toda a carga de significação que a palavra carrega, principalmente para a população negra. O fato de Luislinda ser uma mulher negra e ter sua trajetória ligada à luta contra o racismo demonstra o quanto as identidades podem ser contraditórias e deslocantes, ilustrando aquilo que Hall chama de jogo das identidades.

#### *2.4.1 Disputa de sentidos e a percepção social da diferença*

Silva vai demarcar que a indeterminação e instabilidade que caracterizam a linguagem irão influenciar a questão da identidade e da diferença culturais diretamente. Por serem produzidas e dependerem também da linguagem, carregam a mesma indeterminação e instabilidade. Isso acontece porque são resultado de um processo de produção simbólica e discursiva que está em estreita conexão com as relações de poder.

As operações de incluir e excluir, demarcar fronteiras, fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora estão diretamente relacionadas com a afirmação da identidade. Há sempre uma forte separação entre “nós” e “eles”, regida pelo processo de diferenciação, central na produção da identidade e da diferença, permeado por sistemas de poder. Dividir o mundo significa classificar, agrupar e também hierarquizar, pois essas divisões não são simétricas. Nessa medida, importa perceber que identidade e diferença são relações sociais que “não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2012, p. 81).

Na linguagem filosófica de Derrida, “o signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa” (SILVA, 2012, p. 78), por isso o significado é sempre instável. Isso acontece porque o signo carrega consigo não apenas o traço daquilo que substitui, mas também daquilo que não é, da diferença. O significado surge assim das relações de similaridade e diferença que as palavras estabelecem com outras palavras. Segundo Hall (1997a, p. 44), “nós sabemos o que é a ‘noite’ porque ela não é o ‘dia’” e sabemos quem somos em relação aos outros que não podemos ser. Miskolci (2009) relembra que o conceito de complementaridade em Derrida pressupõe que os significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência. Assim, a heterossexualidade, por exemplo, precisa da homossexualidade para definir-se, de forma que um homem homofóbico pode-se definir apenas em oposição àquilo que ele não é: um homem gay.

A mais importante forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, isto é, em torno de duas classes polarizadas. O filósofo francês Jacques Derrida analisou detalhadamente esse processo. Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: **em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa.** “Nós” e “eles”, por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam. (SILVA, 2012, p. 82-83, grifos meus).

Sobre as oposições binárias, Frances Elisabeth Olsen (1995) explica que desde os tempos de Platão nosso pensamento estruturou-se em torno de uma série de dualismos ou de pares opostos: racional/irracional, ativo/passivo, pensamento/sentimento, razão/emoção. A disputa identitária de que fala Silva pode ser percebida nos pares

binários que dividem as coisas do mundo em esferas contrastantes e hierarquizadas; nessa direção, Olsen observa que é possível lançar uma mirada epistemológica de gênero para estes pares, visto que “metade se considera masculina e metade feminina, e o ‘masculino’ é considerado superior ao feminino” (OLSEN<sup>27</sup>, 1995, p. 473 apud CAMPOS, 2011, p. 2). Analisando o par dicotômico “razão e sensibilidade”, por exemplo, a percepção social da diferença que alia a razão ao masculino e a sensibilidade ao feminino identifica também qual destes teria valor mais positivo no sistema-mundo em que vivemos. Trata-se de compreender os pares opostos e suas ligações com valores de masculino e feminino histórica e epistemologicamente, afastando-se da tendência de corporificar esses binarismos em homens e mulheres.

A filósofa feminista Sandra Harding (1996) explica que a constituição da percepção social da diferença de gênero acontece através de três processos que não são interdependentes, mas interagem entre si: o simbolismo de gênero, a estrutura de gênero e a identidade de gênero. O *simbolismo de gênero* se refere à atribuição de metáforas dualistas de gênero a diversas dicotomias percebidas, não necessariamente relacionadas ao sexo (natureza/cultura, sujeito/objeto, por exemplo). Para a autora, essa dicotomização coloca em contraste falsas crenças tendenciosas em favor a alguns valores que necessitam do poder social. São essas crenças que estruturam as políticas e práticas das instituições da ciência, por exemplo; a *estrutura de gênero* refere-se à divisão do trabalho de acordo com o gênero; e a *identidade de gênero* diz respeito à construção da subjetividade.

Para Harding, a diferença de gênero como sistema simbólico “é a origem mais antiga, universal e poderosa de muitas conceitualizações moralmente valoradas de tudo o que nos rodeia” (HARDING, 1996, p. 16). O gênero como constitutivo das relações sociais implica quatro elementos:

primeiro, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, frequentemente contraditórias (ex.: Eva, Maria e também os mitos de luz/escuridão, purificação/poluição, inocência/corrupção); segundo, os conceitos normativos expressos pelas teorias religiosas, jurídicas, educativas, científicas que põem em evidência as interpretações de sentido dos símbolos, esforçam-se para limitar e conter suas possibilidades e tomam a oposição binária para afirmar o sentido categórico do feminino e masculino, como se fosse fixo e não conflituoso [...]. Terceiro, a dimensão política que estrutura essas relações sociais, que inclui a família, as relações de parentesco, a divisão sexual do trabalho, a educação e o sistema político. Por fim, a identidade subjetiva, na qual interagem os elementos de ordem subjetiva e as relações sociais. (CAMPOS, 2011, p. 3).

---

<sup>27</sup> OLSEN, Frances. Feminism and the legal critical theory: an American perspective. In OLSEN, Francis (Ed.) Feminist Legal Theory: foundations and outlooks. New York University Press, 1995, vol.1, p.474-489.

Em relação à dimensão do poder, a compreensão de Scott (1995) localiza o gênero como constituído por complexas relações sociais de legitimação e construção recíproca, sendo estruturante da percepção e a organização simbólica de toda a vida social. Essa teorização de gênero permite vislumbrar que os sistemas da ciência e das disciplinas científicas também são marcados por gênero, como já abordei no capítulo 2. Mas, mais do que isso, assim como os tensionamentos de Olsen e Harding, permite articular gênero diretamente à produção social da identidade e da diferença para além dos corpos e vivências.

O processo de normalização, que fixa determinadas identidades como norma, é observável nas distinções de gênero que são demarcadas não apenas nos corpos, mas também na linguagem, nas representações, nas práticas sociais e na construção de conhecimento. Mais do que operar classificando e hierarquizando significados sobre o feminino e o masculino, toda a produção simbólica permeada por mecanismos de poder legitima e deslegitima sentidos e sujeitos, definindo padrões de normalidade e anormalidade na sociedade. Todas as vivências e comportamentos que não estejam de acordo com a norma são marginalizados, interditados e excluídos. Normalizar uma identidade significa torná-la desejável e única, atribuindo a ela todas as características positivas possíveis (SILVA, 2012). Sua força está em sequer ser vista como “uma” identidade, mas sim como “a” identidade, parâmetro para avaliar e classificar as demais identidades. Sua força homogeneizadora está em sua invisibilidade. Como exemplo podemos citar a neutralidade que assume o masculino em nossa linguagem, que não possui pronome neutro. Quando me refiro no masculino a uma plateia heterogênea e isso não causa estranhamento e quando me refiro no feminino o oposto acontece, percebo que a identidade normal e “natural” continua sendo a masculina. Da mesma forma, no campo das sexualidades, temos a neutralidade associada à heterossexualidade, que se constitui como norma. Como sublinha Silva (2012, p. 84): “A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural”. Segundo Preciado:

A crítica pós-colonial e queer responde, em certo sentido, à impossibilidade de o sujeito subalterno articular sua própria posição dentro da análise da história do marxismo clássico. O lócus da construção da subjetividade política parece ter-se deslocado das categorias tradicionais de classe, trabalho e da divisão sexual do trabalho, para outras constelações transversais como podem ser o corpo,

a sexualidade, a raça, mas também a nacionalidade, a língua, o estilo ou, inclusive, a linguagem. (PRECIADO, 2007, p. 383).

Nessa conformação, importa lembrar que o rompimento com a concepção cartesiana do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia foi central para a **Teoria Queer**, já abordada no capítulo 2 desta tese. Tendo surgido do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, os estudos *queer* se propõem a problematizar concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação, na mesma linha da filosofia da diferença. Em comum, as duas correntes de pensamento se baseiam na obra de dois filósofos franceses: Michel Foucault e Jacques Derrida.

Ao expor que a sexualidade é produzida por meio de discursos, Foucault mostrou que “as identidades sociais são efeitos da forma como o conhecimento é organizado e que tal produção social de identidades é ‘naturalizada’ nos saberes dominantes” (MISKOLCI, 2009, p. 153). Por sua vez, por meio da perspectiva metodológica da desconstrução, Derrida explicitou o jogo de presença e ausência das oposições binárias, que são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação.

Os **estudos pós-coloniais**, por sua vez, irão ressaltar a enorme influência que a racionalidade dominante advinda do Norte tem incidido sobre as maneiras de pensar, sobre a ciência e até mesmo sobre as concepções de vida e visões de mundo das sociedades do Sul. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos critica as estruturas de conhecimento hegemônicas que excluem as epistemologias do Sul, sustentando que a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo. Para Santos, o modelo global de racionalidade científica é um modelo totalitário, pois “nega o caráter racional de todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2010, p. 21). Essa racionalidade é chamada por ele de “razão indolente”, pois ao se considerar única e exclusiva, não se esforça o suficiente para enxergar a riqueza e a diversidade epistemológica do mundo. Como sublinha Veiga da Silva (2015), essa racionalidade dominante, que privilegia os saberes utilitários e reconhece apenas duas formas de conhecimento como legítimas – as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas –, tem nos legado dificuldade de compreensão do real, principalmente em relação ao contexto histórico e cultural, pela negação da subjetividade e da complexidade e pela separação entre teoria e prática.

Além disso, o paradigma dominante produz aquilo que Ramón Grosfoguel (2011) chama de racismo epistêmico, ou seja, os conhecimentos produzidos pelos sujeitos ocidentais são classificados como superiores àqueles produzidos por sujeitos coloniais e não-ocidentais. Segundo o sociólogo porto-riquenho, isso não acontece apenas em relação aos processos de dominação e exploração nas relações de poder econômicas, políticas e culturais, mas também nos processos epistemológicos. A produção teórica advinda do Norte, ainda que pensada a partir de realidades muito distintas daquelas vividas ao Sul, ainda é considerada referência e colocada em escala superior, sendo adotada, muitas vezes, de maneira acrítica e exclusiva. A crítica epistemológica de Grosfoguel (2008) centra-se no paradigma eurocêntrico hegemônico que assume um ponto de vista universalista, neutro e objetivo, ignorando as estruturas de poder. Para ele “Ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do sistema-mundo patriarcal/ capitalista/ colonial/ moderno” (GROSFOGUEL, 2008, p. 118). Relembrando Donna Haraway e o conhecimento situado (abordado no capítulo 2 da tese), o sociólogo lança luz àquilo que chama de “corpo-política do conhecimento”, ou seja, o lócus da enunciação, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala.

Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. No entendimento de Grosfoguel, a “egopolítica do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados.

Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/ sexual/ de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia. (GROSFOGUEL, 2008, p. 119).

A distinção entre lugar epistêmico e lugar social torna-se relevante na medida em que, como sublinha o autor, situar-se socialmente ao lado do oprimido das relações de poder não significa, necessariamente, pensar a partir de um lugar epistêmico subalterno. Mais do que isso, Grosfoguel aponta que o sistema-mundo colonial é capaz de levar o oprimido a pensar dentro da mesma lógica daqueles que se encontram em posições dominantes. Nessa perspectiva, a neutralidade e a objetividade são classificadas como

mitos ocidentais, já que “todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder” (GROSFOGUEL, 2008, p. 119).

#### *2.4.2 As brechas do discurso e as possibilidades de encontro com o Outro*

Como forma de conhecimento (MEDITSCH, 1992; 1997) e dispositivo pedagógico (FISCHER, 1997), o jornalismo é uma das instâncias de poder responsável pela produção simbólica e discursiva da identidade e da diferença nas sociedades. Por meio da diferenciação, é capaz de produzir e reproduzir marcas da presença do poder: “incluir/excluir (‘estes pertencem, aqueles não’); demarcar fronteiras (‘nós’ e ‘eles’); classificar (‘bons e maus’; ‘puros e impuros’; ‘desenvolvidos e primitivos’; ‘racionais e irracionais’); normalizar (‘nós somos normais; eles são anormais’)” (SILVA, 2012, p. 81). Ao demarcar fronteiras, fazer distinções, incluir e excluir, o jornalismo acaba por classificar as coisas do mundo, dividindo e ordenando sujeitos e vivências em grupos e classes. As formas como a sociedade vai significar e ressignificar essas classificações estão estreitamente ligadas à identidade e à diferença. Ao dividir e classificar o jornalismo também hierarquiza e valora de forma assimétrica os grupos e sujeitos que narra.

Com o auxílio das perspectivas pós-estruturalista e pós-colonialista, é possível compreender o jornalismo operando dentro de um modelo hegemônico permeado por regimes de verdade, que hierarquizam racionalidades e formas específicas de conhecer. Como conhecimento social, o jornalismo está imbricado com os sistemas de poder da sociedade e também com as condições epistêmicas de produção e reprodução de conhecimento. Como dispositivo pedagógico, constrói significados e atua decisivamente na formação dos sujeitos sociais. Assim, compreendê-lo sob uma perspectiva epistemológica pode auxiliar a problematizar o conhecimento e os saberes que vêm sendo produzidos, além de perceber os mecanismos que operam na produção e reprodução de sujeitos e verdades. A importância de observar a relação texto-leitor por estas lentes está principalmente centrada na instabilidade da linguagem e a constante luta entre os processos que querem fixa-la ou desestabilizá-la:

A **identidade e a diferença** não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a estar a aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas **têm que ser constantemente criadas e recriadas**. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição. (SILVA, 2012, p. 96, grifos meus).

A estreita relação entre o conhecimento produzido pelo jornalismo e o cientificismo foi investigada por Veiga da Silva (2015) em sua tese. Amparada nos estudos de Nilson Lage, Cremilda Medina, Genro Filho, Eduardo Meditsch e Fernando Resende, a pesquisadora sublinha a influência de uma epistemologia positivista presente nos modos de pensar e produzir o conhecimento jornalístico ao longo da história. Para a autora, em busca da validação de uma “verdade objetiva” o jornalismo segue apropriando-se de métodos e epistemologias hegemônicas e valendo-se de conceitos e características similares aos da ciência:

Seria, então, a partir de um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista, etc.) e de uma epistemologia hegemônicas que se estabeleceriam alguns valores que estão presentes nos saberes produzidos para que sejam entendidos como verdade. Entre esses valores, destacam-se a objetividade, a neutralidade e a universalidade, bases do cientificismo e também dos métodos e conceitos que parecem ainda predominar no pensar e no fazer jornalístico. (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 41).

Nessa concepção, pode-se afirmar que grande parte do conhecimento produzido pelo jornalismo ainda está baseado em uma racionalidade reducionista, que constrói as notícias com base em um pensamento binário e dicotômico. A razão e a ciência são consideradas fundamentos neutros, seguros, objetivos e universais que levariam ao conhecimento verdadeiro.

De acordo com a pesquisadora, é possível expandir a visão de Genro Filho (1987) de que a objetividade jornalística estaria ligada ao desenvolvimento do capitalismo, escondendo uma ideologia burguesa pretensa a reproduzir e confirmar relações de poder que beneficiam as classes dominantes. Ela propõe ampliar a visão marxista (que se baseia numa dominação fundamentalmente econômica) para uma concepção de poder mais ampla, considerando também as relações com a cultura, com as epistemes e demais regimes de verdade.

Em consonância com essa visão, Resende aponta a aplicação de fórmulas simplistas de apreender a sociedade no processo de construção das narrativas jornalísticas como mecanismo responsável pela produção das diferenças:

Não se trata de pensar toda a produção jornalística sob essa perspectiva, mas, em linhas gerais, no quadro epistemológico dominante neste campo, seus números de mortos, suas definições generalizadas, seus rótulos que simplificam problemas antes de tudo complexos muito contribuem para a concepção de um mundo que parece passível de ser ordenado e, no entanto, impossível de ser compartilhado. (RESENDE, 2009a, p.7).

Essas tentativas de apreender o mundo de forma simples e por meio de fórmulas que garantam a credibilidade e a validade do conhecimento têm como característica a busca por explicações, e não por complexificação. Esse paradigma simplificador que busca uma realidade objetiva nos moldes positivistas é constituinte dos modos como o jornalismo interpreta discursivamente os acontecimentos, vê e convida a ver a realidade.

Atenta a esse quadro, Veiga da Silva enfatiza a centralidade do jornalismo na atribuição de significados e naturalização de um sistema de valores que contribui para criar desigualdades: “a forma como as notícias são construídas está perpassada por convenções sociais (de gênero, de classe, de raça, de sexualidade, etc.) e também por determinadas noções metodológicas, epistemológicas e paradigmáticas reconhecidas como legítimas para a produção de um conhecimento validado” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 23). Dentro de uma rede de poder-saber, o jornalismo como forma de conhecimento social dá a conhecer e naturaliza o sistema simbólico que opera na sociedade impactando a vida dos sujeitos diferentemente, hierarquizando-os a partir de sistemas classificatórios da diferença.

Apoiado nas leituras de Ricouer, Resende sustenta que o encontro entre texto e leitor só pode se concretizar através das brechas, “espaços que se revelam no próprio ato de produzir discursos” (RESENDE, 2009a, p. 32), visto que a comunicação é dependente da relação estabelecida entre o mundo vivido e o mundo lido pelo leitor. A não transparência e as múltiplas possibilidades de interpretação que o discurso jornalístico instaura fazem com que a própria tessitura da narrativa possa ser encarada como possibilidade de vislumbrar as “brechas que promovem os encontros” (RESENDE, 2009a). Para o autor, considerar o “enigma da comunicação” significa ir além da ordem do discurso, ao ponto de enxergar o papel transgressor da narrativa jornalística quando torna possível a comunicabilidade.

Nesse ponto de vista, a proposição de Resende para que percebamos o discurso jornalístico como lugar “onde se tece a vida do outro” implica compreendê-lo como constituído de sentidos e forças que atuam na dimensão do simbólico. O jornalismo e a comunicação configuram-se, desta forma, como lócus privilegiado da observação do mundo em movimento (FRANÇA, 2004), visto que o seu poder de legitimar e deslegitimar valores e representações é elemento essencial no processo de compreensão e leitura da sociedade. Ao narrar a existência do outro, o jornalismo acaba condicionando e limitando sua existência à própria construção da narrativa, ora como fonte, ora como

objeto do discurso. É por meio da narrativa que jornalista e leitores irão significar, construir e interpretar o outro, sempre de forma localizada.

Na mesma direção, Cremilda Medina (em entrevista a BATISTA, 2015) chama atenção para a posição de poder que assume o sujeito jornalista em relação ao enquadramento dado ao objeto da pauta. Para a pesquisadora, o trabalho de reportagem pode levar ao distanciamento, à assepsia e a um conseqüente autoritarismo; da mesma forma, com uma mudança de abordagem, pode levar também o sujeito jornalista a um movimento de cumplicidade na interação com os sujeitos sociais.

Como já dito, as reportagens e notícias são percebidas como narrativas que atribuem nexos e sentidos às coisas do mundo e, portanto, estabelecem modos de compreendê-lo e significá-lo. De acordo com Resende (2009b), o modo de narrar burocratizado associado ao jornalismo tradicional limita as possibilidades de encontro com os leitores e também do próprio jornalista com esse outro que será narrado. Soma-se a isso a busca da objetividade realizada dentro de um sistema apartado da subjetividade e muito próximo de um modelo de racionalidade moderno-positivista (VEIGA DA SILVA, 2015). A forma autoritária de narrar histórias do jornalismo tradicional e sua legitimidade epistemológica galgada na imparcialidade e objetividade podem resultar no engessamento do jornalista na produção de suas narrativas, muitas vezes de forma velada. Por essa razão, a reflexão se volta para o reconhecimento dos abismos que esse tipo de discurso instaura em sua relação com o leitor e a compreensão do possível distanciamento que essa epistemologia opera no que se refere ao “deciframento do enigma” do qual fala Ricoeur:

Sob essa ótica, também porque a este campo é dado tratar do imediato, nossos estudos e práticas se dedicaram a criar formas que nos possibilitam falar do micro, utilizando a objetividade como ritual estratégico (Tuchman, 1999) e separando os relatos em gêneros – informativos e opinativos, por exemplo –, de modo a nos livrarmos das possíveis incoerências presentes em qualquer ordem discursiva. Há de se compreender que, nos tempos atuais, quando as próprias máquinas nos permitem o uso de inúmeras formas de narrar o cotidiano – o que diz das nossas guerras particulares –, esse modo de falar, então legitimado pelo discurso sobre o jornalismo, está distante de enfrentar um desafio que nos parece central: lançar-se ao encontro do outro. (RESENDE, 2009a, p.3)

Essa percepção ressalta a necessidade de que as narrativas jornalísticas sejam acolhidas como lugar de produção de conhecimento, o que significa pensá-las e analisá-las a partir de sua própria tessitura. É o posicionamento humanizado do jornalista que vai criar as possibilidades de encontro: “Articulando-se no tecido da vida, ele deixa, através do texto, de ocupar o lugar de dono da lei, para tornar-se um observador, tanto quanto o

é aquele para quem escreve” (RESENDE, 2009b, p. 38). Para isso, é preciso enxergar o “outro” a partir dos seus próprios valores e compreender que não existe uma única verdade.

O caráter cultural e histórico do jornalismo como forma de conhecimento reconhece os limites da noção de objetividade e, de acordo com essa perspectiva, não estaria apenas refletindo a realidade, mas sim ajudando a construí-la ao passo que também é construído por ela. O conhecimento daí oriundo refere-se a distintas e complexas realidades, desvendando inúmeros modos de conhecer e descartando a ideia de uma verdade única e objetiva. Importa sublinhar que esses modos de pensar e compreender o jornalismo alinham-se à “objetividade feminista” proposta por Donna Haraway (1995) e também as urgentes e necessárias rupturas paradigmáticas e epistemológicas tanto em relação às práticas jornalísticas quanto aos discursos e saberes que ele produz (VEIGA DA SILVA, 2014), abordadas anteriormente.

A construção da narrativa jornalística numa relação dialógica com os leitores só se torna viva quando abandona o paradigma dominante e colonial e se abre a significações para além daquelas advindas do olhar de um “jornalista-deus”. As histórias são tecidas “no limite entre a vida vivida individualmente e a que irrompe na experiência com o outro” (RESENDE, 2009b, p. 39). Em sua dimensão complexificada, o ato jornalístico afasta-se da noção de um discurso capaz de explicar o mundo para aproximar-se da ideia da construção de uma narrativa em processo. Esse exercício dialógico e relacional é fundamental para considerar-se as possibilidades de encontro:

O jornalista escreve para alguém e, necessariamente, escreve porque quer ser compreendido. O leitor, por sua vez, lê e busca por um gesto que o faça compreender o fato. Como agentes da ação, esses sujeitos não se fazem exclusivamente de um único lugar, o de locutor ou ouvinte, pois são, ao mesmo tempo, a fala e a escuta, produtos/produtores de atos comunicativos. (RESENDE, 2009b, p. 40).

Concebendo as narrativas jornalísticas como histórias que geram outras histórias, Resende posiciona o autor-jornalista, a partir de uma visão bakhtiniana, como movimento e energia disponível em interação com outros eus e personagens. A narrativa produz sentido na relação com os leitores, gerando a possibilidade de múltiplas interpretações e compreensões. As interações realizadas pelos leitores no espaço jornalístico dos comentários dão a ver parte do processo de negociação e disputa de sentidos e a instauração e legitimação de atores no processo comunicacional. Este espaço é também o local do encontro possível com o outro de que fala Resende.

A troca entre jornalismo e leitor e entre leitores com outros leitores, possibilita o câmbio de saberes e visões de mundo e constitui-se como espaço para construção e reconstrução do eu por meio da colaboração com outros eus. Na mesma medida, o texto jornalístico, como espaço de subjetividade e comunicabilidade, abre espaço para embates entre eu e o outro, revelando dispositivos que operam na produção das diferenças. Na perspectiva de Vera França, esse espaço pode ser percebido como um lugar em que “consonâncias e dissonâncias [são] estabelecidas por sujeitos ativos e atuantes que, em conjunto, e no atrito de suas afinidades e diferenças, constroem [com os meios] seu mundo partilhado” (FRANÇA, 2004, p. 25).

Destarte, “ir ao encontro do outro” ou abrir “possibilidades para o encontro” de que fala Resende, passa por “abandonar o eu como medida para o conhecimento do outro” (GUIMARÃES & LIMA, 2007, p. 154), reconhecer o lugar e a voz do jornalista como localizada e corporificada (HARAWAY, 1995), além de abarcar a complexidade de cada história, acolhendo e dando a ver o maior número possível de verdades (VEIGA & MAROCCO, 2017). Logo, para que o encontro aconteça, parece ser necessário abrir espaço para outras práticas, capazes de complexificar a relação do jornalismo com a alteridade, do jornalismo com os seus leitores e dos próprios leitores com o outro. Resende classifica como fundamental um olhar que busque conhecer os modos de narrar os fatos para que se abra a possibilidade de revelar e avaliar alguns dos mecanismos de produção das diferenças. Sabendo que nem sempre o discurso é capaz de apresentar e falar do outro para além daquilo que nos é familiar e já conhecido, muitas vezes, aquilo que é dado a ver pode ser insuficiente para provocar o “encontro”.

A abertura para os valores do feminino, “interditado e inferiorizado nas hierarquias de valores do jornalismo” (VEIGA E MAROCCO, 2017, p. 16), ou seja, a abertura para a subjetividade e a complexidade da forma mais horizontal possível, redimensiona o desafio do diálogo com o outro e a reflexão acerca da produção de conhecimento. Nessa conformação, me alio à chamada “filosofia da diferença” (SILVA, 2012) para falar sobre o encontro com o outro numa perspectiva pós-estruturalista, levando em conta a crítica feminista à ciência, tendo as teorias pós-colonial e Queer como lentes que guiarão as análises desta tese. Considerando todas as características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade presentes na linguagem e também na constituição da representação do outro, o foco desta pesquisa estará sobre os processos de normalização e hierarquização da identidade e da diferença nas relações entre

jornalismo e leitores, tendo o conceito de gênero como categoria epistemológica como central.

### 3. Percurso metodológico

*O óbvio, Lóri, é a verdade mais difícil de se enxergar.*  
(Clarice Lispector em Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres)

A análise dos comentários dos leitores será realizada com base nos pressupostos da Análise de Discurso de linha francesa (AD) e adotará uma atitude metodológica inspirada na Análise Enunciativa de Foucault (1969). A AD mostra-se profícua para a identificação dos sentidos que, como se disse, resultam de um processo de interação texto/leitor. Ao contrário de outras metodologias, não considera a linguagem transparente e não procura um sentido “escondido” dentro do texto, estando em consonância com os estudos de discurso foucaultianos. Segundo Eni Orlandi, a questão central é **como** o texto significa: “na análise de discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2000, p. 15). Cabe ao analista buscar as regularidades na linguagem e relacioná-las à exterioridade, operando sobre aquilo que efetivamente foi dito. Para isso, é necessário, de acordo com Foucault, construir a análise de maneira a “fazer ver as coisas” naquilo que não está nem totalmente oculto e nem totalmente visível.

Nesse prisma, pode-se dizer que a AD é um gesto de interpretação (ORLANDI, 1998) e está preocupada com os movimentos de instauração de sentidos (dizer e interpretar), que são afetados por sistemas de significação e requerem compreender os modos de funcionamento de um discurso. A língua, a cultura, a ideologia e o imaginário, em sua complexidade, além de processos sociais e históricos, influenciam e afetam os sujeitos, e conseqüentemente os seus discursos e seu processo de leitura.

Em concordância com esses pressupostos, a análise enunciativa de Foucault atua no nível da existência, tendo como objeto frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, ou seja, coisas efetivamente ditas:

A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato

de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. (FOUCAULT, 2007, p. 133).

A análise enunciativa perguntará **de que modo** aquelas coisas ditas existem, como deixam rastros, como são reutilizadas. Por mais que o enunciado<sup>28</sup> não seja oculto, nem por isso é visível; assim, seria necessário, para Foucault (2007, p. 136), “interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz”.

Cabe lembrar que, justamente pelo fato de a linguagem ser opaca, feita de falhas e equívocos, as possibilidades de leitura de um texto são múltiplas. Ainda que se apresente como transparente, como se os sentidos estivessem sempre lá, no próprio texto, os significados são gerados em um processo de enunciação e interpretação que se dá entre interlocutores. De acordo com Benetti (2016), o funcionamento da linguagem é complexo e enraizado na história, e as significações são construídas em contextos de conflito, luta, divergência e dominação. Nessa conformação, o discurso pode ser pensado como “uma potência que se concretiza quando o interlocutor recria seus sentidos” (BENETTI, 2016, p. 237).

Assim, a compreensão do jornalismo como lugar de circulação e produção de sentidos ou “palavra em movimento”, conforme classifica Orlandi (2000), implica considerar seu discurso como dialógico, polifônico, opaco, ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos e elaborado conforme condições e rotinas particulares (BENETTI, 2008). Podemos dizer que o processo de significação acontece o tempo todo e ao mesmo tempo, constituindo e não apenas descrevendo aquilo que está representando.

Nas palavras de Christa Berger (1996, p. 189), é preciso reconhecer a notícia como “processo de construção do acontecimento pela linguagem”, deixando de reivindicar a imparcialidade ou a neutralidade na passagem do acontecido para o editado. Assim como o dizer, o interpretar também está cheio de sistemas de significação: “Os sentidos não estão presos ao texto nem emanam do sujeito que lê, ao contrário eles resultam de um processo de inter-ação texto/leitor” (MARIANI, 1999, p. 106). Segundo a autora, a discussão é complexificada ao considerarmos que o sujeito-leitor também é constituído por processos sociais e históricos que não são totalmente visíveis para ele. Ao correlacionar o que lê com outros textos já conhecidos, com sua própria história pessoal,

---

<sup>28</sup> O enunciado, para Foucault (2007), é uma modalidade de existência própria de um conjunto de signos, que atravessa unidades como a frase ou os atos de fala. Se caracteriza por quatro elementos básicos: sempre diz respeito a um referente, a um sujeito e a um campo associado, além de sempre estar associado a uma materialidade específica, passível de repetição ou reprodução e ativada através de técnicas, práticas e relações sociais.

o momento em que vive vai se integrando e desvinculando do texto na medida em que a historicidade de ambos emerge no processo de leitura (MARIANI, 1999). Assim, o conhecimento é recriado a partir do processo jornalístico, que pode reforçar ou apagar mapas culturais de significado, contribuindo para estabelecer supostos consensos e padrões de normalidade.

Para compreender e problematizar os comentários dos leitores a respeito das enunciações jornalísticas sobre a temática de gênero será realizada a análise discursiva dos sentidos presentes nos textos. Atravessados pela exterioridade, tanto o texto jornalístico como a manifestação dos leitores estão permeados por relações históricas e sociais, pela memória e pela interdiscursividade, abrangendo um contexto de sentidos que não pode ser desconsiderado. Para realizar tal empreendimento, é preciso compreender a língua como acontecimento e partir do texto para o que lhe é anterior e exterior, fazendo o caminho inverso do discurso (BENETTI, 2016). Sabendo que todo discurso se constrói na tensão entre o retorno ao mesmo e a busca do diferente, procurei identificar o que se repete nos comentários dos leitores, observando o retorno aos mesmos espaços do dizer por meio de diferentes formulações, mas também lançar o olhar para as rupturas e as transformações, atenta às condições de existência dessas enunciações. A seguir, irei delinear as escolhas metodológicas que guiaram a organização do material e descrever os processos empregados nas análises que serão realizadas mais adiante.

### 3.1 Escolhas metodológicas e apresentação dos cases

Passei a coletar, a partir de 2015, reportagens e notícias sobre o tema “gênero”, dando especial atenção aos produtos jornalísticos que traziam novos mapas de significado sobre o assunto publicados em veículos da mídia de referência. Antes disso, minha ideia era trabalhar com os sentidos produzidos pelos leitores nas notícias que abordavam os protestos que pediam o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Porém, em plena efervescência da chamada “primavera feminista” e com a eclosão de uma série de discussões em torno da temática, diversos jornais, revistas e programas televisivos começaram a abrir espaço para pautas até então tangenciadas pelo jornalismo, como identidade de gênero, estupro, feminismo e assédio. Frente a riqueza desse material, no início de 2016, decido mudar o foco das minhas investigações. Sigo a coletar reportagens sobre o tema, dando prioridade àquelas que tenham despertado a interação e engajamento dos leitores, seja nas páginas dos próprios veículos, seja no compartilhamento que

realizam em suas *fanpages* no Facebook. Esse quadro de coleta passou a comportar matérias veiculadas em revistas de grande circulação, televisão e jornais de referência, como se pode conferir a seguir:

**Quadro 1: Coleta de cases 2015 – 2017**

<b>Data</b>	<b>Veículo</b>	<b>Meio/ local da coleta</b>	<b>Título da reportagem/ tema</b>	<b>Engajamento</b>
Fevereiro 2015	Revista Nova Escola, editora Abril	<i>Fanpage</i> da revista no Facebook	Matéria de capa “Vamos falar sobre ele?”, sobre identidade de gênero e sexualidade	200 comentários 300 compartilhamentos
Julho 2015	Revista Superinteressante, editora Abril	<i>Fanpage</i> da revista no Facebook; site da revista	Matéria de capa “Como silenciamos o estupro?”, sobre cultura do estupro	10 mil comentários 182 mil compartilhamentos
Agosto 2015	Programa Fantástico, Rede Globo	<i>Fanpage</i> do programa no Facebook	Reportagem “Hospitais auxiliam crianças que sentem ser do sexo oposto”, sobre crianças trans	148 comentários 414 compartilhamentos
Outubro 2015	Revista Galileu, editora Globo	<i>Fanpage</i> da revista no Facebook; site da revista	Reportagem de capa “Gênero: tudo que você sabe está errado”, sobre identidade de gênero e transexualidade	1,8 mil comentários e 5.563 compartilhamentos
Dezembro 2015	Programa Profissão Repórter, Rede Globo	<i>Fanpage</i> do programa no Facebook; site do programa	Programa “Feministas tomam a internet e as ruas em protestos e viram alvo de ataques”, sobre feminismo	188 comentários no Facebook, 157 comentário na página do programa e 444 compartilhamentos
Fevereiro 2016	Portal de notícias G1, grupo Globo	<i>Fanpage</i> do portal no Facebook	Notícia “Um dia após protesto, alunas ignoram proibição e vão de shorts a escola”, sobre a manifestação de estudantes do colégio Anchieta sobre a proibição do uso de shorts na escola	2,4 mil comentários e 1.437 compartilhamentos
Junho 2016	Jornal Diário Gaúcho, grupo RBS	Site do jornal	Reportagem “Por que ‘secar’ uma mulher na rua transforma uma simples caminhada em constrangimento”, sobre	576 comentários

			cultura do estupro e assédio	
Junho 2016	Jornal Extra, grupo Globo	Site do jornal	Publicação “Carta do EXTRA aos leitores que não viram um estupro no estupro”, em que o jornal responde comentários de leitores postados em notícias sobre o caso de estupro coletivo no RJ	75 comentários
Julho 2016	Revista Marie Claire, editora Globo	Fanpage da revista no Facebook	Vídeo Campanha contra o estupro #seeudissernãoéestupro	285 comentários e 6.591 compartilhamentos
Setembro 2016	Jornal Zero Hora, grupo RBS	Site do jornal	Notícia “Declarações de promotor contra vítima de abuso sexual chocam desembargadores no Rio Grande do Sul”	409 comentários
Fevereiro 2017 (19/02)	Folha de S. Paulo	Fanpage no Facebook	Caderno Equilíbrio e saúde, seção “minha história”: De Olívia para Oliver: a história de uma criança transgênero	329 comentários 2,4 mil reações 152 compartilhamentos
Março 2017 (12/03)	Fantástico, Rede Globo	Fanpage no Facebook	Primeiro episódio da série “Quem sou eu” – crianças trans	853 comentários 1.931 compartilhamentos
Março 2017 (19/03)	Fantástico, Rede Globo	Fanpage no Facebook	Segundo episódio da série “Quem sou eu” – preconceito, o bullying e com a perigosa tentação da automedicação	594 comentários 626 compartilhamentos
Março 2017 (26/03)	Fantástico, Rede Globo	Fanpage no Facebook	Terceiro episódio da série “Quem sou eu” – Processo de transição	318 comentários 295 compartilhamentos
Abril 2017 (02/04)	Fantástico, Rede Globo	Fanpage no Facebook	Quarto episódio da série “Quem sou eu” - amor e relacionamentos	267 comentários 610 compartilhamentos
Abril 2017 (04/04)	Portal de notícias G1, grupo Globo	Fanpage do portal no Facebook	Globo suspende José Mayer; atrizes fazem protesto contra assédio	3,3 mil comentários 100 mil reações 28 mil compartilhamentos
Mai 2017 (10/05)	Zero Hora	Fanpage no Facebook	STJ decide que transexual pode mudar de sexo no RG mesmo sem cirurgia	210 comentários 2 mil reações 138 compartilhamentos

Fonte: a autora

A escolha por não limitar apenas um lócus de investigação se deu com o intuito de coletar diferentes fatos de discurso para formar um corpo de enunciados com valor de amostra (FOUCAULT, 2007). Buscando suspender as formas mais imediatas de continuidade (que seriam analisar apenas um veículo, a mesma notícia em diferentes veículos ou período temporal mais restrito), o material reunido configura uma “população de acontecimentos discursivos”, que será horizonte para a busca de unidades. Em relação à diversidade de meios e materiais diversos – revistas, jornais, programas televisivos – Fischer (1997) entende que essa plena e permanente circularidade dos textos em nossa época deve ser captada e analisada pelo pesquisador, visto que o entrelaçamento das mídias é difícil de delimitar<sup>29</sup>.

Esse campo delimitado dos acontecimentos discursivos pode ser pensado como o conjunto finito dos enunciados possíveis, que dão origem a um “dado enunciativo” (FOUCAULT, 2007, p. 136). Para que a linguagem possa ser tomada como objeto, descrita e analisada, é preciso definir um *corpus* de discursos e textos. A partir desse *corpus* de textos é que será possível descrever e analisar o conjunto de enunciações presentes nos comentários de leitores. Em relação à natureza efêmera dos comentários publicados na internet, importa sublinhar que, na perspectiva foucaultiana, o enunciado é sempre acontecimento: “por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição” (FOUCAULT, 2007, p. 34).

Essa escolha metodológica vem ao encontro de um tipo de descontinuidade importante mencionada por Foucault em “Arqueologia do Saber” (1969) e destacada por Fischer. Como relembra a autora, para Foucault o pesquisador deve descrever e captar as “unidades arquitetônicas do sistema” (FISCHER, 1997, p. 57), deixando de lado a descrição das tradições, as continuidades culturais e as causas e efeitos de determinados fenômenos. Imaginando qual seria a unidade arquitetônica possível de desenhar a partir de um conjunto de enunciações sobre gênero realizadas por leitores em resposta a notícias da internet, a ideia é observar que tipo de descontinuidade esse novo conjunto estruturado instaura em relação a outras unidades semelhantes, associando-o a outros campos da vida social e levando em conta que estará ligado a uma discursividade mais ampla. Na perspectiva foucaultiana, o objeto desta tese é considerado histórico, e procuro interpretá-

---

<sup>29</sup> Em sua tese, por exemplo, Fischer (1997) define como *corpus* um programa de auditório, uma série de ficção, uma revista impressa e um caderno de jornal.

lo na diagonal, privilegiando a vivência do tempo presente e apreendendo o passado através da análise das rupturas e da diversidade que o objeto em questão instaura na sociedade.

Importa ainda sublinhar que não há aqui o intuito de fazer uma interpretação cronológica, evidenciar uma linearidade ou sequência temporal das enunciações. As datas e locais da coleta dos comentários de leitores servem como referência ligadas às condições de produção destes discursos, não tendo a pretensão de demarcar um ponto originário. O que faço é operacionalizar as enunciações a fim de detectar aquilo que se repete e também as transformações e rupturas, observar as interdições e vontades de verdade que operam nesses “micro documentos” a fim de descrever as suas condições de existência e sua singularidade. A partir dos textos, procuro ainda apreender as transformações não-discursivas, identificando o jogo de relações entre o dito e o não dito que dá condições históricas para o aparecimento de determinados discursos e não outros.

Partindo do material coletado e apresentado no Quadro 1, faço um primeiro recorte, que consistiu em eleger apenas as reportagens que abordaram a temática da identidade de gênero e a transexualidade. Destas foram escolhidos sete *cases* para a constituição do *corpus* de textos e análise de comentários: a reportagem de capa da revista Galileu intitulada “Gênero: tudo que você sabe está errado”, de outubro de 2015, por ter sido a primeira reportagem especial sobre a temática a gerar grande engajamento dos leitores nas redes sociais; o programa Globo Repórter, especial sobre a mesma temática, intitulado “Transgênero: origem pode ser biológica e começar na gestação”, veiculado em setembro de 2016; reportagem especial da Folha de S. Paulo no Caderno Equilíbrio e Saúde, seção “Minha história”, intitulada “De Olívia para Oliver: a história de uma criança transgênero”, publicada em fevereiro de 2017; por fim, os quatro episódios da série “Quem sou eu?”, veiculada pelo programa Fantástico, da Rede Globo em março de 2017, que tratam da infância, da adolescência, dos relacionamentos e do processo de transição de homens e mulheres transexuais.

Os *cases* escolhidos têm em comum o mesmo objeto de poder e saber ocupando a centralidade da pauta jornalística: a transexualidade. Silenciada por um longo tempo na grande mídia, são dadas neste momento histórico as condições para o aparecimento e circulação destes novos mapas de significado, que passam a existir sob condições “positivas”. Além da temática, todos os *cases* têm em comum o fato de terem sido

publicados nas *fanpages* dos veículos no site de rede social<sup>30</sup> Facebook<sup>31</sup>, gerando forte engajamento dos leitores, que comentaram e compartilharam as publicações produzindo expressiva conversação em rede (RECUERO, 2014). Procurou-se ainda manter a “unidade arquitetônica” mais diversa possível, reunindo materiais produzidos para revista, jornal e programas televisivos destinados a diferentes públicos e veiculadas em diferentes períodos dentro do recorte temporal já mencionado.

### **Revista Galileu: “Tudo que você sabe está errado”**

Lançada em 1991 com o nome de Globo Ciência e rebatizada em 1998, em sua 86ª edição, como Galileu, a revista da editora Globo propõe-se a falar de ciência, tecnologia, comportamento e política. Segundo o Midiakit da editora<sup>32</sup>, Galileu apresenta “O que há de mais novo nos campos do comportamento, da ciência, da tecnologia, da cultura, da saúde e do meio ambiente. Sob o lema “exercite a sua curiosidade”, o site da revista registra mais de 14 milhões de *pageviews* por mês e uma média de mais de 2 milhões de visitantes únicos mensalmente<sup>33</sup>. A *fanpage* da publicação no Facebook conta com mais de 1,600 milhão de seguidores

Com o objetivo de “tirar o leitor da zona de conforto ao tratar de assuntos polêmicos”, a Revista Galileu veiculou em sua *fanpage* do Facebook a chamada para a edição do mês de novembro com matéria especial sobre identidade de gênero. A reportagem intitulada “Tudo o que você sabe sobre gênero está errado” foi disponibilizada online na íntegra no site da revista<sup>34</sup>. No Facebook, a capa da nova edição de novembro foi divulgada no dia 27 de outubro de 2015, acompanhada do seguinte texto:

---

<sup>30</sup> Conforme Ellison e Boyd (2013), um site de rede social é uma plataforma de comunicação em rede na qual os participantes possuem perfis que os identificam e que consistem em conteúdos gerados pelo próprio usuário e por outros usuários conectados no mesmo sistema. Os participantes da plataforma articulam conexões públicas que podem ser visualizadas e cruzadas por outros usuários e consomem, produzem ou interagem com fluxos de conteúdos autogerados disponibilizados por suas conexões no site. A autoapresentação e o compartilhamento de dados com outros usuários são as duas atividades essenciais de uma rede social.

<sup>31</sup> De acordo com o relatório “Digital in 2016” da Agência Global We are Social, o Facebook é o mais popular site de rede social do mundo. O Brasil ocupa a terceira colocação como país mais ativo no site, com 103 milhões de usuários, atrás somente dos Estados Unidos e da Índia. Disponível em: <<http://wearesocial.com/uk/special-reports/digital-in-2016>>. Acesso em janeiro de 2018.

<sup>32</sup> Disponível em: <[http://editora.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit\\_Institucional.pdf](http://editora.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Institucional.pdf)> Acesso em junho de 2017.

<sup>33</sup> Fonte: IPSOS – Estudos MARPLAN/EGM – média jan a dez/15 – 9 mercados (filtro: ambos, 10/+ anos).

<sup>34</sup> Disponível em <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/05/tudo-o-que-voce-sabe-sobre-genero-esta-errado.html>>. Acesso em outubro de 2016.

*Novembro é um mês de muitas mudanças na GALILEU. A edição que já está nas bancas marca a estreia de nosso novo projeto gráfico: a capa, mais limpa, é impressa em papel especial, as seções estão mais modernas e a tipografia é emprestada dos lambe-lambes. A revista vem dentro de um pôster sobre a história da energia, e este é só o primeiro de vários pôsteres incríveis que estão por vir!*

*Para estampar a capa desta edição tão emblemática, abordamos um assunto que ainda é tabu na sociedade brasileira - a identidade de gênero. Por que tanto preconceito e desinformação continuam rondando o tema? Isso e muito mais você encontra na #novaGALILEU. Daqui para a frente, nossa missão é usar a ciência para explicar o mundo e, acima de tudo, para te ajudar a mudá-lo.*

*Nos vemos nas bancas? ;)*

A matéria, assinada por Gabriela Loureiro e Helena Vieira, traz como personagens Valentim (nome fictício) de 16 anos, que se identifica como não binário e bissexual; Liége Martins, transexual de 19 anos que mora em uma favela no Rio; Bernardo Mota, ativista trans bissexual e membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat); além de citar os conhecidos casos de Bruce Jenner, atleta que se assumiu trans na edição de julho 2015 da revista Vanity Fair e Alex, menino de 8 anos da periferia do Rio de Janeiro que foi morto pelo pai porque gostava de dança do ventre e de lavar a louça. A reportagem é ilustrada com fotografias que retratam partes fragmentadas de corpos sem rosto e sem identidade. Não há fotos e nem referências imagéticas aos personagens citados ao longo do texto.

Figura 1: Print da publicação na fanpage da revista Galileu



Fonte: reprodução do Facebook

O texto é construído ainda com base em dados estatísticos de pesquisa do instituto norte-americano YouGov, do relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) e da Associação Nacional das Travestis (Antra). Há referências teóricas aos estudos feministas e pós-estruturalistas dos anos 1960, à autora Judith Butler, “uma das mais respeitadas filósofas de gênero da atualidade”, segundo a reportagem, ao filósofo Michel Foucault, à professora da Universidade de Lille II, referenciada como “uma das principais teóricas queer da França”, Marie-Hélène Bourcier, ao biólogo escocês Patrick Geddes e ao sexólogo norte-americano Thomas Laqueur. O texto conta ainda com depoimentos de Wilker Cerqueira, cientista jurídico especializado em direitos humanos.

A publicação gerou grande interação com os leitores, somando 19 mil curtidas, 1,8 mil comentários e 5.563 compartilhamentos, contendo elogios e críticas em relação à escolha e abordagem do tema. Numa primeira triagem do material, foram excluídos desta mostra total de comentários aqueles em que constavam apenas marcações de pessoas, *emoticons* ou *links* para vídeos ou imagens. Esse processo inicial resultou no *corpus* primário de 693 comentários. Destes, 344 manifestavam-se favoravelmente em relação à

publicação e à temática e 349 mostravam-se contrários. Para realizar a análise dos sentidos, priorizei os comentários que continham argumentos ou teciam considerações sobre a temática da revista e sua abordagem. Foram excluídos, assim, os comentários superficiais de apoio ou contrariedade (apenas uma expressão elogiosa ou contrária, como “amei!” ou “lixo”, por exemplo). Essa triagem final resultou no *corpus* consolidado de **235 comentários**.

### **Globo Repórter: “o mundo da diversidade sexual”**

No ar desde abril de 1973, o programa Globo Repórter, da rede Globo, é um programa jornalístico semanal brasileiro produzido e apresentado pela Rede Globo que vai ao ar nas noites de sextas-feiras. Segundo descrição do site Memória Globo<sup>35</sup>, o foco do programa atualmente apresentado por Sérgio Chapelin e Glória Maria, é comportamento, aventura, ciência e natureza. O *Globo Repórter* é o programa jornalístico de vida mais longa na história da televisão brasileira. A fanpage do programa no Facebook conta com quase 5 milhões de curtidas.

No dia 23 de setembro de 2016 a página do Globo Repórter no Facebook fez uma postagem anunciando que o programa estava entrando no ar e disponibilizando o link para acesso online: “Globo Repórter entra no mundo da diversidade sexual”. A foto que ilustra o post é do adolescente transexual Luan Munhão Serra, de 17 anos, junto com seus amigos. A publicação gerou 10 mil reações, 492 comentários e 1.570 compartilhamentos.

A reportagem, dividida em cinco blocos, inicia falando da adolescência e das angústias desta fase vivida por Luan. A repórter Mônica Teixeira anuncia: “Luan vivia um drama incomum: o de não se sentir bem no próprio corpo. Luan não nasceu Luan. Veio ao mundo como menina e até dois anos atrás era chamado de Luara, o nome de batismo”. Todo o primeiro bloco é dedicado a história do menino, abrindo espaço para seus pais, sua irmã, sua avó, bisavó e seus amigos da escola darem os seus depoimentos. O psiquiatra do Hospital das Clínicas – USP, Alexandre Saadeh, é convocado para explicar qual seria a “origem” da transexualidade. A narração da repórter demarca também que foi somente após procurar ajuda no ambulatório de identidade de gênero e orientação sexual do HC de São Paulo que Luan teve sua identidade confirmada por psicólogos e psiquiatras.

---

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/globo-reporter/fotos-e-videos.htm>>. Acesso em julho de 2017.

**Figura 2: Print da publicação na fanpage do Globo Repórter**



Fonte: reprodução do Facebook

No segundo bloco conhecemos a história de João Nery, primeiro homem trans a realizar cirurgia de readequação, em 1976. Ele teve que driblar a lei para mudar seus documentos e realizar o procedimento de forma clandestina. No terceiro bloco, a reportagem apresenta uma família homoafetiva formada por duas mães e dois filhos que diz nunca ter sofrido preconceito. Após dar voz ao casal e aos filhos, a reportagem segue para o colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde os próprios alunos levantam a discussão sobre diversidade sexual e identidade de gênero. Ainda no mesmo bloco, Agnes Prado dos Santos, mulher transgênero, conta sobre o preconceito que sofreu no trabalho antes de conseguir realizar a retificação do seu nome nos documentos. A reportagem mostra ainda as dificuldades de realizar a cirurgia pelo Sistema Único de Saúde, cuja lista de espera tem uma média de 8 anos. O psiquiatra Saulo Vito Ciasca reforça a importância do procedimento, sublinhando que seu caráter não é estético, mas sim essencial para a auto-percepção destes indivíduos. O quarto bloco apresenta o grupo “Mães pela diversidade”, criado em São Paulo, que reúne mães e pais de todo o Brasil para combater a homofobia. Há espaço para os depoimentos de pais e mães que perderam seus filhos de forma violenta. O quinto e último bloco abre espaço para a história de Alexya Lucas Salvador, professora e mulher trans que descobriu na igreja a aceitação.

Após a triagem inicial, o *corpus* de análise somou 438 comentários, sendo destes 269 favoráveis a temática ou a abordagem do programa (mais de 61% da amostra) e 169 contrários. A segunda triagem, que prioriza a análise de sentidos e elimina os comentários superficiais, resultou em um *corpus* consolidado de **334 comentários**.

### **Folha de S. Paulo – Caderno Cotidiano, seção Equilíbrio e Saúde**

A história da Folha começa em 1921, com a criação do jornal "Folha da Noite", seguida pela criação do jornal "Folha da Manhã" e, posteriormente, da "Folha da Tarde". O jornal Folha de S. Paulo surge em 1960 após a junção dos três títulos<sup>36</sup>. O caderno Cotidiano, publicado diariamente pela Folha desde 1991, propõe-se a fazer a cobertura dos principais fatos nas áreas de educação, urbanismo, violência, saúde pública, ambiente, administração pública e comportamento. A seção Equilíbrio, publicada às quartas-feiras, segundo o site da Folha, “trata de comportamento e bem-estar, incluindo temas como nutrição, beleza, relacionamentos e criação dos filhos”. Desde 2013, a coluna “Minha história” abre espaço para o depoimento em primeira pessoa de diferentes personagens.

No dia 19 de fevereiro de 2017, a fanpage da Folha no Facebook anuncia o depoimento da flautista Uiara Pimenta, 31 anos, sobre a descoberta da transexualidade do seu filho Oliver, 7 anos (Figura 3):

*Leia o depoimento da flautista Uiara Pimenta, 31, que teve de enfrentar parte da sua família e a direção do colégio onde estuda seu filho, Oliver, devido à sua transexualidade. (via Folha Equilíbrio) #folha*

A introdução ao depoimento de Uiara, escrita pelo jornalista Chico Felitti, conta que a flautista teve que enfrentar a família e a direção do colégio onde estuda seu filho, que desde os 4 anos de idade afirma ser um menino. O texto ressalta que a criança está fazendo acompanhamento no Instituto de Psiquiatria do Hospital de Clínicas da USP, onde está prestes a fazer um tratamento para retardar a chegada da puberdade. O depoimento de Uiara conta sobre o nascimento da criança, a escolha do nome feminino em homenagem a avó, as primeiras brincadeiras e manifestações em relação a sua identidade de gênero masculina. Ela conta sobre a incompreensão da família, a resistência da escola e a descoberta sobre a transexualidade por meio da internet: “Eu nem sabia o

---

<sup>36</sup>Informações disponíveis no site da Folha:

<[http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_folha.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm)>. Acesso em julho de 2017.

que era transgênero. Sabia de lésbica, gay e era isso. Descobri na internet que havia um centro de transgênero no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP”. Ao final do texto ela narra pequenas vitórias, como a mudança de endereço e a receptividade dos novos vizinhos e amigos de Oliver e a decisão da nova escola, que permitiu que ele usasse o banheiro masculino.

**Figura 3: Print da publicação na fanpage da Folha de S. Paulo**



Fonte: reprodução do Facebook

Em sequência ao depoimento, a coluna segue com o subtítulo “Transtorno de identidade de gênero” e procura explicar como é feito o diagnóstico. Trazendo como fonte o psiquiatra Alexandre Saadeh, coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero do Hospital de Clínicas da USP. O texto destaca que até a puberdade não há medicação hormonal e que há um cuidado “muito maior” com as crianças. Segundo depoimento do psiquiatra, “não determinamos nada, simplesmente favorecemos que elas sejam elas verdadeiramente”.

A publicação no Facebook gerou 2,4 mil reações, 329 comentários e 152 compartilhamentos. Dentre os **319 comentários** constituintes da amostra consolidada

(comentários relevantes para a análise, excluindo-se *links*, *gifs*, *emoticons*), apenas 101 (28% da amostra) demonstraram empatia com a história de Uiara, posicionando-se a favor da publicação.

### **Fantástico – série “Quem sou eu?”**

No ar desde 1973, o programa dominical Fantástico, da rede Globo exibiu a série especial intitulada “Quem sou eu?” em quatro episódios, com estreia em março de 2017. Apresentada nos dias 12, 19, 26 de março e 02 de abril, sob o comando da jornalista Renata Ceribelli, a série teve como objetivo, segundo descrição da página do programa, contar as histórias de pessoas transgênero em diferentes fases da vida. Em sua fanpage no Facebook o Fantástico anunciou a novidade no dia 12 de março, com link para o *teaser* do programa:

*O Fantástico estreia a série Quem Sou Eu?, que conta histórias de transgêneros em diferentes fases da vida, ressaltando a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. Em quatro episódios, com a ajuda da fábula de 'Alice no País das Maravilhas,' de Lewis Carroll, a Alice de Quem Sou Eu? vai partir em uma jornada de autoconhecimento e representa todas as pessoas que sentem que nasceram no corpo errado e estão em busca de sua identidade.*

*A estreia aborda a questão que começa na infância e apresenta crianças que, desde muito cedo, sentem que nasceram no corpo errado. É o caso da Melissa, de 11 anos, que nasceu Miguel. Mel sempre se viu como menina. “Pra mim, eu estava fantasiada de menino até 9 anos. Nove anos com uma fantasia quente e picicante”. Veja na reportagem de Renata Ceribelli.*

Como destaca o texto de apresentação, a reportagem que inaugura a série se inicia traçando o paralelo entre a história de Alice no país das maravilhas com a vida de homens e mulheres transgênero. A voz da apresentadora Renata Ceribelli convoca explicitamente os telespectadores para se colocarem no lugar destas pessoas: “Olhe no espelho. Olhe e imagine que o quê você vê não é o que você é”. Uma série de imagens de diferentes pessoas se olhando no espelho é apresentada. A reportagem segue por meio de uma animação em *stop-motion* do cenário e dos personagens da história de Alice.

A primeira personagem a ser apresentada é Melissa de Fazzio, 11 anos, uma criança trans. Seus pais, Renato e Karina também ganham centralidade no episódio, contando sobre o processo de descoberta da identidade da filha. Outros pais de crianças transexuais que buscaram ajuda no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, primeiro centro público de atendimento para crianças transgêneros no Brasil, também dão o seu depoimento. O psiquiatra Alexandre Saadeh é fonte da reportagem para

explicar a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero e “a origem do transgênero” pelo viés da ciência. O depoimento da endocrinologista Leandra Steinmetz, do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas, por sua vez, elucida o processo de bloqueio hormonal realizado nas crianças trans. A narração de Ceribelli explica as determinações do Conselho Federal de Medicina sobre o processo de hormonização, garantindo que isso ocorre “até que médicos e psicólogos possam dizer seguramente que aquela pessoa é trans”, já que só por volta dos 16 anos o adolescente trans estará autorizado a tomar hormônios. Por fim, a reportagem vai até a escola onde Melissa estuda, mostrando como a menina assumiu a transição frente aos colegas e a professora.

**Figura 4: Print da publicação referente ao primeiro episódio na fanpage do Fantástico**



Fonte: reprodução do Facebook

A publicação gerou 5,3 mil reações, 853 comentários e 1.931 compartilhamentos. A triagem inicial resultou em 869 comentários, com um número equilibrado de manifestações positivas (459 comentários) e contrárias (410). O *corpus* consolidado, que prioriza os registros que argumentam e tecem considerações sobre a temática ou a abordagem somou **692 comentários**, reunidos em sete núcleos de sentido, que serão abordados detalhadamente mais adiante.

O **segundo episódio** da série, que aborda o preconceito, o *bullying* e automedicação, foi anunciado na fanpage no dia 19 de março de 2017, mesmo dia de sua veiculação na TV. A reportagem começa contando a história de Bernardo Moreira, que está completando 15 anos e é um adolescente transexual. Bernardo está prestes a iniciar o tratamento hormonal para que seu corpo ganhe traços mais masculinos. O programa aborda a entrada de Bernardo na fase da puberdade e as agruras de ser trans nesse período: “É difícil para um homem ver que ele está se tornando uma mulher, né?”, desabafa o menino. É feito um paralelo entre todas as pessoas trans que estão em busca de sua identidade e a forma como a personagem Alice se sente ao chegar no País das Maravilhas. Bernardo explica que muitas vezes não tem vontade de sair de casa: “É muito complicado para mim não ter o corpo que eu devia ter”. A mãe do adolescente também dá o seu depoimento, contando sobre a fase de descoberta do filho, que desde os 6 anos se identifica como menino. Por ter criado Bernardo sozinho, sem a presença do pai, ela conta que muitas vezes se sentiu culpada: “Será que eu como mulher estou passando alguma imagem ruim do feminino pra ele?”. Ela relata a busca de ajuda em diferentes consultórios de psicólogos e a frustração de não encontrar nenhum profissional que ajudasse a compreender o que estava acontecendo. Mãe e filho relatam ainda a dificuldade de aceitação na escola e o bullying praticado por outras crianças, que queriam saber se Bernardo era menino ou menina. A história de Alice no país das maravilhas é mais uma vez acionada, já que as flores falantes do Jardim das Maravilhas queiram saber que tipo de flor era Alice. Por não ser como elas, as flores querem expulsar Alice do jardim.

O episódio trata também da história da pianista Andrea da Costa e Silva, 22 anos, que sempre encontrou na música um refúgio. Aos 16 anos descobriu via internet que era uma mulher transexual: “Quando eu descobri que tinha um lugar onde eu me encaixava foi um alívio muito grande. Ao mesmo tempo que eu tirei um peso, entrou outro. O peso de descobrir que na maioria das vezes essas pessoas eram marginalizadas e sofriam muito preconceito. Saiu a dúvida e entrou o medo”, conta ela. Ao relatar o caso de Andrea e sua insatisfação com o corpo, o programa aborda o tratamento de hormonização, os perigos da auto-medicação e a possibilidade de realizar o tratamento pelo SUS. A reportagem explica que é preciso ter mais de 18 anos e passar por acompanhamento psicológico em um dos nove centros do país que a realizam o tratamento. O psiquiatra Alexandre Saadeh conta que cerca de 70% dos adolescentes que chegam no ambulatório atualmente já se automedicam, correndo inclusive risco de vida.

O programa traz ainda uma simulação de um chá com especialistas de diferentes

áreas para responder às dúvidas de Andrea, ao estilo do chá que Alice participa com o Chapeleiro Maluco na fábula, momento em a personagem também se vê perdida e cheia de dúvidas sobre o caminho que está seguindo. Participam a endocrinologista Karen Seidel, o urologista Eloísio Alexandro e a psicóloga Clarice Cezar Cabral. O programa mostra fotos de Andrea antes da transição e dá destaque ao depoimento da garota sobre o seu pai já falecido, que não chegou a conhecê-la com a identidade feminina. Andrea manifesta ainda o desejo de ter um relacionamento afetivo agora que se sente mais confortável com o seu corpo e se sente preparada. O final do episódio retoma a história de Bernardo, que se afirma bissexual, ou seja, sente-se atraído afetiva e sexualmente por meninos e meninas, e no momento está namorando uma menina. A narração de Renata Ceribelli sentencia: “O caso de Bernardo serve para entender que identidade de gênero é uma coisa e orientação sexual é outra. Esse é mais um rosto da árvore da diversidade humana”.

**Figura 5: Print da publicação referente ao segundo episódio na fanpage do Fantástico**



Fonte: reprodução do Facebook

A publicação na fanpage do Fantástico referente a este episódio gerou 8

mil reações, 594 comentários e 626 compartilhamentos. O *corpus* consolidado da amostra soma **428 comentários**, onde foram identificados sete núcleos de sentido.

O **terceiro episódio** da série, veiculado no dia 26 de março de 2017, abordou o processo de intervenção cirúrgica. O programa inicia com a história da baiana Thaís Rocha, 21 anos, que foi expulsa de casa aos 16 anos, quando começou a tomar por conta própria hormônios femininos. Ela se mudou para Curitiba e acabou caindo na prostituição: “Se eu pudesse escolher, não seria trans”, sentencia ela. O episódio faz um paralelo da história com a fábula de Alice, que em sua jornada de autodescoberta é expulsa do jardim das flores por intolerância da Rainha de Copas. Todas as flores do seu jardim precisam ser vermelhas. Àquelas que não se enquadram, a Rainha ordena: “Cortem-lhe a cabeça!”. São apresentados dados de violência, como a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil, que não passa de 35 anos, número de pessoas transexuais mortas no último ano e o posicionamento do Brasil no ranking de país mais violento do mundo para essa população. Enquanto os dados são divulgados, imagens de diferentes casos de violência passam na tela. Thaís diz que sente saudade dos pais e falta do seu apoio. Ela diz que gostaria muito de estudar para realizar o sonho de ser publicitária. Na sequência, acompanhamos as imagens de homens e mulheres trans em frente ao espelho, enquanto são apresentadas por Renata Ceribelli: “Gustavo é gerente de loja e sonha em ser professor de Educação Física; Rafaela é prostituta e sonha em ser coreógrafa...”.

A segunda personagem apresentada pelo programa é a estudante mineira Luiza Valentim, que transicionou aos 23 anos. De família do interior, sempre sofreu muito por ser um menino afeminado. Ela conta que passou muito tempo desorientada, sem saber ao certo quem era. Foi ao sofrer uma crise de pânico e ser encaminhada para uma psicóloga que ela iniciou seu processo de autoconhecimento. A reportagem abre espaço para a sua mãe, Maria Aparecida Cristino, e seu pai, João Mendes Valentim, darem os seus depoimentos. Os dois falam sobre o processo de apreender algo completamente novo e pouco aceito pelas pessoas do local onde vivem. O pai de Luiza chora e pede desculpas a ela pelo tempo que passou sem aceitá-la. O apoio da família é destacado pela reportagem como essencial na busca de Luiza por sua identidade.

Antes de começar o tratamento hormonal, ao saber que não poderia mais ter filhos depois de iniciado o processo, a estudante fez uma proposta para a sua melhor amiga, Grazielle Machado da Silva: ter um filho biológico. Dessa relação de amizade nasceu um menino. A reportagem acompanha Luiza que, aos 26 anos, irá realizar a cirurgia para

retirada do pomo-de-adão e a cirurgia de redesignação do órgão sexual em uma clínica particular no Rio de Janeiro. Foram os pais de Luiza que bancaram a operação. A reportagem acompanha a estudante até o hospital, para o que ela chama de “um divisor de águas” em sua vida.

O urologista Eloísio Alexsandro da HUPE/UERJ explica que o Sistema único de Saúde oferece a cirurgia desde 2008, porém a demanda é muito maior do que a capacidade de atendimento. A fila de espera atualmente é de 6 anos. É possível fazer a cirurgia de redesignação sexual, colocada de silicone e remoção de mamas. O episódio acompanha ainda o pós-operatório de Manoeal Dante Gramaccio, estudante, que fez a cirurgia de retirada dos seios. A reportagem destaca que é preciso ser maior de 21 anos e ter passado por dois anos de acompanhamento médico e psicológico para fazer qualquer tipo de procedimento pelo SUS.

A publicação na fanpage do Fantástico gerou 2,2 mil reações, 318 comentários e 295 compartilhamentos. A amostra de comentários do *corpus* consolidado soma **288 manifestações** de leitores, classificadas em sete núcleos de sentido, sendo mais de 58% destes positivos e favoráveis à publicação.

**Figura 6: Print da publicação referente ao terceiro episódio na fanpage do Fantástico**



Fonte: reprodução do Facebook

O **quarto e último episódio** da série, veiculado no dia 02 de abril de 2017,

abordou a temática do amor e dos relacionamentos para as pessoas transgênero. A primeira história apresentada é de Alessandra Azevedo, 29 anos, cabeleireira. Ela conta da dificuldade de se relacionar com homens, que acabam se afastando quando ela conta que é uma mulher transexual. Mais um paralelo é feito com a fábula de Alice, por meio da narração de Renata Ceribelli e imagens da animação em *stop-motion* criada especialmente para a série: “Na jornada de autodescoberta a personagem muitas vezes vive momentos difíceis. Se vê perdida e diante de figuras intolerantes”. Leka, como gosta de ser chamada, conta que há 11 anos assumiu a sua identidade feminina e há três anos resolveu fazer a cirurgia que, segundo a reportagem, seria a “a última etapa da transformação”. Ela diz que sentia medo do julgamento das pessoas e vergonha de sair na rua antes de realizar a redesignação. Porém, mesmo depois da cirurgia, ela percebe que o preconceito continua. Leka confessa que nunca namorou na vida e continua virgem, por medo de se decepcionar.

O segundo personagem apresentado pelo programa é Leonard Maulaz, estudante de psicologia, que só realizou a transição aos 35 anos. Há três anos ele começou o tratamento hormonal para ganhar características masculinas. Durante o processo ele se apaixonou. Leonard conta das dificuldades que teve para se declarar para Carla de Oliveira, professora da academia que frequenta e do quanto achou estranho ela “não fugir” quando declarou que era um homem trans. A reportagem abre espaço para o depoimento de Carla, que conta que quando ouviu a “confissão” já estava apaixonada por Leo. Perguntada por Ceribelli sobre qual seria a lição do relacionamento dos dois ela responde: “Nós vivemos o que nós acreditamos, a gente segue o nosso coração. A gente vive o amor da maneira que a gente acredita. Não é uma lição para ninguém. É só a nossa vida. Eu acho que as pessoas complicam demais”. O casal fala sobre o plano de ter filhos e formar uma família.

A última história do episódio fala sobre o casal Anderson Cunha, gari, e Helena Freitas, telemarketing, que, de acordo com a reportagem, são “pioneiros na formação de um novo tipo de família no Brasil”. Eles são o primeiro casal trans a conceber um filho biológico, o Gregório, que tem 1 ano de vida. Anderson conta como vem sendo a experiência de amamentar seu filho em público, de como foi estar “grávido” e a confusão e o espanto que isso causava nas pessoas. A reportagem conta que o casal resolveu se separar após a gravação da entrevista, e a advogada Carmem Fontenelle explica que a justiça enxerga o caso da mesma forma que os demais casais, sendo a guarda compartilhada uma regra. A reportagem encerra mostrando imagens do casal com o seu

filho e narração de Ceribelli: “O relacionamento de Anderson e Helena acabou. Mas o amor entre eles gerou o Gregório, que vai crescer em uma geração com outro olhar para os transgêneros”.

A postagem da Fanpage do Fantástico sobre o último episódio da série gerou 3,8 mil reações, 267 comentários de leitores e 610 compartilhamentos. O *corpus* consolidado do episódio soma **164 comentários**, sendo que destes 103 (62,8% da amostra) manifestaram sentidos de contrariedade em relação à temática apresentada pela reportagem.

**Figura 7: Print da publicação referente ao quarto episódio na fanpage do Fantástico**



Fonte: reprodução do Facebook

### 3.2 Delimitação do *corpus*

Além de armazenar as principais informações referentes a data, veículo, local de coleta, temática da reportagem e engajamento dos leitores, conforme apresentei no quadro 1 anteriormente, foi realizada ainda a coleta dos comentários relativos a cada publicação. Utilizando um software simples desenvolvido na linguagem de programação Python<sup>37</sup>, os comentários foram extraídos e armazenados automaticamente em um documento de

<sup>37</sup> O software utilizado na coleta dos comentários foi desenvolvido de maneira independente por um programador e adaptado para os propósitos desta pesquisa.

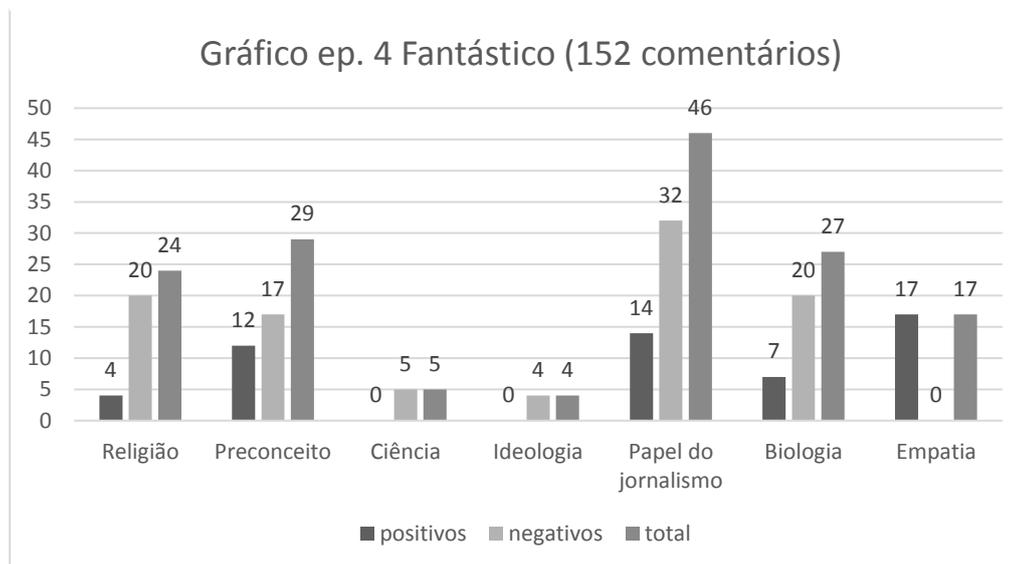
Excel. O próprio software realiza uma primeira filtragem, separando os comentários que não são interessantes para a amostra, como por exemplo, aqueles que consistem apenas em um *link*, marcação de pessoas, uma risada ou *emoticon*.

O passo seguinte consistiu na leitura dos comentários e no movimento de identificação de sequências discursivas (SDs) e possíveis núcleos de sentido presentes nos sete cases escolhidos para a análise. Como relembra Benetti (2007, p. 112), “a lógica da AD nos diz que um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa e não outra”. Após localizar as marcas discursivas é preciso buscar para além do texto analisado a constituição dos “outros” discursos que o atravessam.

Sabendo que as continuidades e sínteses existem, é preciso colocá-las, na perspectiva de Foucault, em suspenso. Arrancar os enunciados de sua “quase evidência”, fazendo aquilo que Deleuze (1992) chama de “rachar os enunciados”, expondo as leis, os processos, os caminhos nos quais se constituem e buscam suas articulações. A ideia é procurar as correlações entre eles, mostrando aquilo que incluem e excluem para ocupar o exato lugar que ocupam, observando esse jogo de relações que se dá a partir de uma mesma temática. As discussões sobre gênero – que abrangem desdobramentos sobre identidade de gênero e transexualidade, assédio, cultura do estupro e outras discussões de caráter feminista – dão origem a enunciações dispersas que formam um conjunto, na medida em que se referem a um mesmo objeto. Seria possível assim, de acordo com Foucault (2007, p. 36), analisar a sua coexistência, sua sucessão, seu funcionamento mútuo, sua determinação recíproca e sua transformação independente ou correlativa.

No primeiro contato com o material, minha escolha foi classificar as sequências discursivas por cores, de acordo com os sentidos depreendidos por cada comentário, fazendo posteriormente o agrupamento por meio das ferramentas do próprio Excel. Cada case analisado ganhou também um gráfico numérico que sintetiza quantitativamente os sentidos manifestados pelos leitores, a exemplo do Gráfico 1. Neste gráfico-síntese é possível identificar os sentidos predominantes do *corpus* consolidado de cada case de forma panorâmica, como se pode observar no exemplo relativo ao episódio 4 da série “Quem sou eu”, do Fantástico:

**Gráfico 1 – exemplo de gráfico-síntese da amostra de cada case**

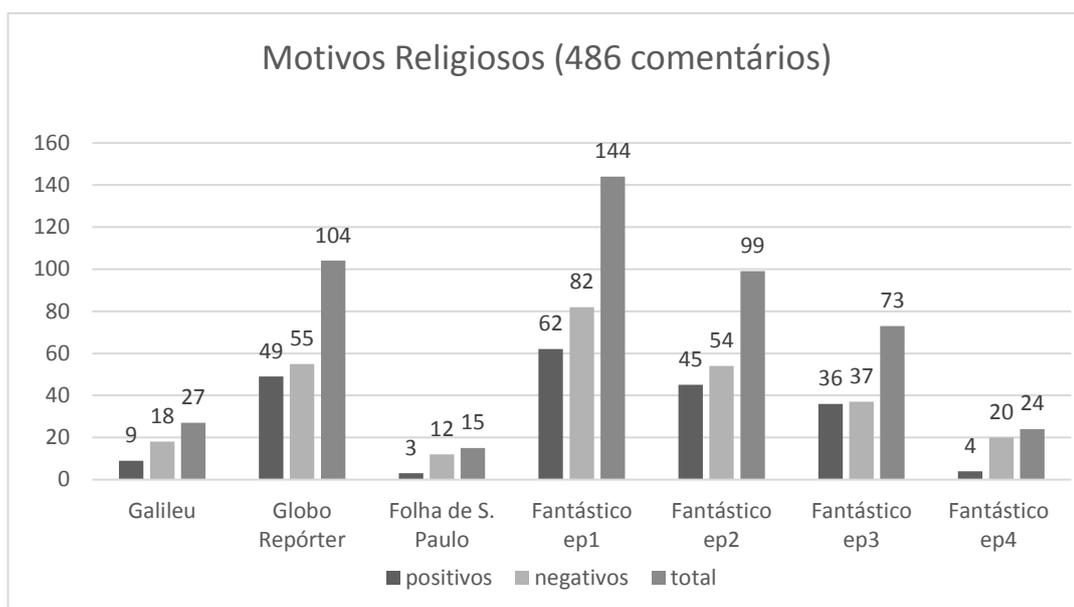


**Fonte: a autora**

Neste gráfico, é possível observar os núcleos de sentido que se evidenciaram neste case específico, o número de comentários referentes a cada núcleo e o posicionamento do leitor que se valeu destes sentidos para manifestar-se a favor ou contra a reportagem, legitimando ou deslegitimando o jornalismo e validando ou invalidando a temática (indicados no quadro como “positivos” ou “negativos”).

Ao final da coleta e análise de todos os comentários da amostra, criei também gráficos-síntese por núcleo de sentido, contemplando quantitativamente as recorrências em cada case, como mostra o Gráfico 2. No exemplo a seguir é possível contemplar o panorama quantitativo relativo aos comentários que manifestaram sentidos ligados à religiosidade em cada um dos cases analisados, observando-se também o número de comentários positivos e negativos separadamente por veículo (Galileu, Globo Repórter, Folha de S. Paulo, Fantástico). Neste gráfico é possível observar na amostra em que reportagens o núcleo de sentidos teve mais incidência, positiva ou negativamente.

**Gráfico 2: exemplo de gráfico-síntese por núcleo de sentidos**



**Fonte: a autora**

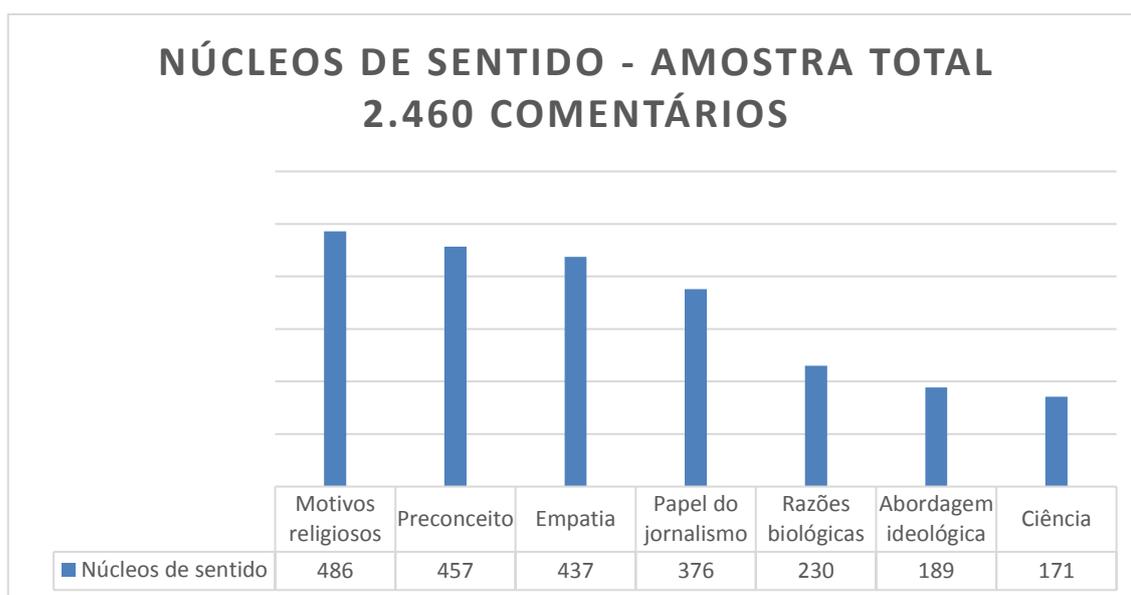
Feito isso, os dados quantitativos foram também agrupados em uma tabela geral (em anexo), onde é possível visualizar os números relativos às ocorrências positivas e negativas de cada núcleo de sentido separadamente por case, tanto na amostra total como na amostra do *corpus* consolidado. Ainda que não sejam objeto de análise, julguei importante manter os dados numéricos referentes ao *corpus* total no levantamento quantitativo desta tabela mais ampla. Ainda que os comentários superficiais e não argumentativos não constituam o objeto de análise desta pesquisa, acredito ser importante saber de que forma a reportagem repercutiu de maneira geral na totalidade dos comentários.

Por fim, criei também documentos de texto onde procurei elencar alguns comentários mais significativos referentes a cada núcleo de sentido encontrado, dando prioridade àqueles mais representativos do conjunto, tanto os que se manifestaram favoravelmente à temática e às publicações quanto àqueles que se manifestaram de forma a interditar esses discursos.

O mapeamento e classificação das sequências discursivas (SDs) mais significativas de cada case resultou em um *corpus* consolidado total de **2.460 comentários** e **sete núcleos de sentido**, conforme o Gráfico 3: os sentidos identificados dizem respeito a razões biológicas (230 comentários), questionamento sobre o papel social do jornalismo e sobre o contrato de comunicação (376), manifestação e debate

sobre preconceitos sexuais e de gênero (457), questionamento sobre a cientificidade da publicação ou da temática (171), classificação da abordagem como ideológica (189), motivos religiosos (486) e empatia (437). Três destes núcleos estão relacionados à legitimação do jornalismo e outros três relacionados à validação dos novos mapas de significado pelos leitores. O núcleo de sentidos da empatia produziu significados relacionados às duas esferas.

**Gráfico 3: amostra total de núcleos de sentido**



Fonte: a autora

É importante notar que a incidência de determinados núcleos de sentido se acentua em relação a algumas reportagens e enfraquece em relação a outras. Há também a aparição do núcleo de sentido relacionado à empatia, sentido que não foi produzido pelos leitores na relação com algumas das reportagens dos cases da amostra. Nas análises a seguir, procuro observar as repetições e rupturas presentes nos comentários de leitores. A análise foi organizada por núcleo de sentidos e parte de um viés quantitativo e panorâmico dos dados para uma Análise de Discurso inspirada nos preceitos da Análise Enunciativa de Foucault, como apresentarei nos próximos capítulos.

#### 4. Análise dos núcleos de sentido

Os núcleos de sentido encontrados a partir da análise da amostra de 2.460 comentários de leitores foram organizados em três grupos. No primeiro deles, os sentidos relacionados à *validação e invalidação dos novos mapas de significado* serão apresentados: as manifestações de leitores que se valeram de motivos religiosos, razões biológicas e menções ao preconceito em suas argumentações somaram 1.173 comentários. No segundo grupo, apresento os sentidos alusivos à *legitimação e deslegitimação do jornalismo*, presentes nos 736 comentários de leitores que o fizeram em função do papel social, da abordagem considerada ideológica e em razão do caráter científico das publicações ou das fontes. Por fim, o sentido de *empatia* será apresentado separadamente, por ser empregado tanto para validar os novos mapas de significado quanto para legitimar o jornalismo em 437 comentários de leitores. 114 comentários apontam ainda para o surgimento de novas vozes, expressando sentidos advindos de leitores que se declararam familiares, amigos ou companheiros de pessoas trans, além de manifestações de auto declaração da identidade destas pessoas.

##### 4.1 Validação e invalidação dos mapas de significado

Quando o jornalismo abre brechas para novos mapas culturais de significado (HALL et al, 1993), abre também espaço para o desvio, para o “outro” de nossa cultura, gerando reações agressivas por parte dos leitores que percebem que a fronteira de regulação foi transposta. Essas reações defensivas negativas e a tendência ao fechamento são nomeadas por Hall (1997) como reações culturais conservadoras, que fazem parte do retrocesso que surge em contrapartida aos avanços e à disseminação da diversidade.

Diversos saberes são manifestados e reafirmados pelos leitores em seus comentários com o intuito de validar ou invalidar os novos mapas apresentados pelo jornalismo. As argumentações com viés religioso e biológico e até mesmo aquelas que explicitam preconceitos se alicerçam em saberes que possuem positivities específicas, de coisas ditas que estabelecem regularidades e dão origem a determinadas formações discursivas. Esses saberes possíveis neste espaço-tempo específico são compreendidos por Foucault como materialidade, prática e acontecimento e estão diretamente implicados com as relações de poder.

As verdades convocadas pelos leitores em suas argumentações não são isentas, pois não há um saber neutro. Muito pelo contrário, a perspectiva foucaultiana evidencia

que todo saber é político e assegura o exercício de um poder, como destaca Roberto Machado na introdução da edição de 2012 de *Microfísica do Poder*: “saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (p. 28, 2012). O poder considerado em sua dimensão produtiva possui a eficácia de elaborar rituais de verdade, positivities e disciplina. Nessa perspectiva genealógica, o próprio indivíduo é um efeito dessa produção do poder e do saber. Como já dito no capítulo 2 desta tese, é preciso aqui encarar o poder em sua dimensão positiva e também como poder pulverizado, presente até mesmo nas mínimas práticas:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2012, p. 45).

Essa economia do poder, que faz circular seus efeitos de forma “contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo o corpo social” (FOUCAULT, 2012, p. 45), segue se aplicando no cenário atual, em que grande parte das lutas que vêm sendo travadas são simbólicas e discursivas. A cultura assume centralidade e, de acordo com Mary Douglas (1966), serve de intermediação para a experiência dos indivíduos. Penetrando em cada recanto da vida social contemporânea, a cultura regula e vigia até mesmo a constituição das subjetividades e das próprias identidades. A linguagem se mostra essencial para construção e circulação do significado, constituindo os fatos e não apenas os relatando.

O significado surge, não das coisas em si — a “realidade” — mas a partir dos jogos da linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas. O que consideramos fatos naturais são, portanto, também fenômenos discursivos. (HALL, 1997, p. 10).

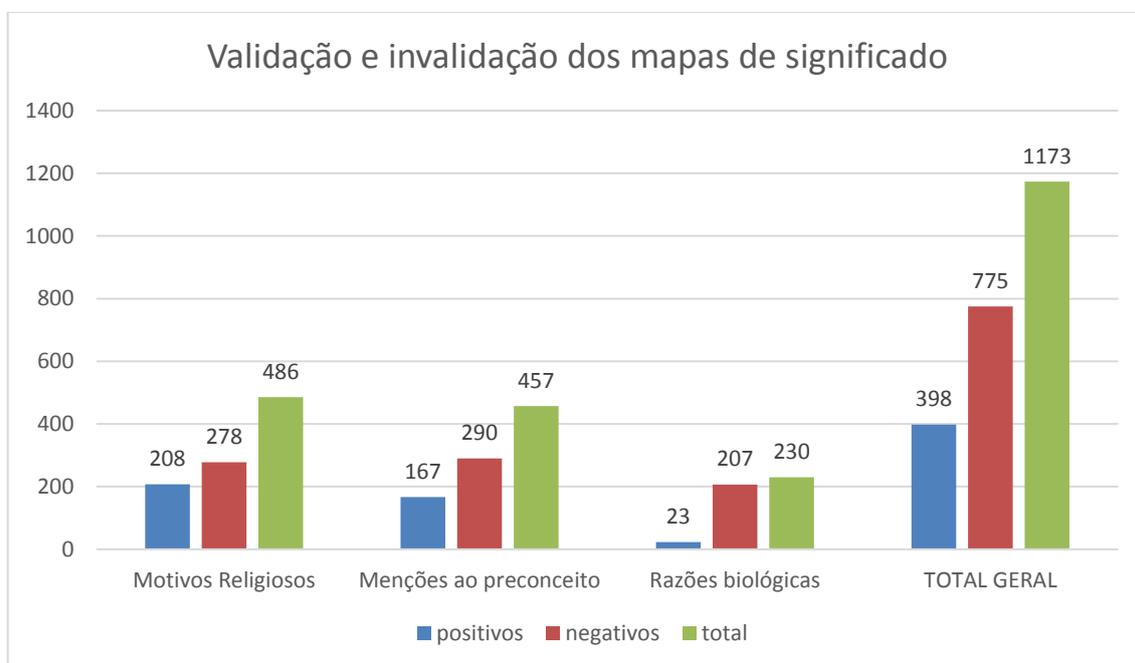
Assim, o significado é resultante não de uma essência natural dos objetos, mas sim do seu caráter discursivo: “a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas” (HALL, 1997, p. 10). Nessa perspectiva, a cultura é central tanto para a produção do significado como para a reprodução das relações sociais. Toda sociedade tem o seu “regime de verdade” (FOUCAULT, 2012), isto é, os tipos de discurso que são considerados verídicos e funcionam como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias legítimas e autorizadas a validar e diferenciar o verdadeiro do falso. Há

uma luta constante em torno de uma espécie de estatuto da verdade, ou seja, do “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2012, p. 53).

As fronteiras de regulação cultural estabelecidas nessa relação entre verdade e poder acabam definindo “quem pertence” e quem é o “outro”, diferente, quem está fora dos limites discursivos e normativos numa determinada sociedade. A cultura teria autoridade, “uma vez que cada um é induzido a concordar por causa da concordância dos outros” (DOUGLAS, 1966, p. 39). Esses sistemas classificatórios decidem aquilo que é aceitável e inaceitável em relação ao nosso comportamento, nossos hábitos, costumes e práticas. São eles que vão denominar o que é normal e anormal, falso ou verdadeiro.

No Gráfico 4, o mapeamento quantitativo ilustra a distribuição dos 1.173 comentários de leitores que se apoiaram em razões biológicas, motivos religiosos e menções ao preconceito para legitimar ou deslegitimar os novos mapas de significado trazidos pelo jornalismo. Estes núcleos de sentido estiveram presentes em maior ou menor grau em toda a amostra de comentários relativa à análise de sete diferentes cases coletados entre 2015 e 2017.

**Gráfico 4: Validação e invalidação dos mapas de significado – núcleos de sentido quanti**



Fonte: a autora

O gráfico que agrupa os três núcleos de sentidos ligados à validação e invalidação dos mapas de significado indica que a maior parte dos comentários (mais de 66%) se mostrou contrária aos conhecimentos apresentados pelas reportagens da amostra. Do total de 1.173 comentários, 775 argumentaram negativamente e 398 evocaram sentidos positivos na construção de significados.

As análises serão apresentadas a seguir separadamente por núcleo de sentido. As sequências discursivas (SDs) apresentadas para ilustrar as discussões serão nomeadas preservando o número da SD de acordo com o arquivo do case a que se refere, antecedida pela abreviação GA para Revista Galileu [GA SD000], GR para Globo Repórter [GR SD000], FSP para Folha de S. Paulo [FSP SD000] e FEP para o programa Fantástico e seus respectivos episódios [FEP1 SD000], [FEP2 SD000] e assim por diante.

#### *4.1.1 Motivos religiosos*

Setembro de 2017. Por seis votos contra cinco, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram pela permissão de ensino religioso confessional nas escolas públicas brasileiras<sup>38</sup>. De acordo com a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino religioso nas escolas públicas não pode ser obrigatório para os alunos e a instituição deve assegurar o respeito à diversidade de credos e coibir o proselitismo, ou seja, a tentativa de impor um dogma ou converter alguém. O pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para o STF consistia em declarar a neutralidade desse ensino, com base no princípio da laicidade do Estado, ou seja, que o modelo deste ensino não fosse confessional. O pedido negado abre a possibilidade de uma determinada fé ser ensinada, como a católica ou a evangélica, por exemplo, com aulas ministradas por representantes destas crenças, e não por professores.

A aprovação do modelo confessional do ensino religioso nas escolas públicas se insere e reforça o atual contexto de progressão do conservadorismo na sociedade brasileira. Além da decisão que fere a laicidade do Estado, pesa o fato de que a maioria dos ministros se posicionou ponderando que a religião tem um papel importante na sociedade e evocando, inclusive, seu papel na “formação cidadã”. Frente a esse quadro, a professora Amanda Mendonça, coordenadora do Observatório da Laicidade na Educação (OLE) da UFRJ, atenta sobre um ponto muito importante que sequer foi

---

<sup>38</sup> “STF decide que escolas públicas podem ter ensino confessional”. Notícia completa disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/stf-decide-que-escolas-publicas-podem-ter-ensino-confessional-21878145>> Acesso em 22 out. 2017.

mencionado nas falas dos ministros: a única disciplina hoje cuja oferta é obrigatória pelo Estado segundo a Constituição brasileira é a de ensino religioso. Nem mesmo disciplinas como a matemática, a biologia, a física ou a química são mencionadas, mas o ensino religioso permanece obrigatório e segue nesta condição sem ser discutido ou questionado. Para a professora, “O Brasil é um Estado laico no discurso, mas não na prática”<sup>39</sup>.

A decisão do STF não está isolada em meio ao contexto de retrocessos relacionados a diversas pautas, que abriram margem para o avanço do campo religioso sobre a educação e a política. O desenvolvimento da agenda conservadora abre espaço para o surgimento de movimentos como o “Escola sem Partido”<sup>40</sup>, discussões sobre “ideologia de gênero”, que culminam em ações como a retirada do termo “gênero” dos planos de educação, como já mencionado na introdução da tese. Cabe lembrar Foucault (2011, p. 44) quando afirma que “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”.

Ainda em setembro de 2017, uma polêmica decisão liminar do juiz da 14ª Vara Federal no Distrito Federal, Waldemar Cláudio de Carvalho, autorizou que psicólogas e psicólogos promovam estudos ou atendimentos de forma reservada no que se refere à reorientação sexual. Essa decisão abre brechas para a aplicação de terapia de reversão sexual, conhecida como “cura gay”<sup>41</sup>, tratamento proibido pelo Conselho Federal de Psicologia desde 1999. A ação foi proposta por Rozangela Alves Justino, psicóloga evangélica que teve seu registro profissional cassado em 2009 por oferecer pseudoterapias para “curar” a homossexualidade.

Esse cenário nos dá pistas acerca do núcleo de sentidos mais numeroso desta pesquisa. Foram identificados **486 comentários** que apelam para questões religiosas – destes comentários, 278 recorrem a argumentos dessa ordem para *deslegitimar* a temática e abordagem, e 208 recorrem a eles para *legitimar* os mapas de significado, muitas vezes

---

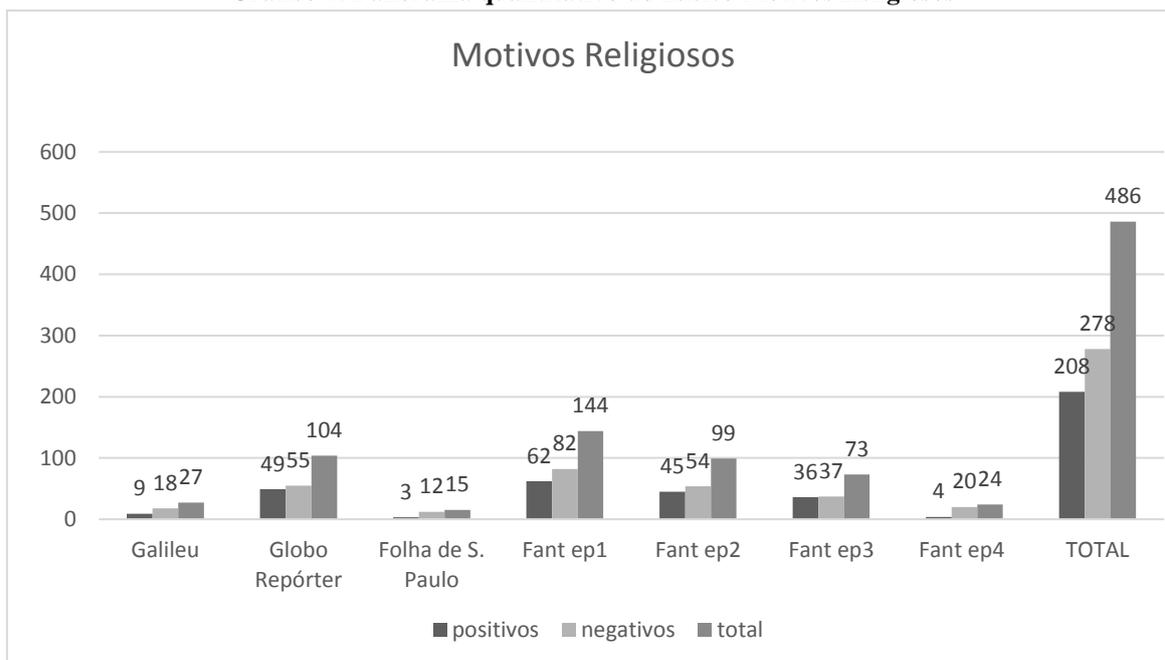
<sup>39</sup> “O Brasil é um Estado laico no discurso, mas não na prática”, diz pesquisadora sobre o ensino religioso”. Entrevista disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-brasil-e-um-estado-laico-no-discurso-mas-nao-na-pratica-diz-pesquisadora-sobre-o-ensino-religioso/>>. Acesso em 22 out. 2017.

<sup>40</sup> O movimento da “escola sem partido” nasceu em 2004 e propõe por meio de projetos de lei apresentados por deputados e vereadores simpatizantes que a prática de “doutrinação política e ideológica” e a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em “conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” sejam proibidas nas escolas.

<sup>41</sup> “Juiz libera cura gay por psicólogos”. Reportagem completa em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-concede-liminar-que-permite-aplicacao-de-cura-gay-por-psicologos/>>. Acesso em 22 out 2017.

em resposta a comentários que construíram sua argumentação alicerçada na religiosidade. Como mostra o Gráfico 5, a maior incidência de sentidos de caráter religioso se deu nos comentários sobre o primeiro episódio da série “Quem sou eu”, do programa Fantástico, que registrou 144 recorrências de formações discursivas que reiteraram este sentido, sendo 82 delas de caráter negativo e 62 positivos.

**Gráfico 5: Panorama quantitativo do núcleo Motivos Religiosos**



Fonte: a autora

No primeiro contato com o material, identifiquei a repetição de palavras ligadas à religiosidade, como “bíblia”, “igreja”, “satanás”, “pecado” e menções a figuras bíblicas como Adão e Eva e diferentes expressões utilizando a palavra “Deus”. Essas expressões foram empregadas para reiterar argumentações baseadas em motivos religiosos e procuraram interditar os novos mapas de significado apresentados pelas reportagens do *corpus*, considerando que a temática abordada seria o “fim dos tempos”, “falta de Deus”, “obra do diabo”, de “satanás” ou ainda bom trabalho da “serpente”, como se pode observar nas sequências discursivas<sup>42</sup> a seguir:

A Galileu se auto-intitulando a dona da verdade a respeito do assunto, pois saiba que eu **fico com a criação de Deus: ADÃO E EVA !!!!** [GA SD660]

<sup>42</sup> Os comentários de leitores foram reproduzidos na íntegra e sem modificações, por isso contêm eventuais erros de digitação e gramaticais. As passagens em negrito foram destacadas pela autora.

ignorância, incredulidade, **a voz de Deus é calada por essas idiotices. fim dos tempos. #Jesusestavoltando** [GA SD669]

É o fim da espécie, erva daninha, **falta Deus!** Se buscasse Ele, encontraria o caminho. [GR SD347]

Cada um faz o que quiser mas a idéia deles essa opção se for ver não tem futuro **não é de Deus** [GR SD383]

Esses comentários a favor dessa mãe só prova que o mundo está cheio de doentes alienados e mal amados **sem Deus no coração** aff! Quando doença. [FSP SD319]

**O satanás falou que ia dominar o mundo e está acontecendo.** [FEP2 SD212]

E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou, macho e fêmea os criou. Gênesis cap:1/vers:27 Deus criou dois gêneros e não três, ele jamais criaria um homem no corpo de uma mulher ou uma mulher no corpo de um homem, **isso é obra do Diabo, precisamos buscar a Deus** e orar muito para termos sabedoria. [FEP1 SD731]

Quem sou eu? um menino que precisa de ajuda para ser o que nasceu, mas será negada ou mitigada em nome de uma suposta sociedade "evoluída", o que virá adiante? já li sobre pessoas que dizem que não se identificam com nenhum gênero, outra disse que sexo é como roupa, hoje pode ser homem, amanhã pode ser mulher, é infelizmente **a serpente fez um bom trabalho..** [FEP1 SD831]

Alguns leitores também passaram a argumentar utilizando sentidos que remetem às mesmas bases, em resposta aos comentários de viés religioso, porém, utilizando-se de ironia, desdenhando e interditando os comentários que se posicionaram de forma a invalidar os novos mapas de significado apresentados pelo jornalismo:

Pra começar **crentes, Adão e Eva é mito e não história.** Parem. [GA SD663]

Desejo a vcs uma situação igual a dela. Amém! 🖤 [FSP SD318]

Se a sua religião ensina a odiar alguém, mude de religião! #ficadica [GR SD114]

Deus não existe. **Ninguém é obrigado a seguir sua religião. A sua religião é só mais uma entre as milhares que dizem ser verdadeiras.** A ciência explica o que a ignorância não entende. Agora engole teu vômito e sai daqui [FEP1 SD 735]

**Tamanha ignorância desses evangélicos me cansa. Vivem na igreja, sabem a Bíblia decorada mas vivenciar os ensinamentos do Cristo é o que nunca fazem.** São julgadores, preconceituosos e se acham melhores que os outros, são os sepulcros caiados por fora e cheios de podridão por dentro. [GR SD94]

**Qual deus? No mundo existe mais de 1800 deuses...Ou vc acha que so o seu é o certo?** [FEP3 SD162]

[...] **Se dizem tão cristãos e não segue nem o primeiro mandamento que é amar o próximo como a si mesmo, caso contrário não ficariam destilando veneno na vida dos outros.** Respeitem a decisão do próximo, o jeito, você não pode opinar sobre algo que não vive, não sente, não tem conhecimento. [FEP3 SD43]

Parte destas percepções manifestadas pelos leitores pode ser atribuída à regulação historicamente constituída de um cenário religioso refratário a manifestações de identidade de gênero e sexualidades que escapam à heteronormatividade<sup>43</sup>. Documentos oficiais advindos da Igreja Católica nos últimos anos, por exemplo, referem-se às identidades de gênero não normativas e às práticas homossexuais como “sinais de anomalia” e “fenômenos morais e socialmente preocupantes”, que a igreja teria o dever social de combater, por afetarem a família cristã (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2007, p. 263).

Mais uma vez, é preciso fazer menção à votação sobre os planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, em 2015. Na ocasião, pastores televisivos como Silas Malafaia, o deputado Marco Feliciano (PSC), o deputado Jair Bolsonaro (PP) e o senador Magno Malta (PR) bradavam contra a “ideologia de gênero”, que traria a destruição da família e a doutrinação de crianças. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>44</sup>, na época, também divulgou nota afirmando que a ideologia de gênero “desconstrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher”. Nas missas e cultos, cartilhas foram distribuídas alertando pais e mães sobre o perigo de seus filhos serem doutrinados a virar “outra coisa” que contrariasse o sexo biológico.

A regulação religiosa se mantém de maneira bastante ilustrativa na contemporaneidade considerando-se a numerosa bancada conservadora na Câmara dos Deputados e a presença de religiosos no espaço da política de forma mais ampla. Formada por bispos, pastores e parlamentares leigos alinhados a dogmas religiosos, a bancada evangélica no Congresso elegeu um número recorde de 78 representantes nas últimas

---

<sup>43</sup> “Ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida” (MISKOLCI, 2015, p. 15).

<sup>44</sup> De acordo com o site da CNBB, “A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no País, na qual (...) eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo”. Disponível em: <[http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=902&Itemid=110](http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=902&Itemid=110)>. Acesso em out. 2016.

eleições. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)<sup>45</sup> contabilizou 75 deputados e três senadores evangélicos. Entre as prioridades do grupo religioso estão a limitação a reivindicações do movimento gay e o combate à flexibilização das leis sobre drogas e aborto.

Devido à aproximação dos estudos de gênero com as discussões sobre outras identidades (os chamados estudos interseccionais, conforme abordado no quadro teórico desta tese), pode-se afirmar que a perspectiva de gênero está na base dos novos direitos humanos e na justificativa das políticas de amparo às mulheres, por exemplo, estando diretamente relacionada às discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, aborto, população LGBT e o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero. Nas palavras de Furlani, “não há campo do conhecimento contemporâneo mais impactante e perturbador para as instituições conservadoras e tradicionais que os efeitos reflexivos dos estudos de gênero” (FURLANI apud DIP, 2016, online).

Com a proposição de projetos de lei que impõem retrocessos ou interditam avanços para as mulheres e LGBTs, a presença deste grupo conservador no campo político – espaço de poder capaz de regular as leis que regem a sociedade – faz notar claramente a ligação do discurso religioso com o desejo e o poder. As interdições de ordem religiosa traduzem um sistema de dominação, mas também a luta por esse objeto de desejo que é o discurso e a verdade religiosa imutável que nele está contida. Os comentários a seguir reiteram o binarismo homem/mulher, macho/fêmea como criação de Deus e todas as vivências que não correspondam a essa verdade como “inversão do certo” ou “palhaçada”, já que Deus “não erra nunca”:

Ninguém ta julgando nada. mas **que me lembre deus criou o homen e mulher?** ? Se fosse do mesmo sexo não existiria humanidade... [GR SD220]

Porra, daqui a pouco, na hr de fazer o filho, uma pergunta terá que ser feita: Menino ou menina? **Deus decide ou nós decidimos? Absurdo!** [FSP SD314]

não precisa estudar muito pra isso, precisa aceitar as coisas como elas são. **O que vemos é a inversão do certo.** Se uma criança que nasceu homem e se “sente uma menina” e for nesses psicólogos e dizer que quer ser homem, eles vão orientar a criança ser mulher...Outra coisa, quem disse que uma pessoa “DOUTORADA” tem mais conhecimento que uma que não tem? Ela pode ter nos livros, mas a vivência é diferente. **Quantos filhos cresceram afeminados e os pais, percebendo isso,**

---

<sup>45</sup> Dados retirados da notícia “Bancada evangélica ganha força inédita no congresso, publicada no jornal ZH em 23 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/02/bancada-evangelica-ganha-forca-inedita-no-congresso-4704350.html>>. Acesso em julho de 2016.

**orientou os filhos e ensinaram o certo. Hoje são homens bem casado e resolvidos. Vamos parar de SHOW e saber doutrinar os filhos com a VERDADE.** [FEP1 SD 752]

**Oque Deus pensa dessa palhaçada hein? Pq Deus fez macho e fêmea pra homem e todos seres vivos.** O homem tá pior que os animais pq nunca vi cavalo gay.vaca sapatão nunca vi entre os animais irracionais tal prática. Acorda gente!!!! [FEP3 SD241]

**Nascem em corpos errado??me desculpe mais Deus nao erra nunca.....nunca vi homem gerar filho no ventre...e muito menos mulher fazer filho em mulher...** [FEP4 SD167]

Na esteira de Heilborn (1991), que propõe pensar o gênero como instrumento de análise e impacto das ideologias na estruturação do mundo social e na construção do conhecimento, percebi neste núcleo de sentidos também uma estruturação binária em relação a dois diferentes tipos de religiosidades sendo expressados pelos leitores. A primeira delas trata de comentários que se referem a um Deus punitivo, que vigia e controla a tudo e todos, evidenciando uma noção de autoridade religiosa bastante autoritária e intolerante, que pode ser associada aos valores do masculino. Estas sequências discursivas fazem menção ao pecado, ao “preço alto a pagar”, à “mão pesada de Deus”, ao inferno e ao fogo eterno “mantido com carne humana”, ao “acerto de contas”, ao “juízo final” ou ao “grande julgamento”. Na perspectiva de Foucault (1979), a religião configura-se como um regime de verdade estruturado nas relações de poder-saber. Essa noção masculinista compreende a verticalidade do saber-poder religioso e uma relação que pressupõe a condição de subalternidade e passividade das pessoas perante o “Criador” e àquilo que está escrito na bíblia. Tais poder e autoridade assumidos como incontestáveis por alguns leitores sublinham a vontade de verdade comprometida com o poder atribuído às instâncias religiosas ao longo da história:

**Oh geração pecaminosa... Até quando Tu não veis que está contra o teu Criador... Infelizmente vão pagar alto. Preço pelo tal pecado....** [FEP3 SD397]

**Nao julgo ninguem..cada faz oque quer da vida..so nao venha quer me convencer do proposito de Deus para a humanidade.....pois a mao de Deus sera pesada..Deus criou o Homem e A mulher...nada mais do que isto entre os seres humanos..agora cada faz suas escolhas...e acerta as contas com o criador....** [FEP4 SD114]

**uma coisa eu tenho certeza,no inferno não existe lenha o fogo eterno lá é mantido com carne humana , com agravante lá não existe morte!** [FEP1 SD 807]

**No dia do julgamento final vamos ver quem ta certo quem tá errado.** [FEP1 SD 818]

leia a bíblia daí então você vai ficar atualizado quanto as coisas do mundo material e espiritual. Leia Lucas Cap:16 versos 19-31 Mateus 10 verso **28 o proprio jesus diese**

**que devemos temer não há homens mais sim há Deus, pois ele pode lançar no inferno tanto a alma como o corpo.** [FEP1 SD 863]

Vergonha nacional esse programa! **Vocês são filhos do diabo!** Querendo colocar na cabeça de nossas crianças que fulano nasce mulher no corpo de homem e vice versa. Nada nem ninguém vai mudar o que Deus fez há milhares de anos atrás que foi apenas homem e mulher. Perderam mais um telespectador. Um programa que antes era tão respeitado, fazendo um papelaio desse. **Filhos do diabo , o inferno os aguarda.** [FEP3 SD12]

**Estamos no fim do tempos, cada um vai da conta no dia do Juízo de Deus.** [FEP3 SD324]

**Pecado.....Está chegando o dia do ajuste de contas....Prepara-Te.....Deus é amor.....mais também é justiça.....Um forte abraço...** [FEP3 SD346]

**Na hora do grande julgamento perante o meu Deus eu quero ver.** [GR SD235]

Em contrapartida, identifiquei também manifestações afeitas a uma religiosidade aberta à alteridade, em que os leitores se autodenominaram “evangélicos” e “cristãos” para convocar a mesma linha argumentativa a fim de mostrar uma perspectiva religiosa de amor, respeito e tolerância, posicionando-se a favor dos novos mapas de significado apresentados. Enfatizando a necessidade de “amar e respeitar a todos”, “não julgar”, deixar de lado o preconceito, questionando a existência de um Deus que propaga “ódio e intolerância” e lembrando uma imagem de Deus amoroso e disposto ao perdão. Um dos leitores faz o exercício de se colocar no lugar das personagens da reportagem e sentencia: “quem nunca pecou que atire a primeira pedra”, fazendo referência a uma visão religiosa mais afeita aos valores socialmente associados ao feminino:

**Sou evangélico ;** achei interessante a matéria ; devemos amar e respeitar a todos. [GR SD99]

Muito interessante o assunto ; **sou evangélico** e devemos deixar de preconceito. [GR SD238]

**Deus odeia o pecado** ne mais o que vc esta fazendo ta errado **Deus ama seus filho não importa o que são o certo é ganhar eles para cristo não condenalos** quem somos nós **quem nunca pecou que atire a primeira pedra** [GR SD316]

**"E conhecereis a Verdade e a Verdade vos libertará"** (João, 8:32). O conhecimento é libertador. Muito legal publicarem essa matéria. (ao menos aprender, pra criticar, não custa nada) [GA SD672]

Aos que não entenderam a reportagem, meu sinto muito. A burrice de vocês não têm mais conserto. Nasceram...viverão e morrerão burros. Falam tanto em Deus e destilam discurso de ódio. **Que Deus é esse, que propaga ódio e intolerância??** Burros. [FEP1 SD 734]

Isso que vc acaba de falar é que ta errado, onde já viu, **Deus ama seus filhos Independiente do que ele seja, homem, mulher, gay, lesbica ou trans... enfim, o que importa pra Deus é o que tem dentro do coração de cada um e não a forma**

**como se relaciona.** Mas uma coisa eu digo com a certeza absoluta, eles são assim pq nasceram assim e nao por gosto, pq gostam de ser discriminados, julgados, espancados e até mortos a Bel prazer, e devem ser vistos por nós como uma forma de evolução, não de atraso, tragédia ou falta de Deus.. por favor né, até pq eles já existiam bem antes de nos nascermos, desde que mundo é mundo eles existem, só que agora eles criaram coragem pra ser o que são, e não viver oprimido, ora mais ta, eles pagam impostos como nós, trabalham e tem o direito de ser feliz como quiser. [GR SD281]

Viva diversidade ♥ E pra quem não gosta por ser cristão, **ser cristão é ser cópia de Cristo, Cristo era amo, seja amor!** Respeite! [GR SD75]

**Que linda essa mãe que aceitou e amou seu filho desde sempre, cumprindo de verdade os ensinamentos de Deus!** Por mais pessoas assim no mundo ♥ [FEP2 SD148]

**Jesus então criou pessoas bem diversas pra testar seu julgamento e seu amor ao próximo. ;)** [FEP1 SD775]

**Como disse o Papa Francisco, quem somos nós para julgarmos as pessoas?** A reportagem relata uma história verídica que acontece todos os dias! E vamos fazer o que se acontecer com nossos filhos? Eu vou amar da mesma forma mesmo sendo contra meus princípios! **Não podemos jogar pedras !** [FEP2 SD149]

Ao abordar a questão da religião, particularmente a discussão sobre o cristianismo e o poder pastoral, Foucault trata de seus efeitos disciplinadores, dos modos específicos de poder exercidos pela Igreja e dos sujeitos ou subjetividades constituídas por esse exercício. O poder de ordem religiosa não se exerce sobre um território, mas sobre uma multiplicidade de indivíduos, regulando cada um deles em particular, se exercendo por meio da produção de uma verdade subjetiva produzida através de técnicas como o exame de consciência e a direção espiritual. O poder pastoral se caracteriza justamente pela intenção de dirigir os sujeitos nos detalhes de sua vida, induzindo-os a determinados comportamentos capazes de levá-los à salvação.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes profbe, conseqüentemente, todos os outros; mas se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam. (FOUCAULT, 2011, p.43).

Os discursos religiosos, como lembra Foucault, seguem sendo ditos indefinidamente, para além de sua formulação. Permanecem ditos e estão ainda por dizer porque estão enquadrados no rol das coisas ditas que se conservam na sociedade “porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza” (2011, p. 22). Existe uma espécie de pertença prévia que liga os indivíduos às enunciações de caráter religioso e

uma vontade de verdade compartilhada, que faz com que esses leitores percebam a temática com base em crenças dominantes e enunciações que vêm sendo repetidas e reeditadas ao longo da história. Vale sublinhar que os comentários pertencentes à amostra se valem das marcas de uma religiosidade bem específica, que remetem às crenças de matriz ocidental, principalmente o cristianismo e diferentes denominações evangélicas neopentecostais.

Em consonância com essa percepção advinda desta pesquisa, cabe registrar o crescimento exponencial das igrejas de denominação pentecostal no Brasil. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010<sup>46</sup>, entre os anos 2000 e 2010, a população evangélica cresceu 61% no Brasil. Nos últimos 20 anos, mais que triplicou o número de fiéis: de 7,8 milhões de pessoas em 1980 para 26,4 milhões em 2001, um pulo de 6,6% para 15,6% da população brasileira. Ou seja, um a cada seis brasileiros é evangélico e está em contato com a doutrina que se coloca visivelmente em oposição às políticas de gênero.

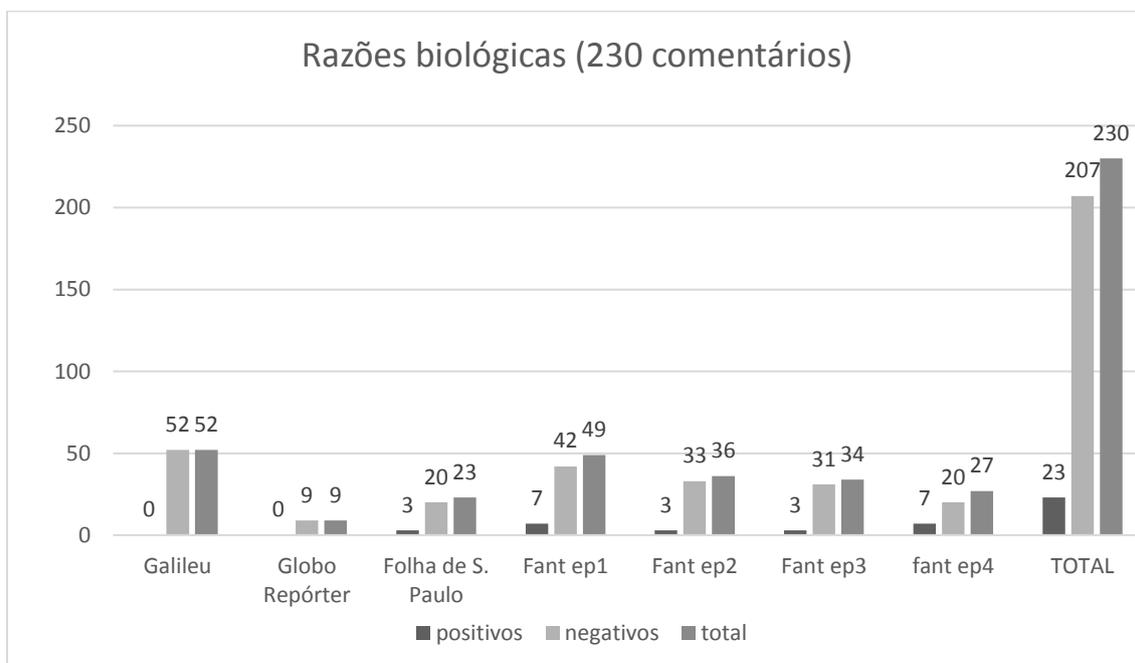
#### 4.1.2 Razões biológicas

Esse núcleo de sentido reúne 230 comentários que reiteraram argumentações ligadas à biologia, sendo 90% da amostra (207 recorrências) constituída por manifestações que procuraram *invalidar* os mapas de significado e desqualificar a temática abordada pelos veículos, trazendo à tona sentidos de naturalidade e normalidade em relação ao binário sexo-gênero e à heteronormatividade, além de fazerem alusão aos cromossomos e à genética. O grupo reúne ainda 23 comentários que evocaram os mesmos sentidos para se manifestar *favoravelmente* à temática. O Gráfico 6 ilustra o mapeamento quantitativo realizado em todos os casos da amostra e as recorrências deste núcleo de sentido em cada uma das reportagens analisadas.

---

<sup>46</sup> Censo Demográfico 2010. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)>. Acesso em out. 2016.

**Gráfico 6: Panorama quantitativo do núcleo Razões biológicas**



Fonte: a autora

Como mostra o Gráfico 6, esse núcleo de sentido mostra-se discrepante em relação aos comentários que se posicionaram de maneira negativa e positiva, sendo de apenas 10% os registros de argumentações que se valeram de razões biológicas para validar os mapas de significado apresentados pelos diferentes veículos. No caso da revista Galileu e do Globo Repórter, por exemplo, todos os comentários pertencentes a esse núcleo de sentido argumentaram de forma a invalidar o discurso jornalístico. Em toda a amostra, comentários que sublinham a divisão entre masculino e feminino, usualmente compreendida como primeira, originária e essencial, relacionada ao corpo biológico (LOURO, 2015), produziram sentidos a fim de interditar os novos mapas trazidos pelo jornalismo:

**Homem é homem tem genética de homem. Mulher é mulher tem genética de mulher.** Se vc não sabe disso volta ao fundamental. [GA SD618]

Kkkkkk nos vemos nas bancas, minha cara de quem vai compra essa piada, aceitem a forma como vieram ao mundo e parem de festa, **nasceu com pênis é homem, nasceu**

**com vagina e mulher**, simples assim!! Até pq né aparelho excretor não reproduz<sup>47</sup>  
[GA SD619]

**Uma pessoa trans nasce assim, aff, quero ver provas genéticas comprovadas**, cade as provas ? Nunca irão ter usam do poder dá mídia para mentir e enganar a população mais carente de informação, pois quem tem internet vcs não enganam. [FEP1 SD680]

**Homen é homem e mulher é mulher o resto gambiarra** [FEP2 SD124]

**A natureza é perfeita, se nasceu homem ou mulher é por que é para ser não adianta, querer mudar, fazer cirurgia, por que vc sempre sera do sexo que nasceu...** [FEP3 SD64]

**Nasceu homem e morrerá assim, com ou sem pênis!** [FEP3 SD86]

**XX vai ser sempre XX , XY idem. Sem discussão. Podem se mutilar a vontade , implantar o que quiserem Onde quiser, homem é homem , mulher é mulher.** [FEP3 SD245]

**Evolução é usar o órgão excretor como prazer???** Não, obrigado. Meu organismo usa ele com sua finalidade BIOLÓGICA ☺☐ [FEP2 SD120]

Butler (2003) enfatiza que temos uma tendência em considerar natural o que é feminino e o que é masculino dentro de uma ordem biológica incontestável. Esse contexto é resultado de construções sociais e culturais de ampla complexidade, regidas por regras e símbolos meticulosos que associam a categoria sexo com a categoria gênero, tendo como absoluto e inquestionável o binômio masculino/feminino que aparece nos comentários dos leitores: “nasceu com pênis é homem, nasceu com vagina é mulher”, “Homem é homem tem genética de homem. Mulher é mulher tem genética de mulher”, “Homen (sic) é homem e mulher é mulher o resto gambiarra”, “XX vai ser sempre XX , XY idem”. Alguns evocam a biologia para pedir “provas genéticas comprovadas” que atestem a existência da transexualidade ou para regular a finalidade biológica do “órgão excretor”.

Os comentários de leitores que recorrem a argumentos biológicos exercem neste caso a função de “polícia discursiva” (GREGOLIN, 2004), uma espécie de controle exercido no que tange a produção de verdades. Essa vontade de verdade exerce sobre os discursos um poder de coerção e pressão em relação à manutenção de determinadas verdades que continuam sendo reforçadas e se tornam cada vez mais profundas e mais incontornáveis. De acordo com Foucault, o que está em jogo é uma rede estabelecida de saber-poder atuando sobre os corpos e populações ao produzir normatizações e modos de vida, o que nomeou de “dispositivo da sexualidade”. No primeiro volume da História da

---

<sup>47</sup> A frase “aparelho excretor não reproduz” foi proferida pelo então candidato do PRTB à Presidência da República, Levy Fidelix, durante debate promovido pela TV Record em 2014.

Sexualidade, intitulado *A vontade de saber*, o filósofo toma a sexualidade como uma criação discursivo-institucional, localizada historicamente:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1984, p. 100).

Esse dispositivo, que regula e estabelece fronteiras, é instrumento também para a delimitar e demarcar normalizações. As práticas heterossexuais, monogâmicas, consolidadas pelo matrimônio e reprodutivas, vêm sendo reguladas e normalizadas pelo olhar da medicina e da psiquiatria em oposição a outras práticas ou às sexualidades não normativas. O conceito de sexualidade que pertence a nossa história nasce como a justa medida de separação entre normalidade e anormalidade (FOUCAULT, 1984), demarcando aqueles que devem ocupar o lugar das margens – os “outros” da sexualidade.

Essa série de mecanismos, dispositivos e estratégias constrói múltiplos discursos “verdadeiros” sobre corpos generificados, com o intuito não apenas de instituir a normalidade, mas também a fim de demarcar a dissidência e o dissenso. Nessa direção, comentários de leitores empregam o argumento da procriação como finalidade última e motivo biológico incontestável para justificar a naturalidade e a normalidade das relações reprodutivas entre homens e mulheres heterossexuais. Mais do que demarcar a normalidade de uns, esses comentários procuram sublinhar a “anormalidade” de outros e a impossibilidade de equiparação e o despropósito daqueles que rompem e transgridem a norma. A interdição dos novos mapas sobre a transexualidade acontece por meio de argumentos mobilizados pelos leitores que apontam a incapacidade dos transgressores de reproduzir-se, de exercer a maternidade ou paternidade biológica e de “perpetuar a espécie”, ou ainda a inevitável “extinção da raça humana” que poderia decorrer dessas vivências de gênero e sexualidade “anormais”. O dispositivo da sexualidade identificado por Foucault atua não apenas induzindo à sexualidade, mas moldando o sexo e o desejo sexual em torno da heterossexualidade reprodutiva, a partir da percepção de que os papéis de gênero devem ser desempenhados por dois “sexos biológicos” determinados.

**Nunca Vão ser casal, Nunca Vão se reproduzir pelo ânus e quero ver um gay engravidar** 🙄🙄🙄🙄🙄🙄 [FEP4 SD149]

Kkkkk **quero ver mulher com mulher ou homem com homem gerar uma criança**  
Kkkkk isso nunca vai acontecer e aí como vai haver próxima geração? Kkkkk isso  
vcs não explica [GR SD274]

**A Raça humana daqui uns 100 anos vai entrar em extinção, homem com homem  
e mulher com mulher não saem nada.** [GR SD423]

**Essa criança nunca poderá ter filhos, ser pai ou mãe biológicos...** Se você acha que  
isso é ser feliz, não posso fazer nada. **Um dos sentidos da VIDA é perpétuar a  
espécie** e manter a sua geração. Essa criança nunca vai ter uma geração porque os pais  
conduziram um distúrbio de forma errada... [FEP1 SD689]

O problema é que os que apóiam isso não irão muito longe, **eles são os últimos da  
sua geração, pois órgão excretor não reproduz.** [FEP1 SD723]

Importa demarcar que alguns leitores buscaram dissuadir em seus comentários  
essa estreita ligação entre a capacidade reprodutiva e a vivência de gênero considerada  
normal, lembrando que muitas mulheres “nascem sem útero”, com a genitália ambígua  
ou “não podem ter filhos” e que alguns homens podem “perder o pênis” em acidentes ou  
devido a doenças ao longo da vida:

Lendo os comentários vi muita gente usando argumentos como a não tem útero nunca  
vai ser mulher, a só existe XX ou XY, se mutilo..... **Só que esquecem que tem  
pessoas cisgênero que perdem ou nascem sem útero e são mulheres, pessoa que  
nascem com a vagina fechada e são mulheres. Por anos multilaram crianças  
intersexo ainda bebês para se enquadrar no que é "normal", pessoas trans  
podem ter nascido intersexo mesmo sem genitalia ambigua mas serem sempre  
julgadas** [FEP3 SD150]

Engraçado esses comentarios. Entao me expliquem, **se um homem perde seu penis  
em um acidente ou por câncer o que acontece muito e a maioria das pessoas nao  
fazem ideia, agora que ele nao tem um penis ele vai ter que mudar seus  
documentos porque ele agora é uma mulher?** Sem noção vocês [FEP4 SD75]

quantas mulheres biliogicas não podem ter filhos e não são menos mulheres que as  
outras [FEP3 SD313]

Há ainda um grande número de leitores que confundem identidade de gênero com  
orientação sexual, o que sublinha a força da heterossexualidade compulsória e da suposta  
coerência social (RICH, 1980) entre sexo (genitália designada como feminina ou  
masculina), gênero (aparência e vivência da pessoa a partir de marcadores de feminilidade  
e masculinidade) e desejo (atração afetiva e sexual heterossexual) ainda exercem sobre o  
pensamento das pessoas. Esses comentários demonstram o entendimento de que a  
homossexualidade existe, mas consideram que a identidade de gênero das pessoas estaria  
ligada a sua genitália de maneira incontestável: “vc nasce homem ou mulher e vira gay  
por opção escolha e acabou”, “não me venham dizer que gay é mulher. ou que lésbica é

homem”, “Homossexual feminina sempre será mulher. Homossexual masculino sempre será homem”, “se nasceu com pinto é homem se nasceu com perereca é mulher, qualquer coisa fora disso é chamado de Homossexualidade” e “Um homem que nasceu em um corpo de mulher? [...] O máximo que ela pode ser è uma lesbica”.

Ou seja, há até mesmo a abertura de alguns leitores em relação à homossexualidade, desde que seja vivida no âmbito do privado (“entre quatro paredes”, como expressa um leitor), mas uma total incompreensão das vivências de gênero dissidentes (“E qual o sentido de uma mulher namorar outra que tem aparência de homem?”, como indaga outro) e a interdição de qualquer vivência que extrapole o binário de sexo feminino ou masculino:

**Quer ser gay seja tem todo meu respeito** mas isso ai é querer reinventar a roda **vc nasce homem ou mulher e vira gay por opção escolha e acabou** [GA SD629]

**Homem é homem, mulher é mulher homossexual é homossexual, não me venham dizer que gay é mulher. ou que lesbica é homem.** foda-se quem quer viver num mundo de fantasia. [GA SD631]

**Homossexual feminina sempre será mulher. Homossexual masculino sempre será homem.** E o que se faz entre quatro paredes não importa. O que interessa mesmo é o caráter da pessoa. [GA SD641]

É simples, se **nasceu com pinto é homem se nasceu com perereca é mulher, qualquer coisa fora disso é chamado de Homossexualidade.** Resumindo ele não nasceu menina. [FSP SD284]

Um homem que nasceu em um corpo de mulher? Cada um com suas escolhas, mas ai já é forçar a barra né. **O máximo que ela pode ser è uma lesbica. E qual o sentido de uma mulher namorar outra que tem aparência de homem?** A sociedade quer mostrar que isso é normal, mas sinceramente não penso assim. O homem é para a mulher, e a mulher é para o homem. [FEP4 SD210]

Por fim, é possível verificar ainda em muitos dos comentários a articulação entre percepções biológicas e medos coletivos (MISKOLCI, 2007) desencadeados pelas transformações culturais ligadas ao reconhecimento e à visibilidade das novas configurações e vivências de gênero e sexualidade na atualidade. Acreditar nessas novas verdades e na instauração de sua normalidade é descrita pelos leitores como “bizarrice”, “atestado de burrice”, “ideologia monstruosa” e “nojeira” ou “absurdo”. A reação social a um fenômeno considerado perigoso surge do temor de que ele ameace posições, interesses, ideologias e valores, configurando uma suposta ameaça à ordem social e ao consenso, partilhado por um número substancial de membros de uma sociedade. Os leitores manifestam preocupação que essa nova verdade seja tratada com naturalidade,

pois as famílias podem “se confundir” e passar a “aceitar” como normal. Como sintetiza a manifestação de um leitor: “Meu medo é daqui poucos anos isso ser considerado normal, nessas horas que começo a acreditar no fim do mundo!”.

Quer dizer que eu tenho que aceitar e achar isso lindo pra não ser taxado de preconceituoso? **Quer dizer que é natural ir contra a biologia?** Qual a necessidade de se gritar isso aos quatro ventos? Na boa, o que cada um faz com seu corpo é problema seu mas **não me obriguem a aceitar e achar normal uma bizarrice dessas! Meu medo é daqui poucos anos isso ser considerado normal, nessas horas que começo a acreditar no fim do mundo!** [GA SD609]

Quem são vcs pra saber se meu conceito de gênero esta errado?! Querem empurrar goela abaixo **essa ideologia monstruosa**, essa a nojeira ae? **só existe XX e XY o resto é resto e ainda assim... esse resto nasceu XX e XY** [GA SD621]

Então o fantástico quer dá **atestado de burrice** para o povo brasileiro! ? **A onde se viu chamar o sol de lua e a lua de Sol!?** **A coisas na vida que se muda,tais como: mudar-se de bairro,de Rua, de casa,corte de cabelo e etc...agora,homem nasce homem aí depois vai decidir se quer continuar homem ou quer ser mulher! Conversa do cão rapaz! Pessoas não são objetos são seres humanos. Daqui uns tão chamando o boi de vaca,galinha de galo,avestruz de pavão,caneta de lápis...vão vê se eu to em Júpiter tomando caldo de cana!!!** [FEP1 SD718]

**Acho um absurdo abordar esse assunto assim com naturalidade.** ..A criança que não tem maturidade p entender o que querem ainda.....homem nasce homem ..! Mulher nasce mulher. .! #deusnaoerra só podia ser essa globo esse fantástico! **P confundir e fazerem famílias aceitar que essa confusão eh normal #opinio** [FEP2 SD118]

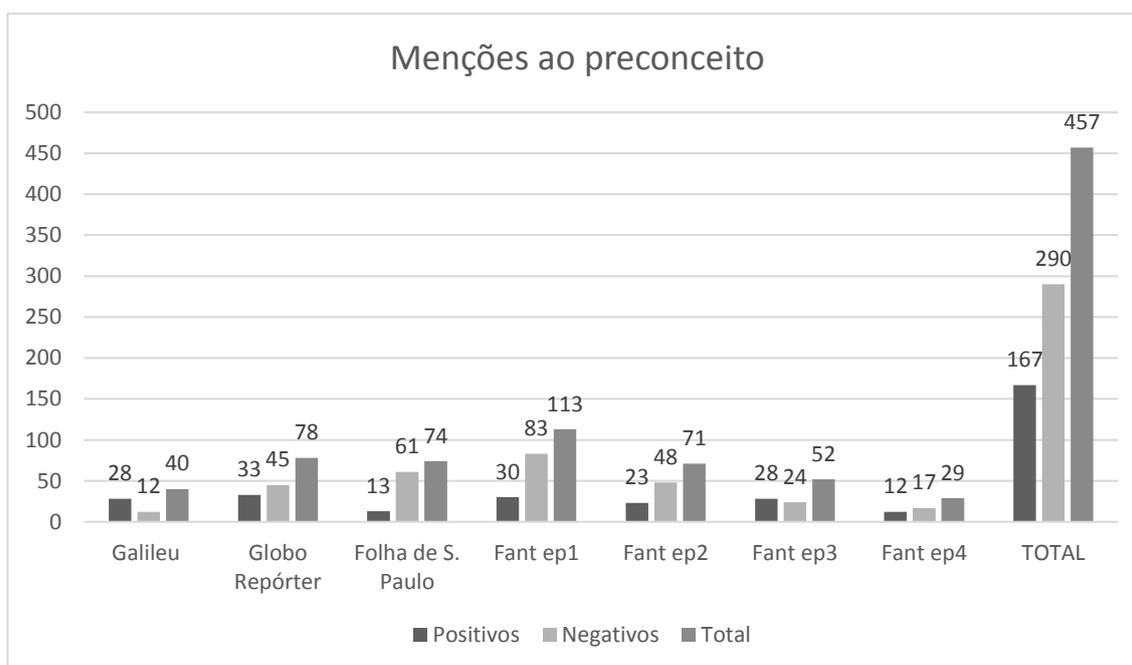
Essa forma de pensar a sociedade como se estivesse sob ameaça constante cria um ambiente fértil para o renascimento de valores tradicionais. O consenso, partilhado por um número substancial de pessoas, de que determinada categoria de indivíduos ameaça a sociedade e a ordem moral, leva ao fortalecimento do aparato de controle social, tornando a hostilidade e condenação a essa diferença mais intensos. De acordo com Miskolci, o conceito de pânico moral possibilita visualizar os contornos e fronteiras morais das sociedades onde ocorrem, já que as pessoas ameaçadas tendem a concordar que algo deveria ser feito a respeito desses indivíduos ou seus comportamentos. Segundo o autor, nos nossos dias, estamos presenciando a substituição do poder disciplinar descrito por Foucault em Vigiar e Punir por uma forma de poder baseada no controle: “Ao invés de tratar ou prender, a sociedade encontra meios de controlar aqueles cujos estilos de vida supostamente ameaçam a normalidade social” (MISKOLCI, 2007, p. 113). Nessa direção, a compreensão desses medos coletivos permite vislumbrar como as preocupações e temores em um dado momento histórico expressam lutas de poder entre grupos sociais,

valores e normas, pois o período que estamos vivendo requer o constante debate e negociação dos limites morais da coletividade.

#### 4.1.3 Menções ao preconceito

Esse núcleo de sentido reúne 457 comentários que fazem menção ao preconceito em relação a gênero ou sexualidade para criticar a abordagem das reportagens analisadas (290 recorrências) e comentários de leitores que identificaram o preconceito nos comentários de outras pessoas para reiterar a necessidade da discussão a respeito da temática (167 recorrências). No Gráfico 7 é possível verificar a incidência deste núcleo de sentido em cada case analisado na amostra:

**Gráfico 7: Panorama quantitativo do núcleo Menções ao preconceito**



Fonte: a autora

Com mais de 63% da amostra deste núcleo referindo-se a comentários que procuraram invalidar os mapas de significado, verificou-se que apenas no caso da Revista Galileu o número de leitores que se manifestaram positivamente foi maior (28 positivos e 12 negativos). A maior disparidade entre comentários contrários e favoráveis foi verificada nos cases da Folha de S. Paulo (apenas 13 positivos e 61 negativos) e do Fantástico episódio 1 (30 positivos e 83 negativos).

Segundo Leite (2012), do ponto de vista filosófico, o preconceito é um fenômeno que se verifica quando um sujeito discrimina ou exclui o outro a partir de concepções equivocadas, oriundas de hábitos, costumes, sentimentos ou impressões.

Materializados pela linguagem, o preconceito e os valores fundamentalistas contidos nos comentários acabam por vezes conduzindo à intolerância, atitude de não admitir opinião divergente ou excluir indevidamente o diferente (BOBBIO, 1992). Reações explícitas violentas e agressivas a respeito da temática ou da abordagem das reportagens, ou ainda comentários de leitores referindo-se a manifestações de intolerância de outros leitores sobre a temática, ilustram a incapacidade de alguns em aceitar e conviver com a diferença. O preconceito torna-se uma técnica argumentativa, e a ideia desfavorável de alguns leitores em relação ao tema, por exemplo, acaba por afetar negativamente o julgamento sobre os próprios meios e sua abordagem. Identifica-se uma rejeição/segregação (FOUCAULT, 1971) por meio da demarcação entre certo e errado e normal e anormal advinda dos leitores, baseada em preconceitos que concernem à identidade de gênero e sexualidade.

A maioria dos comentários agrupados neste núcleo de sentidos expressa a não concordância e não aceitação dos novos mapas apresentados pelo jornalismo e a recusa a ser chamado de homofóbico ou preconceituoso. Os leitores demarcam não concordar, não achar legal ou normal, não aceitar e achar uma “forção de barra” falar sobre o assunto. Também deixam claro que não conseguem nem querem entender.

De acordo com Hall (1997), são os discursos da cultura que constroem posições de sujeito, fazendo com que as identidades emergem das representações. Assim, a marcação da diferença é o componente-chave em qualquer sistema de classificação (WOODWARD, 2012). A marcação entre “nós” e “eles” fica bastante evidente quando os leitores dizem respeitar mas não concordar, respeitar mas não aceitar, amar mas não engolir as diferentes manifestações de gênero e sexualidade que não se enquadram no padrão binário e heteronormativo. Há ainda o leitor que diz saber que isso “existe há séculos”, mas não concordar que a mídia “faça tudo parecer bonito”:

Vou ter q ir na contra mão e chutar esse "Balde " aqui rsrs Poxa Globo , é melhor vc nos levar para outros países mostrando outras culturas , animais bonitos e diferentes , doq mostrar igreja pra gays ahuahuahuahuahua, assisto todas as sexta - feira o globo reporter com o meu filho de nove anos , mas nesta sexta , achei melhor jogar ps4 com ele ☺ **Respeito todos os gays , mas ã concordo com a pratica e "PRONTO ACABO" não me venha chamar de" homofobics "** tenho parente proxima lesbica e homosexual ! [GR SD071]

**Uma coisa que não acho legal é ver 2 homens ou 2 mulheres**, Entra numa loja de criança e ficar se beijando. A sua intimidade ninguém é obrigado ver deixa em casa. [GR SD082]

Respeitar pra vc é aceitar isto ser imposto a seus filho e sua familia? Posso e respeito sim mas **nao aceito que meus filhos sejam ensinados em suas escolas que o homossexualismo é natural e saudável** [GR SD127]

Eu amo quem estiver próximo de mim, seja transgênero ou não, eu só não engulo isso.. não é questão de se importar, eu convivo muito bem com isso, só que eu não sou obrigada a ter que achar isso normal porque a sociedade tá dizendo que é normal.. **Cada um com suas ideologias, eu não acho normal mas não é por isso que terei preconceito.** Eu hein! [FEP1 SD426]

**Difícil entender e explicar** , junto comigo assistindo a materia está minha vó de 70 anos e meu filho de 13 anos que me perguntou se existe homem que nasce mulher. **Temos sim que respeitar e jamais discriminar. Mas entender não consigo e nem quero.** [FEP2 SD244]

O preconceito só cresce quando esse tipo de assunto para ser realmente importante. É **uma forçação de barra que cria antipatia.** [FSP SD219]

Desnecessária essa reportagem e essas discussões sobre opção sexual, **isso existe à séculos, claro que cada um tem o livre arbítrio sobre sua vida, mas não precisa a mídia fazer tudo parecer bonito** [FEP2 SD246]

A vida cada um tem a sua, e cuida como quizer , **mas a TV tenta forçar a barra pra que quem não aceita isso veja isso como normal,se vc acha que isso é uma doença mental, vc é tratado como preconceituoso.** [FEP4 SD221]

Por sua vez, o grupo de leitores que procurou validar os novos mapas de significado apresentados pelo jornalismo, o fez demonstrando e sublinhando o preconceito presente nos comentários de outros leitores: alertando sobre antigas normalizações que foram superadas em relação ao racismo, apontando a seriedade do assunto com dados e argumentações que colocam no centro a materialização da violência que o preconceito e o ódio provocam e alertando para os comentários preconceituosos escondidos atrás de uma suposta “opinião” ou “liberdade de expressão”:

**Acho que os comentários separatistas contra os negros antigamente deveriam ser bem assim. Como parecem absurdos hoje em dia né?** Parabéns para a revista. [GA SD183]

200 anos atrás, comprar, vender e espancar um negro era "certo", assim como uma mulher não poder votar ou expressar opinião era "certo". Hoje, tudo o que você achava "certo" sobre gênero está ERRADO SIM! **Aos cabeças duras e preconceituosos não é necessária a concordância da opinião, mas sim do RESPEITO e da noção de IGUALDADE.** [GA SD192]

**Humor não justifica atitudes preconceituosas.** Pensa mais antes falar na próxima. **Não tem nada pra ser engraçado no país que mais mata trans no mundo.** [GR SD288]

**Antigamente era uma afronta um negro andar num mesmo ônibus com uma pessoa branca...Ainda bem que as coisas mudam,né nom!** [FEP1 SD432]

Esperando que no final lembre que o problema não é ser mulher de pênis ou homem com vagina, e sim a sociedade que só considera normal homem de pênis e mulher de vagina e todos que não se encaixam são marginalizados, vivem sofrendo com a necessidade de encaixe que foi imposta. E **quem tem que transacionar algo é a sociedade burra e limitada pra uma evoluída que não produza tanto ódio contra si mesma.** [FEP2 SD252]

"Aberrações" "enchendo a cabeça das nossas crianças" "família tradicional" "privilégio" "**Que privilégio? Morrer 177 travestis por ano é privilégio? Me mandem algum link ou alguma reportagem que diga "Homem hetero é morto por ser hetero".** Vcs realmente acham que essa reportagem vai influenciar as crianças? Se televisão passasse alguma influência não existiria Gays pois sempre vi heteros se beijando e não me influenciou. [...] [FEP3 SD27]

Programas como este, além de dar visibilidade a população LGBTT, mostra a luta para se ter direitos que deveriam ser igualitários para todos. Infelizmente **ainda vemos inúmeros comentários preconceituosos, mascarados de "opinião" ou "liberdade de expressão".** Ou pior, usando religião para alicerçar o preconceito. O mundo precisa de mais Amor, Respeito e Tolerância. [GR SD147]

Tendo em vista o conjunto de comentários destacados neste núcleo de sentido, é possível entender por que as publicações da grande mídia desempenham papel de governo e regulação da cultura, na medida em que constroem e fazem circular significados numa dada sociedade. Os leitores podem também assumir o papel de regulação em relação à mídia, manifestando-se contrários e resistentes aos novos mapas culturais que são apresentados. No caso das reportagens da revista Galileu, do Globo Repórter, da Folha e do Fantástico, a disputa se dá no diálogo dos leitores com os meios e também no diálogo entre os próprios leitores com posicionamentos distintos.

A lógica binária que orienta a compreensão dos sujeitos e práticas e a normalização que opera em relação às formas de se viver o gênero e a sexualidade também são recorrentes nas argumentações dos leitores, que demonstram não conseguir compreender os novos mapas trazidos à tona pelas reportagens. A transexualidade é classificada como maluquice, loucura ou problema mental e algo “muito forte” para ser compreendido. Alguns leitores demarcam também a grande confusão provocada pela não coerência entre sexo-gênero-sexualidade, demonstrando não entender como o adolescente transexual Bernardo, personagem do segundo episódio da série Quem sou eu?, do Fantástico, reivindicava o gênero masculino e dizia se sentir atraído por outros meninos: “Como assim não queria ser homem e tem cabeça de homem e no final fala q gosta de meninos tbm. Bugou”.

**Nada contra o publico LGBT,mais se continuar assim a rede globo alem de sua progamacao vai querer colocar em cada domicilio brasileiro um casal guey tambem, respeito a opcao de todos, portanto quero que respeitem a minha tambem, todos nascemos de uma relacao entre um homem e uma mulher....reflitam [FEP4 SD224]**

**Preconceito? Ir contra a realidade é loucura e vocês estão incentivando a loucura, simples assim. Quem defende a identidade de gênero quer um objetivo claro: destruir a família. [GA SD178]**

**Isso é muito forte para a minha cabeça na época não existia isso [FEP2 SD253]**

Tem gente que nasce psicopata. E ai, vamos aceitar também e deixar ele matando, estuprando e etc, só porque ele nasceu assim ? Claro que não. Só porque um sujeito nasce pensando que é mulher nós vamos aceitar e sair promovendo essa maluquice? É óbvio que não. [FEP1 SD425]

O q me chamou a atenção q no primeiro caso q a menina não se identificava com seu corpo tanto q se chamava Bernardo, disse sentir q era menino desde os 6 anos aí no final dá reportagem falou: - já tenho uma namorada mais eu tbm me sinto atraída por meninos sou Bi. ??????????Como assim não queria ser homem e tem cabeça de homem e no final fala q gosta de meninos tbm. Bugou. [FEP2 SD307]

**Pra mim esse negócio de nascer homem no corpo de mulher e vice versa é problema mental!Sim, eu disse isso msm.Problema psicológico, pois não há outra explicação a não ser essa!!!Se me disser que um homem gosta de fazer sexo com outro ou uma mulher que gosta de transar com outra simplesmente porque gosta eu até aceito essa explicação, mas esse negócio de nascer em outro corpo...É problema psicológico simmmmm! [FEP2 SD274]**

Guacira Lopes Louro (2004) sublinha que o limite do “pensável”, no campo dos gêneros e da sexualidade, está diretamente implicado com os padrões de normalização. Como dito no capítulo 2, na lógica binária que rege o normal e o anormal, há sempre um polo desvalorizado que, no caso da sexualidade, compreende os sujeitos desviantes ou diferentes. Nessa conformação, seria insuportável pensar múltiplas sexualidades ou outras formas de vivenciar o gênero. Não é à toa que muitos leitores classificam essas manifestações dissidentes como “problema psicológico” ou algo completamente fora da realidade.

No campo da Educação, a dicotomia conhecimento X ignorância sempre foi central e, muitas vezes, a ignorância é vista como uma falta ou ausência de conhecimento. Amparada pelas reflexões de Deborah Britzman, que compreende a ignorância como uma espécie de “resíduo” do conhecimento, Louro propõe pensar a ignorância como o efeito de um jeito de conhecer. Nesse prisma, conhecimento e ignorância estariam mutuamente implicados, visto que “qualquer conhecimento já contém suas próprias ignorâncias” (BRITZMAN, 1996, p. 91).

Assim, dentro de um determinado tempo histórico de uma determinada cultura, pode haver a recusa e resistência de se aproximar de alguns conhecimentos. De acordo com Louro, coisas e sujeitos podem ser impensáveis e não se enquadrar numa lógica coerente para o espaço-tempo que habitam. Como ficou demarcado em diversos comentários de leitores, a transexualidade e as diferentes maneiras de vivenciar o gênero e as sexualidades são recusadas e até mesmo temidas por transgredir os limites do possível ou da sanidade na concepção de alguns leitores.

Nessa direção, Louro convoca a mesma lógica binária aplicada à compreensão dos sujeitos e vivências não-hegemônicas para lembrar que ela também sustenta outros campos do conhecimento e da cultura:

[...] nossas questões e o conhecimento que delas emerge se apoiam numa lógica que, na medida em que dá os contornos do que é possível conhecer, determina o que deve permanecer desconhecido ou ignorado. A ignorância não acontece ao acaso, ela está, de algum modo, inscrita no próprio conhecimento. (LOURO, 2004, p. 4)

A autora cita Richard Johnson, que em sua argumentação agrega mais uma dicotomia ao conjunto de oposições binárias com que operamos: *closeting*/educação (ocultamento ou segredo/educação). Amparado nas reflexões de Eve Sedgwick, que fala do *closet* como uma forma escondida de viver a sexualidade não hegemônica, Johnson entende o *closet*, ou o “estar no armário”, como a expressão é mais utilizada no Brasil, como uma epistemologia, ou seja, uma forma de organizar o conhecimento/ignorância. O autor vai sublinhar o quanto a escola, que é o lugar do conhecimento por excelência em nossa sociedade, se mantém como lugar de ignorância em relação à sexualidade. O ambiente escolar não se configura como um ambiente acolhedor para que alguém assuma qualquer sexualidade desviante, visto que continua negando e ignorando a homossexualidade, desde os livros didáticos até suas práticas cotidianas. De acordo com Louro (2004), é possível pensar que os currículos escolares e universitários são uma espécie de texto “generificado” e sexualizado, que acabam por constituir os gêneros e as sexualidades tanto de estudantes como de professores.

Ao ocultar a diversidade e a pluralidade, assumindo que exista apenas uma forma correta, adequada e normal de vivenciar uma suposta coerência entre sexo, gênero e desejo, a escola torna-se lugar de desconhecimento e ignorância. É por meio do silenciamento que determinadas identidades e práticas são legitimadas ou marginalizadas e se exerce uma “pedagogia da sexualidade” (LOURO, 2000), que é praticada na escola e também fora dela: na mídia, nas igrejas, nas leis. Esse silenciamento, que também pode

ser percebido em relação à identidade de gênero e a transexualidade, reverbera no desconhecimento de toda a sociedade, tornando a própria família um local de ignorância em relação às vivências de gênero ou sexualidade diferentes da norma. No primeiro episódio da segunda temporada da série *Liberdade de Gênero*<sup>48</sup>, veiculada pelo GNT, Maria Aparecida, mãe da transexual Luiza Valentim, 27 anos, confessa sua completa ignorância inicial em relação à identidade de gênero de sua filha: “Aquele burrice, acho que é burrice... é como se a gente usasse uma viseira. Depois que eu comecei a entender tudo que estava acontecendo eu só quis ajudar. Se eu tivesse esse entendimento quando ela era menor, jamais eu teria deixado isso acontecer com ela”. Referindo-se aos repetidos episódios de violência que a filha sofreu por não se enquadrar dentro dos pressupostos de masculinidade esperados, Maria Aparecida confessa o quanto esse desconhecimento pode ser danoso e violento para os sujeitos e famílias que se desviam da norma.

De acordo com Britzman, a ignorância sobre a homossexualidade pode ser interpretada não apenas como um efeito de não se conhecer os homossexuais, mas como ignorância sobre a forma como a heterossexualidade é moldada (e podemos fazer um paralelo aqui com as pessoas trans e as cisgênero). Essa ignorância é produzida por conhecimentos particulares e circula como parte de regimes particulares de verdade: “em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar a forma como os discursos dominantes da heterossexualidade produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quanto sobre a heterossexualidade” (BRITZMAN, 1996, p. 92). O que se apresenta como perigoso e incompreensível para os leitores é o fato de que a visibilidade de identidades historicamente subjugadas em nossa sociedade — gays, lésbicas, queers, bissexuais, transexuais, travestis — acaba por deixar mais nítida e concreta a instabilidade e a fluidez de todas as identidades sexuais.

Para Louro, a ameaça se dá em relação a conceitos, valores e “modos de vida” ligados às identidades nacionais, étnicas, religiosas e de classe dos grupos conservadores: “renovam-se os apelos conservadores, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os sujeitos (especialmente a juventude) e engajá-los ativamente na recuperação de valores e de práticas tradicionais” (LOURO, 2000, p. 32). Isso pode ser notado em alguns comentários que demarcam uma posição bastante conservadora e expressam

---

<sup>48</sup> A série do GNT *Liberdade de Gênero*, dirigida e produzida pelo cineasta João Jardim, percorre o país de norte a sul, passando por Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, para conhecer histórias de vida de pessoas que não se identificam com o gênero designado para elas ao nascerem.

reação defensiva, argumentando que é preciso “vigiar e defender a família” de uma suposta “ideologia de gênero” ou “filosofia” que pretende “transformar as crianças em gays” e “destruir as famílias”, inclusive com incitação à violência:

O certo mesmo não é vim aqui na página e fazer algum comentário, **o certo é vigiar nossa família contra esse mundo poluído e macabro**. da mesma forma que tem pessoas boas ,com "princípios" básicos da família, **tem pessoas que veio para bagunçar e mexer com o psicológico e embaralhar a mente das criancinhas que não tem nada a ver . não vai adiantar eu expor minha opinião aqui pois vai me chamar de ignorante pelo fato da minha opinião ser ao contraria a de vocês .** Depois dessa reportagem em rede nacional, invadindo a casa das pessoas e diversas crianças assistindo o certo mesmo e vigiar defender a nossa família desse mundo aonde as coisas estão todas bagunçadas. [FEP1 SD423]

**Surra e canja de galinha não faz mal a ninguém...kkk** [FSP SD185]

cada um educa do jeito q achar melhor, se concorda como essa mulher 'educou' a filha/o, Bolsonaro tem o mesmo direito de educar como quiser. **Foi justamente a falta de palmadas q criou essa geração mimimi todyinho.** [FSP SD188]

Ideologia de genero. **Não luta gomtra o preconceito porra nenhuma!** O q querem e transformar as crianças em gays. [GA SD176]

**Aberrações como essa so existe no Brasil e como tudo tambem ha quem siga esse tipo de filosofia que so tem uma intenção destruir as familias...** [FSP SD204]

Mais uma vez a perspectiva *queer* parece produtiva para pensar os sentidos que estão sendo produzidos pelos leitores, visto que procura colocar em xeque o conhecimento sedimentado e incita a pensar para além do limite do pensável. Mais do que dar a conhecer saberes que estariam em oposição aos saberes dominantes, “trata-se de pôr em questão o que é possível conhecer; como se vem a conhecer e, principalmente, como se vem a desconhecer alguma coisa; o que se suporta conhecer e o que se prefere ignorar” (LOURO, 2004, p. 3). Se em plena era da informação e fácil acesso à internet tantos leitores se recusam a aproximar-se desse conhecimento é porque esse “jeito de conhecer” segue fazendo sentido. Essas novas verdades “insuportáveis” sobre gêneros e sexualidades e essa ignorância está contida no conhecimento que segue sendo disseminado, é fruto da generificação e sexualização de diversas instâncias de poder que seguem produzindo e reproduzindo conhecimentos também generificados e sexualizados. Até mesmo alguns comentários que se propõem a contestar o preconceito de outros leitores muitas vezes o fazem disseminando ainda mais preconceito, como no caso desta sequência discursiva:

invés de você tá espalhando ódio na internet **vai procurar lavar um prato ,ver se marido não tem outra na rua se está satisfeito em te você como mulher ...Vai cuidar de gato que melhor** [FEP4 SD94]

Ainda que tenha se posicionado de forma a contestar outros comentários que estariam “espalhando ódio na internet”, o leitor o faz externalizando preconceitos de gênero ao sugerir que outra leitora vá “lavar um prato”, ver se o marido “não tem outra na rua” ou “cuidar de gato”. Esses significados reiteram a cultura machista e sexista, relacionando a mulher a papéis tipicamente associados ao feminino, como os serviços domésticos ou a responsabilidade pelo “sucesso” de um relacionamento monogâmico e heterossexual. A contradição dessa manifestação reside no fato de expressar preconceito com o intuito de repudiar o preconceito alheio, demonstrando que a ignorância está inscrita na forma de conhecer e regular o feminino.

#### 4.2 Legitimação e deslegitimação do jornalismo

Os temas abordados pelos veículos de comunicação não estão apartados dos conceitos vigentes na sociedade da qual fazem parte (CORREIA, 2011). Mesmo atento à novidade e aos movimentos da atualidade, o jornalismo tende a reproduzir os valores sociais que considera consensuais. Isso explica por que determinados assuntos não costumam ser discutidos de forma mais recorrente nos jornais, revistas e programas de televisão.

Sendo o universo das notícias o universo das aparências do mundo (LAGE, 1985), o campo jornalístico prioriza a cobertura de acontecimentos e deixa de lado as problemáticas, evitando abertura a temas que podem ir contra a natureza supostamente consensual da sociedade. Como defende Traquina (2002, p. 195): “Dentro desta esfera, os jornalistas não se sentem compelidos a apresentar pontos de vista opostos e, na verdade, sentem frequentemente como sua responsabilidade agir como advogados ou protectores cerimoniais de valores de consenso”. O autor aponta que, dentro da esfera do consenso, em geral o jornalismo acaba exercendo um papel essencialmente conservador e legitimador.

Lage (1985) lembra que toda notícia carrega uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que não é capaz de abarcar. Dado esse contexto, compreende-se por que a instituição jornalística ganha centralidade na argumentação dos comentários de leitores nos núcleos de sentido que serão apresentados a seguir. Ao abordar uma temática controversa como a identidade de gênero, há uma quebra na

reprodução de valores e verdades que vinham sendo sedimentadas pelo próprio jornalismo. Há uma quebra na “inversão de sentido” descrita por Brune<sup>49</sup> (1993 apud MORETZSOHN, 2007), e os leitores não percebem mais a mídia pensando da mesma forma que eles. A apaziguadora sensação de ver e rever a mídia reafirmando todos os dias o mundo “tal qual é” é desestabilizada quando o jornalismo decide apresentar novos mapas de significado. Demonstrando consciência em relação ao contrato de comunicação, os leitores estranham essas manifestações que extrapolam os valores de “consenso” e tendem a se sentir desamparados e desconfortáveis quando aquilo que está em circulação não é aquilo que já sabem. Entra em cena uma lógica paradoxal, em que a novidade passa a ser um fator de perturbação para o leitor que, muitas vezes, busca no jornalismo justamente as últimas notícias e novidades.

Cabe salientar que esse contrato de comunicação pressupõe que o público confie nas notícias ou na reconstrução discursiva do mundo (FRANCISCATO, 2005) e tem como premissa a capacidade de fazer crer do jornalismo de que aquilo que ele diz a respeito dos fatos e acontecimentos se constitui em verdades, de que fazem parte da realidade (CHARAUDEAU, 2006). Essa espécie de acordo entre interlocutores se ampara na credibilidade (BERGER, 1998) dos sujeitos envolvidos no processo – fontes, jornalistas e veículos – para assegurar a compreensão do discurso como verídico.

Ao observar o jornalismo de uma perspectiva filosófica, Lisboa (2012) aponta que sua legitimidade está amparada no olhar do interlocutor, sendo sua credibilidade dependente dessa relação intersubjetiva. Assim, a credibilidade só ganha sentido, relevância e utilidade se houver reconhecimento do público: “o jornalismo só existe como fonte de conhecimento porque há um interlocutor que reconhece sua autoridade” (LISBOA, 2012, p. 88). A autora pontua e diferencia dois tipos de credibilidade jornalística: a primeira delas é a *credibilidade constituída*, que se refere às dimensões ideais e socialmente reconhecidas em relação a uma fonte confiável, o que envolve conhecimento técnico, competência e integridade; e a segunda, a *credibilidade percebida*, que é o resultado do reconhecimento ou não da confiabilidade da fonte por parte dos interlocutores. Pode-se afirmar que existe um conjunto de crenças compartilhadas que sustentam a credibilidade jornalística. Esses valores são ao mesmo tempo pressupostos da prática, oferecendo garantias para que os leitores alimentem suas crenças, e também pressupostos de um ideal que guia o trabalho e a construção do discurso jornalístico.

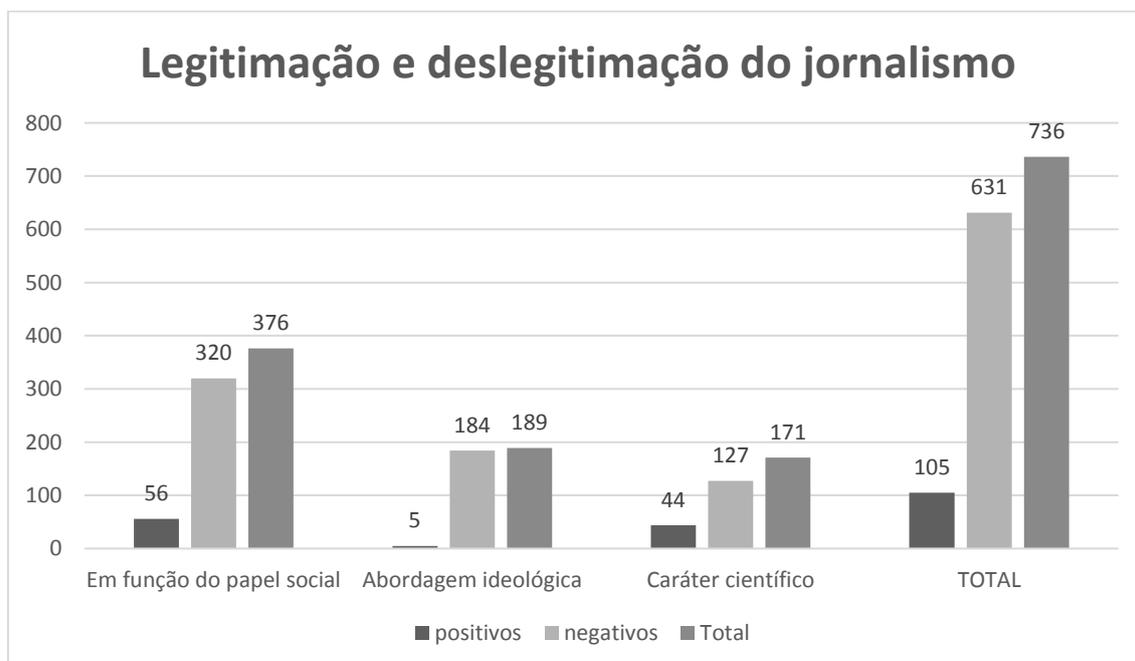
---

<sup>49</sup> BRUNE, François. “Les médias pensent comme moi!” Fragments du discours anonyme. Paris: l’Harmattan, 1993.

Importa lembrar que o contrato de comunicação está conjecturado aos princípios contidos no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (CÓDIGO, 2007), que, além de normatizar a prática, oferece aos leitores segurança e amparo em sua crença. O código especifica, em seu capítulo I, que “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público”. Em relação à conduta profissional do jornalista, no capítulo II, versa que o compromisso fundamental deve ser com a “verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”. Aponta ainda, como um dos deveres do jornalismo, “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias”.

A quebra na reprodução dos valores “consensuais” pelos diferentes veículos que compõem a amostra desta tese ao adentrar na problemática da identidade de gênero provocou forte manifestação dos leitores, justamente porque a abordagem se distancia da normatividade vigente. Assim, tanto aqueles leitores que legitimaram o trabalho jornalístico quanto aqueles que se posicionaram negativamente em relação às reportagens argumentaram trazendo à tona sentidos que tensionaram o contrato de comunicação, como podemos conferir no Gráfico 8:

**Gráfico 8: Legitimação e deslegitimação do jornalismo – núcleos de sentido quanti**



Fonte: a autora

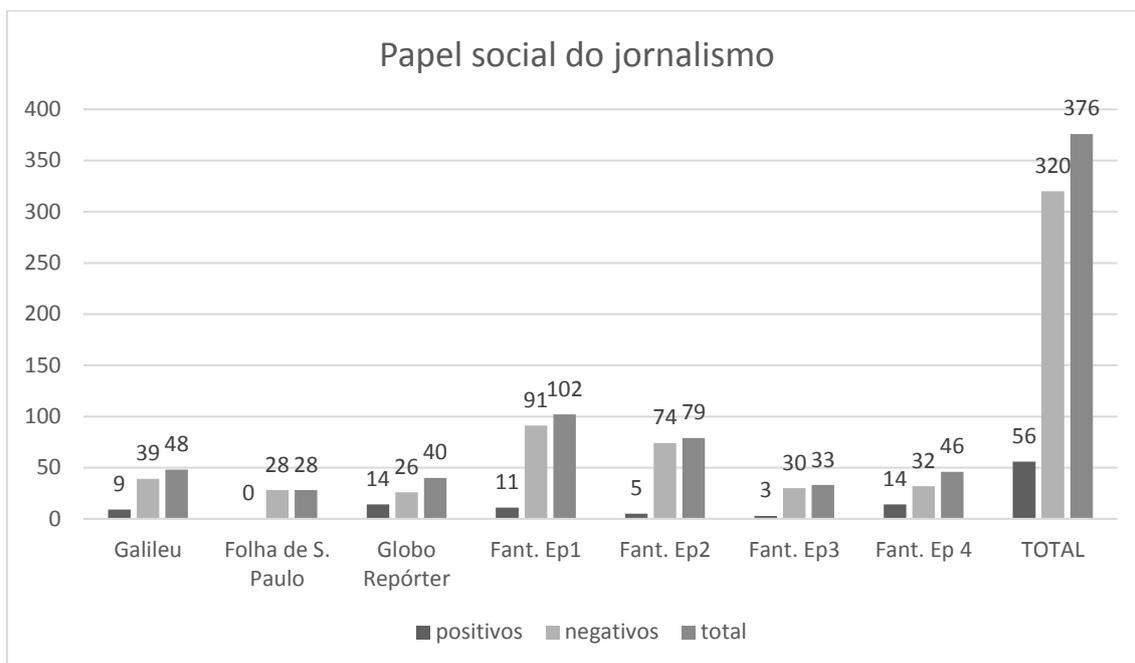
O gráfico que agrupa os três núcleos de sentidos ligados a legitimação e deslegitimação do jornalismo indica que a maior parte dos comentários (mais de 85%) se posicionou de forma a contestar a credibilidade jornalística das reportagens da amostra. Do total de 736 comentários, 631 argumentaram negativamente e 105 evocaram sentidos positivos para se referir aos diferentes meios e formas empregados pelo jornalismo para abordar a temática da identidade de gênero.

Analiso a seguir os três núcleos de sentido identificados nos comentários de leitores que levantaram argumentos legitimando ou deslegitimando o jornalismo, valendo-se de sentidos: 1. ligados ao seu papel e função na sociedade; 2. relacionados à abordagem classificada como ideológica; e 3. referentes ao caráter científico das fontes ou das publicações.

#### *4.2.1 Em função do seu papel social ou da quebra do contrato de comunicação*

Este grupo reúne 376 comentários de leitores que fazem menção ao papel e à função do jornalismo, tanto questionando e desdenhando a publicação (320) quanto elogiando, parabenizando e mencionando a missão e importância do jornalismo se envolver com a temática da identidade de gênero (56). O Gráfico 9 mostra o panorama geral deste núcleo de sentido e sua recorrência em cada um dos cases da amostra. Com mais de 85% das recorrências voltadas à deslegitimação do jornalismo, esse sentido teve 100% de incidência negativa nos comentários referentes à reportagem da Folha de S. Paulo, com registros expressivos também no primeiro e terceiro episódios da série do Fantástico:

**Gráfico 9: panorama quantitativo do núcleo Papel social**



Fonte: a autora

Parte dos leitores argumentou referindo-se diretamente ao “papel” e “dever” do jornalismo, com registros de elogios por informar, incomodar, mudar o mundo, abordar temas polêmicos e quebrar tabus ou com menção a valores geralmente atribuídos ao jornalismo, como a imparcialidade, para legitimar a revista. Esses leitores reiteraram a percepção de que uma das finalidades do jornalismo seria auxiliar as pessoas a compreender e viver o tempo presente (FRANCISCATO, 2005), assimilar esses novos mapas de significado que abordam a diversidade da sociedade (LAGO, 2010) e endossar a luta contra o preconceito e a desigualdade, em consonância com o Código de Ética da profissão:

Cumprindo o papel de **informar os desinformados e os preconceituosos**  
#AprendemSerHumanos. [GA SD019]

Já li matérias que não gostei, outras que não concordei, e outras que para o meu conhecimento foram geniais. **Esse é o papel do jornalismo, incomodar, sair da inércia.** Ansiosa para ver esta nova etapa da Galileu. [GA SD020]

Precisamos acumular mais sobre esse debate, e **as mídias tem papel indispensável nisso, pra ajudar a população a falar menos besteira e se interar mais no assunto!** [GA SD022]

👏👍🌟🥰🎉🎊🎊🎊 Parabéns Brasil! Parabéns Globo. **Finalmente este assunto na TV brasileira.** Oq já existe na Inglaterra e Australia que pude ver, está começando aqui. Quem se limita ao seu mundinho, quem só conhece o Brasil, talvez tenha mais dificuldade de compreender, mas outros países já estão muito

mais evoluídos sobre esse assunto, inclusive tratamento com hormônios para crianças transgêneras desde cedo já existe, com participação de profissionais da saúde especializados. Um dia chegaremos lá!. **Que passo importante para o Brasil**, que passo importante sobre RESPEITO as diferenças👏👏👏 [GR SD483]

**Obrigada Fantástico pela inclusão social e por ensinar que o respeito deve prevalecer acima de tudo!** Maravilhosa reportagem que reforça a necessidade social que temos de reconhecer todos os Direitos das pessoas transgêneras. [...]😊😊😊 Hoje depois deste depoimento vou dormir com mais fé no amor!!! Ele existe sim. Obrigada! [FEP3 SD081]

**Parabéns ao programa por tocar na ferida dos bitolados hipócritas!** ninguém está "imune " de ter filhos /parentes transgênero, pelo que vejo nas reportagens, os transexuais, assim como os homossexuais, nascem justamente dessas "famílias tradicionais " formada por heterossexuais, pai e mãe! Essas mesmas pessoas que xingam/agridem homossexuais /trans, é que põe eles no mundo. [FEP3 SD29]

Realmente a Globo ontem mereceu os parabéns! **Matéria importantíssima e esclarecedora, é disso que o país precisa pra se tornar civilizado** como tantos outros já são! Todos deveriam assistir o programa exibido! [GR SD10]

Parabéns globo ! Isso **foi maravilhoso a forma como mostraram esse assunto que possa ter servido de aprendizado pra muitas famílias** que desconhecem o assunto [GR SD187]

O leitor percebe que o jornalismo está cumprindo o seu dever instruindo, educando e orientando, quando informa os “desinformados e preconceituosos”, incomoda e sai da inércia, ajuda a população a se inteirar mais ou traz para a discussão um tema polêmico. Muitos leitores parabenizam e ressaltam a importância das reportagens que abordam a temática para a inclusão social e reconhecimento dos direitos e esclarecem as dúvidas ou proporcionam aprendizado para que o país se torne “civilizado”.

Esses comentários estão em conformidade com a percepção de Eugênio Bucci (2000) sobre o papel do jornalismo. Para o autor, o jornalismo é responsável pela educação permanente do público, mantendo-se em diálogo crítico com a cidadania. Mais do que isso, sua função passa ainda pelo combate aos preconceitos, formando e esclarecendo o público para além do senso comum. Para o autor, para cumprir o papel de auxiliar o leitor a perceber a realidade, o jornalista deve ser capaz de enriquecer a informação que já está em circulação e ajudar a traduzi-la, explicá-la e dar o seu contexto. Diante da complexidade do mundo e da grande oferta de informações, não basta ao jornalismo apresentar os novos mapas de significado. É preciso também complexificá-los e auxiliar os leitores a compreendê-los e analisá-los, fazendo conexões capazes de explicar o mundo.

Em contrapartida, a fim de deslegitimar o jornalismo, alguns leitores classificaram a matéria como “tendenciosa”, colocando em xeque a credibilidade dos meios, alegando “doutrinação”, “manipulação” e “falta de profissionalismo”. Na perspectiva de Miguel (1999), que conceitua o jornalismo como um sistema perito, a finalidade questionada pelos leitores, de trazer ou não a verdade, está baseada no processo de confiança estabelecido entre o público e os veículos:

**O JORNALISMO DA GLOBO ESTA DEIXANDO DE SER UM INFORMATIVO E COMEÇOU A DEFENDER BANDEIRA, PENSO EU QUE JORNALISMO NÃO FICOU PARA ISSO, SE CADA UM FIZER SUA PARTE SEM ATROPELAR O OUTRO TUDO SE ENCAIXARÁ [...] O QUE REALMENTE IMPORTA ESTÃO DEIXANDO DE NOTICIAR [FEP2 SD77]**

Ñ assisti nem 5 min simplesmente porque **não curto PARCIALIDADE**. Sua "criativa" opinião ñ me diz nada. Pelo contrário, só mostra o que já sei: "Chame-o do que vc é... Acuse-o do que vc faz..." [GR SD236]

**Descurtindo a página que não traz informação e sim manipulação e estelionato intelectual**, querendo impor na cabeça da sociedade conceitos e ideias que desfiguram e desconstrói a imagem e formação do ser humano homem e mulher! **Matéria tendenciosa** que so objetiva ganhar dinheiro [...]. [GA SD071]

**E vocês acreditam no fantástico?** Kkkk o ingenuidade... Está levando muita grana para montar toda essa novela . **Tudo invenção** kkk [FEP1 SD165]

**Foi o tempo que o fantástico era o Show da Vida. Hoje tornou-se Show da doutrinação. O que não presta a gente vê na Globo.** [FEP1 SD203]

**Não contente com o BAIXO NÍVEL de sua programação e com a PARCIALIDADE, DESRESPEITO e FALTA DE PROFISSIONALISMO de seu jornalismo, TV Globo passa a investir PESADO na "Ideologia de gênero" !!** [FEP2 SD76]

Ao acessar as informações veiculadas por jornais, revistas e programas televisivos, os leitores sabem de antemão que se trata de conteúdo não-ficcional, apurado e redigido dentro de preceitos de objetividade e a partir de critérios que visam o interesse público. Embora não tenha acesso ao processo de produção das notícias e reportagens, a credibilidade jornalística está atrelada à confiança do leitor em sua competência especializada. Essa confiança dos leitores no jornalismo como sistema perito pode ser observada em três frentes, de acordo com Miguel (1999): quanto à veracidade das informações; quanto à justeza da seleção e hierarquização dos elementos da notícia/reportagem; e quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias em relação a outras notícias e acontecimentos disponíveis.

A quebra dessa confiança é exposta nos comentários que acreditam que o jornalismo está “defendendo bandeira”, sendo “parcial”, “tendencioso”, inventando coisas ou atuando sem profissionalismo. Duas das frentes mencionadas pelo autor estão presentes na argumentação dos leitores, que reclamam que a mídia “não tem outro assunto”, “insiste em falar sobre isso” tendo “tanta coisa mais importante para mostrar” e opinam que o que realmente importa “não está sendo noticiado”, além de questionar e sugerir pautas:

**Nao tem outro assunto** na mídia marrom de nosso país.. somente falar mal de trump, Doria e assuntos relacionados a gênero.. virem a página! Quanta preguiça.. **despois que a faculdade deixou de existir.. qq um é jornalista.** [FSP SD73]

já começou mal....**Vou voltar para assinar a super interessante.** .....que merda. ..revista devia focar nas pesquisas de motores a água da cura do câncer por brasileiros e da alteração climática. .vem com essa merda de gênero (...) [GA SD055]

Não sei pq. **..mas eu prefiro #globo\_repórter** com reportagens sobre ecoturismo. ..conhecer um país. ..uma tradição. ..documentários da selva Esse tipo de reportagem é do #profissão\_repórter. ... Sobre nutrição é do #bem\_estar. .Quando as reportagens é sobre crescimento hidrográfico e exemplificam alguns países ou vice-versa. .aí tá valendo. #só\_acho [GR SD227]

Tanta **coisa importante pra mostrar** e o Fantastico insiste em mostrar sobre isso, ainda como se fosse normal. **Fantastico, vcs tem bons reporteres, redatores, vamos fazer coisas melhores.** [FEP3 SD398]

**Pq mostrar tanto homosexualismo na tv aberta ? Pq mostrar tantas atrocidades ? Pq enfocar tanto a violencia ? Tudo que e anormal da ibope por isso mostram com tanta frequencia ?** [FEP3 SD383]

Os elementos do contrato de comunicação e o acordo firmado entre o jornalismo e seus leitores se constroem com base nas condições de verdade e credibilidade. Importa lembrar que, para Charaudeau (2006), é preciso considerar a totalidade de cinco elementos para pensar o contrato de comunicação de qualquer discurso: “quem diz e para quem”, “para quem se diz”, “o que se diz”, “em que condições se diz” e “como se diz”. É a partir da condição de identidade (“quem diz e para quem”) que se constroem as identidades do jornalista e do leitor e a partir da condição de finalidade (“para quem se diz”) que o leitor cria expectativas e faz exigências sobre o jornalismo.

Nos comentários de leitores que vimos até aqui é possível identificar uma dissonância entre leitor virtual e real. Segundo Benetti (2008, p. 10), o jornalista “imagina um leitor que seja capaz de reconhecer as regras do gênero [discursivo], compreender seu

texto e considerar válido o que é narrado”. Porém, ao entrar em contato com o texto, o leitor real confronta-se com uma imagem de si mesmo projetada pelo enunciador e pergunta-se: “quem ele imagina que sou eu para que me fale assim?”. O leitor aciona os seus conhecimentos sobre o que deve ser o jornalismo e sobre o que supõe ser papel do jornalista e se pergunta: “quem é ele (jornalista) para que me fale assim?”. A resposta destas perguntas é que vai conferir ou não legitimidade e autoridade para a enunciação jornalística, a partir das relações realizadas pelo leitor entre as condições de finalidade (“para quê se diz”) e propósito (“o que se diz”).

A interdição (FOUCAULT, 1971) do jornalismo, neste caso, se dá justamente na observação das normas do contrato de comunicação pelos leitores. Ao não considerar válido aquilo que foi narrado, os leitores acionaram seus conhecimentos sobre o que deveria ser o jornalismo e o que supõem ser de sua competência. Quando a presunção de credibilidade não se concretiza – quando o leitor confronta aquilo que já sabe com o que o jornalismo está dizendo – e não há a validação desse conhecimento, o discurso fica comprometido em sua legitimação. Nessa direção, muitos leitores argumentam procurando apontar possíveis causas de quebra de credibilidade, centradas principalmente na condição de finalidade (“para quê se diz”):

Á família Marinho deve ter alguém na família assim ..**como a rede Globo ensite em.convenser que isso é.normal** tudo a rede Globo mensiona quando se trata de homo sexual! [FEP2 SD2]

**Reportagem apenas com o intuito de promover a próxima novela da emissora.** [FEP2 SD32]

**Será que o fato de metade dos diretores da globo serem gays não influi na opinião?** [FEP2 SD34]

Esse assunto já perdeu a importância a muito tempo. Mas **a Globo insiste divulgar porque uma grande parte dos funcionários da empresa fazem parte deste "universo"**. Só que tudo repetido enche o saco. [FEP4 SD53]

**A meta da Globo é, ideologia de Gênero e legalização da maconha** visão de país que afunda-se em corrupção, degradação dos valores morais éticos...estamos abaixo do fundo do poço. [FEP1 SD200]

**Vem uma novela sobe o assunto. Então, é importante para a globo jogar isto goela abaixo, bater na tecla o tempo todo pra novela ter audiência né?!** [FEP4 SD225]

Os leitores tensionam a credibilidade dos veículos e o interesse público das pautas justificando que a temática só está sendo abordada para promover e gerar audiência para a próxima novela da Rede Globo, porque “metade dos diretores da Globo” são gays, pelo

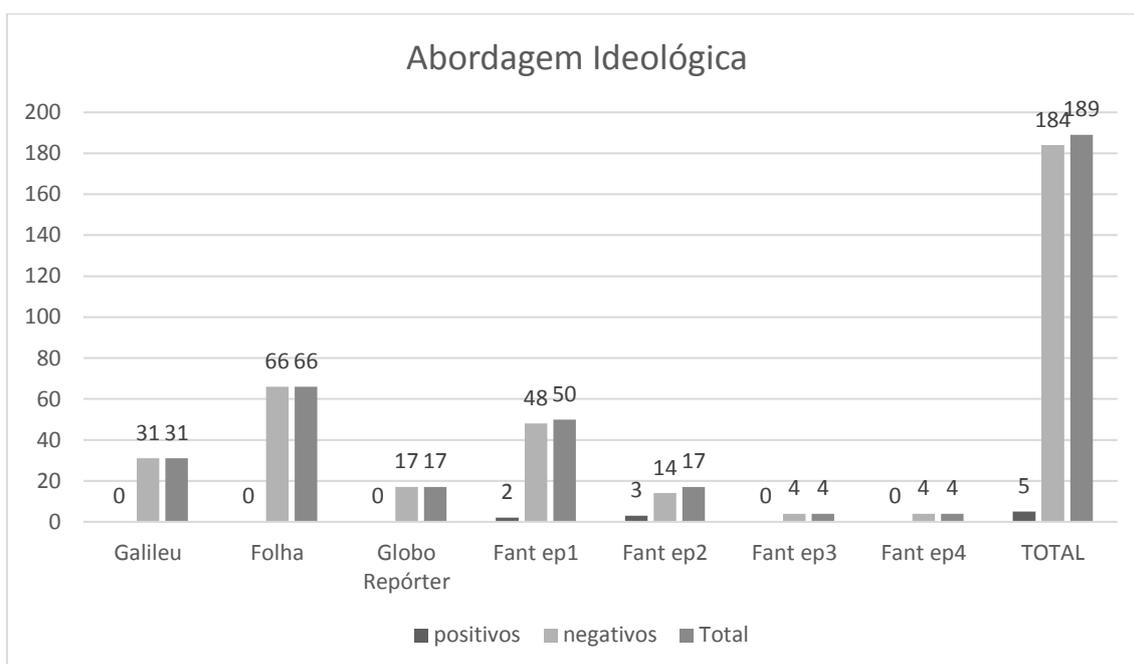
fato de “ter alguém assim” na família Marinho ou ainda “grande parte dos funcionários da empresa fazer parte deste ‘universo’”. Para outros, a “meta” da Globo seria a “ideologia de gênero e legalização da maconha”. Neste caso, o que está sendo questionado é a justeza na seleção da temática da identidade de gênero em relação a outras notícias e acontecimentos disponíveis, uma das frentes apontadas por Miguel (1999) como eixos da confiança dos leitores no jornalismo como um sistema perito.

Percebe-se assim que, para que não haja ruptura no contrato de comunicação, a confiança do leitor precisa ser depositada não apenas naquilo que está sendo dito, mas também na figura do jornalista e do veículo de onde provém a enunciação. Há um compromisso moral implícito nesse contrato, construído ao longo do tempo por meio de uma relação de confiança entre o público e a instituição jornalística.

#### *4.2.2 Em função da abordagem “ideológica”*

Esse núcleo de sentido agrupa 189 comentários, sendo mais de 97% da amostra (184 comentários) voltada à classificação da abordagem das reportagens que compõem o *corpus* como “ideológica”, denotando sentido negativo à escolha do tema e associando o conteúdo jornalístico ou os meios de comunicação ao governo, a correntes de pensamento ou posicionamento político de esquerda e fazendo menção à então presidenta Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores (PT). As sequências discursivas contêm ainda expressões como “doutrinação marxista”, “marxismo cultural”, “agenda marxista”, “ideologia de gênero”, “propaganda ideológica” e menções ao comunismo e a um “modismo” social. Há uma explicitação de quebra de confiança por parte dos leitores voltada ao questionamento da veracidade das informações e também quanto à justeza na seleção e hierarquização da temática das reportagens em relação a outras notícias e acontecimentos disponíveis, duas das frentes apontadas por Miguel (1999) e atreladas à confiança do leitor na competência especializada do jornalismo.

**Gráfico 10: panorama quantitativo do núcleo Abordagem ideológica**



Fonte: a autora

Como demonstra o Gráfico 10, todos os cases analisados apresentam recorrências de comentários que convocaram este sentido, com destaque para a Folha de S. Paulo e o primeiro episódio da série Quem sou eu, do Fantástico, que quantitativamente registraram maior número de comentários deste núcleo.

É possível identificar, nos comentários que aludem à ideologia para desqualificar as reportagens da amostra, a dicotomia entre o verdadeiro e o falso como modo de controle do discurso (FOUCAULT, 1971), excluindo a enunciação da revista e posicionando-a como inválida. As discussões sobre gênero, sexualidade e identidade de gênero comumente são enquadradas como invenções ideológicas, ou desqualificadas como um ideário sem ancoragem na realidade:

**Isso é só o velho marxismo.** A velha e carcomida ambição de moldar a natureza humana, agora saindo da economia para se meter na biologia e na psicologia para fabricar um exército de seres atomizados melhor controlados pelo Estado. [GA SD581]

As pessoas acharem que esse tipo de assunto merece visibilidade é o que me faz ter medo do futuro desse mundo... Imagina só como as coisas vão ser?? Aliás, não entra na cabeça pq esse tema começou a ser abordado em primeiro lugar! **Eu espero realmente que essa propaganda ideológica sem embasamento nenhum nao passe de um modismo**, se não, só resta deixar o futuro chegar mesmo para as pessoas perceberem a merda que elas estão fazendo com o mundo... [GA SD591]

a revista deixa de ser uma fonte de informação para ser **uma fonte de ideologia macabra**. [GA SD595]

**Conversa de esquerda safada, para isso tem espaço bando de gays que fazem essas matérias para influenciar e enganar.** [FSP SD151]

**Então com isso os esquerdistas querem provar que devemos implantar os kit gay mas escolas ....Ah vao trabalhar !** [FSP SD152]

**A ideologia de gênero é uma afronta a um dos princípios mais fundamentais da estrutura da realidade.** Acreditar nisso é o mesmo que acreditar que o verde é vermelho, que o triangulo é um círculo, que o sim é não e que o verdadeiro é falso." Quando falar a verdade virou preconceito? A "Verdade" está estigmatizada como preconceituosa ´temos que mentir para não ofender??? **Ao tentar "combater o preconceito", revela uma tentativa de doutrinar a sociedade e mostrar às crianças que "ser transgênero é normal".** [FEP1 SD593]

tudo bem cada um escolher a sua opção, em momento algum critiquei isso. **Apenas deixem as crianças serem crianças. Essa cartilha LGBT imposta nas escolas é uma coisa que apenas incentiva a homossexualidade.** [FEP1 SD607]

A série de "reportagens" do Fantástico sobre IDEOLOGIA DE GÊNERO, revela que o jornalismo cedeu espaço para **a agenda ideológica. Uma sórdida propaganda de uma escolha moral** como se fosse uma questão biológica. [FEP2 SD92]

Em resposta a afirmações como essa e a fim de desmistificar esses argumentos e o uso da expressão “ideologia de gênero”, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) publicou um manifesto<sup>50</sup>, assinado por 113 pesquisadores e grupos de estudos de todo o Brasil. Como já aprofundado no quadro teórico desta tese, ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas” sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo. No manifesto, os pesquisadores destacam: “Gênero, enquanto um conceito, identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder”. Os poucos comentários identificados na amostra que argumentam positivamente o fazem justamente procurando explicar e desconstruir o termo:

**A questão não é moral e muito menos biológica. Nossa identidade de gênero é pura imposição social.** Não nascemos homens ou mulheres, somos ensinados,

---

<sup>50</sup> Disponível em:

<[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto\\_Pela\\_Igualdade\\_de\\_Genero\\_na\\_Educacao\\_Final.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf)>. Acesso em julho de 2016.

constante e paulatinamente, a agir de acordo com os padrões de uma ou outra categoria. Mulheres não têm tendência natural para a "delicadeza" ou habilidade em afazeres domésticos, por exemplo, mas a todo instante isto lhe é cobrado. **Existe ideologia de gênero maior que essa? Não percebe que isso sim é "doutrinação"?** [FEP2 SD93]

**"Ideologia de gênero" é um termo inventado por quem tem medo de aceitar as descobertas genéticas, as mudanças sociais e os direitos que estão sendo conquistados por homossexuais e transexuais.** [FEP2 SD94]

Importa sublinhar a produtividade do conceito para identificar mecanismos de reprodução de desigualdades em diferentes contextos, visto que, como se pode detectar nos comentários reproduzidos aqui, muitos acham que uma sociedade ameaçada moralmente necessita de um renascimento dos valores tradicionais: para parte dos leitores, a abordagem da temática pelo jornalismo poderia “fabricar um exército de seres atomizados melhor controlados pelo Estado”, provocar “medo do futuro desse mundo”, “influenciar e enganar”, “doutrinar a sociedade e mostrar às crianças que ‘ser transgênero é normal’” ou ainda, incentivar a homossexualidade.

Que lixo! **Revista puramente ideológica e vendida às agenda marxista!** Bando de pseudo-intelectuais ávidos por destruir as famílias e a sociedade! [GA SD582]

A vá achei que essa revista era científica vem vcs **pregar marxismo cultural**, a sociedade não tem preconceito nem é desinformada por isso não aceita essa farsa de ideologia de gênero homem é homem e mulher é mulher e vcs tbm sabem disso. Vcs querem um país cheio de puta, pedófilos, viado e ladrão **apenas mais uma revistinha cheia de comunistas disfarçados de boa gente** va se fu. [GA SD583]

**Mas esses dias povo da mortadela tavam nas ruas gritando Globo golpista.kkkk agora tão todas pagando pau.** [GR SD254]

Você leu o que eu disse? Independentemente dessa matéria ou de outras, o pensamento é o mesmo. **Esquedopatas acham lindo, batem palmas ao ver uma criança transgênero, mas à contrapartida são contra a redução da maioridade penal pois eles são crianças e não sabem o que fazem.** A ideia do meu comentário é essa. [FSP SD128]

**A rede Globo virou um PROSTÍBULO infestado de esquerdistas (liberais) promíscuos, depravados, pervertidos e criminosos. Ideologia de gênero é CRIME contra as crianças. Boicote total. Deixem nossas crianças em paz malditos esquerdistas !!!** [FEP2 SD97]

Consequentemente, a demarcação da diferença realizada por alguns leitores é crucial no processo de construção das posições de identidade. A forma como eu, leitor, penso, e a forma como eles, os outros, “pseudo-intelectuais”, “comunistas disfarçados de

boa gente”, “mortadelas”, “esquerdopatas” ou “promíscuos, depravados, pervertidos e criminosos” pensam, só ganha sentido por meio da atribuição de diferentes posições em um sistema classificatório sobre as coisas do mundo. Cada cultura tem suas próprias e distintas formas de classificar as coisas e há, entre os membros de uma mesma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificá-las para manter a ordem social.

A expressão “ideologia de gênero” e a associação da pauta sobre identidade de gênero com questões ideológicas estão inscritas historicamente e atreladas aos debates envolvendo a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), no ano de 2015, quando o termo “gênero” ganhou atenção em todo o Brasil. Como mencionado anteriormente, após grande mobilização da bancada conservadora para que o termo não constasse nos novos planos de educação, palavras e expressões aparentemente inofensivas como gênero, identidade de gênero, orientação sexual e educação sexual passaram a receber grande resistência e foram excluídas dos planos nacional, estaduais e municipais de educação. De acordo com Jimena Furlani (apud DIP, 2016, online), há “uma retórica que afirma haver uma conspiração mundial entre ONU, União Europeia, governos de esquerda, movimentos feminista e LGBT para ‘destruir a família’”. Segundo a pesquisadora, essa narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família, acaba por propagar um pânico social e voltar as pessoas contra os estudos de gênero e contra todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, gerando resistência em relação ao uso do nome social, ao direito à identidade de gênero e à livre orientação sexual, por exemplo.

A polarização ocorrida no país após as eleições presidenciais de 2014, que teve vitória apertada de Dilma Rousseff (PT), e os protestos que ocorreram durante todo o ano de 2015 pedindo o seu impeachment<sup>51</sup> também podem ser apontados como importante contexto para que muitos comentários de leitores citem o governo, Dilma e o PT ou a “esquerda” em um sentido político-partidário. Na esteira desses acontecimentos, há a associação da abordagem de um tema como a identidade de gênero a um posicionamento de esquerda, que seria naturalmente ideológico:

Novidades na Galileu: **ESQUERDISMO cancerígeno** desde o primeiro PIXEL da capa até o último centavo de **patrocínio governamental**. [GA SD584]

---

<sup>51</sup> Mais informações em “Manifestações anti-Dilma voltam às ruas do Brasil”. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/16/politica/1439728675\\_375038.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/16/politica/1439728675_375038.html)>. Acesso em out. 2016.

Desde que a **Galileu se tornou revista em prol do governo**, honestamente despencou na qualidade.. eu deixei de assinar a Super Interessante a tempos por ter virado sensacionalista, a Galileu tomou o mesmo rumo... [GA SD594]

tudo q vc sabe está errado. **Em um país q elege Dilma oq se pode esperar?** um país que acredita e defende que talvez dê pra estocar vento, saudemos a mandioca, pois toda criança tem uma imagem por trás que é o cachorro. **Em um país que acredita na lavagem cerebral que o PT consegue fazer, não é de se estranhar que acreditem tbm que mulher não nasce mulher.** a próxima ideia é incluir o cromossomo homossexual pq só macho e fêmea é homofobia por parte da ciência. [GA SD596]

Fala sobre como o Brasil poderia ser tao ou maior que os EUA se **o Pt e o comunismo** nao passassem anos e anos assaltando esse pais... deixa cada um viver sua vida sem ficar espondendo as pessoas [GR SD313]

**Uns com cérebro fem e masc outros com cérebros Petistas** [FEP1 SD638]

**A esquerda aos poucos conseguiu tumultuar o nosso país.** [FEP1 SD639]

Não sou contra afinal são pessoas também mas não admito **o modo de agir q o governo quer implanta nas crianças** afinal sou pai e não quero ninguém falando pós meus filhos que eles pode escolher a opção sexos deles e colocando dúvidas na cabeça deles menina brica de boneca e menino de carrinho ou seja **mídia governo nem pessoas alguma vai falar para meus filhos usar banheiro de menina** . [FEP2 SD107]

É possível inferir que a implementação de políticas públicas voltadas para as minorias, com atenção especial às mulheres, LGBTs e negros durante o governo petista, tenha feito com que a pauta de caráter social seja encarada como algo político-partidário. De acordo com Marques e Mendes (2007), embora tenha favorecido os interesses do capital financeiro nacional e internacional, a política econômica do governo Lula implementou uma série de programas e iniciativas direcionadas aos segmentos mais pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas. Pode-se afirmar que a mesma estratégia seguiu sendo adotada na administração de Dilma Rousseff entre 2011-2014. Essa associação feita pelos leitores sublinha a estreita relação existente entre cultura e poder e o quanto esse campo ainda se constitui como um espaço de lutas e diferenças sociais. Como sublinha Johnson (2010), os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações e as formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e outras opressões, o que configura a cultura como um campo que não é autônomo e nem externamente determinado.

O cenário de forte polarização política do país, que também fica bastante explícito nos comentários dos leitores neste núcleo de sentido, é analisado pelo filósofo Pablo Ortellado em entrevista a Eliane Brum. Ele identifica e aponta dois motivos principais: o aparecimento das “guerras culturais” e a moralização da política. Ortellado explica que

as “guerras culturais” são as disputas geradas pela moralização do debate político. Isso pode ser observado na relevância que temas como casamento gay, aborto e maioria penal recebem atualmente nessa esfera, em detrimento de questões tradicionais de política econômica e social.

Com a moralização da política, o debate perde as referências comuns e se torna apenas o agressivo choque de visões morais de mundo. Essa moralização do debate é reforçada e está entrelaçada com a rivalidade entre os dois grandes partidos políticos brasileiros, o PT e o PSDB, que organizam as demais forças políticas. Como estão bastante organizados e enraizados em diversos setores da sociedade brasileira, cada um deles tem a capacidade de coordenar um discurso unitário. Pouco importa se essa orquestração é fruto da adesão espontânea dos partidários a argumentos e frases de efeito ou se emana como ordem de um centro político. O resultado é que cada partido tem um discurso pronto, fechado e autorreferente que é igual em toda a parte: nas redes sociais, nos meios de comunicação e na conversa cotidiana. (ORTELLADO apud BRUM, 2016, online).

É importante perceber que essa polarização e moralização da política incide diretamente sobre os comentários e até mesmo sobre as cobranças dos leitores acerca da imparcialidade. Ao considerar que o jornalismo está sendo injusto ou parcial ao abordar a temática da identidade de gênero como algo relevante e notório, os leitores moralizam e empobrecem a crítica ao basear sua argumentação numa polarização partidária ou numa suposta ideologia que estaria a serviço de ideais contrários aos valores conservadores.

Na esteira do que aponta Cornu (1994) os leitores parecem perceber a escolha e o enquadramento jornalístico como se estivesse a serviço de um sistema ou de um dogma, que neste caso seria a “ideologia de gênero”. Por meio de termos como “doutrinação”, “propaganda ideológica” e referências a um jornalismo “comprado”, os leitores colocam em xeque o princípio da veracidade e da relevância por meio de um julgamento de importância que também está longe de ser imparcial:

**Devem ter recebido muita grana** pra fazer defesa desonesta da ideologia de gênero... estão até reformando a revista rs [GA SD597]

Essa besteira não existe. **Doutrinação petista pura.** [GA SD603]

péssimo, **foram comprados pelo Pt já?** [GA SD607]

**Proganda ideológica em forma de reportagem. É o #transjornalismo que a gente vê por aqui.** [FEP3 SD123]

**Á doutrinação marxista tá fazendo os brasileiros todos de idiotas msm** [FEP4 SD117]

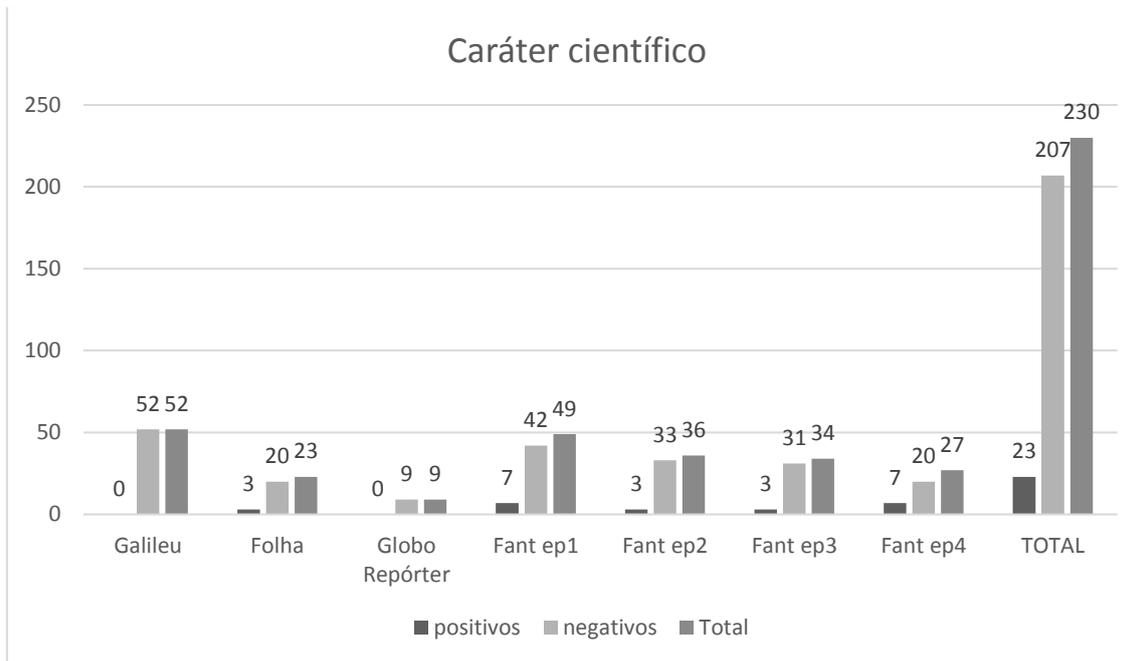
Cornu sublinha que existem várias reconstruções possíveis da realidade, de acordo com a posição de quem observa e interpreta. É o enquadramento dado pelo jornalismo à experiência de uma situação social e a ênfase dada a certos aspectos da realidade que promovem uma “orientação estruturada” (HACKETT, 1993) sobre determinadas temáticas, orientando a uma ideia de mundo. A credibilidade jornalística estaria ancorada, assim, na noção de que a notícia é o fluxo do ato de informar, estabelecida numa zona de tensão entre uma reflexão ética interrogativa e crítica e a deontologia profissional. A percepção dos leitores de que as reportagens da amostra estariam sendo tendenciosas, destoando a favor de algo ou de alguém (a esquerda, o governo, o PT), colocando em risco o princípio da veracidade por aliar-se a uma “ideologia” político-partidária, são frutos de uma percepção binária e polarizada da realidade que parece muito mais inclinada ao fechamento da discussão do que à abertura e complexificação do tema ou de uma discussão democrática acerca dos valores e princípios da profissão.

#### *4.2.3 Em razão do caráter científico*

Os sentidos agrupados neste núcleo advêm de 171 comentários que se utilizam do argumento de cientificidade, tanto para questionar (135) quanto para legitimar (36) o jornalismo. As manifestações contrárias contestam o caráter científico das publicações ou das fontes e desqualificam a ciência que estuda gênero como algo menor e sem validade; os comentários elogiosos que aludem a ciência, em sentido oposto, legitimam a discussão sobre a temática e a própria revista pelo mesmo viés.

Como pode ser observado no Gráfico 11, todos os cases analisados apresentaram a maioria das recorrências negativas, que totalizam 90% da amostra. A revista Galileu e o Globo Repórter registraram a totalidade de comentários voltados para a deslegitimação do jornalismo a partir deste sentido:

**Gráfico 11: panorama quantitativo do núcleo Caráter científico**



Fonte: a autora

Parte dos comentários que procuraram deslegitimar o jornalismo argumentaram depreciando a abordagem, os veículos ou a temática abordada. Na mesma direção, alguns leitores realizaram a defesa, referindo-se principalmente à escolha da temática ou ao viés científico da abordagem:

**Cultura pra vcs é ignorar a ciência e acreditar numa reportagem baseada em "ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS"....Fala sério!** [FEP2 SD83]

O Brasil é irrelevante no mundo e **não tem um Prêmio Nobel sequer não é à toa. Olha o nível das revistas de "ciência"...** [GA SD543]

Mas que LIXO! **Uma revista que deveria ser de ciência e cultura expondo um tema que vai na contramão de todas as pesquisas e evidências científicas e que não possui status sequer de hipótese!** [GA SD547]

tem ctz?? **identidade de genero é uma das teorias mais absurdas q ja vi ser defendida... eu respeitava essa revista, até ver essa edição.** [GA SD557]

É isso aí, galerinha: **não é "ideologia", é CIÊNCIA.** Ótima matéria de capa pra uma revista de divulgação científica! Parabéns, Galileu! Show de bola! #ScienceBitch [GA SD546]

Capa linda! Fotografia linda! Matéria linda! **Ciência também pode discutir gênero e questões sociais, não há nada de errado nisso.** E aos ignorantes, já passou da hora de se inteirar nos assuntos e parar de manifestar o ódio gratuito. [GA SD554]

**Por isso cada dia q passa eu gosto mais da ciência. Nela não existe a arrogância do "ponto final". [FEP1 SD540]**

Alguns leitores se detiveram em questionar o caráter científico e a credibilidade das fontes, colocando em questão o depoimento e afirmações dos entrevistados, questionando sua seriedade, classificando as afirmações como opinião de uma “minoria”, temerárias e sem “fundamentação biológica”:

**não é porque o cara tem um diploma que é o dono dá razão.** E foi bem isso que eu disse, é psicológico, não biológico, e **pode perguntar pra qualquer psiquiatra (sério, é claro), crianças são muito mais vulneráveis psicologicamente**, com quatro anos você converse a criança de fazer o que você bem entender, não se pode levar a sério tudo que uma criança pensa, se não irá crescer um adulto que acha que tudo que ele pensa é lei, é que sua vontades são irrevogáveis. [FSP SD278]

cara a ciência diz que existe homem e mulher... **o fantastico colocou a opiniao de 1 cientista/medico na reportagem, eu posso te garantir que ele é minoria e que a maioria esmagadora dos cientistas dizem o contrario..** se é para ir pela ciencia essa ideologia de gênero é uma grande furada [FEP1 SD573]

[...] **acho bastante temerária a afirmação do médico sobre a fundamentação biológica para o assunto ! Uma afirmação que necessitaria de fontes científicas para tal . Sua especialidade ( psiquiatria) não lhe dá lastro para essa afirmação de caráter genético etc.** Ainda que o mesmo tenha total respaldo e gabarito em sua área clínica de atuação com o delicado assunto [...] [FEP1 SD572]

**Psiquiatras deveriam ajudá-la a entender que ela é menina e não guia-la à mentira.** Transtornos são para serem tratados e não aceitos. [FSP SD 281]

Os comentários que se posicionaram no sentido de legitimar o jornalismo também exploraram o caráter científico das fontes, endossando o lugar de credibilidade e notoriedade dos entrevistados ao ressaltar atributos acadêmicos e profissionais e considerando que a “explicação” científica vinda de um médico/especialista é mais confiável do que os comentários de outros leitores que sequer leram/assistiram as reportagens:

**Ta querendo discutir com um médico pós doutorado que estudou a vida inteira pra dizer o que ele está dizendo???** [FEP1 SD543]

**O médico da matéria deixou muito bem explicado não gostou vai discutir com a ciência** [FEP1 SD562]

só é psicólogo de verdade e sem aspas se concordar com a sua noção de mundo, né? faz-me o favor! **galera estuda anos e anos as coisas, faz congresso, debate, pra vc vir e falar uma bobagem dessas!** vai ler qq a psicologia tem pra falar sobre transexuais antes de passar vergonha desse jeito [FSP SD 241]

Sabe, por **isso TODOS deveriam assistir quando passam reportagens sobre este assunto na tv**. Se vcs tivessem assistido, **veriam o médico dando a explicação científica sobre como nasce uma criança transgenero**. Não é aberração, ela apenas nasceu assim. Ou vcs acham que é uma escolha? Não é! Não existe opção sexual, a pessoa não escolheu passar por preconceito, agressões, pressão da família. Simplesmente É. E nada muda na minha vida a forma como outra pessoa escolheu viver e se relacionar. [GR SD115]

**Gente quanto especialista em comportamento humano comentando aqui e com autoridade. Onde vocês conseguiram os CRP's e CRM's ?** [FSP SD243]

você pode ser considerado acéfalo, ou no mínimo, muito burro. Aposto que sequer vê o quadro e veio aqui destilar seu preconceito por puro prazer de menosprezar e desrespeitar uma realidade que não vive, e que se vive, provavelmente não respeita. No primeiro episódio desse quadro **foi dada uma explicação CIENTÍFICA e MÉDICA para o que acontece com as crianças transgêneros** e o porquê, então tente se inteirar do assunto antes de falar sobre o que não sabe. [...] [FEP2 SD81]

**mas teve explicação de especialista, médico, psiquiatra...** Todos eles sabem muito mais de biologia que você. Será que nem assim seu intelecto conseguiu assimilar? [FEP2 SD85]

Considerando a ciência como uma forma de conhecimento que busca a verdade (DA SILVA, 2010), pode-se afirmar que os comentários, tanto contrários à publicação quanto aqueles a favor, não realizam uma reflexão contextualizada e não levam em conta algumas implicações naturais ao conhecimento científico. Os leitores parecem não considerar que a ciência é produzida em uma época determinada e que o cientista (suas concepções de mundo e as teorias científicas que daí resultam) e a sociedade (os sujeitos e suas relações humanas e sociais) são permeados por subjetividades.

Retomando os elementos do contrato de comunicação, o “como se diz” pode auxiliar na compreensão desta convocação da ciência, tanto para legitimar como para deslegitimar o jornalismo. Esse último elemento do contrato refere-se a uma série de estratégias discursivas que procuram garantir o efeito de verdade e a credibilidade de quem enuncia. Utilizando-se de rituais estratégicos (TUCHMAN, 1993), os jornalistas buscam a objetividade para se defender das críticas e angariar confiabilidade. Isso inclui métodos rigorosos de apuração, muitas vezes amparados na ciência (FRANCISCATO, 2006), o cruzamento de fontes, a pluralidade de versões e a busca pela voz dos especialistas. Por meio destas estratégias discursivas, o jornalismo procura garantir o efeito de verdade daquilo que enuncia. Classificar a ciência produzida no país, a ciência que estuda a identidade de gênero ou ainda a abordagem jornalística com viés literário como algo menor e sem valor, a fim de tensionar a credibilidade do jornalismo, desestabiliza o efeito de verdade pretendido pelos veículos. O jornalismo busca

credibilidade por meio da ciência porque precisa convencer seu “interlocutor de que a narrativa corresponde a ‘verdade’, ainda que esta seja de fato uma construção subjetiva” (BENETTI, 2008, p. 12).

Nessa direção, Hall et al (1999) sublinham a preferência que os meios de comunicação costumam dar aos “definidores primários”, seguindo uma espécie de hierarquia de credibilidade em que aqueles com o estatuto social mais elevado têm suas considerações mais bem aceitas, mesmo nos temas mais controversos. Prova disso é que todas as reportagens analisadas nesta tese trouxeram como fonte algum especialista da área médica, como psiquiatras e endocrinologistas. Ainda que muitas das abordagens tenham procurado humanizar a pauta e sair do caráter puramente biológico a partir do qual o tema costuma ser tratado, as fontes primárias escolhidas para dar o tom de credibilidade aos novos mapas apresentados foram da área médica. De acordo com Hall et al (1978, p. 58), isso acontece porque essas fontes “possuem informações mais especializadas em temas particulares que a maioria da população”, por isso são fontes autorizadas e consideradas objetivas. As fontes “especialistas”, citadas pelos leitores em seus comentários - tanto para legitimar como para colocar a credibilidade jornalística em questão - sustentam uma credencial de legitimidade neste cenário onde o consenso está sendo negociado e debatido.

Como pontua Tuchman (1993), as regras, fórmulas e valores-notícia são fundamentais para o trabalho do jornalista, visto que a narrativa se elabora a partir de fatos, estruturas e códigos culturais já conhecidos. Como uma forma de conhecimento socialmente construída, o jornalismo sistematiza um efeito de imparcialidade por meio do afastamento do juízo do repórter, deslocando a factualidade para uma narrativa associada, através da palavra das fontes. As fontes são sempre o ponto de origem e são os seus depoimentos que validam a construção do enquadramento das narrativas. Sua legitimidade, autoridade e respeitabilidade advêm do capital cultural, que depende da posição ocupada pela fonte institucionalmente (SCHLESINGER, 1992 apud SANTOS, 1997).

O psiquiatra Alexandre Saadeh, coordenador do Ambulatório de Transtorno de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria da USP, por exemplo, participou como fonte em três das reportagens sobre identidade de gênero investigadas nesta tese: no programa Globo Repórter, na Folha de S. Paulo e no primeiro episódio da série Quem sou Eu, veiculada pelo Fantástico. Fonte inquestionável devido à posição institucional que ocupa, o depoimento de Saadeh foi complementado por outras

fontes da área médica. O Globo Repórter convocou o também psiquiatra Saulo Vito Ciasca; o Fantástico, ao longo dos quatro capítulos da série, contou com a endocrinologista Leandra Steinmetz, do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas, a endocrinologista Karen Seidel, o urologista Eloísio Alexandro e a psicóloga Clarice Cezar Cabral; a Folha contentou-se apenas com o depoimento de Saadeh; e a revista Galileu foi o único veículo a adotar uma perspectiva diferente, dando ênfase a fontes com reconhecimento acadêmico em outras áreas além da médica. A revista adotou fontes como o biólogo escocês Patrick Geddes, o sexólogo norte-americano Thomas Laqueur e Wilker Cerqueira, cientista jurídico especializado em direitos humanos. Percebo assim que a busca por credibilidade acaba levando muitas vezes os jornalistas aos mesmos caminhos. Não questiono a escolha por trazer fontes da medicina para explicar sob esta perspectiva a identidade de gênero, mas sim a ausência de fontes de outras áreas do conhecimento a fim de localizar socialmente as identidades e vivências dos indivíduos transexuais. Com exceção da Galileu, antropólogos, sociólogos e demais estudiosos da área não foram considerados fontes legítimas ou credíveis para apresentar os novos mapas de significado aos leitores. Essas escolhas e silenciamentos nos dão pistas sobre uma episteme que hierarquiza saberes e formas de conhecer e segue atuando, em grande medida, também no espaço jornalístico.

Como princípio de controle presente nos comentários que se posicionaram de forma contrária à abordagem da revista, questionando seu caráter científico, identifica-se a vontade de verdade (FOUCAULT, 1971) como um sistema de exclusão que se apoia sobre um suporte institucional: “a ciência é uma forma de domínio, de apropriação. Este domínio, quando justificado, isto é, quando válido epistêmica e socialmente, expressa poder que se pretende verdadeiro” (DA SILVA, 2010, p. 50). O modo como o saber científico é aplicado, valorizado e distribuído na sociedade legitima historicamente a ciência como modo de conhecimento e produção de verdades, o que torna possível identificar nos comentários de leitores tanto o desejo de tornar fixo e eterno aquilo que está em permanente mudança como, em outros comentários, o desejo de legitimar essa mudança pelo mesmo viés. Enquanto alguns leitores apontam que “não é porque o cara tem um diploma que é o dono da razão” ou que a “opinião de 1 cientista/médico na reportagem” não seria o suficiente, procurando deslegitimar as fontes jornalísticas, outros leitores apelam justamente para o argumento científico para legitimá-las frente a outros leitores. Afinal, “um médico pós doutorado que estudou a vida inteira” ou “uma

explicação CIENTÍFICA e MÉDICA” tem caráter de verdade incontestável. Como diz um leitor [FEP1 SD562]: “não gostou vai discutir com a ciência”.

Por fim, muitos comentários procuraram deslegitimar a pauta jornalística demarcando a patologização das identidades transexuais. Um leitor aponta que a “mudança de sexo” não é tão simples como fez parecer a reportagem e recomenda a leitura de “artigos científicos sobre o tema”; outros sugerem que a ciência deveria estudar as causas do “transtorno” para corrigir a “anomalia” já no útero ou ainda, “tratar com vacinas as pessoas ainda antes de engravidarem”; há ainda os que relembrem a DSM-5 e o fato de a transexualidade ser classificada como patologia no Catálogo Internacional de Doenças:

Sobre a questão de **mudança de sexo: estudo psicologia e não é tão simples como pode parecer**, principalmente em crianças. **Não quero polemizar, mas leiam artigos científicos sobre o tema.** Depois da mudança, a inquietação interna não passa. É mais complexo do que a matéria mostrou, ela foi preparada para esclarecer mas talvez pela falta de tempo, não contemplou as consequências reais, **não aprofundou com especialistas.** [GR SD100]

**Se permitissem a CIÊNCIA estudar as causas do transtorno de gênero e do homossexualismo, haveria a opção dos pais ainda no ÚTERO optarem por corrigir a anomalia** que causa essa rejeição ao órgão sexual de nascimento. As crianças não nasceriam mais padecendo disso e seriam MUITO MAIS felizes. [FSP SD238]

Isso mesmo. Você viu pesquisas que mostram "mais do mesmo". São questionários para os indivíduos falarem como se sentem, como se comportam, como eram na infância. Eu tô falando de estudo de genes, de cromossomos. Estudar o cérebro **como fazem com autistas, com portadores de outras síndromes.** Estudar os pais, os irmãos. Estudar ocorrências durante a gestação. Causa hormonal na mulher, fatores externos, estudo de causa efeito. **Haveria a necessidade de se tratar com vacinas as pessoas ainda antes de engravidarem. Assim as chances de nascerem transgênero seria mínima, quase extinta.** [FSP SD262]

**Procure algo que chama Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, DSM-5.** Só irei lhe dizer isso :) Sou estudante de saúde mental. Sei perfeitamente onde existe conteúdo correto de se estudar. [FEP1 SD577]

gente é simples . **transsexualidade é doença da mente sim , diagnosticada !** ppor mais que a pessoa queira ela não é mulher ! a família pode amar sim até porque a pessoa esta doente mas incentivar o progresso de uma doença acho errado , amar uma pessoa não significa concordar em tudo que ela fizer. [FEP3 SD114]

eu so tenho a dizer a humanidade , que mesmo se algo fizesse a cabeça das pessoas entenderem que realmente esses trans sao do sexo que eles pensam ser , e nao do jeito que realmente sao , tera um problema eterno para eles , que sera serem do sexo que querem de forma plena , mesmo passando por todo as as intervenções , e os héteros de vdd nunca os aceitarão para ter uma vida conjugal , e **ainda para os psiquiatras os transgêneros sao doentes .** [FEP4 SD152]

Apesar do movimento global de combate à patologização das identidades trans<sup>52</sup>, parte dos leitores classificaram a transexualidade como anomalia, síndrome ou doença. Isso ocorre principalmente porque essas identidades ainda constam na lista das patologias da Organização Mundial da Saúde (OMS). Criada em 1948 pelas Nações Unidas (ONU), essa classificação é utilizada pelos países membros da ONU como referência na elaboração de políticas públicas de saúde. Mesmo já tendo sofrido dez revisões ao longo da história, com a exclusão e inclusão de doenças, a transexualidade permanece sendo catalogada na seção **F64—Transtornos da identidade sexual**. A transexualidade também permanece classificada como transtorno pelo DSM (*Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*) da APA (*American Psychiatric Association*). Importa lembrar que a exclusão da homossexualidade do Catálogo Internacional de Doenças (CID) só ocorreu em 1990.

Nessa direção, a psicanalista Márcia Arán (2006) discute como o discurso sobre a transexualidade se dá no campo da psiquiatria e da psicanálise a partir de uma concepção normativa dos sistemas de sexo-gênero e do dispositivo da “diferença sexual”:

O discurso atual sobre o transexualismo na sexologia, na psiquiatria e em parte na psicanálise faz desta experiência uma patologia – um “transtorno de identidade” — dada a não-conformidade entre sexo biológico e gênero. [...] Nota-se que nestas teorias, o que define o diagnóstico de transexualismo é uma concepção normativa seja dos sistemas de sexo-gênero, seja do dispositivo “diferença sexual”. Ambas estão fundadas numa matriz binária heterossexual que se converte em sistema regulador da sexualidade e da subjetividade. (ARÁN, 2006, p. 50).

A autora realça que nas diversas teorias que abordam esta questão parece haver um aspecto consensual: o de que na transexualidade haveria uma incoerência entre sexo e gênero. Esses discursos seguem constituindo certas existências como "anormais" e estabelecendo modelos de suposta coerência entre sexo biológico e gênero cultural como marco de normalidade e saúde. Nessa mesma direção, Bento e Pelúcio (2012, p. 570) apontam os “esforços universalizantes empreendidos por determinadas áreas de saber para a consolidação de verdades sobre os corpos, os gêneros e os desejos”. As autoras questionam o argumento da autoridade científica para defender o diagnóstico de gênero alegando, por exemplo, que não existe qualquer teste diagnóstico específico ou exame

---

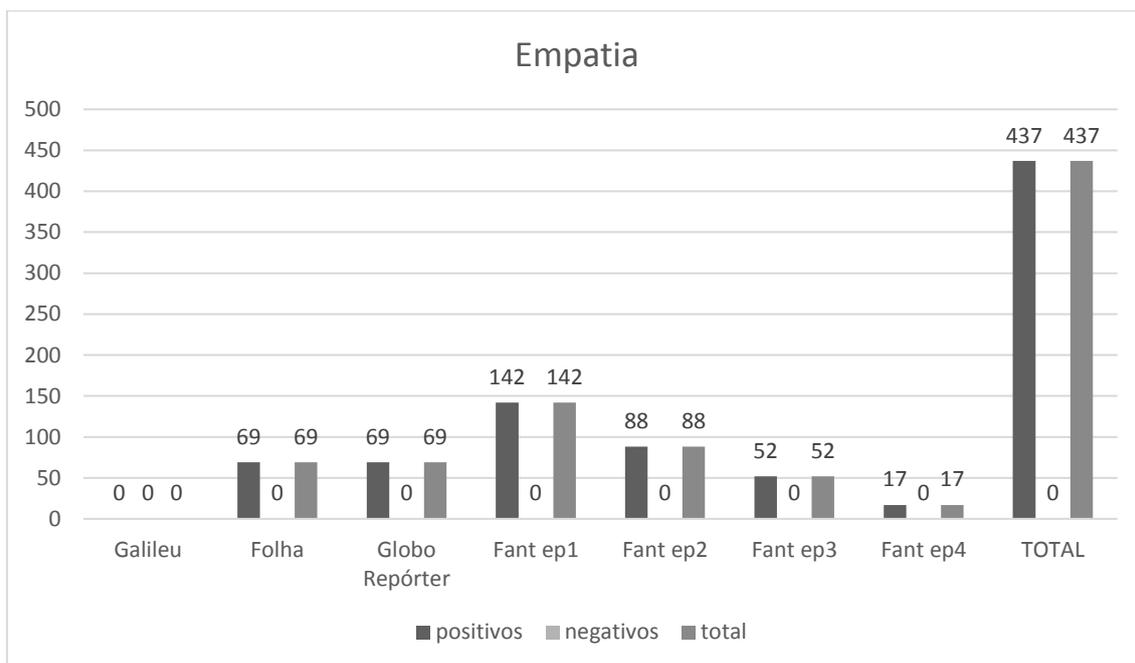
<sup>52</sup> Para mais informações, acesse o blog do movimento “Stop Trans Pathologization”: <[www.stp2012.info/old/it/noticias](http://www.stp2012.info/old/it/noticias)>. Acesso em: dezembro de 2017.

clínico para identificar o Transtorno da Identidade de Gênero. Além disso, sublinham que a formulação desses códigos é realizada por “um grupo fechado de especialistas orientados pelos preceitos heteronormativos” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 578), que têm fundamentado a ciência ocidental moderna. Assim, “os espectros de descontinuidade e incoerência que se transformam numa patologia são, desta forma, apenas concebíveis em função deste sistema normativo” (ARÁN, 2006, p. 50), sendo a cientificidade uma falácia na patologização das identidades trans.

#### 4.3 Empatia e o surgimento de novas vozes

Após o exame de qualificação da tese, documento no qual havia investigado apenas os comentários de leitores direcionados à reportagem da Revista Galileu em um projeto-piloto, passei a analisar as manifestações de leitores referentes às outras reportagens do *corpus*. Percebi, numa primeira leitura, que os núcleos de sentido que havia encontrado na primeira análise estavam se repetindo em maior ou menor grau nos outros cases da amostra. Porém, fui surpreendida pelo aparecimento de um novo sentido que se apresentava cada vez mais numeroso, voltado a validar os mapas de significado e também a legitimar o jornalismo, os jornalistas e os veículos que colocaram as reportagens em circulação. Como ilustra o Gráfico 12, o núcleo de sentido nomeado como Empatia agrupa apenas comentários de leitores que argumentaram empregando aspectos positivos, totalizando 100% da amostra e ausente apenas no case da revista Galileu. Foram contabilizados 437 comentários de leitores neste grupo, sendo sua incidência mais numerosa no primeiro episódio da série “Quem sou eu”, do Fantástico, que registrou 142 recorrências.

**Gráfico 12: panorama quantitativo do núcleo Empatia**



Fonte: a autora

De acordo com a filósofa estadunidense Martha Nussbaum (2001), a empatia é a capacidade do indivíduo de perceber, imaginar e reconstruir, em sua própria mente, a experiência do outro. A autora destaca que o termo tem sido empregado para se referir à “reconstrução imaginativa da experiência de outra pessoa”<sup>53</sup> (NUSSBAUM, 2011, p. 405, tradução minha), sem designar, no entanto, juízo de valor dessa experiência.

Frente a complexidade e ambiguidade do termo, o psicólogo social Daniel Batson (2009) sistematizou oito fenômenos aos quais o termo empatia vem sendo associado nas pesquisas e estudos realizados em diferentes áreas do conhecimento. Devido às constantes traduções advindas de diferentes idiomas e à similaridade de conceitos como pena, piedade, misericórdia, simpatia e compaixão, a empatia recebe diferentes sentidos. No seu levantamento, o autor sistematizou oito deles: 1) conhecer o estado interno de outra pessoa, incluindo seus pensamentos e sentimentos; 2) adotar a postura ou corresponder às respostas neurológicas do outro observado; 3) sentir o que outra pessoa sente; 4) projetar-se na situação do outro; 5) imaginar como o outro pensa e sente; 6) imaginar como eu pensaria ou me sentiria na situação do outro; 7) sentir angústia ao ver o sofrimento do outro; 8) sentir o que o outro que sofre está sentindo. Para o psicólogo, todas as pesquisas que abordam a temática da empatia estariam intencionando responder

<sup>53</sup> No original: “imaginative reconstruction of another person's experience”.

duas perguntas: “Como podemos saber o que o outro está pensando e sentindo? O que leva uma pessoa a responder com sensibilidade e atenção ao sofrimento do outro?”<sup>54</sup> (BATSON, 2009, p. 3, tradução minha).

Vários destes sentidos apontados por Batson podem ser identificados nos comentários de leitores analisados neste núcleo de sentido. Alguns leitores expressaram empatia ao se projetar na situação das personagens retratadas nas reportagens, ao imaginar como pensam ou sentem estas pessoas, ou ainda, ao imaginar como pensaria ou se sentiria na situação do outro. Destaco que muitos leitores sublinharam o seu lugar de fala, evidenciando que também já sofreram preconceito (por ser cadeirante ou por ser gay, por exemplo) e muitos realizaram o deslocamento empático ao se colocar no lugar das personagens retratadas nas reportagens. Os apelos de muitos centram-se em se colocar no lugar do outro e também em provocar a empatia em outros leitores: “imagina o sofrimento dessa mãe”; “Fácil de entender? Não. Imagina para uma mãe”; “Se coloca no lugar desses pais. Acha que é fácil?”; “olho pro meu filho e me ponho no lugar desse pai”. Outros relembram que a maioria das pessoas não “viveram uma situação como daquela mãe e daquele pai” e que essa vivência “Deve ser um dor...imensa!!!”, como expressam as SDs a seguir:

De verdade, achei o programa sensacional, super humano! Amei todas as histórias! Não consigo entender, nem aceitar que algumas "pessoas" tenham a capacidade de odiar tanto alguém que nunca fez mal pra ela, só pelo simples fato de ser diferente. **Eu já sofri preconceito, não que eu pertença aos LGBTs, mas pelo fato de ser cadeirante.** Porém, nada do que eu enfrentei se compara ao que essas pessoas passaram. **O que queremos** é só RESPEITO, nada mais que isso. Deus não apóia a homofobia ou qualquer outra forma de preconceito. Preconceito é crueldade, não importa a sua natureza! [GR SD55]

**Imagino o sofrimento dessa mãe. Primeiro ao entender seu filho. Depois lidar com nossa sociedade.** Desejo muita luz e paz para essa família. Antes de qq coisa, devem ser respeitados. Boa sorte. Boa luta [FSP SD43]

A criança é acompanhada pelo Instituto de Psiquiatria do Hc da USP, mas tem gente aqui que sabe muito mais que todos esses médicos e pesquisadores que estudam esses casos há anos. **Fácil de entender? Não. Imagina para uma mãe.** Eu mesmo sem entender, respeito. **E como mãe imagino o quanto essa mulher sofre e acho que só uma mãe de verdade enfrentaria toda uma sociedade preconceituosa e arcaica pela felicidade do filho.** seria mais fácil ela não ter que expor nada disso é evitar esses julgamentos. Fico em dúvida se as pessoas lêem as matérias realmente, ou se só querem julgar e fazem isso de acordo com a manchete [FSP SD62]

---

<sup>54</sup> No original: “How can one know what another person is thinking and feeling? What leads one person to respond with sensitivity and care to the suffering of another?”

Por mais que se esclareça, sempre tem aqueles preconceitos. **Se coloca no lugar desses pais, acha que é fácil? Não é. Respeite.** Se tiver alguém na sua família? Vai fazer o que? [FEP1 SD330]

Quanta tristeza..em algumas palavras de **peessoas, q com, certeza jamais viveram uma situação como da quela mae...hi da quele pai.** Penso eu...com,minha devida ignorancia...q **ver um,filho(a) Sofrendo...com preconceito das pessoas com o discaso..da,sociedade...para com,seus filhos(as) Deve ser um dor...imensa!!!** [FEP1 SD352]

Você nunca vai entender, nem eu! Sabe por quê? Nós não somos transgêneros isso vai além da nossa capacidade de imaginação, assim como você nunca vai entender meu sentimento de ser gay. **É difícil nos colocarmos no lugar dos outros quando não podemos sentir o que o outro sente. A dor, o sofrimento é algo comum, dá pra imaginar.** Agora amar uma pessoa que é do mesmo sexo é algo para seletos, logo muitos não podem se pôr no lugar e entender e é por isso que precisamos ir além, ir além é apenas para aqueles que possuem um amor elevado capaz de entender que somos diferentes e que cada um é dono do que faz, então nos resta respeitar e se der ouvir e entender. [FEP2 SD425]

**vamos lá.Primeiro que ngm opta nascer dessa forma.. vc acha que eu optaria nascer gay se soubesse todo o preconceito, e toda hostilidade que um gay sofre? Nunca!** Então, não me diga que é vontade própria por que não é. Ngm troca de orientação sexual como troca de roupa. Hj eu sou gay, amanhã vou optar por ser hétero e depois de amanhã bi, é isso? Segundo, vc está confundindo, não é homofobia, é transfobia. Terceiro, entenda que existe uma diferença enorme entre identidade de gênero e orientação sexual. Quarto, acho que vc já faz, respeitar, mesmo não concordando, isso já basta. Vc só não tem o direito de atacar algo ou alguém pq não concorda que ela seja diferente. [FEP2 SD486]

**Difícil olho pro meu filho e me ponho no lugar desse pai. Não é fácil mesmo uma situação dessas.** Mas prevalece o amor. [FEP3 SD89]

Muitos comentários empregaram o termo “empatia” em sua argumentação, convocando outros leitores a “mais amor, mais respeito, mais empatia” e a “conviver com as diferenças”, visto que “só o amor e a empatia realmente unem pessoas, povos, famílias”. O termo foi associado à religiosidade, classificado como “um dos maiores dons do ser humano” e também associado à “cidadania e inclusão”:

[...] Deus é amor, então não coloque o nome dele em vão pra justificar o que nao compreendem, **a empatia é um dos maiores dons do ser humano, pena que as pessoas não sabem usar isso**, o que importa se outro é hétero, homo, bi, trans? não vai mudar nada na sua vida, então **a felicidade do nosso próximo deveria ser nossa felicidade**, isso sim é amor que Jesus tanto pregou pra nós, mas independente de religião ou de qualquer outra coisa, **mais amor, mais respeito, mais empatia...** O programa está de parabéns por essa reportagem, **conheço de perto o sofrimento de pessoas que passam por isso** e sabe o que eu faço? Eu os amo, mesmo que eu nunca tenha visto na vida, porque **eu divido a dor deles como se fossem minhas tbm**, então quem não tem como agregar nada bom na vida de ninguém não julgue tbm. "Quando a alegria de outra pessoa for sua alegria também, você entenderá o significado de amar".[FEP3 SD67]

**Se por um min as pessoas se colocassem no lugar da outra pra vê como uma.pessoa se sente aposto que rapidinho mudariam.** Gente não somos uma

ilha precisamos conviver com as diferenças. Onque **isso importa na sua vida se trata de cidadania e inclusão custa ter um pouco de empatia!** Pfvr ninguém e obrigado a seguir seus moldes não sua religião, dogmas e preceitos. [GR SD7]

Problema do adulto é subjugar a criança. Tem coisas **que a gente tinha muito mais empatia entendimento quando era pequeno!** [FSP SD16]

Parabéns pelo programa , **só o amor e a empatia realmente unem pessoas, povos, famílias** s2 Que essa mensagem de amor invada os lares e os corações deste Brasil. Forte abraço [GR SD17]

O psicólogo americano Paul Ekman (2011), pioneiro no estudo das emoções, e os criadores da Programação Neurolinguística (PNL), Richard Bandler e John Grinder (2004), acreditam que o mecanismo de acionamento emocional por experiências empíricas, lembranças e também pela imaginação seria a base de uma pré-disposição inata dos seres humanos à empatia. Para Ekman, a capacidade de se colocar no lugar do outro e de sentir pelo outro diante de uma história assistida, narrada ou escrita se dá devido a uma reação empática natural dos seres humanos:

A pessoa não precisa ser nossa amiga para que sua falta de sorte desencadeie nossa reação empática. Pode ser um estranho completo, que pode nem sequer estar em nossa presença. Podemos vê-lo na tela da tevê, ou em um filme, ou ler sobre, em um jornal ou livro. Embora não haja dúvida de que podemos nos emocionar com leitura apenas, é surpreendente que algo que surgiu tão tarde na história da nossa espécie – a escrita – possa gerar emoções. Imagino que a linguagem escrita seja convertida em sensações, visões, sons, cheiros ou até sabores em nossa mente e, depois que isso acontece, essas imagens são tratadas como qualquer outro evento pelos mecanismos de avaliação automática, para originar emoções (EKMAN, 2011, p.51).

Nessa concepção, existe uma aprendizagem emocional que se dá pela empatia, que permite adquirir conhecimento por meio da experiência do outro. Pressupor a significação ou ressignificação que muitos leitores realizaram através de um movimento empático provocado pelas reportagens significa contrapor a afirmação cartesiana de que o ser humano é, em essência, um ser racional. É nessa direção que Humberto Maturana (2009) enfoca o processo histórico e cultural que desvalorizou a emoção, cegando nossa percepção em relação ao entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção e para o fundamento emocional de todo o sistema racional. Para o autor, “todo o sistema racional tem um fundamento emocional” (MATURANA, 2009, p. 15).

As considerações de Ekman e Maturana são aplicáveis aos comentários de leitores, que fizeram questão de destacar sua emoção em relação às reportagens,

afirmando que tiveram que “segurar o choro”, choraram de emoção ou se declararam extremamente emocionados, como ilustram as SDs a seguir:

**Tive que segurar o choro** quando o Luan falou da gratidão de não ter sido abandonado pelos amigos. Com certeza eles foram essências para que ele tivesse coragem pra enfrentar tudo! [GR SD6]

Que famílias lindas **chorei de emoção** [GR SD11]

**Extremamente emocionada!!!! Lágrimas de tristeza** por ver tantas pessoas sendo tratadas como "bichos" **♥ e ao mesmo tempo lágrimas de emoção** por constatar que existem PAIS nesse País que buscam entender o sofrimento de seus filhos e os apoiam♥♥ #Humanidade [GR SD51]

Que mãe! **Tô chorando aqui!!** [FSP SD32]

Uma reportagem maravilhosa, **chorei ao ver a pequena Melissa falar** abertamente e com tanta naturalidade uma coisa que muitos adultos ainda não conseguem entender. [FEP1 SD282]

**Eu amei. Me emocionei...** Sou mãe e imagino como foi para uma família lidar com a situação. História linda da Melissa, menina linda! Deus abençoe essas famílias. **Foi muito emocionante!** [FEP1 SD409]

Parabéns por abordar o tema da identidade de gênero com tanta sensibilidade. Gostei bastante da metáfora da "Alice no país das maravilhas" como fio condutor da narrativa. **Hoje fiquei bem emocionado com o depoimento da Andreia.** Torço para que a discussão sobre o assunto possa alcançar cada vez mais pessoas. 🙏 [FEP2 SD426]

**Nossa fiquei emocionada com o pai....**Meu Deus não sabemos o que é isso??? O que é viver assim... **Nossa chorando. Muito confuso pra mim** que sou leiga, mãe, cristã [FEP3 SD131]

Muitos leitores também assinalaram em seus comentários o processo de aprendizado que se deu através da realização do movimento empático acionado pelas reportagens. Muitos declararam “entender melhor” e “aprender muito”, agradeceram a “ajuda para esclarecer dúvidas” e “perceber que tudo muda”, que “somos preconceituosos” e admitiram que “não entendia(m) como era” e que “é bem complicado para algumas gerações compreender identidade de gênero”. As SDs demonstram que as reportagens de alguma forma auxiliaram nesse movimento de aproximar-se da realidade do outro por meio da informação aliada à emoção:

**Na minha idade é muito difícil, mas assisti e deu pra entender melhor** quem não tem na família? Que sejamos todos felizes. [GR SD35]

Adorei olhar este globo reporter, pois **sempre ajuda a esclarecer duvidas. A entender que tudo munda principalmente as pessoas.** Elas vão a luta muito legal... por seus objetivos e passam por cada dificuldades e preconceitos só algo superior para ajudar. Muito legal [GR SD64]

Um quadro realmente fantástico! **Vou aprender muito. Quanto mais informação, melhor. É inegável que isso é realidade e que acontece.** Espero que os fatos comecem a mudar, para melhor, com a divulgação, a clareza e as informações transmitidas. Parabéns pela iniciativa. [FEP1 SD393]

Achei a reportagem bem legal .. **Somos tão preconceituosos sem mesmo buscar saber o que é de fato pessoas trans .. São pessoas que as vezes sofrem .. passam por problemas psicológicos e tal .. muito triste** ..mas de fato. Família e tudo na nossa vi da ... esse é o maior apoio ... [FEP3 SD35]

**Eu para falar a verdade não entendia como era. E o esclareceu muito.** Obrigada pela materia. [FEP4 SD222]

Jamais faria isso. Não julgo para não ser julgada. Essas questões devem ser entendidas através do diálogo, **é bem complicado para algumas gerações compreender identidade de gênero, mas o mundo muda todo dia, cabe a nós abirmos a cabeça para entender as coisas que até ontem eram estranhas e hoje são a realidade e a vida de outrem.** [FEP4 SD227]

Em consonância com o pensamento de Ekman, que defende a nossa capacidade inata para a empatia, o filósofo australiano Roman Krznaric (2015), que passou mais de doze anos estudando a capacidade empática do ser humano, também acredita que somos criaturas com tendência à cooperação social e ajuda mútua:

Neurocientistas identificaram em nosso cérebro um “conjunto de circuitos de empatia” com dez seções que, se danificado, pode restringir nossa capacidade de compreender o que outras pessoas estão sentindo. Biólogos evolucionistas mostraram que somos animais sociais que evoluímos naturalmente para ser empáticos e cooperativos, como nossos primos primatas. E psicólogos revelaram que até mesmo crianças de três anos são capazes de sair de si mesmas e ver a partir das perspectivas de outras pessoas. É evidente então que temos em nossa natureza um lado empático, tão forte quanto nossos impulsos internos egoístas (KRZNARIC, 2015, p.13-14).

Porém, ainda que ressalte a natureza empática dos seres humanos, Krznaric não deixa de frisar que esta propriedade inata tem sido minada pela cultura ocidental hiperindividualista e capitalista, resultando no que chama de “déficit de empatia”. As causas deste déficit estariam ligadas à “epidemia de narcisismo” provocada pelas redes sociais e também pela superexposição a reportagens e imagens de atrocidades e sofrimento, o que provocaria uma “fadiga de empatia” nos sujeitos. Como forma de defesa, essas informações são reprimidas de alguma maneira, rejeitadas pelos indivíduos, postas de lado ou reinterpretadas. Por isso, na percepção do filósofo, a capacidade de entrar na pele do outro e olhar para o mundo através de seus olhos é uma forma de resistência ao entorpecimento provocado pela superexposição a reportagens e imagens deprimentes e um antídoto para a nossa cultura excessivamente individualista.

Cabe retomar Batson quando cita o filósofo David Hume e sugere que o processo empático é a base para toda percepção e interação social, sendo elemento-chave da nossa natureza social. Colocar-se no lugar do outro e todas as decorrências que isso pode desencadear são de enorme importância para a nossa vida em sociedade. Ainda que autores como Bubandt e Villerslev (2015) afirmem que a empatia não é necessariamente uma resposta solidária, que não está associada ao desejo moral de entender e ajudar o outro, os comentários de leitores analisados nesta tese indicam, como já visto, um deslocamento importante realizado pelos leitores em direção a compreensão dos novos mapas de significado apresentados pelo jornalismo. Além disso, a empatia que as personagens e histórias apresentadas nas reportagens despertaram foram importantes também no sentido de legitimar os veículos. Muitos leitores demonstraram gratidão às pautas e aos jornalistas que tentaram “abrir a cabeça dos ignorantes”, ensinaram que “o respeito deve prevalecer acima de tudo”, se atreveram a “discutir um tema tão urgente em nosso país” e levaram informação “para milhões de brasileiras e brasileiros preconceituosos”:

Muito Muito Obrigado por essa série que vocês vem apresentando. **Agradeço em nome de todas as pessoas que precisam ser compreendidas e em nome dos ignorantes que precisam compreender, aceitar, respeitar. Obrigado por tentar abrir a cabeça dos ignorantes.** [FEP2 SD408]

**Obrigada Fantástico pela inclusão social e por ensinar que o respeito deve prevalecer acima de tudo! Maravilhosa reportagem que reforça a necessidade social que temos de reconhecer todos os Direitos das pessoas transgêneras.** Fiquei admirada com a família da Luiza, os pais são pessoas excepcionais e a amiga com quem ela teve o filho, meu Deus, que alma é essa???. Isso é família, esse é o conceito desse instituto tão distorcido pela nossa sociedade hipócrita!!! É a isso que nossa Constituição se refere quando dispõe que "a família é a base da sociedade". Parabéns a estes pais e obrigada Luiza por sua força, mulher!!! 😊😊😊 Hoje depois deste depoimento vou dormir com mais fé no amor!!! Ele existe sim. Obrigada! [FEP3 SD8]

**Parabéns ao Globo Repórter por discutir um tema tão urgente em nosso país, no qual o ódio parece imperar. Claro que houve deslizos, mas, na minha opinião, o resultado final foi mais que positivo. É importante levar informação para milhões de brasileiras e brasileiros preconceituosos que, cegos pela ira, pela cultura machista ou por algumas igrejas, perpetuam o ódio aos LGBTTs.** [GR SD28]

Um grupo de leitores bastante específico fez questão de demarcar a sua identidade transexual ou sua proximidade de vivência com pessoas transgênero (pais, irmãos, amigos, namoradas/os) nos comentários. Esses leitores manifestaram-se de maneira empática às reportagens, demonstrando conhecer o estado interno das personagens

apresentadas, incluindo seus pensamentos e sentimentos; sentir ou já ter sentido na pele o que alguma personagem sente; e sentir o que as personagens que sofrem estão sentindo. Registrei um total de **114 comentários** de leitores que se auto declararam transexuais ou declararam manter relação de proximidade com pessoas trans, sendo a maior parte deles advindos dos primeiros episódios da série veiculada pelo Fantástico. Nenhum comentário desse tipo foi registrado na amostra da revista Galileu e da Folha de S. Paulo.

Esses leitores manifestaram empatia em relação a histórias e personagens, ativando memórias de sua própria história e vivências, como os comentários que expressaram que “um filme passou na cabeça”, relembram sua cirurgia de transgenitalização ou confessam ter chorado, se emocionado ou se identificado com a história ao assistir a reportagem. Há ainda a legitimação do jornalismo por meio de elogios direcionados à emissora ou ao programa, com registros de agradecimento pela veiculação da reportagem abordando a temática, pela ajuda na compreensão da própria identidade, a visibilidade após “anos de escuridão”, ou ainda, agradecimentos pela inclusão, respeito e a esperança de reconhecimento, oportunidades de emprego e até mesmo de felicidade:

Nossa **chorei só quem sabe sente o que eu senti nesse vídeo somos trans sim** é queremos sim essa palavra amor. [FEP3 SD385]

chorei demais ver o apoio pai e mãe nunca tinha visto isso **chorei igual criança** agora sim **seremos reconhecidas portas de emprego vão se abrir** isso é simplesmente lindo.☺ [FEP3 SD239]

Nossa, **um filme passou na cabeça! Só eu sei quantas lágrimas eu derramei, principalmente na época do Colégio, até entender o que eu realmente era e conseguir me assumir dentro de casa e para o mundo...** Na minha época, assim como de muitos amigos, não se tinha todo esse conhecimento e acompanhamento que se tem hj, graças a Deus eu mesmo sem muitos conhecimentos me encontrei...e hj eu fico muito feliz que pelo menos nisso, mesmo com as dificuldades ainda existentes, estamos andando para frente.... sabem pq? **Pq só quem viveu presa durante anos em um corpo que não era seu sabe o que eu estou falando....** Parabéns Fantástico por mostrar ao Brasil em rede nacional essa matéria! #quemsoueu [FEP1 SD650]

Parabéns pelo quadro falando sobre transgêneros ... **faço parte desse grupo e fui a primeira paciente do hospital das clínicas de São Paulo a fazer a cirurgia de mudança de sexo** . Inclusive meu laudo psiquiátrico é assinado pelo dr Alexandre Saadeh ... **Temos histórias lindas ricas e tristes , de amor superação e preconceito** ...que bom que o programa aborda de uma forma clara ... [FEP1 SD 672]

**Mi endedifiquei com ela .minha historia começa bem assim, sou trans e a nossa vida e bem difícil.** Por consideração ao preconceito. E sua atitude com a família foi bem legal .**queria q minha família fosse assim** .(queria muito tem condição em fazer minha cirurgia ) [FEP3 SD57]

Já faz um tempo q eu queria desabafar com meus pais sobre o que eu sou o que vou ser, este **programa me ajudou e ajudou a eles entender o que sou!** Vamos ver o que vai dar...☺ [FEP1 SD 674]

Excelente matéria e esclarecedora! Graças a Rede Globo que as pessoas a anos vem sido informada das diferenças entre pessoas! Feliz por isso. **Obrigada por darem visibilidade a todos nós que passamos anos na escuridão!** [FEP2 SD327]

Obrigado fantástico por mostrar a infeliz realidade de algumas pessoas. Que não pare por aqui, por favor ignorem tais pessoas que só sabem julgar os outros, do que pensar na própria felicidade. **Todos agradecem pela inclusão♥♥ Ainda tenho a esperança que um dia possamos andar e sermos respeitados♥♥♥♥** [FEP3 SD133]

Parabéns, Rede Globo!! Parabéns, Globo Repórter!!! Mostrar no programa que **nós LGBTs existimos, não somos anormais e merecemos respeito** foi lindo. Quem se sentiu tão ofendido ou achou um absurdo um programa mostrar algo tão normal tem que rever seus pré conceitos. Mais amor, mais aceitação, mais respeito e menos ódio. **Me senti emocionado, me senti representado, me senti feliz!** <3 [FEP4 SD166]

**Eu me emocionei. Foi muito importante ver que pessoas como eu conseguiram adotar,** pois é um sonho que eu tenho. **Obrigada por me mostrarem que a felicidade é possível !** Adorei a história da Alexia ! [GR SD323]

Frente a essas manifestações, pode-se afirmar que os leitores se reconheceram, sentiram e manifestaram sentidos que foram produzidos a partir do movimento empático de colocar-se no lugar do outro. Nesse deslocamento, colocaram em prática elementos afetivos e cognitivos, demonstrando por meio de seus comentários “habilidade de compartilhar a experiência emocional de outra pessoa” e também a “compreensão da experiência do outro” (DECETY; ICKES, 2009, p. 73, tradução minha<sup>55</sup>). Além disso, sublinho o fato de que 114 leitores sentiram a necessidade de demarcar a sua identidade travesti/transsexual ou a sua proximidade com pessoas trans na conversação em rede que se estabeleceu no espaço dos comentários. Mais do que colocar-se no lugar do outro e compreender o que vive e sente, essas manifestações vêm no sentido de convocar os demais leitores ao mesmo movimento empático. Muitos relembram sua época de escola, seu processo de descoberta, a não aceitação da família e se identificam com variadas situações das personagens. Dessa forma, ampliam aquilo que está sendo dito e também normalizam o que está sendo retratado nas reportagens, mostrando que não são histórias isoladas.

---

<sup>55</sup> No original: “the ability to share the emotional experience of the other person” e “an understanding of the other person’s experience”.

## 5. Discussão dos resultados: sentidos produzidos e sentidos em disputa

Após finalizada a análise dos comentários dos leitores e dos principais sentidos que emergiram na relação com os textos jornalísticos que abordaram a temática de gênero, considero importante tecer algumas observações sobre a produção e disputa de sentidos, a partir de percepções que surgiram ao longo do processo. Ainda que o objetivo da tese seja compreender e problematizar os sentidos manifestados pelos leitores em relação aos novos mapas de significado apresentados pelo jornalismo, não posso deixar de demarcar aqui o quanto esses sentidos produzidos estão diretamente relacionados com as diferentes formas de construção das reportagens. Mesmo que sejam oriundas de diferentes meios (revista, jornal, televisão), considero que algumas escolhas realizadas por cada veículo contribuíram para a geração de sentidos mais afeitos à abertura ou ao fechamento em relação à alteridade e até mesmo para a legitimação ou deslegitimação do jornalismo.

Ao longo da escrita desta tese, me aproximei do referencial teórico feminista de crítica à ciência, abordado brevemente no segundo capítulo, e passei a adotar essas lentes em minhas aulas no curso de extensão<sup>56</sup> sobre gêneros e sexualidades e também em minhas análises e percepções cotidianas. Descobri na prática o quanto é difícil de concebermos esse novo paradigma que desloca o gênero dos corpos e das identidades e o aplica às vivências, à construção do conhecimento e, no caso do jornalismo, em relação aos paradigmas, métodos, epistemologias, hierarquias e sistemas de poder que o constituem.

Para validar uma verdade objetiva, de maneira similar à Ciência, o jornalismo se vale de alguns métodos e epistemologias hegemônicas. Para que alguns saberes sejam compreendidos como verdades, o jornalismo (assim como o cientificismo) tem consolidado suas bases em valores como a objetividade, a neutralidade e a universalidade. Procurando muito mais explicar o mundo do que problematizá-lo (RESENDE, 2009), muitas vezes se torna reducionista e generalizante, incapaz de abarcar os complexos fenômenos sociais que lhe cabem narrar. No caso das reportagens que constituem os casos que deram origem aos comentários analisados nesta pesquisa, que tratam da transexualidade, é possível observar como um tema complexo e ainda fora do escopo do senso comum mobiliza o jornalismo para apresentar essa nova “verdade” aos seus

---

<sup>56</sup> O curso de extensão “Gêneros, sexualidades e Comunicação: desconstruindo normatividades e refletindo dissidências” foi ministrado na UFRGS em 2016 e 2017 e na UFSC em 2017 em parceria com outros doutorandos e doutores da UFRGS, UFSM, UFSC e Unisinos.

leitores. Quais os recursos e estratégias mobilizados para fazer crer nessa verdade impossível? Como apresentar uma temática que derruba uma das verdades mais consolidadas socialmente (a coerência sexo-gênero) e apresentar esses indivíduos que vivem sua identidade de gênero em dissonância com o que se convencionou natural para o seu sexo biológico?

A tarefa não é fácil, principalmente se considerarmos o longo tempo de silenciamento que pairou sobre a transexualidade, não apenas na mídia, mas em diversas instâncias de poder. É muito comum encontrarmos relatos de pessoas trans que não sabiam o que eram, pois até bem pouco tempo não havia representações e tampouco informação acessível sobre essas identidades nem mesmo na biologia e na medicina. Muitas delas tiveram o primeiro contato com outras pessoas trans e tiveram acesso à informação somente pela internet. Como vimos no segundo capítulo da tese, o *closet* de que fala Richard Johnson parece estar em plena vigência quando nos referimos ao conhecimento/ignorância sobre a transexualidade. A sociedade estrutura suas leis e práticas a partir da norma cisgênero, ignorando e ocultando as identidades desviantes. Direitos básicos, como o uso do nome social e a retificação de documentos tornam-se, assim, distantes para a população transgênero, que devido à manutenção desse desconhecimento e ignorância sofre diversas formas de opressão e violência.

Observando atentamente a relação entre texto jornalístico e os comentários dos leitores, encontrei diversas marcas que me pareceram significativas em provocar determinados tipos de reação positivas ou negativas em relação aos novos mapas e até mesmo em relação ao jornalismo. Percebi que as “escolhas” relacionadas à construção da pauta poderiam ser observadas por uma lente epistemológica de gênero. Se todas as coisas do mundo possuem um valor relativo ao gênero (LOURO, 2003), o jornalismo poderia então se construir numa perspectiva masculinista ou adotar uma postura mais afeita aos valores do feminino. Veiga da Silva (2014) observou que a hierarquia de valores e posições profissionais, o prestígio e o poder entre os jornalistas em uma redação, estavam diretamente relacionados a atributos de gênero convencionados como masculinos (força, imposição, coragem, pioneirismo), independente da identidade de gênero dos profissionais. Mais do que isso, a pesquisadora percebeu uma relação direta entre os perfis dos profissionais e as notícias que iriam produzir. Uma hierarquia de valores relacionadas a atributos de gênero estava operando tanto em relação às pautas (fortes/leves, sérias/lúdicas, risco/cuidado) quanto aos repórteres que eram escolhidos para realizá-las.

Para ilustrar o que estou tomando aqui como uma perspectiva masculinista na construção da pauta, retomo a publicação da revista Galileu (editora Globo), cuja chamada de capa provocou incômodo nos leitores: “Gênero: tudo que você sabe está errado”. O tom que a revista escolheu foi classificado como prepotente e arrogante em diversos comentários. Muitos leitores sentiram-se incomodados e ofendidos e demarcaram a sua insatisfação questionando a credibilidade da revista e deslegitimando o jornalismo:

**Então tudo o que eu sei está errado e tudo o que você sabe(Galileu) está correto ?? Umm ... Bom saber !!! [GA SD030]**

Legal...tudo o que sei está errado...**por acaso a revista em questão sabe o q eu sei?[...] qdo uma revista "formadora" de opinião radicaliza...me questiono se vale a pena ler o q ela escreve...[...]** [GA SD034]

**Entao voces me chamam de burro, NA MINHA CARA, e ainda tenho que ler o que vcs querem!"** [GA SD036]

[...] **achei o subtítulo da matéria um pouco prepotente**, até pq, posso estar errada, mas, acredito eu, que o público alvo da revista não seja tão ignorante nessa questão. [GA SD046]

A questão é a frase logo abaixo "tudo que você sabe está errado". **Como se a minha opinião, os meus conceitos, as minhas idéias, os ensinamentos que eu tive precisassem ser deletados e eu precisasse "reprogramar" meu cérebro pra uma idéia que surgiu ontem e quer se impor à qualquer custo.** Tá bom, Galileu... [GA SD062]

**"tudo que voce sabe esta errado" adeus** [GA SD051]

Longe de complexificar o tema e buscar alternativas para aproximar os seus leitores dos novos mapas de significado sobre transexualidade, ainda impactantes para o senso comum, a revista Galileu escolhe “explicar o mundo” destacando a temática com uma chamada autoritária, propondo novos saberes de maneira vertical. Ainda que o tom polêmico tenha sido empregado com o intuito de chamar atenção, a estratégia acabou por afastar leitores que se sentiram inferiorizados e ofendidos, rompendo o contrato de comunicação. Assim, ao invés de aproximar o público da realidade desse outro, a revista acaba por afastar e tornar mais difícil a receptividade a essa nova “verdade” que se propõe a apresentar. A reação dos leitores é de fechamento e interdição em relação à pauta e de recusa e desconfiança com o jornalista e o veículo.

A construção de toda a reportagem é realizada de maneira cuidadosa, com base em dados estatísticos de pesquisa e referências teóricas. Além de mencionar autores como

Judith Butler e Michel Foucault, que possuem estudos diretamente ligados à temática, a revista cita ao longo da reportagem alguns personagens como Bruce Jenner, atleta que se assumiu trans na edição de julho 2015 da revista *Vanity Fair* e Bernardo Mota, ativista trans bissexual e membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat). Porém, os personagens são citados brevemente e recebem pouco ou nenhum espaço de fala. Também não há nenhuma foto ou referência imagética das personagens citadas ao longo da reportagem.

A intenção da revista de construir um texto objetivo e científico, dentro dos preceitos e valores tanto do jornalismo como da ciência em busca de uma suposta “verdade” mostra-se incapaz de provocar nos leitores qualquer sentido de empatia. O case da revista *Galileu* foi o único da amostra analisada que não registrou comentários de leitores com sentido empático. Da mesma forma, nenhum leitor sentiu-se à vontade para se autodeclarar transexual tampouco para compartilhar depoimentos relacionados a familiares e amigos. Os comentários positivos registrados se restringem a responder comentários ofensivos de outros leitores, elogiar a capa e o projeto gráfico da revista e a abordagem do tema. A *Galileu* foi uma das primeiras revistas brasileiras a dedicar sua capa para abordar identidade de gênero, em outubro 2015.

Por outro lado, destaco o exemplo do primeiro episódio da série *Quem sou eu?*, veiculada pelo *Fantástico*, da rede Globo, em março de 2017. A reportagem que inaugura a série se inicia traçando o paralelo entre a história de Alice no país das maravilhas com a vida de pessoas trans. Em um cenário mágico criado por meio de uma animação em *stop-motion*, a reportagem mescla depoimentos de homens e mulheres transexuais com fragmentos da literatura. A voz da apresentadora Renata Ceribelli convoca explicitamente os telespectadores para se colocarem no lugar destas pessoas: “Olhe no espelho. Olhe e imagine que o quê você vê não é o que você é”. A primeira personagem a ser apresentada é Melissa de Fazzio, 11 anos, uma criança trans. Seus pais, Renato e Karina também ganham centralidade no episódio, contando sobre o processo de descoberta da identidade da filha. Outros pais de crianças transexuais que buscaram ajuda no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, primeiro centro público de atendimento para crianças transgêneros no Brasil, também dão o seu depoimento. O psiquiatra Alexandre Saadeh é fonte da reportagem para explicar a diferença entre orientação sexual e identidade de gênero e “a origem do transgênero” pelo viés da ciência. Por fim, a reportagem vai até a escola onde Melissa estuda, mostrando como a menina assumiu a transição frente aos colegas e a professora.

A reportagem do Fantástico faz a escolha de não enquadrar a temática e os mapas de significado ainda novos para o grande público de maneira totalmente objetiva. A convocação dos telespectadores para o deslocamento, para colocar-se no lugar deste Outro que não se enquadra nos padrões pré-determinados de gênero, e o paralelo das histórias de pessoas reais com o mundo fantástico da literatura pode ser considerada a primeira quebra da reportagem em relação à noção hegemônica de objetividade jornalística. A abertura para a metáfora de caráter literário e sensível, utilizada tanto na narrativa da apresentadora como nas imagens da animação feita especialmente para o programa<sup>57</sup>, faz emergir o viés de valores do feminino, tantas vezes suprimido na hierarquia de valores do jornalismo.

Ainda que a reportagem tenha aberto espaço para as fontes tradicionais da psiquiatria, instância legitimada da medicina e com valor de autoridade e credibilidade, houve o equilíbrio em relação ao espaço destinado às vozes dos personagens envolvidos na temática da identidade de gênero e as suas subjetividades. A escolha por iniciar a série aproximando-se da experiência de uma criança, dando voz a ela e seus pais, lança luz à complexidade do tema e permite antever uma epistemologia mais inclinada a perceber e abarcar a diferença do que simplificar a leitura da realidade de maneira totalitária. Melissa é apresentada como uma criança que estuda, tem seus brinquedos e roupas preferidas, além de demonstrar uma personalidade geniosa e consciente de sua identidade. Quando a repórter lhe pergunta se a maquiagem serve para reforçar o fato de ser uma menina, ela prontamente responde: “Não! Eu sempre me senti uma menina, independente de maquiagem”. Seus pais são apresentados relatando suas falhas e arrependimentos e todas as dificuldades e desconhecimento em relação a identidade de gênero da filha.

As reações dos leitores em relação ao programa apresentado pelo Fantástico expressaram sentidos de abertura à alteridade, propiciando algumas brechas para o “encontro com o Outro”, de que fala Resende. Dos 306 comentários analisados referentes a este episódio, 142 (mais de 46% do total da amostra) foram agrupados no núcleo de sentidos denominado empatia. Foram registrados também 34 comentários advindos de leitores que se autodeclararam transexuais. Percebe-se que a narrativa produziu sentido na relação com os leitores, gerando interpretações e compreensões mais sensíveis em relação aos novos mapas de significado:

---

<sup>57</sup> Na página do Fantástico no G1 há um vídeo com os bastidores da animação. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/fantastico/2017/quem-sou-eu/>> Acesso em 19 de maio de 2017.

**Todo amor só mundo para estas pessoas.** Que possam ser quem realmente são. Que possam ser muito felizes. A vida já é muito dura, não precisamos de mais sofrimento. [FEP1 SD404]

Eu amei. Me emocionei... **Sou mãe e imagino como foi para uma família lhe dar com a situação.** História linda da Melissa, menina linda! Deus abençoe essas famílias. Foi muito emocionante! [FEP1 SD409]

Conservadores ou não, tenho certeza que você não viu a matéria. **Sou conservadora e me emocionei demais com o que vi...** seria legal se você assistisse mudar esse pensamento preconceituoso pq vai muito além de uma simples aceitação. Vai lá, assiste. Você vai gostar e se emocionar tmb. Isso é informação, conhecimento. [FEP1 SD410]

**Achei super interessante entender** . Discuti e saber .pois é sim abafado na sociedade .Por vergonha e preconceito .As pessoas têm que saber pra procurar ajuda sim . Muito boa a matéria. [FEP1 SD325]

Por mais que se esclareça, sempre tem aqueles preconceitos. **Se coloca no lugar desses pais, acha que é fácil?** Não é. Respeite.Se tiver alguém na sua família? Vai fazer o que [FEP1 SD330]

A troca entre jornalismo e leitor e entre leitores com outros leitores no ambiente virtual abre espaço para embates e possibilita o intercâmbio de percepções e visões de mundo. Por meio dessa troca, sujeitos se constroem e reconstroem, fazendo transparecer alguns dispositivos que atuam na produção das diferenças. Ao compreender que não existe uma única verdade, complexificar e humanizar a pauta, o jornalismo abre a possibilidade para que o encontro com o outro aconteça, provocando a emoção dos leitores e reações de empatia e compaixão.

Cabe sublinhar aqui que em setembro de 2015 o programa Fantástico já havia abordado a temática da transexualidade em uma reportagem especial intitulada “Hospitais auxiliam crianças que sentem ser do sexo oposto”. Com uma abordagem em tom patologizante, a chamada para o programa no Facebook se referia a transexualidade como um “fenômeno” e nomeava a situação dos pais como “dilema”:

Eles sentem que nasceram no corpo errado, com o sexo trocado. Meninos que se enxergam como meninas e meninas que só se imaginam como meninos. O Fantástico deste domingo (20) vai discutir um dilema que desafia pais e mães no mundo inteiro: crianças que se identificam como do sexo oposto. Que fenômeno é esse? Qual a explicação? Você vai ver o trabalho de hospitais brasileiros que ajudam famílias nessa situação. E casos de garotos e garotas que vivem esse processo de mudança.

O foco da reportagem, na ocasião, era o trabalho dos hospitais que auxiliam famílias com filhos e filhas transexuais. Ainda que estivessem tratando de histórias de crianças e adolescentes, na época o Fantástico optou por não revelar o rosto e a identidade

dos entrevistados. É interessante notar como em questão de tão pouco tempo – cerca de três anos – uma nova positividade instalou-se em relação a essa temática, a ponto de transformar as possibilidades de abordagem sobre identidade de gênero e transexualidade na televisão de maneira tão marcante.

Trouxe estes exemplos para ilustrar aquilo que observei na relação texto-leitor de todas as reportagens que compõem os cases que deram origem aos comentários analisados nesta tese. Ainda que este não seja o foco principal deste estudo, considero fundamental demarcar essa percepção. Deparar-me com os comentários de leitores que expressaram sentidos de empatia foi um alento em meio a um corpus repleto de ódio, ignorância e incompreensão. Saber que estes sentidos são possíveis tornou a pesquisa muito mais leve e também provocou a minha curiosidade e desejo de apontar ações propositivas e possíveis no âmbito do jornalismo para que os discursos possam cada vez mais abrir brechas para que o encontro com o Outro aconteça.

Do total de 2.460 comentários que compõem o corpus consolidado desta pesquisa, 1.409 (57%) se posicionaram de maneira negativa a respeito das reportagens e 1.051 (43%) manifestaram-se de forma positiva. Apenas 18% da amostra total expressou sentidos de empatia e somente 4,6% dos comentários foram de autoria de pessoas trans ou amigos e familiares que se autodeclararam assim. Ainda que a maior parte dos sentidos mapeados mostre resistência em relação aos novos mapas de significado apresentados pelo jornalismo, nota-se o papel determinante que este desempenha na construção e ampliação da cidadania e a responsabilidade social que se concretiza com a incorporação da alteridade como referente. Como sublinha Claudia Lago, a pluralidade e a responsabilidade social do jornalismo implicam contemplar e incorporar o Outro, para que não se transforme em “inimigo” pela incapacidade de apreensão em sua “radical alteridade” (LAGO, 2010, p. 167).

Nessa direção, este estudo explicita o quanto uma abordagem que amplia os modos de escuta e as lentes para observar a realidade do “outro”, abrindo brechas para as subjetividades, pode produzir sentidos que potencializam o exercício de alteridade nos leitores. Sublinho que não se trata de deixar a objetividade e outros valores essenciais ao jornalismo de lado, mas sim retomar o significado perdido da objetividade e da imparcialidade que foi se perdendo ao longo do tempo, como relembram Kovach e Rosenstiel (2004). Os autores sublinham justamente que é o método que deveria ser objetivo, e não o jornalista. O foco deveria ser a disciplina empregada na verificação, e não a finalidade. A imparcialidade, por sua vez, deve ser evocada para indicar isenção em

relação aos fatos, e não às fontes, já que a “voz neutra”, sem disciplina de verificação, por vezes atua como um verniz falso de objetividade. Nessa perspectiva, é preciso adotar a “Regra da Transparência”, uma postura de honestidade com o público que consiste em informar o que sabe e o que não sabe, revelando “o máximo possível sobre as fontes e métodos” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 126). A longo prazo, esse jornalismo mais transparente e com espaço para a subjetividade seria capaz de formar leitores mais perceptivos, além de estabelecer uma relação mais próxima entre jornalista e leitores. Não se trata mais de decidir o que o público deve saber, mas sim auxiliar os leitores a colocar as coisas em ordem, oferecendo informação confiável e ordenada de forma compreensível.

Outro ponto importante que merece ser discutido se refere ao engajamento e participação do jornalismo no espaço de conversação em rede. Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi justamente verificar como se posiciona e interage o jornalismo frente à manifestação dos leitores nesse novo cenário de possibilidades de interação e diálogo com a audiência. Embora todas as reportagens selecionadas tenham gerado engajamento dos leitores, que comentaram, compartilharam e discutiram as postagens com suas redes no Facebook, o jornalismo optou por não interagir no ambiente da rede social, ainda que inúmeras discussões e diálogos tenham se constituído nesse espaço.

Embora todos os cases da amostra tenham gerado forte interação dos leitores, apenas a revista Galileu se manifestou em resposta aos comentários de leitores na sua publicação. Três dias depois da postagem no Facebook, a revista publica no espaço “Buzz” do seu site (destinado a “memes, virais e tudo que bomba na web”) a postagem intitulada “20 comentários que provam que a nossa capa sobre gênero é necessária”. O posicionamento ou resposta da revista se resume a um parágrafo e o *print* de alguns comentários de leitores:

Na última terça-feira (27), revelamos, na página da GALILEU no Facebook, o novo projeto gráfico da revista, bem como o tema da capa da próxima edição: identidade de gênero. Recebemos muitos elogios, mas também fomos muito criticados pelo simples fato de termos abordado o assunto. Dos mais de 1.700 comentários recebidos até o momento, reunimos uma pequena amostra que prova como a discussão sobre gênero é urgente e necessária na sociedade brasileira. Muitos exalam ódio, outros replicam preconceitos e todos, de alguma forma, revelam certo grau de ignorância. Confira abaixo:

Ainda que o posicionamento da revista se configure como uma espécie de tréplica e procure, mesmo que de forma superficial, um diálogo com os leitores, é preciso ressaltar

dois aspectos: 1) o diálogo busca ser estabelecido apenas com os leitores que concordam com a revista, visto que os *prints* destacados aludem apenas aos comentários contrários à publicação. Não há a preocupação em responder as manifestações dos leitores ou contra-argumentar aquilo que foi dito, mas apenas expor esses comentários que, nas palavras da revista, “exalam ódio”, “replicam preconceitos” e “revelam certo grau de ignorância”; 2) a revista escolhe se manifestar em outro ambiente que não aquele que gerou a repercussão da postagem, diluindo a possibilidade de um efetivo diálogo com a audiência. Há uma quebra no fluxo de interação possível, visto que apenas 52 comentários de leitores foram registrados no site da revista a partir desta tréplica, número inexpressivo se comparado aos 1,8 mil comentários gerados na publicação inicial, no Facebook.

Embora a revista tenha optado por estabelecer interação apenas com os leitores simpáticos ao seu posicionamento, cabe mencionar a produtividade de considerar também os comentaristas que se manifestaram contrariamente (praticamente metade dos comentários, como levantamos na análise). Mais do que expor os comentários considerados preconceituosos, talvez fosse produtivo trazer estes argumentos para o centro do debate, respondendo, contra-argumentando e trazendo referências para elucidar por que, afinal, a revista os está classificando como preconceituosos e ignorantes. Se a discussão sobre gênero é “urgente e necessária” como prenuncia a tréplica da Galileu, nada mais justo que o jornalismo se responsabilize por iniciar esse processo com todos os seus leitores, e não apenas com aqueles que se alinham à temática e já assimilaram os novos mapas culturais de significado.

O silenciamento dos demais veículos – Globo Repórter, Folha de S. Paulo e Fantástico – demonstram um posicionamento pouco aberto ao diálogo ou à problematização daquilo que está sendo dito pelos leitores. No levantamento de cases sobre a temática entre 2015 e 2017, observei que são raras as vezes que o jornalismo se posiciona e considera o espaço dos comentários. Quando o faz, prefere o ambiente institucionalizado, como sua fanpage ou site, como fez a revista Galileu. Posso citar ainda os Jornais Diário Gaúcho, de Porto Alegre, e Extra, do Rio de Janeiro, ambos jornais populares com forte vínculo com seus leitores, que em suas pautas sobre cultura do estupro em 2016, responderam e replicaram comentários por meio de reportagens que tensionaram os sentidos que estavam sendo produzidos a partir da conversação em rede. Importa sublinhar que, embora não configure propriamente um diálogo, essa mediação do jornalismo é importante na medida em que demonstra a sua preocupação e responsabilidade em relação aos sentidos que estão sendo produzidos.

Sabendo que tanto o dizer como o interpretar são afetados por sistemas de significação, é preciso considerar que o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade em um processo de contínua e mútua interferência (BENETTI, 2007). A análise dos sentidos dos comentários evidenciou construções histórico-culturais sobre identidade de gênero provenientes de outros discursos, que estão consolidados no espaço de fala dos leitores. Nessa conformação, é preciso pensar o discurso jornalístico como pleno de possibilidades de interpretação e por isso, um *locus* fértil e produtivo para se capturar e compreender os sentidos que estão em circulação na sociedade nesse momento histórico particular. Tratando-se de temáticas que rompem a ordem do discurso (FOUCAULT, 1971), sabemos que estão em disputa sentidos cristalizados social e culturalmente. Desta forma, parece crucial que o jornalismo se posicione e assuma a responsabilidade referente ao seu papel social como construtor da realidade. São estas frestas abertas e possibilitadas pela conversação em rede que o jornalismo pode proporcionar, bem como mediar um espaço de diálogo crítico com os seus leitores, configurando-se como instrumento de combate à produção das desigualdades.

## 6. Considerações Finais

*Meu estado de espírito sintetiza estes dois sentimentos [otimismo e pessimismo] e os supera: sou pessimista com a inteligência, mas otimista com a vontade. Em cada circunstância, penso na hipótese pior, para pôr em movimento todas as reservas de vontade e ser capaz de abater o obstáculo. (Antonio Gramsci)*

Sempre enxerguei o pessimismo como uma forma de inteligência. O pessimista, em geral, pensa demais, analisa demais, antevê todas as possibilidades. E pensar é, em certa medida, se angustiar. E a angústia, por sua vez, é motriz para mobilizar os pensamentos, para estranhar as coisas que acontecem a nossa volta e vê-las como problema. Preciso me angustiar para pensar. É o pessimismo da inteligência que nos leva à curiosidade de pesquisar, ler livros, assistir filmes. Quando me deparei com o texto de Gramsci, se abriu para mim a justa medida de um otimismo possível. Capaz de motivar a ação, a busca por conhecimento e também por respostas. O pessimismo como motor para a mudança. Acredito que esta tese foi escrita no limiar entre estes dois sentimentos. A curiosidade de me aproximar deste universo nada nobre dos comentários de leitores na internet se deu justamente por essa angústia. Sou pessimista a ponto de saber que os sentidos que circulam ali não são algo distante ou fora da realidade como imaginam alguns. As reações das pessoas ao saber sobre o objeto de estudo da minha pesquisa foram sempre de asco e preocupação. Sabia que poderia encontrar ali as facetas mais torpes do ser humano. E foi com consciência desta tarefa que propus me debruçar sobre aquilo que está sendo dito, que ainda pode e deve ser dito, que ainda encontra espaço para irromper no ambiente receptivo da internet. A “terra de ninguém” onde, aparentemente, se pode dizer tudo seria, certamente, um lócus privilegiado para observar os sentidos em circulação sobre uma temática ainda tão controversa como a identidade de gênero. Foi com o otimismo da vontade de saber que parti para essa jornada de quatro anos de trabalho em contato com toda a gama das mais diversas emoções e sentimentos expressos pelos leitores: intolerância, raiva, ressentimento, repulsa, mas também compaixão, empatia e gentileza. Uma amostra da condição humana com todo seu potencial para a integração, o crescimento e o acolhimento e também para a exclusão, o preconceito e a violência. Acompanhada pelo otimismo da vontade, espero seguir abrindo brechas para que possamos abarcar esses discursos e sentidos para agir estrategicamente em busca de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Com o objetivo de compreender e problematizar os sentidos manifestados pelos leitores frente aos novos mapas de significado sobre a temática da identidade de gênero, esta tese contempla a análise de 2.460 comentários. O material foi coletado entre 2015 e 2017 em publicações realizadas pela revista Galileu, o programa televisivo Globo Repórter, o jornal Folha de S. Paulo e o programa Fantástico em suas fanpages no Facebook.

A análise foi realizada com base nos pressupostos teórico-metodológicos da análise de discurso (AD) de linha francesa e inspiração na Análise Enunciativa de Foucault. A ótica adotada neste estudo filia-se à compreensão do jornalismo como forma de conhecimento (PARK, 2008; GENRO, 1987; MEDITSCH, 1992, 1997; RESENDE, 2009a, 2009b), cujas narrativas podem contribuir tanto para a manutenção quanto para a transformação da realidade. Aliada à chamada “filosofia da diferença” (SILVA, 2012) para falar sobre o encontro com o outro numa perspectiva pós-estruturalista, foram também essenciais o aporte da crítica feminista à ciência e o auxílio das teorias pós-colonial e Queer como guias. Busquei, por fim, lançar uma mirada epistemológica de gênero para o material analisado, com base no trabalho de autoras feministas pós-estruturalistas como Maria Luiza Heilborn (1991), Donna Haraway (1995), Sandra Harding (1996) e Cecilia Maria Bacelar Sardenberg (2002).

No decorrer da pesquisa, foi possível identificar três linhas argumentativas principais e sete núcleos de sentido advindos dos comentários dos leitores: 1) 1.173 comentários se centraram na validação ou invalidação dos novos mapas de significado apresentados pelo jornalismo, e os sentidos mobilizados foram alicerçados em motivos religiosos, razões biológicas e menções ao preconceito; 2) 736 comentários procuraram legitimar ou deslegitimar o jornalismo, movimentando sentidos em função do seu papel social, de uma abordagem classificada como ideológica ou em razão do caráter científico das fontes ou da publicação; e 3) 437 comentários validaram os novos mapas e legitimaram o jornalismo, e foram agrupados no núcleo de sentido intitulado empatia. Além disso, 114 comentários foram realizados por pessoas que se auto-declararam transexuais, buscando angariar empatia por meio de seus depoimentos e vivências. Deste total, 1.409 comentários (57% da amostra) se posicionaram negativamente, interditando os novos mapas e deslegitimando o jornalismo, e 1.051 comentários argumentaram positivamente, validando a temática e a abordagem, legitimando o jornalismo e expressando sentidos de abertura à alteridade.

Durante a análise, busquei entender de que forma o jornalismo foi legitimado ou deslegitimado nos enunciados dos leitores; procurei apontar os mecanismos de controle do discurso empregados para invalidar os novos mapas de significado, além de sublinhar os elementos do contrato de comunicação que motivaram e desencadearam algumas percepções dos leitores. Procurei também demarcar diferentes modos de produção da identidade e da diferença imbricados nos núcleos de sentido, a fim de identificar as marcas presentes nas enunciações. Observei ainda como se posicionou e interagiu o jornalismo frente à conversação em rede gerada por suas pautas.

As reportagens sobre identidade de gênero e transexualidade, uma temática social controversa, pouco problematizada e quase sempre tangenciada pelo jornalismo apesar de sua importância, resultaram em expressivas manifestações de leitores, que mobilizaram sentidos conectados ao cenário e ao contexto social que lhe deram condições e possibilidade de irromper. Esses mínimos documentos de nosso tempo me possibilitaram acessar sentidos que estão na superfície, coisas que podem e devem ser ditas, como diz Foucault, nesse determinado lugar e contexto histórico. Capturar esses documentos “não-oficiais” e observá-los como monumentos me permitiu extrair alguns enunciados com valor de verdade daquilo que foi dito, observar o inconsciente positivo destes saberes, o jogo, as disputas e batalhas que se travam discursivamente, e vislumbrar o perigo incontrolável presente em tudo aquilo que se diz, como já alertava Foucault (1969).

Como expus na discussão dos resultados, observei ainda que a produção de sentidos sobre identidade e diferença realizada pelos leitores está diretamente relacionada aos modos de construção da reportagem pelo jornalismo. A escolha de enquadramentos mais sensíveis, fontes diferenciadas, estratégias narrativas mais plurais, a abertura para a voz e experiência do outro e a complexificação da pauta – que numa perspectiva epistemológica de gênero denotam valores do feminino – resultam em sentidos mais afeitos à empatia e abertura dos leitores para a equidade, respeito e compaixão. Por sua vez, os enquadramentos mais duros, o distanciamento das personagens e suas vivências, a tentativa de simplificação da temática, o uso de apenas fontes primárias técnicas e o uso de estratégias narrativas verticalizadas e autoritárias – numa abordagem classificada como masculinista – resultam em sentidos voltados à manutenção e transformação das diferenças em desigualdades e na interdição dos novos mapas pelos leitores. Por fim, aponte que, de acordo com o *corpus* desta pesquisa, o jornalismo não interage diretamente no espaço de conversação em rede. Mantendo-se em seu lugar de fala

institucionalizado, os veículos preferiram não se manifestar a respeito do diálogo gerado no espaço dos comentários.

Na concepção do discurso como luta, ao fazer escolhas por determinados mapas, construindo percepções e modos específicos de enxergar as coisas do mundo, o jornalismo intensifica e fortalece sua responsabilidade na construção e na disputa de sentidos junto aos leitores e redimensiona seu potencial transformador em nossa sociedade. O discurso constitui a realidade e, por meio de relações de poder, produz inúmeros saberes nas relações mais microscópicas e cotidianas. As verdades são disseminadas, consolidadas e cristalizadas por meio das mínimas práticas. Nessa direção, o ambiente de interação com os leitores observado se configurou como espaço de disputa e resistência de verdades e saberes.

Disse Gramsci que é preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Nesse prisma, olhar para os comentários dos leitores na internet e trazer esses sentidos à tona é uma forma de olhar de frente para algumas verdades sedimentadas em nossa sociedade, por mais impactantes e absurdas que possam parecer. Por mais que tenhamos preferido ignorá-las, acredito que só conseguiremos estabelecer estratégias de combate ao preconceito e às diversas formas de opressão conhecendo e compreendendo aquilo que está sendo dito. No caso do jornalismo, que por muito tempo manteve a hegemonia ideológica do seu material discursivo (AZEVEDO, 2006) e muitas vezes enfatizou visões estereotipadas e preconceituosas no âmbito das relações de gênero e sexualidade (BUENO, 2010; GROTZ, 2014), mais do que narrar a diferença com empatia e ética, me parece essencial o movimento de mediação e responsabilização pelos sentidos que estão sendo produzidos pelos leitores e pelo diálogo que se desdobra na caixa de comentários das notícias e reportagens - independentemente da plataforma em que tenham sido publicadas. Trata-se de o jornalismo não mais assumir as diferenças como contradições que podem ser apaziguadas pela via da tolerância, mas sim de enfatizar e explicar como esses marcadores sociais podem e são transformados em desigualdades. Pedir tolerância ainda significa manter intactas as hierarquias do que é considerado hegemônico. Me parece cada vez mais urgente que o jornalismo passe a mobilizar estas categorias de modo político, incorporando o reconhecimento das diferenças a fim de informar os cidadãos por meio de um diálogo ético e aberto à multiplicação de sentidos, à transgressão e à subversão de todas as formas de opressão e violência.

## 7. Referências bibliográficas

ALCOFF, Linda. Cultural feminism versus poststructuralism: the identity crisis in feminist theory. *Signs*, v. 13, n. 3, 1988.

ALSINA, Miguel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

AMARAL, Márcia Franz. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2006.

AZEVEDO, Aline Fernandes de. **Recepção**: heterogeneidades e negociações de sentidos. O jornalismo político e os sujeitos leitores das revistas semanais. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo: USP, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

BANDLER, Richard; GRINDER, John. **A estrutura da magia**. São Paulo: Summus, 2004.

BATISTA, Raphaele. “Nem imparciais, nem objetivos, mas cúmplices”: Entrevista com Cremilda Medina. **Jornal O Povo**, ago. 2015. Disponível em: <[https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuiz/2015/08/31/noticiasjornalpagina\\_sazuiz,3496850/nem-imparciais-nem-objetivos-mas-cumprlices.shtml](https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuiz/2015/08/31/noticiasjornalpagina_sazuiz,3496850/nem-imparciais-nem-objetivos-mas-cumprlices.shtml)>. Acesso em nov. 2017.

BATSON, C. Daniel. These things called empathy: eight related but distinct phenomena. In: DECETY, Jean; ICKES, William Ickes (org.). **The social neuroscience of empathy**. Cambridge: MIT Press, 2009.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia, BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, São Paulo, v. 8, n. 15, 2008.

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em Comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BENETTI, Marcia; DALMASO, Silvana. Jornalismo, imaginário e leitores: os sentidos do real e da ficção sobre o avião desaparecido da Malaysia Airlines. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 28, n. 69, 2014.

BENETTI, Marcia; REGINATO, Gisele. O vínculo emocional do leitor ao jornalismo: estudo da revista Veja no Facebook. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, 2014.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 2, 2012.

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton (org.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONETTI, Alinne. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem**. Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo popular e o campo político feminista de Recife – PE. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2007.

BONETTI, Alinne. Etnografia, gênero e poder: antropologia feminista em ação. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, 2009.

BONETTI, Alinne. Antropologia feminista: o que é esta antropologia adjetivada? In: BONETTI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011.

BRITZMANN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, v. 21, n. 1, 1996.

BRUM, Eliane. “Acima dos muros”: entrevista com Moisés Pinto Neto, Pablo Ortellado e Bruno Cava. **El País**, mar. 2016. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340\\_306339.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/28/opinion/1459169340_306339.html) >. Acesso em dez. 2017.

BUENO, Noemi Correa. **Jornalismo impresso e relações de gênero**: enquadramentos da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo do caso de hostilização a uma estudante. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Bauru: UNESP, 2010.

BUBANDT, Nils; VILLERSLEV, Lane. The dark side of empathy: mimesis, deception, and the magic of alterity. **Comparative Studies in Society and History**, n. 57, 2015.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. Nova York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam. Sobre os limites discursivos do ‘sexo’. In: LOURO, Guacira Lope (org.). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 11-42, jan. 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CAMPOS, Carmen Hein de. "Razão e sensibilidade: teoria feminista do direito e Lei Maria da Penha". CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CANTORI, Wagner Roberto Lopes. Os **sentidos da "ciência" no ar**: uma análise discursiva do efeito de objetividade na editoria ciência da rádio CBN. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 2010.

CARTA do EXTRA aos leitores que não viram um estupro no estupro. **Jornal EXTRA**, Rio de Janeiro, 01 jun. 2016. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/carta-do-extra-aos-leitores-que-nao-viram-um-estupro-no-estupro-19410619.html#ixzz4LZhJXz11>>. Acesso em 05 out. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas brasileiros. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2007. Disponível em: < [http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)>. Acesso em 04 dez. 2017.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget: 1994.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 19, p. 59-90, 2002 .

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília, Unifem, 2004.

DALMASO, Silvana. **Jornalismo e relevância**: o discurso dos leitores dos jornais de referência no Facebook. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

DAMÁSIO, António. **Ao encontro de Espinosa**: as emoções sociais e a neurologia do sentir. Lisboa: Temas e Debates, 2012.

DA SILVA, Marcos Antonio. Ciência, verdade e poder. **Revista de Ciências Humanas e Educação**. v. 11, n. 17, 2010.

DECETY, Jean; ICKES, William Ickes (eds.). **The social neuroscience of empathy**. Cambridge: MIT Press, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Conversações – 1972-1990**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.

DIP, Andrea. Existe “ideologia de gênero?”: entrevista com Jimena Furlani. **Pública agência de reportagem e jornalismo investigativo**, ago. 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em out. 2016.

DOUGLAS, Mary. **Purity and danger: an analysis of pollution and taboo**. Londres: Routledge, 1966.

EKMAN, Paul. **A linguagem das emoções**. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

ELLISON, Nicole; BOYD, Danah. Sociality through Social Network Sites. In: DUTTON, W. H. (Org.). **The Oxford Handbook of Internet Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Desafios de Foucault à teoria crítica em educação. In: APPLE, Michael W; AU, Wayne; GANDIN, Luis Armando (org.). **Educação crítica: Análise Internacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault**. Arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do Discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLAX, Jane. **Thinking fragments**. Psychoanalysis, feminism, and postmodernism in the contemporary West. Berkeley: University of California Press, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1969].

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2011 [1971].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005 [1984].

FRANÇA, Vera. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain (orgs). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Jornalismo, ciência e senso comum: contribuições do método científico para a reportagem jornalística. **Pauta Geral**, Florianópolis, n. 8, 2006.

GADRET, Débora. **A emoção na reportagem de televisão: as qualidades estéticas e a organização do enquadramento.** Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo.** 1987. Documento digitalizado, disponível em <http://www.adelmo.com.br/index3.htm>. Acesso em set 2017.

GOMIS, Lorenzo. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004.

GONZÁLEZ, Ángeles Cabrera. La interactividad de las audiências em entornos de convergência digital. **Revista Icono 14**, Madrid, n. 15, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da Análise do discurso.** São Carlos: ClaraLuz, 2004.

GROSGOUEL, Ramón. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. En **Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer.** Barcelona: CIDOB Edicions, pp. 97-108, 2011.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008.

GROTZ, Fabio M. **O "segredinho" que não é mistério: corpo e transexualidade no discurso jornalístico popular.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia.** Tese (Doutorado em Comunicação). Salvador: UFBA, 2003.

GUIMARÃES, C.; LIMA, C. “A ética do documentário: o rosto e os outros”. **Contracampo**, Niterói, 2007.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias.** Lisboa: Vega, 1993.

HAGEN, Sean. **A emoção como estratégia de fidelização ao telejornal: um estudo de recepção sobre os laços entre apresentadores e telespectadores do Jornal Nacional.** 2009. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997a.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1997b.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o “mugging” nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 5, 1995.

HARDING, Sandra. **Perspectives on gender and science**. Londres: Taylor & Francis, 1986.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: BRASILEIRO, Ana Maria (org.). **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

HEINRICH, Ansgard. **Network journalism: journalistic practice in interactive spheres**. New York: Routledge, 2011.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KRZYNARIC, Roman. **O poder da empatia: a arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985.

LAGO, Cláudia. Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, 2010.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2012.

LIMA E SOUZA, Angela Maria Freire de. Sobre gênero e ciência: tensões, avanços, desafios. In: BONETTI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e Souza (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias das Sexualidades. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento. In: anais do II Congresso da Associação Brasileira de

Estudos de Homocultura (ABEH). Brasília, 2004. Disponível em: <<http://carladeabreu.com/wp-content/uploads/2015/07/LOURO-Guacira-Lopes.Os-estudos-feministas-os-estudps-gays-e-l%C3%A9sbicos-e-a-teoria-queer.2004-3.pdf>>. Acesso em nov. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LISBOA, Silvia. **Jornalismo e credibilidade percebida pelo leitor**: independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

MAFFÍA, Diana. Conocimiento y subjetividad. In: SEDEÑO, Eulália; CORTIJO, Paloma (org.). **Ciencia y género**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências da Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1994.

MARIANI, Bethania. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas Nogueira. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000100003/7327>>. Acesso em: 09 out. 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Revista Media & Jornalismo**, v. 1, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/view/1084/5273>>. Acesso em: 09 set. 2017.

MEDITSCH, Eduardo; FARACO, Mariana Bittencourt. O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 26, n. 1, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico. **Revista Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo como sistema perito. **Tempo social**, São Paulo, v. 11, n. 1, 1999.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 21, 2009.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 28, 2007.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: Editora da UFOP, 2015.

MORETZSOHN, Sílvia. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOTA, Jessica. Um tapa na cara. **Agência Pública de reportagem e jornalismo investigativo**, São Paulo, 19 nov. 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/11/um-tapa-na-cara/>>. Acesso em 05 out. 2016.

MOUFFE, Chantal. **Feminismo, cidadania e política democrática radical**. Debate Feminista (edição especial Cidadania e Feminismo), 1999.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Religião e intolerância à homossexualidade: tendências contemporâneas no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves (org.). **Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2007.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 8, n. 2, 2000.

NUSSBAUM, Martha. **Upheavals of thought**: the intelligence of emotions. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4.ed. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni. Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não ciência. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). **Produção e circulação do conhecimento**: Estado, mídia e sociedade. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2.ed. Campinas: Pontes, 1998.

ORTNER, Sherry B. **Making gender**: the politics and erotics of culture. Boston: Beacon Press, 1996.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1990.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 2, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa B.; SZWKO, José (org.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista a Jesús Carrillo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 28, 2007.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 10, n. 1, 2002.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Claudia Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis, 2004.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**. Comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. **Galáxia**, São Paulo, n. 14, 2007.

RESENDE, Fernando. A narratividade do discurso jornalístico – a questão do outro. **Rumores**, São Paulo, v. 3, n. 6, 2009a.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades de encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, 2009b.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian experience. **Signs**. Women: sex and sexuality, v. 5, n. 4, 1980.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre economia política do sexo**. Recife: Edição SOS Corpo, 1993.

- SALAVERRÍA, Ramón. Mídia e jornalistas, um futuro em comum? **Revista Parágrafo**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- SARDENBERG, Cecilia Maria Bacelar; COSTA, Ana Alice Alcântara (org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM FFCH/UFBA, 2002.
- SHOEMAKER, Pamela et al. Os leitores como gatekeepers das notícias on-line: Brasil, China e Estados Unidos. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 6, n. 1, 2010.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992.
- SCOTT, Joan. "Prefácio a gender and politics of history". **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), 1994.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores a Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, 2016.
- TOMAZ, Kleber; ACAYABA, Cíntia. Travesti fica desfigurada após prisão. Defensoria diz haver indício de tortura. **Portal G1, São Paulo**, 16 abril 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/travesti-fica-desfigurada-apos-prisao-defensoria-diz-haver-indicio-de-tortura.html>. Acesso em 05 out. 2016.
- TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Uma cartografia das dissidências**: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (2010- 2015). Projeto de Qualificação para a tese de doutoramento. UFRGS, 2017.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. V. 1, 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. **O feminino no “livro de repórter”: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas**. XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017. Disponível em:  
<[http://www.compos.org.br/data/arquivos\\_2017/trabalhos\\_arquivo\\_HPYP1U9GFDE8MPXCN9XH\\_26\\_5505\\_20\\_02\\_2017\\_15\\_11\\_31.pdf](http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_HPYP1U9GFDE8MPXCN9XH_26_5505_20_02_2017_15_11_31.pdf)>. Acesso em: 09 de setembro de 2017.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

## Apêndice

### Tabela de dados geral

	Fantástico "quem sou eu"												Globe repórter		Folha		TOTAL		TOTALS GERAL
	ep1		ep2		ep3		ep4		Galileu		pos		neg		POS	NEG			
	pos	neg	pos	neg	pos	neg	pos	neg	pos	neg	pos	neg							
<b>núcleo de sentidos</b>																			
<b>negativos*</b>	2	24	5	15	2	17	0	11	1	105	2	12	2	26	0	210	210		
<b>positivos</b>	142	0	42	0	54	0	46	0	54	0	53	0	13	0	779	0	779		
<b>religião</b>	62	82	45	54	36	37	4	20	9	18	49	55	3	12	208	278	486		
<b>preconceito</b>	30	83	23	48	28	24	12	17	28	12	33	45	13	61	167	290	457		
<b>ciencia</b>	18	38	4	7	8	5	0	5	9	28	1	4	4	40	44	127	171		
<b>ideologia</b>	2	48	3	14	0	4	0	4	0	31	0	17	0	66	5	184	189		
<b>jornalismo</b>	11	91	5	74	3	30	14	32	9	39	14	26	0	28	56	320	376		
<b>empatia</b>	142	0	88	0	52	0	17	0	0	0	69	0	69	0	437	0	437		
<b>biologia</b>	7	42	3	33	3	31	7	20	0	52	0	9	3	20	23	207	230		
<b>peçoas trans</b>	34	2	26	1	27	0	12	0	0	0	12	0	0	0	111	3	114		
<b>corpus total</b>	459	410	244	246	251	148	112	109	391	285	270	168	101	255	1830	1619	3449		
<b>corpus consolidado</b>	339	386	225	233	223	135	61	103	32	180	177	157	97	229	1351	1409	2460		

\*se referem aos comentários que não entram no corpus consolidado mas são importantes quantitativamente. Comentários curtos como "amey" ou "lixo".